

MÚLTIPLOS OLHARES, MÚLTIPLOS SENTIDOS: SABERES E PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

Marcos Clair Bovo
Fred Maciel
Organizadores



EDITORA **FECILCAM**

**MÚLTIPLOS OLHARES, MÚLTIPLOS SENTIDOS:
SABERES E PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES**

**Marcos Clair Bovo
Fred Maciel
(Organizadores)**

Capa: Cleverson Lima
Diagramação: Os organizadores
Revisão: Equipe Revisão

Conselho Editorial
Éder da Silva Novak
Eneida Maria Souza Mendonça
Jeani Delgado Paschoal Moura
Karin Linete Hornes
Patrícia Fernandes Paula-Shinobu
Vitor Miyazaki

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão
Bibliotecária Responsável: Liane Cordeiro da Silva CRB 1153/9

M961 Múltiplos olhares, múltiplos sentidos: saberes e perspectivas interdisciplinares. /
Marcos Clair Bovo; Fred Maciel (orgs). -- Campo Mourão, PR : Editora
Fecilcam, 2022.
247 p. : il.; Color.

Formato: Livro Digital
Acesso: <https://campomourao.unespar.edu.br/editora>
ISBN: 978-65-88090-19-0

1. Interdisciplinaridade. 2. Áreas Conhecimento. 3. Cultura. I. Bovo, Marcos Clair
(org.); II. Maciel, Fred (org.); III. Universidade Estadual do Paraná–Campus Campo
Mourão, PR. IV. UNESPAR. V. Título.

EDITORA **FECILCAM**

CNPJ: 75.365.387/0001-89
Av. Comendador Norberto Marcondes, 733
Campo Mourão, PR, CEP 87303-100
(44)3518-1838
campomourao.unespar.edu.br/editora/
editorafecilcam@unespar.edu.br

Diretora: Suzana Pinguello Morgado
Vice-Diretora: Fabiane Freire França
Coordenador Geral: Willian André
Coordenadora Consultiva: Ana Paula Colavite
Secretário Executivo: Jorge Leandro Dalconte Ferreira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia de parte da fachada da Casa da Memória.....	51
Maratona Fotográfica de Florianópolis – 1995 e 1996	57
Rosana Paulino. Assentamento. 2013 Coleção particular.	58
Maratona Fotográfica de Florianópolis - 1999, 2002 e 2004	59
Depoimento Jéssica – Obra Fábula do Olhar	62
Cidade de Mamborê/PR com destaque para as praças pesquisadas	70
Vista parcial da Avenida Augusto Mendes dos Santos na década de 1940	72
Vista parcial da Avenida Manuel Francisco da Silva.....	73
Vista parcial da primeira igreja de Mamborê	74
Antiga Mamborilândia na Praça das Flores.....	75
Rodoviária antiga na Praça das Flores.....	75
Festa do aniversário de Mamborê na década de 1980	76
Vista parcial da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon	77
Vista aérea da Praça João Szesz (antiga Praça 28 de Julho)	78
Vista parcial da igreja matriz da paróquia Imaculada Conceição de.....	79
Vista parcial da Igreja Matriz de Mamborê.....	80
Vista parcial da Prefeitura Municipal de Mamborê em fevereiro de 1981	80
Entrega das CDIs na Praça João Szesz em 1986	81
Classificação dos Sistemas de Espaços Livres, Construídos e de Integração	89
Espacialização dos Espaços Livres e Áreas Verdes Urbanas na cidade de Ituiutaba (MG), 2019	91
Espaços Livres em Ituiutaba (MG) a partir das praças e parques	92
Áreas verdes urbanas públicas em Ituiutaba (MG) a partir das praças e parques	93
Demonstrativo de necessidade financeira para infraestrutura de casa de vegetação em Bambu 24x07 metros	116
Demonstrativo de necessidade financeira para sistema de irrigação.....	117
Demonstrativo de necessidade financeira relativa a custos de mão de obra necessária para construção de casa de vegetação.	117
Demonstrativo de necessidade financeira para custeio de safra.....	118
Demonstrativo de receita oriunda das vendas	118
Demonstrativo de necessidade financeira para despesas não operacionais.....	119
Fluxo de caixa para produção de verduras e ervas medicinais em estufa de bambu pelo período de um ano	119
Valor Presente Líquido (VPL) da viabilidade da implantação de uma casa de vegetação de bambu em pequenas propriedades rurais no litoral do Paraná.	120
Taxa Interna de Retorno (TIR) da viabilidade da implantação de uma casa de vegetação de bambu em pequenas propriedades rurais no litoral do Paraná.	120
Índice de lucratividade e o <i>Payback Time</i> (PBT) da viabilidade da implantação de uma casa de vegetação de bambu em pequenas propriedades rurais no litoral do Paraná.....	121
Localização das cooperativas COAPROCOR - Brasil e Atanagildo Cajigal - Cuba	132
Informação geral das cooperativas	132
Vulnerabilidades das cooperativas	134
Capacidades das cooperativas estudadas.....	135
Análise das medidas de adaptação ante as mudanças climáticas em ambas as cooperativas. 136	
Aspects of institutionalization (KLEIN, 2010) and their relation to the axes and dimensions of analysis of the study entitled “Challenges of Inter- and Transdisciplinary Knowledge Production: Institutions, Cultures and Communities”. Source: the author.	150

Docentes-investigadores categorizados, por regional y universidades seleccionadas. Categorización 2016-2018. Porcentaje.....	165
Docentes categorizados, por categoría y universidades seleccionadas. Categorización 2016-2018. Porcentaje	165
Docentes-investigadores categorizados, por área disciplinar y categoría. Categorización 2016-2018. Porcentaje.	166
Motivadores da evasão e permanência na literatura referenciada	176
Respostas dos responsáveis	177
Motivadores internos e externos: responsáveis	178
Causas elencadas pelos estudantes de Informática.....	180
Motivadores internos e externos: Informática	180
Causas elencadas pelos estudantes de Eletrotécnica	182
Motivadores internos e externos: Eletrotécnica.....	183
Causas elencadas pelos estudantes de Agroecologia.....	184
Motivadores internos e externos: Agroecologia.....	184
As causas da evasão no universo pesquisado	186
Semelhanças e peculiaridades entre as causas apresentadas pelos responsáveis e pelos estudantes	187
Articulação teórico-metodológica	197
Charge “Tucano e Gavião”	208
Conteúdo da nota do presidente da Gaviões sobre as eleições de 2018.....	209

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO	8
PARTE I - ESPAÇOS E SABERES	11
1. ARTE E HISTÓRIA: EM DIÁLOGO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	12
2. ESTÉTICA FRONTEIRIÇA: TERRITÓRIO E CULTURA.....	24
3. ESPAÇO PÚBLICO CIBERNÉTICO: AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E O DILEMA DOS INTELLECTUAIS NA AMÉRICA LATINA.....	37
4. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, FOTOGRAFIA E CIDADE: MEMÓRIAS DE UMA CASA DA MEMÓRIA	49
PARTE II - DESENVOLVIMENTO E OLHARES REGIONAIS	66
5. MEMÓRIA DAS PRAÇAS DE MAMBORÊ-PR: UMA (RE)LEITURA DO ESPAÇO E DO TEMPO.....	67
6. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES URBANOS E ÁREAS VERDES URBANAS EM ITUIUTABA (MG)	84
7. POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS.....	97
8. CASA DE VEGETAÇÃO DE BAIXO CUSTO CONSTRUÍDA COM BAMBU (Bambusa Vulgaris) PARA PEQUENAS PROPRIEDADES: ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	110
9. ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR. ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E CUBA	126
PARTE III - POLÍTICA, CULTURA E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS TRANSVERSAIS	141
10. REVISITING CAMPUS CULTURES: INTERDISCIPLINARY INSTITUTIONALIZATION, INTERCULTURALITY, AND COMMUNITIES.....	142
11. “LA MATRIX”: MAQUINARIA DE LA EVALUACIÓN EN EL SISTEMA UNIVERSITARIO PÚBLICO ARGENTINO.....	157
12. CAUSAS DA EVASÃO NO IFPR: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	174
13. A DIALOGICIDADE DE PAULO FREIRE DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES E DOS ESTUDOS DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO ESCOLAR	192
14. POR QUE GAVIÃO NÃO VOTA EM BOLSONARO? UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR E DIALÓGICA DE COMO CORINTHIANOS MANIFESTAM CONSCIÊNCIA DE CLASSE.....	204
15. NA IGREJA, “UMA SÓ VOZ”; NA POLÍTICA, “LÍNGUAS DIVERSAS”: A MULTIPOSIÇÃO DE POLÍTICOS DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA BRASILEIRA	218
POSFÁCIO	234
SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)	236

PREFÁCIO

Carmen Rial

Múltiplos Olhares, Múltiplos Sentidos: saberes e perspectivas interdisciplinares, organizado por Marcos Clair Bovo e Fred Maciel é a consolidação de um curso que teve o prazer de ver dar seus primeiros passos. Por isso, escrevo esse prefácio com a alegria de ver o sonho adquirir forma e materialidade. Há cinco anos, no dia 11 de abril de 2016, um carro me levou do aeroporto de Maringá até Campo Mourão, no centro-oeste do Paraná. Não conhecia a cidade, mas pela troca de e-mails que tive com Marcos Bovo, sabia que iria encontrar na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, um grupo de jovens entusiasmados. Estavam criando o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) e eu, que atuava (e atuo) em um Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na UFSC, o primeiro a ser criado no sul do Brasil, fui honrada com o convite para fazer a aula inaugural.

Na aula, tentei apresentar algo das pesquisas que realizava e das teorias que sustentavam essas pesquisas, especialmente as da globalização. Lembro do auditório lotado pelos novos alunos – que eram jovens ainda mais jovens do que os professores do mesmo curso – e a presença do reitor e pró-reitores. Também recorro bem a conversa que se seguiu à aula, em um dos restaurantes da cidade. Tudo parece muito distante nesses tempos de pandemia em que se viaja pouco, se fala em congressos, palestras e aulas através de plataformas digitais, e que nos restaurantes só vamos com os mais próximos. Permaneceu, no entanto, a lembrança dos que me receberam com tanto carinho.

Ver agora essa coletânea que reúne docentes e discentes do programa, pesquisadores e pesquisadoras convidadas, nacionais e internacionais, é constatar que foi bem sucedida a iniciativa de estabelecer um Programa Interdisciplinar. Era um projeto arrojado, uma vez que a interdisciplinaridade ainda era um campo em expansão – hoje, corresponde à área com mais Programas de Pós-Graduação entre as Humanas na CAPES. Não posso deixar de me congratular por ter testemunhado, de algum modo, os primeiros dias do PPGSeD/Unespar.

O livro que agora o PPGSeD oferece comprova a importância de um projeto interdisciplinar, sendo composto por uma coleção de textos variados nos campos de pesquisa e cujos autores mantêm diálogos teóricos diversos para melhor interpretar seus dados: arte e história, estética, intelectuais no espaço público, memória, espaço, território e fronteira, educação, gênero. As teorias são predominantemente das Ciências Humanas. Mas um livro interdisciplinar comporta mergulhos em outras áreas, e somos levados a outros campos do conhecimento. E a política aparece em expressões transversais: no futebol e na Igreja, no espaço público da internet, na educação em diferentes países. O local do olhar dos autores (as) debruçou-se predominante sobre o urbano. Mas somos convidados a visitar também o meio rural e outras cidades além de Campo Mourão – Mamborê, Florianópolis – e lugares em Minas Gerais, Cuba, Uruguai, Costa Rica, Chile, México, Argentina. A língua é predominantemente o português, mas o inglês e o espanhol fazem erupção na terceira parte do livro. Além disso, destaco o muito bom uso de imagens (fotografias, mapas, imagens de satélite).

Múltiplos Olhares, Múltiplos Sentidos: saberes e perspectivas interdisciplinares tem o mérito também de registrar através de alguns dos seus capítulos a crescente internacionalização das ciências brasileiras, que tem estendido suas pesquisas para além das fronteiras nacionais e incrementado as trocas com pares estrangeiros.

Esperamos que a expertise dos trabalhos aqui reunidos seja iluminadora e pese nos diálogos não apenas entre pesquisadores e estudantes, mas também com os agentes de políticas públicas. O livro que agora o PPGSeD torna acessível aos leitores e leitoras, com uma escrita

precisa e agradável nos seus diversos capítulos, contém muitos *insights*. Será sem dúvida uma contribuição fundamental para a área interdisciplinar podendo interessar a um público muito amplo.

APRESENTAÇÃO

Propostas interdisciplinares já se tornaram uma realidade consolidada, inclusive na universidade. Na esfera acadêmica, por exemplo, já são quase quatrocentos Programas de Pós-Graduação vinculados à área Interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com cursos de mestrado e doutorado avaliados e reconhecidos em todas as regiões do Brasil. Nesse sentido, fomentar a produção em tal campo de estudo é uma demanda recorrente, levando em consideração aspectos qualitativos e pressupostos metodológicos abrangentes.

Percebida enquanto uma necessidade e igualmente como um desafio, a interdisciplinaridade se reforça como uma estratégia capaz de potencializar os diferentes quadros de conhecimento. Enquanto conjunto de sínteses plurais, está vinculada ao próprio desenvolvimento das abordagens disciplinares e às exigências de respostas aos complexos problemas contemporâneos, efetivando-se também como categoria de ação e não somente de conhecimento. Ao desafiar novos olhares, a abordagem interdisciplinar evidencia as novas formas de fazer e disseminar pesquisas, conjugando uma multiplicidade de procedimentos, objetos e compreensões.

Vinculado a esse estímulo possibilitado pela prática interdisciplinar, o livro **Múltiplos olhares, múltiplos sentidos: saberes e perspectivas interdisciplinares** é resultado de esforços de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, agregando também pesquisadores e pesquisadoras de outras Instituições de Ensino Superior, nacionais e estrangeiras. A coletânea envolve investigações concluídas ou em desenvolvimento, abarcando reflexões teóricas e práticas que inter-relacionam variadas áreas do conhecimento.

Tendo como fio condutor a interdisciplinaridade, a presente obra buscou associar-se diretamente à área de concentração do PPGSeD – “Sociedade e Desenvolvimento” – e às linhas de pesquisa do programa: Formação humana, processos socioculturais e instituições; e Formação humana, políticas públicas e produção do espaço. De criação relativamente recente (2014), o PPGSeD tem se empenhado em sua consolidação como espaço acadêmico que contribui para os debates de temas interdisciplinares nas escalas local, regional, nacional e internacional. Assim, além de atuar na formação de discentes, suas ações e elaborações intencionam publicizar conhecimentos e promover possibilidades que auxiliem composições integradoras que impactem positivamente nas relações entre processos intra e intersubjetivos e encadeamentos socioculturais, institucionais e de desenvolvimento.

Organizado em três partes e quinze capítulos, permeando temáticas contemporâneas, o livro pretende ser uma contribuição ao fomento da interdisciplinaridade, indo além do meio acadêmico e estimulando debates e conhecimentos críticos. A divisão das partes e a sequência dos capítulos foi pensada de acordo com certo nexo de significados, objetivando coerência e proximidade de abordagem nos textos.

A primeira parte, intitulada Espaços e Saberes, é iniciada com o capítulo “Arte e História: em diálogo nos espaços públicos”. Nele, a autora propõe um diálogo interdisciplinar entre os campos mencionados, com o objetivo de investigar expressões artísticas inseridas social e politicamente nos espaços públicos. Dessa forma, a abordagem perpassa o lugar que tanto a História quanto a Arte ocupam e interagem nas cidades, vislumbrando partilhas e problematizações.

Em sequência, temos o capítulo “Estética fronteira: território e cultura”. A autora apresenta uma reflexão acerca do conceito de estética atrelado ao espaço geográfico e simbólico da fronteira. As reflexões são desenvolvidas por meio da relação entre cultura e território,

apresentando conceitos de distintas áreas e evidenciando a Tríplice Fronteira como eixo de articulação de uma estética própria.

Ainda permeando a questão do espaço, o capítulo “Espaço público cibernético: as novas tecnologias da informação e o dilema dos intelectuais na América Latina” aborda os elos entre intelectuais e espaço público. Os autores percorrem a figura do intelectual como categoria social na região latino-americana e conectam os novos espaços de atuação e influência, substancialmente as redes sociais e o espaço público virtual como possibilidades de atuação e reconfiguração das funcionalidades dos intelectuais.

A primeira parte é encerrada com o capítulo intitulado “Pessoas em situação de rua, fotografia e cidade: memórias de uma Casa da Memória”. Nele, as autoras partem de um estudo baseado na Casa da Memória de Florianópolis para refletirem e problematizarem sobre visibilidades e apagamentos produzidos no espaço citadino. Imagens de pessoas em situação de rua são o ponto orientador para análises enfocadas nas memórias, inclusão, presenças nas cidades e indícios socioculturais.

A segunda parte da coletânea – Desenvolvimento e olhares regionais – é composta por cinco capítulos. O primeiro deles, “Memória das praças de Mamborê-PR: uma re(leitura) do espaço e do tempo”, explora a história local através das memórias dos moradores, sublinhando vivências e experiências espaço-temporais em referido município paranaense. O diálogo promovido entre espaço e memória evidencia as praças como esferas de sociabilidade, com funções sociais relevantes.

No sexto capítulo, “Caracterização dos espaços livres urbanos e áreas verdes urbanas em Ituiutaba (MG)”, o viés regional é novamente examinado, dessa vez enfocando na identificação e caracterização de formas específicas contidas no espaço urbano ituiutabano. O desdobramento no molde de áreas verdes urbanas permite não apenas conceituações, mas também reflexões sobre usos e ganhos qualitativos para a população.

Em sequência, temos uma importante análise das políticas públicas, em aspectos mais teóricos. Em “Políticas públicas: reflexões e experiências”, a autora parte de construções acerca do conceito de política pública, ressaltando sua notoriedade recente, para ponderar possíveis contribuições à promoção do desenvolvimento socioeconômico. A perspectiva crítico-analítica apresenta-se como uma contribuição para o entendimento da essencialidade de pensar as políticas públicas, notadamente nas etapas de proposição e implementação.

No capítulo “Casa de vegetação de baixo custo construída com bambu (*Bambusa Vulgaris*) para pequenas propriedades: alternativa ao desenvolvimento regional”, os autores promovem um exercício de reflexão sobre a viabilidade econômica de alternativas disponíveis para propriedades vinculadas à horticultura no litoral paranaense. Estruturas de produção e cultivo de baixo custo em regiões empobrecidas revelam-se uma estratégia fundamental para o fomento ao desenvolvimento regional, e essas potencialidades são tratadas no texto.

O nono capítulo – e último da segunda parte – é intitulado “Adaptação às mudanças climáticas na agricultura familiar. Estudo comparado entre Brasil e Cuba” e explora as adequações frente às questões climáticas contemporâneas, assinalando a necessidade de se conhecer as vulnerabilidades para a efetiva promoção de ações de superação. A autora realiza uma comparação entre cooperativas do Brasil e de Cuba, perpassando por impactos locais e destacando as capacidades existentes para o incremento de políticas públicas, por exemplo.

A terceira parte da obra – Política, cultura e educação: perspectivas transversais – é composta por seis textos. No capítulo “*Revisiting campus cultures: interdisciplinary institutionalization, interculturality, and communities*”, a autora analisa os desafios da produção interdisciplinar a partir de múltiplas perspectivas e abordagens, evidenciando mudanças estruturais em universidades e as transformações que institucionalizam conceitos e práticas de pesquisa interdisciplinar.

Na sequência, em “*La Matrix*’: *maquinaria de la evaluación en el sistema universitario público argentino*”, a autora aborda as práticas avaliativas desenvolvidas nas atividades de pesquisa nas Universidades Nacionais Argentinas. Para tanto, elucida-se o Programa de Incentivos para Professores Pesquisadores (PROINCE), sendo este a principal ferramenta de avaliação da pesquisa no sistema de Ensino Superior argentino.

No capítulo seguinte, “Causas da evasão no IFPR: um estudo sob a perspectiva interdisciplinar”, os autores problematizam as causas da evasão nos Cursos Técnico Integrados ao Ensino Médio do Campus de Ivaiporã do Instituto Federal do Paraná, buscando contribuir com estudos teóricos e empíricos sobre a temática.

No décimo terceiro capítulo, “A dialogicidade de Paulo Freire da teoria das representações e dos estudos de gênero: contribuições à educação escolar”, a autora investiga as possibilidades de articulação teórico-metodológica entre os Estudos de Gênero, a Teoria das Representações Sociais e a dialogicidade freiriana. Diferentes caminhos e contribuições são abordadas para pensar algumas implicações nas análises das representações sociais de gênero, bem como na dialogicidade na escola.

No penúltimo capítulo, “Por que gavião não vota em Bolsonaro? Uma análise interdisciplinar e dialógica de como corinthianos manifestam consciência de classe”, os autores analisam o discurso pró-democracia e liberdade tendo como referência a representação organizada em uma torcida do Corinthians. Para tanto, pautam-se em pesquisadores da Comunicação, Ciências Sociais e da teoria do Círculo de Bakhtin, com objetivo de entender como ocorre a manifestação de consciência de classe por meio de práticas discursivas da torcida corinthiana e seus posicionamentos políticos.

Por fim, no último capítulo, “Na igreja, ‘uma só voz’; na política, ‘línguas diversas’: a multiposição de políticos da Renovação Carismática Católica brasileira”, os autores tecem reflexões entre Igreja e política tendo por base os políticos da Renovação Carismática Católica brasileira. Para isso, apoiam as análises nas edificações eleitorais da RCC do Paraná nas eleições de 2014 e analisam as proposições e posicionamentos dos deputados carismáticos do estado.

Com tal diversidade e multiplicidade de produções presentes na coletânea, nossa intenção foi promover reflexões críticas acerca de temáticas contemporâneas, utilizando a interdisciplinaridade como encadeamento central. Os desafios da sociedade atual, global e heterogênea, exigem debates transversais e multidimensionais, principalmente para pensarmos em ações teóricas e práticas que contribuam ao desenvolvimento, em seus igualmente plurais direcionamentos. As atuações do PPGSeD e esta obra organizada pretendem ser pequenos esforços que impactem na nossa realidade, estimulando os elos entre meio acadêmico e sociedade.

Por fim, nossos sinceros agradecimentos aos autores e autoras que colaboraram com a presente coletânea, assim como aos(às) docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento que, direta e indiretamente, também fazem parte desta produção. Do mesmo modo, agradecemos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Estadual do Paraná e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à publicação da obra.

Excelente leitura a todos e todas!

Marcos Clair Bovo,
Fred Maciel,
Organizadores.

PARTE I - ESPAÇOS E SABERES

1. ARTE E HISTÓRIA: EM DIÁLOGO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Claudia Priori

Introdução

As artes sempre estiveram presentes nos espaços públicos. No decorrer de todos os tempos, encontramos diversos objetos e expressões artísticas em distintas sociedades. Monumentos, objetos arqueológicos, artesanato, obras arquitetônicas, esculturas, *street art*, apresentações circenses, espetáculos teatrais, dança, música, fotografias, exposições cinematográficas, performances, videoinstalações e intervenções urbanas são algumas das inúmeras expressões artísticas que se manifestam nas cidades e que de um modo ou de outro são alcançadas por públicos variados. Essas e outras manifestações artístico-culturais geram uma inter-relação das pessoas com as artes possibilitando a fruição e a vivência de uma experiência estética, assim como uma relação entre a população e o próprio espaço público, buscando o direito à cidade, ocupando-a e vivenciando-a.

Abordar as expressões artísticas inseridas nos espaços públicos de uma cidade requer relacioná-las com sua história, uma vez que a produção artística é realizada no âmbito de um contexto sociocultural e, portanto, carregada de sentidos e significados, sendo diferentes de uma cultura para outra, de um período histórico para outro. A produção artística é produto das influências culturais e sociais e também é produtora de sentidos culturais, como afirma Venâncio:

(...) os objetos culturais não são simples reflexos da sociedade, mas sim produtos sociais e, como tal parte necessariamente estruturante do mundo social, constituindo um rico e sofisticado instrumento de produção de representações, que contribui para a elaboração de sentidos, de formas de olhar e ver a realidade e sobre o qual é necessário refletir. (VENÂNCIO, 2006, p. 4).

Nessa perspectiva, nossas reflexões propõe um diálogo interdisciplinar entre a Arte e a História, uma vez que temos como objetivo abordar as expressões artísticas manifestadas e inscritas social e politicamente, principalmente nos espaços públicos. Sabemos que todas as sociedades possuem artes, produzem artes, e toda produção tem um significado social, revela representações sociais e cria sentidos aos modos de ver a realidade.

Assim, nos interessa refletir sobre o lugar que a arte e a história ocupam e como interagem nas cidades, bem como vislumbrar quais manifestações artístico-culturais são partilhadas com a comunidade nos espaços públicos. Eis algumas das problematizações que discutimos neste texto.

Um olhar para a historiografia...

A disciplina acadêmica História da Arte se formou no final do século XIX, buscando se destacar da Estética, um ramo da filosofia, que se debruçava sobre questões teórico-críticas acerca da percepção da arte e de conceitos como beleza, gosto, verdade, entre outros. A História da Arte e sua constituição enquanto disciplina estava voltada para enfoques historiográficos, abordando as produções artísticas advindas da alta cultura ocidental, como pontua Ferreira (2019). A formação da disciplina não a afastou totalmente da teoria e da crítica - tão próprias da Estética filosófica -, mas integrou aos seus interesses a história da Arte, porém, ainda numa perspectiva eurocêntrica, hegemônica e excludente.

Para o historiador cultural, Peter Burke (2005, p. 16), “o período entre 1800 e 1950 foi uma fase que poderia se chamar de história cultural ‘clássica’”, ou seja, os estudos se concentravam naquilo que era considerado “clássico”, nos cânones da literatura, filosofia, obras-primas de arte e ciência. É nesse contexto, portanto, que a História da Arte emerge como disciplina, com o olhar voltado para a história dos clássicos, provocando o academicismo do ensino artístico e promovendo alguns intelectuais, obras e artistas ocidentais, principalmente a partir da proliferação das academias e escolas de belas artes em vários países. No Brasil, em 1816, tivemos a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, dando início à arte acadêmica no país, que se consolidou com a criação da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), em 1826, na cidade do Rio de Janeiro. A arte acadêmica ou academicista perdurou por muito tempo nos cursos e se estendia às exposições, museus e galerias, causando um apagamento e silenciamento da produção de distintos povos, culturas e de uma multiplicidade de artistas.

Todavia, pouco tempo depois de sua constituição, a disciplina de História da Arte passou por vários questionamentos em seu interior. Desde a propulsão alavancada pelo impressionismo do fim do século XIX, que abriu as portas para as vanguardas modernistas europeias, a concepção de Arte foi passando por transformações – e conseqüentemente, a disciplina - muito impactadas pelos acontecimentos do começo do século XX, principalmente das guerras mundiais, do uso de novos materiais e tecnologias e das novas teorias científicas.

As vanguardas modernistas trouxeram questionamentos aos ideais de beleza e estética clássicos que perduravam há séculos e apresentaram novas concepções artísticas. Segundo o escritor Will Gompertz:

Cada movimento, cada “ismo”, está intricadamente conectado, um levando ao outro como os elos de uma corrente. Mas todos eles têm suas próprias abordagens individuais, estilos distintos e métodos de fazer arte, que são o ponto culminante de uma ampla variedade de influências: artísticas, sociais e tecnológicas (GOMPERTZ, 2013, p. 17).

As reflexões advindas desses movimentos e práticas contribuíram para novas abordagens sobre o que é Arte e o que pode ser considerado Arte. Isso possibilitou o alargamento do reconhecimento de objetos e expressões artísticas, antes não consideradas como Arte, que pudessem assumir novos lugares e posições nos espaços culturais, nas exposições e na própria historiografia da História da Arte – ou, das histórias da arte, ou das histórias das artes, uma vez que essas concepções se expandiam e não mais cabiam no singular, arte e história, e sim no plural, artes e histórias.

No que se refere à escrita da História, sabemos que as narrativas advêm de tempos longínquos e foram elaboradas sob vários formatos. Peter Burke (1997, p. 17) afirma que a forma dominante de escrita da história, até pelo menos o século XVIII, “tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis”. A partir de meados do século XVIII, essa narrativa política dominante passa a ser questionada por escritores e intelectuais e novas narrativas emergem, preocupadas com uma “história da sociedade” que envolvia temas ligados ao comércio, à moral, aos costumes, aos sistemas de comportamentos, “à história da arte, da literatura e da música” (BURKE, 1997, p. 18).

Durante o século XIX, principalmente na segunda metade, a História buscava se constituir como disciplina acadêmica. Nesse processo, mais uma vez, a história política preponderou nas narrativas, bem como a formulação do chamado método histórico voltado para o uso de fontes de arquivo (documentos oficiais, do Estado). Desse modo, a integração da história política e da história sociocultural nas narrativas históricas acontecidas no século XVIII não conseguiram manter muito espaço. Porém, vários historiadores produziram uma escrita da

história que se opunha à preponderância da história política e abordavam uma história social e econômica, abrindo um leque de críticas e autoquestionamentos dentro da própria disciplina histórica.

Nesse processo de autoquestionamento e crítica é necessário ressaltar as contribuições da Escola dos *Annales*, nas primeiras décadas do século XX. Os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch – que se dedicaram à perspectiva da história-problema, à abordagem interdisciplinar, à história da sensibilidade, assim como aos novos sujeitos históricos, temáticas diversas, novas fontes e metodologias – são dois importantes referenciais no contexto de surgimento e consolidação de uma nova historiografia. Com as gerações subsequentes dos *Annales*, novos aportes teórico-metodológicos foram sendo incorporados ao interior da disciplina e esse “novo tipo de história”, como afirmou Febvre (1953), foi movimentando os rumos da escrita da história.

O estudo das múltiplas temporalidades, da história social e econômica, da história demográfica, da história das mentalidades, da história cultural, da história das mulheres são alguns exemplos de campos de pesquisa histórica que proliferaram a partir das primeiras gerações dos *Annales* e expandiram as reflexões epistemológicas, as visões sobre a história e o fazer historiográfico. Valorização de protagonismos e experiências plurais, diversidade de sujeitos e objetos de pesquisa, fontes históricas variadas, enfoques socioculturais e diálogos interdisciplinares são alguns resultados desses novos modos de se escrever histórias.

Quando observamos o contexto do fim do século XIX e do começo do século XX, percebemos que tanto a disciplina de História da Arte quanto a disciplina de História, além de emergirem no mesmo período histórico, se dedicavam a enfoques historiográficos muito semelhantes. Como salienta Ferreira (2019, p. 28),

(...) apesar da complexidade metodológica adquirida nas décadas anteriores, a História da Arte manteve ao longo da maior parte do século XX uma perspectiva historicizante, isto é, apoiou-se sempre no seu interesse primordial: o estudo do desenvolvimento das artes plásticas europeias, sua análise, classificação e datação para garantir, além de sua compreensão, também sua salvaguarda como patrimônio canônico da humanidade.

Isso demonstra a prevalência, por muito tempo, das produções artísticas expoentes da alta cultura europeia, em detrimento das realizadas em outros continentes. Todavia, durante o século XX, em vários momentos, artistas e críticos das artes refletiam em busca da expansão da disciplina, da concepção artístico-cultural, dos modos de se fazer arte e de se escrever as histórias das artes.

Repensar a História da Arte, destronar uma narrativa mestra que privilegiava apenas as artes plásticas europeias, alguns artistas e contextos restritos, é uma das questões que perpassaram a disciplina ao longo do século XX. A partir da década de 1980, surgem as noções de “fim da História da Arte” ou do “fim da arte”, expostos por Hans Belting e Arthur Danto, respectivamente, e que apontavam o esgarçamento da disciplina.

Nos anos 1990, várias ideias proliferaram como desdobramentos das noções de Belting e Danto, abrindo espaço para discussões acerca de novas denominações para a disciplina. Algumas eram muito voltadas para questões dos estudos da imagem, que nunca foram interesse apenas do campo histórico, e sim de variados saberes. Em relação a isso, Ferreira salienta que:

(...) os próprios historiadores da arte estavam absorvendo havia tempos metodologias antropológicas, psicológicas, sociológicas, feministas e fenomenológicas, entre outras, ampliando assim o enquadramento para as novas formas de arte, produzidas com novas mídias e tecnologias, a cultura

popular e de massa, e sua produção imagética e sonora. (FERREIRA, 2019, p. 28).

Tais debates, ou esses momentos disruptivos, nos apontam para uma pluralidade de narrativas, de múltiplos protagonismos, valorização de expressões artísticas de diferentes países, povos e culturas. Além disso, essas questões tecem críticas ao cânone artístico dominante, ocidental e excludente, colaborando para desestabilizar a dita supremacia da alta cultura europeia, apresentando outras possibilidades de se relacionar com as artes e de lhe atribuir sentidos e significados.

É nessa perspectiva plural e interdisciplinar que buscamos a arte e a história em diálogo nos espaços públicos de uma cidade. Um olhar para como a cidade integra as artes e a história e como a população as experimenta no seu cotidiano a “partilha do sensível”, evocando aqui Jacques Rancière (2005).

A comunidade e a “partilha do sensível”

A ideia de comunidade, na maioria das vezes, é entendida de forma unívoca, unificada. Quando o que ocorre, na prática, é a existência de várias comunidades dentro daquilo que se imagina uma só coisa. As cidades, por exemplo, são espaços dessa heterogeneidade, pois agregam uma população diversa, com variados modos de comportamento, gostos e expressões artísticas. De uma forma ou de outra, essa diversidade cultural convive e se interliga nos espaços citadinos, seja mediante as intervenções artísticas urbanas que conseguem se expressar, seja nos silêncios e silenciamentos impostos pelas culturas locais. As cidades são também espaços de exclusão, segregação, de nítidas desigualdades sociais, fechando-se muitas vezes às culturas que vêm de fora, do externo, mas também às internas, às locais.

Para pensarmos o convívio social nas cidades, nas comunidades, e a integração entre arte e história nos espaços públicos, nos remetemos ao conceito de “partilha do sensível”:

Denomino partilha do sensível os sistemas de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

Essa denominação nos mostra a hierarquização de espaços, tempos e tipos de atividades, ficando muito evidente no espaço urbano, citadino. Ainda segundo o autor, “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (RANCIÈRE, 2005, p. 16). Dependendo da condição socioeconômica, do tipo de trabalho que se realiza, dos lugares que ocupam no espaço urbano, é notável que apenas partes exclusivas da comunidade tomam parte na partilha do sensível, enquanto vários recortes sociais ficam de fora dessa partilha, pois estão inscritos no lugar do invisível, não-falante, não-ouvido.

O visível e o invisível, aquilo que pode ser dito sobre o visto, quem tem qualificação ou autoridade para dizer, são aspectos que se referem à prática da percepção artística atravessada politicamente pelo tempo e espaço, pois essas variáveis determinam quais objetos ou expressões são consideradas “merecedoras” de percepção. Nesse sentido, podemos exemplificar com as provocações feitas ao mundo da arte pelo artista francês, Marcel Duchamp (1887-1968), ao inscrever à Exposição dos Artistas Independentes de 1917, em Nova York, nos Estados Unidos,

um mictório branco e esmaltado, nomeado por ele como “Fonte” e assinado com o pseudônimo “R.Mutt”. O artista estava apresentando uma ideia: o conceito de *readymade* como objeto de arte. O júri do concurso, naquele momento ainda muito conservador, rejeitou a inscrição do objeto, alegando que não havia nada de autoral ou de artístico e que centenas deles poderiam ser comprados em qualquer loja.

Esse acontecimento demonstra que, diante das condições de percepção artística inscritas naquele tempo e espaço, o objeto não foi considerado artístico pelo discurso da crítica e dos historiadores da arte. Entretanto, a ideia de arte conceitual proposta por Duchamp não pode mais ser desinventada, como salienta Gompertz (2013, p. 25). O registro fotográfico feito por Stieglitz da “Fonte” – a obra original – atestou a existência do objeto. Essa reverência à prova documental endossou a (re)criação de vários exemplares do objeto por Duchamp. E segundo Gompertz (2013, p. 26), “A arte está na ideia, não no objeto”. Portanto, por mais que se destruam os objetos, as ideias não se desinventam.

Voltando a Rancière (2005), percebemos que a estética e a política coadunam para a configuração de uma experiência, ou seja, daquilo que pode ser visto, daquilo que é visível e invisível, daquilo que é dito e não-dito. Isso nos revela que a partilha do sensível – e vamos pensar isso no espaço urbano, cidadão – não acontece de forma harmônica ou igualitária, embora, o que se pretende, na maioria das vezes, é transmitir a impressão de que aquilo que é distribuído e partilhado à comunidade é o que se tem de comum, é o produzido artisticamente pelo comum. Entretanto, o que acontece é propagação de uma prática contínua e hegemônica de manifestações artístico-culturais que não abarcam toda a produção feita pela comunidade, ofuscando assim uma variedade de artistas, grupos e expressões artísticas que nem sequer são nominados ou percebidos socialmente, pois não conseguem se inscrever nas cidades.

O vínculo entre estética e política abordado por Rancière (2005) é ponto fundamental para a compreensão de como a partilha do sensível acontece nas cidades e atravessa a vida e experiência da população. É importante reiterarmos que as cidades são espaços de encontros, mas também de exclusão, de invisibilidade, e que nem todas as partes da comunidade conseguem ou podem se expressar artisticamente. É nessa tensão – ou nesse dissenso, como pontua Rancière (1996) – que ocorre a política, isto é, quando artistas, grupos sociais, ideias e movimentos desafiam a continuidade das práticas hegemônicas e quando a ordem política vigente e as condições de percepção artística impostas pelo tempo e pelo espaço são questionadas e descontinuadas. A política acontece quando a partilha do sensível é reconfigurada e distribuída entre a comunidade, a partir de novas capacidades de percepção, visibilidade, participação política e contato com novas experiências estéticas. Acontece quando variadas formas de existência humana e corpos conseguem conviver no mesmo tempo e espaço, quando as desigualdades sociais são minimizadas, quando expressões artísticas heterogêneas são percebidas, quando a pluralidade de artistas pode ser vista e ouvida e quando o sensível é partilhado de modo mais equânime entre a comunidade.

O espaço cidadão é lugar de encontros de culturas, criatividade e inovação, de diferentes formas de expressões artísticas que, seja de modo espontâneo, popular, ou de modo planejado, oficial, vão compondo e constituindo a cidade com características próprias. A presença humana e suas manifestações artístico-culturais vão imprimindo marcas no espaço urbano, como bem ressalta Paula:

Essa diversidade faz de cada cidade um lugar ímpar, marcado por encontros inesperados, criativos e inovadores. Portanto, cada cidade, apesar da semelhança com outras, tem em si sua identidade, sua marca (PAULA, 2014, p. 49).

Entretanto, essas marcas não são naturais, são sociais e políticas. São marcas que criam discursos hegemônicos e hierarquias, uma vez que, na grande maioria das vezes, o poder

público não promove políticas públicas de acesso às artes e à cultura. A partilha do sensível nem sempre é distribuída à comunidade de forma que exponha a pluralidade artística ali existente. Pelo contrário, ao invés de integrar, segrega. Nesse sentido, a autora ainda afirma que “valorizar as intervenções urbanas pela arte é dar visibilidade à cultura de um lugar e dar voz às diversas formas de expressão. Trata-se de construir a interação em vez da segregação” (PAULA, 2014, p. 53).

As cidades são também lugares de ausências e de apagamentos. Muitas intervenções urbanas são literalmente apagadas pelo poder público, como exemplo podemos citar os grafites e as pichações feitos em murais e prédios públicos e/ou privados. Essas formas de comunicação - seja as *tags* (assinatura), seja as imagens – nem sempre são entendidas pela sociedade como expressões urbanas, mas como vandalismo, por isso são apagadas.

Um caso típico desse apagamento ocorreu com um mural de grafites nas ruas da cidade de São Paulo, no ano de 2017, quando a política do governo municipal, com a justificativa de que estavam limpando a cidade, deixando-a “linda”, passaram uma tinta cinza sobre os grafites e, assim, o que era colorido ficou cinza, isto é, foi apagado. É preciso ressaltar que os/as artistas de rua, grafiteiros e pichadores, muitas vezes advindos de grupos sociais subalternizados e periféricos, se comunicam com a cidade e sua população mediante as expressões urbanas, o que revela a busca pelo direito à cidade, e também a necessidade de mostrar seu pertencimento, sua identidade, sua performance política, ou seja, de ser uma parte da comunidade que requer ser visível, falante e percebida nessa partilha do sensível.

Outras vezes, objetos e conteúdos de manifestações artístico-culturais são rejeitados – tanto por autoridades locais, quanto por alguns públicos – por carregarem em si uma crítica social e política. Por motivações religiosas, política de costumes ou políticas institucionais, nem toda expressão artística alcança recepção favorável. Isso reacende, em alguns contextos, a censura sobre as artes, impedindo a circulação de bens simbólicos (HQs, performances, livros, músicas, filmes, peças teatrais, exposições, etc.), como já acontecido tantas vezes nos regimes autoritários, mas que também ecoa nas democracias. Vale lembrar que a censura é também uma forma de interditar a partilha do sensível, pois impede obras e conteúdos de chegarem à comunidade.

Como já mencionado, a produção artística é produto dos processos sociais, é resultado desses encontros e desencontros de diversas culturas e existências humanas. Nessa ótica, Shapiro afirma “a arte não é somente um *corpus* de objetos definidos por instituições e disciplinas consagradas, mas também o resultado desses processos sociais, datados e situados.” (SHAPIRO, 2007, p. 136).

Portanto, analisar a relação entre a arte e a história nos espaços públicos da cidade requer perceber como a sociedade e cultura investigadas se organizam na sua dinâmica urbana. Isso nos faz indagar: Quais expressões artísticas se manifestam nas cidades? Quais são silenciadas? Quais narrativas e sujeitos históricos ocupam os espaços públicos? Por que algumas manifestações artístico-culturais estão em determinados lugares e não em outros?

A configuração desse cenário urbano nos permite perceber como as expressões artísticas são produzidas, se manifestam e se relacionam com os públicos, “mas também os valores sociais, estéticos, morais, políticos, religiosos ou econômicos que se atribuem a essas produções artísticas” (BARROSO, 2004, p. 79).

Em foco: os diálogos entre a arte e a história

A partir das preposições acima abordadas, dirigimos nossos olhares para as manifestações artístico-culturais na cidade de Campo Mourão, município de médio porte, na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, para abordarmos como a arte e a história dialogam nos espaços públicos e como se inter-relacionam com a população em seu cotidiano.

Diariamente entramos em contato com as artes, seja na vida privada ou na vida pública. As artes, em proporções distintas, estão espalhadas nos espaços públicos das cidades, mas não somente. Todavia, nem sempre a população urbana evoca a percepção artística. Na maior parte do tempo, as pessoas não se atentam que os murais da cidade, as pinturas nas paredes de prédios públicos, a escultura no meio da praça, a arquitetura dos templos religiosos, a arte gráfica de um panfleto, as músicas que ouvem durante a caminhada, os livros que leem, os programas de televisão que assistem, a visada de um filme no fim de semana, a ida ao teatro, ao cinema, entre tantos outros exemplos são expressões artísticas.

A rotina acelerada das atividades de trabalho, a luta pela sobrevivência, a circulação apressada pelos espaços públicos, a escassez de tempo para usufruir do espaço urbano, o medo e a insegurança que rondam as cidades, os processos de exclusão e os espaços de segregação são alguns fatores que inibem a percepção e fruição artística. Mas, isso pensando num contingente populacional que tenha acesso aos bens simbólicos, pois num país de extremas desigualdades sociais como o Brasil, grande parte da população urbana não tem sequer acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação, quanto mais às artes.

Tendo como foco a relação entre arte e história nos espaços públicos da cidade mencionada, é constatável a expressão de diversas manifestações artístico-culturais inscritas na configuração social desse *locus*. Com base na produção historiográfica sobre a cidade e com os olhares atentos para a urbe, é possível verificar em ruas, avenidas, praças, calçadas e parques a existência variada de expressões artísticas, tais como: arquitetura, escultura, pintura; e também de espaços como: museu, teatro, cinema, biblioteca, concha acústica, ateliês de arte e outros lugares em que a arte e a história dialogam. Além disso, grupos teatrais, grupos de danças folclóricas, grupos literários, arte circense e uma variedade de artistas expõem suas obras e fazem circular suas produções, seja em exposições ou feiras culturais realizadas na cidade.

Como acontece nas cidades de médio porte, as possibilidades de um circuito artístico-cultural mais agitado, depende muito das políticas públicas de incentivo às artes e à cultura. Geralmente, as sociabilidades urbanas acontecem na ocupação dos espaços públicos (ruas, calçadas, praças, parques e avenidas). A promoção de atividades artístico-culturais, lazer e entretenimento, abertas ao público, quase sempre são de iniciativas do poder público, ou então de escolas, universidades, igrejas e associações. Não raro, são os encontros de pessoas ou de comunidades que ocupam as praças, as avenidas, os parques e as ruas para a realização de festas “particulares”, restritas a um grupo, porém acontecendo nos espaços públicos.

No que se refere à área central da cidade de Campo Mourão, Franciscon (2019) ressalta que:

A praça São José e Getúlio Vargas situam-se no “coração financeiro, cultural e social de Campo Mourão”, dotadas de infraestrutura, propiciam a mobilidade urbana, como: pontos de táxis, terminal rodoviário e estacionamento. Ambas possuem elementos simbólicos, como o Chafariz, o Coreto Alberto Nogarolli, a Estação da Luz Dom Eliseu Simões Mendes (antiga estação rodoviária) e a Catedral São José, eleita em 2009 como “Símbolo de Campo Mourão”. (FRANCISCON, 2019, p. 31).

Na praça São José, ponto cardo da cidade, a referência visual fica por conta da Catedral São José, que se impõe pela grandiosidade arquitetônica, pela história do catolicismo na região e também pelo simbolismo que a igreja representa para tal comunidade. A construção da Catedral se iniciou no ano de 1954 no lugar da já existente igreja de São José, erigida em madeira e que ocupava o espaço desde os anos 1940.

O projeto arquitetônico da Catedral São José é cópia das igrejas dos municípios de São Bento do Sul/SC e de Antonio Carlos/SC. O desenho foi idealizado pelo arquiteto alemão Simão Gramlich, que por ocasião morava em Blumenau/SC, e vendeu posteriormente o projeto

para as distintas prefeituras. Toda feita em tijolinhos e revestida com argamassa, a catedral tem uma arquitetura arrojada e imponente para a cidade. A construção foi concluída apenas na década de 1970 e, ao final dessa, foram instaladas as portas da Catedral, feitas em madeira entalhada representando cenas da vida de São José, o padroeiro da cidade de Campo Mourão. Recentemente, a escultura em grande dimensão da figura de São José foi colocada no topo da fachada central entre as torres laterais, denotando o significado do santo tanto para a Igreja Católica, quanto para a comunidade católica do município.

No interior da Catedral, encontram-se várias imagens sacras, bem como dezenas de pinturas nas paredes retratando personagens bíblicos ou cenas da via *crucis*. Há ainda vitrais coloridos e diversas colunas internas com seus capitéis coríntios, ornamentados com pinturas de ramos e flores que fazem referência ao estilo neoclássico, muito comum em conjuntos arquitetônicos religiosos ou civis.

A praça Getúlio Vargas, ao lado da praça São José, tem em sua paisagem arquitetônica o Coreto e a Estação da Luz, a antiga estação rodoviária, que abriga atualmente a biblioteca municipal. Na praça, destaca-se também o Chafariz, que tem em sua composição o conjunto escultórico das quatro estações (primavera, verão, outono e inverno) representado por esculturas de quatro mulheres. De estilo neoclássico, as esculturas das quatro estações são representadas em vários espaços públicos nacionais e internacionais e geralmente carregam os símbolos das estações (flores, cereais, frutos e manto). O Coreto e o Chafariz são dois monumentos que foram tombados como patrimônio histórico cultural do município, no ano de 1993, conforme salienta José Elias Santos Junior (2010).

Na preservação da história da cidade, o Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, localizado na avenida central e criado nos anos 1980, tem buscado desenvolver essa função ao abrigar um acervo (objetos, utensílios e fotografias) que conta parte da história e memória da população que viveu e vive no município. Entretanto, grupos indígenas, a população negra e as mulheres são pouco contemplados nos registros e narrativas históricas. Quanto à arquitetura, o prédio é uma casa em alvenaria construída na década de 1950 e tem em sua fachada a existência de linhas retas e arcos no estilo romano na entrada principal. Ao lado da construção, um painel retrata histórias da colonização, como forma de preservação do pioneirismo e memória da cidade.

A arte escultórica compõe parte da história e memória do município, seja pelos monumentos históricos, bustos de personagens locais, estátuas ou obeliscos, pois cada uma geralmente retrata um acontecimento, um/a sujeito/a ou a história de um grupo. Porém, tais homenagens representam, na grande maioria das vezes, os chamados “pioneiros”, “desbravadores”, “autoridades religiosas”, “personagens políticos”, não cedendo espaço à diversidade de protagonistas nos processos históricos. Ao expor uma narrativa histórica por meio de elementos escultóricos, monumentais ou consagrada em nomes de ruas e avenidas, assim como de alguns espaços públicos, denota-se a exclusão e o silenciamento de tantas outras personagens e narrativas.

Nas cidades, a variedade de traços arquitetônicos é encontrada principalmente em templos religiosos, prédios públicos e/ou privados, assim como em construções residenciais. No entanto, a arquitetura religiosa se sobrepõe não apenas pela imponência no espaço citadino, mas pelo significado simbólico e cultural que representa na vida das pessoas, seja pelo ambiente acolhedor, reflexivo e espiritual, seja pela simbologia que carrega mediante a existência de imagens sacras, pinturas, vitrais, cúpulas e torres. Como afirma Fernando Campos,

Do ponto de vista social, as comunidades, os grupos de pessoas que se reúnem à volta de “uma fé”, fazem do patrimônio religioso um sinal de pertença a um lugar. Patrimônio este, responsável muitas vezes pela fixação de pessoas e também pelo desenvolvimento econômico dessa(s) localidade(s) referente(s) a esse patrimônio. (CAMPOS, 2009, p. 90).

Essa noção de pertencimento a uma comunidade, tendo como base “uma fé”, é muito preponderante, pois as pessoas se sentem parte daquele grupo social. Isso também acontece à volta de outras possibilidades de vida, seja em torno de uma filosofia, de uma busca espiritual sem ligação com uma religião específica, entre outras.

Ainda nas áreas centrais da cidade, a Paróquia Santíssima Trindade, de rito ucraniano católico, comporta em sua arquitetura e simbolismo um pouco da história da imigração ucraniana no estado do Paraná e na região de Campo Mourão. O frontão, as cúpulas e os arcos – em estilo romano – na fachada principal da igreja, assim como na estrutura das janelas, são elementos arquitetônicos que se evidenciam no espaço urbano.

Outro local a ressaltar na cidade é o Santuário Diocesano Nossa Senhora Aparecida, não somente pela arquitetura, mas pela importância religiosa que exerce para a comunidade católica. Embora esteja localizado mais distante da área central, é um espaço que recebe milhares deromeiros e romeiras, especialmente por ocasião da festa no mês de outubro. As festas, shows e eventos (religiosos ou não) que acontecem na cidade, promovidos por várias denominações religiosas, tanto nas áreas centrais quanto nos bairros mais afastados, quase sempre são pontos de encontro da comunidade para confraternização e partilha de atividades.

De traços mais retilíneos, portas de vidro e sem tanto rebuscamento, há os conjuntos arquitetônicos da 1ª Igreja Batista e da Primeira Igreja Presbiteriana Renovada, ambas localizadas em avenidas próximas à área central da cidade. Já a Igreja Presbiteriana do Brasil ocupa um terreno de esquina e sua arquitetura avulta pelas dezenas de arcos e pilastras que dão sustentação ao vão de entrada da igreja, assim como pela presença dos arcos em estilo romano na estrutura das janelas. Outro elemento também utilizado na arquitetura de templos religiosos variados é fachada de vidro espelhado, assemelhando-se aos prédios urbanos e aproximando-se de uma noção de modernidade.

As religiões afro-brasileiras também estão presentes na cidade de Campo Mourão, todavia, os centros, tendas ou terreiros comumente se estabelecem nas próprias residências dos/as dirigentes, os quais organizam e mantêm os locais por conta própria. Quase sempre os terreiros estão localizados em áreas mais afastadas do centro da cidade. É importante mencionar que as comunidades de terreiro – umbanda e candomblé – foram historicamente periféricas, estabelecidas nos locais onde a grande maioria da população negra, num país com herança escravista, teve que buscar para morar e sobreviver diante da exclusão social e da ausência de políticas públicas do Estado. Esse afastamento das áreas centrais acontece, portanto, devido à própria história do Brasil que, por séculos, contribuiu para o silenciamento e exclusão das manifestações religiosas ou artísticas produzidas pela população negra. Outro fator é a intolerância religiosa que ainda hoje perdura contra as tradições de matriz africana, mesmo o país sendo um estado laico.

Nessa ótica do visível e invisível, do sensível partilhado ou não, podemos nos referir às afirmações de Britto e Jacques,

O espaço público e a experiência artística constituem, assim, aspectos da vida humana cuja dinâmica tanto promove quanto resulta dos modos de articulação entre corpo e seus ambientes de existência (BRITTO; JACQUES, 2009, p. 3).

Assim, fica evidente que a partilha do sensível não engloba toda a dinâmica da produção artística advinda da diversidade cultural existente nas cidades e, ainda, que nem todas as formas de existência, crenças, corpos, artes ou histórias estão articuladas e em diálogo com os espaços públicos. Há grupos sociais não representados nos monumentos, nos museus, no cinema, no teatro, nas pinturas dos murais, nas atividades artístico-culturais. O silenciamento, a exclusão e o processo de periferação de alguns grupos sociais contribuem para a não partilha do comum,

ou seja, aquilo que é feito pelas distintas partes da comunidade não é partilhada com toda a comunidade.

Nesse imbricamento entre arte e história é importante assinalar que as atividades artístico-culturais como peças teatrais, grupos de danças, grupos folclóricos, exposições pictóricas e shows musicais geralmente se apresentam no Teatro Municipal de Campo Mourão, que comporta mais de 400 pessoas na plateia e é um dos principais espaços culturais da cidade. Esse espaço está localizado próximo à área central e na proximidade de outros importantes espaços, como uma universidade estadual e pública, a Casa da Cultura, escola, etc.

Um espaço mais amplo e que abriga boa parte das feiras, festas tradicionais, bailes e shows é o Parque de Exposição Getúlio Ferrari, o principal centro de eventos do município. O parque dispõe de arena e vários pavilhões para atividades artístico-culturais, gastronômicas, dentre outras. O lugar consegue agregar um grande contingente de pessoas para prestigiar apresentações artísticas, comemorações e festividades.

Já a Festa Nacional do Carneiro no Buraco, realizada anualmente no parque de exposições, congrega vários públicos, além de buscar preservar a história e consolidação da festividade. Segundo Martins (2017, p. 17), “o saber-fazer do ‘Carneiro Buraco’ está vinculado à comensalidade, e, este se caracteriza como ato da partilha de comidas”. Sabemos que o ato da comensalidade, de partilhar o alimento, é prática social bem enraizada em diversas culturas e através desta estabelecem-se relações interpessoais ou entre grupos, e evocam-se momentos de celebrações. Nesse aspecto, as festas são também esses espaços nos quais a arte e a história se relacionam, seja pelo caráter do evento, seja pela variedade de públicos, embora as condições de acesso aos bens materiais e imateriais ali dispostos não aconteçam da mesma forma para todas as pessoas da comunidade.

Considerações Finais

As reflexões realizadas neste texto nos evidenciam que a relação entre arte e história nos espaços públicos está muito interligada. Todavia, na grande maioria das vezes, esse imbricamento sustenta discursos e práticas hegemônicas que evocam uma narrativa histórica excludente, não contemplando a variedade de protagonismos nos processos socioculturais, nem partilhando o sensível com a comunidade.

Ressalta-se a configuração dos espaços públicos e as expressões e manifestações artístico-culturais que se fazem presentes na cidade, principalmente nas áreas centrais, e as que são silenciadas, não sendo visíveis e nem ouvidas. Além disso, a diversidade de sujeitos históricos não aparecem nas narrativas expostas nos espaços públicos, seja mediante a monumentalização ou os conjuntos escultóricos, seja pela ocupação humana e pluralizada desses lugares. Há pessoas, grupos e manifestações artístico-culturais que são invisibilizadas, que não conseguem ocupar determinados lugares na sociedade, ou não podem ocupar, pois são excluídos e segregados e por isso não tomam parte na partilha do sensível.

No entanto, constata-se que diferentes tipos de linguagens artísticas – ainda que com visões hegemônicas – estão presentes nos espaços públicos e em diálogo com as pessoas, revelando como a arte, a história, a cultura e a sociedade estão interseccionadas. Contudo, as práticas artísticas precisam ser muito mais incentivadas pelas políticas públicas culturais.

As manifestações artístico-culturais nos espaços públicos da cidade ainda precisam ultrapassar a propagação de uma prática contínua e hegemônica, abrindo possibilidades para a expressão da heterogeneidade de gostos, para a variedade de artistas, para a diversidade cultural e para grupos e pessoas que nem sequer são nominados ou percebidos socialmente.

Referências

BARROSO, Paulo. Arte e sociedade: comunicação como processo. **Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Artes e Culturas**. Disponível em: HTTPS://APS.PT/WP-CONTENT/UPLOADS/2017/08/DPR460E84135CCE8_1.PDF. Acesso em: 20 de março de 2021.

BELTING, Hans. **O fim da História da Arte: uma revisão dez anos depois**. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

BOVO, Marcos Clair; ANDRADE, Thiago Bocon. Produção do Espaço Histórico-Cultural de Campo Mourão (PR) Brasil: um estudo de suas praças centrais. **Revista Formação Online**, n. 19, volume 1, p. 3 a 24, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/919/1714>. Acesso em 30 de abril de 2021.

BRITTO, Fabiana Dultra e JACQUES, Paola Berenstein. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v.1, n. 2, p. 337-350, Maio/Agosto 2009.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAMPOS, Fernando. Patrimônio religioso – Uma convergência socioeconômica? In: PRIORI, Angelo (Org). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2008.

DANTO, Arthur. **Após o fim da Arte: a Arte Contemporânea e os Limites da História**. São Paulo: EDUSP, 2006.

EL PAÍS. A ‘maré cinza’ de Doria toma São Paulo e revolta grafiteiros e artistas. São Paulo, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199_418307.html. Acesso em: 04 de maio de 2021.

FRANCISCON, Anderson. **Configuração e apropriação dos espaços públicos de Campo Mourão - PR: Particularidades e potencialidades**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento). Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2019.

FERREIRA, Carolin Overhoff. **Introdução Brasileira à Teoria, História e Crítica das Artes**. São Paulo: Edições 70, 2019.

GOMPERTZ, Will. **Isso é arte? 150 anos de arte moderna e do impressionismo até hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MARTINS, Bruna Morante Lacerda. **Saberes e fazeres: da cultura culinária paranaense na Festa do Carneiro no Buraco**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

MELNISK, Maria Meskiw. **A saga da imigração ucraniana em Campo Mourão e Região**. Campo Mourão: Nova Assessoria e Gestão Cultural, 2019.

PAULA, Dalvit Greiner de. Intervenções urbanas: a arte aponta para o futuro. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, Vol. 3, n. 2, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: estética e política**. 1a Ed, São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento – política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS JÚNIOR, Jair Elias dos. Catedral São José símbolo mourãoense. **Revista Metrôpole**, s/d, Campo Mourão. Disponível em: [HTTP://METROPOLEREVISTA.COM.BR/RADAR-CULTURAL/FATOS-E-FOTOS/CATEDRAL-SAO-JOSE-SIMBOLO-MOURAOENSE/875](http://METROPOLEREVISTA.COM.BR/RADAR-CULTURAL/FATOS-E-FOTOS/CATEDRAL-SAO-JOSE-SIMBOLO-MOURAOENSE/875). Acesso em: 04 de maio de 2021.

SHAPIRO, Roberta. O que é artificação? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 135-151, jan./abr. 2007.

VENÂNCIO, Giselle Martins. A arte no tempo: por uma perspectiva sociocultural dos objetos artísticos. **Revista de História e Estudos Culturais**, Universidade Federal de Minas Gerais, out./nov./dez. 2006, vol. 3, ano III, n. 4. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/792> . Acesso em: 05 de março de 2021.

2. ESTÉTICA FRONTEIRIÇA: TERRITÓRIO E CULTURA¹

Diana Araujo Pereira

Introdução

“¿Qué es una frontera? ¿Tiene sentido seguir hablando hoy de fronteras, en un mundo globalizado, interdependiente e intercomunicado como el nuestro?” Com essa pergunta o crítico uruguaio Fernando Ainsa abre a terceira parte do seu livro *Del Topos al Logos: Propuestas de Geopoética* (2006), dedicada à reflexão sobre as fronteiras. Este espaço, que oscila entre o âmbito territorial e o simbólico, vem preocupando cada vez mais a crítica cultural latino-americana, suscitando debates que, se não conduzem a uma unanimidade, ao menos coincidem em avaliar as fronteiras como “laboratórios” sociais, nos quais a dimensão cultural interage com a dimensão política no entramado das relações sociais.

Mas o que significa pensar a fronteira como laboratório (GARCÍA CANCLINI, 2000), ou pensá-la como “lugares estratégicos para configurar nuevas relaciones entre las sociedades y las culturas”? (GRIMSON, 2010, p. 62). Na medida em que os projetos de integração regional, tradicionalmente pensados a partir do âmbito econômico, mostram-se insuficientes e dão sinais de esgotamento, a observação das relações culturais que se dão em regiões de fronteira, construídas entre as identificações e as identidades, mostram-se mais capazes de abarcar a complexidade das relações sociais contemporâneas.

Os fluxos e trânsitos fronteiriços fornecem, portanto, elementos com os quais pensar as construções socioculturais da atualidade, dentro e fora das fronteiras, embora sejam justamente as fronteiras geográficas, tão fortemente marcadas pela transnacionalização e as migrações, os lugares mais tensionados pelas dinâmicas contemporâneas.

De fato, em qualquer cidade do mundo existem fronteiras que demarcam, por exemplo, bairros como territórios sociais diferentes; ou seja, através da ideia de fronteira, podemos explorar variadas linhas divisórias entre grupos, classes sociais, etc. sempre que se delimitem espaços de especificidades, sejam elas geográficas ou de outros âmbitos: simbólicas, étnicas, econômicas, etc. Em última instância, até mesmo a antiga discussão sobre a alteridade também poderia se deter na relação entre o *eu* e o *outro*, baseada na ideia de fronteira como a membrana que separa e ao mesmo tempo comunica os indivíduos; neste caso, o corpo é o território.

As fronteiras geográficas, por sua vez, acumulam todas essas possíveis concepções de fronteira, mas é aqui onde seu potencial divisório e também transgressor – os dois extremos que a configuram – chega a um nível de maior intensidade. Limitar-se na fronteira e ao mesmo tempo transgredi-la (de maneira concreta ou simbólica) são movimentos que fazem parte da dinâmica pendular e ambígua da realidade comum e cotidiana de uma grande parte de quem habita regiões de fronteira geográfica – o que exige pensar, a partir de novas perspectivas, a relação tão estreita entre cultura e território.

Portanto, torna-se necessário problematizar o conceito mais simples de fronteira como construção geográfica que define uma linha divisória entre nações e que se sobrepõe a imaginários e processos históricos compartilhados, impondo restrições territoriais, linguísticas e identitárias limitadas ao estado nacional. Devemos somar a esta abordagem² outra forma de

¹ Texto revisado e ampliado. Anteriormente publicado em PEREIRA, Diana A. Cartografias imaginárias. Geopoéticas e fronteiras. **Revista Línguas & Letras**, v. 17, n. 38, Cascavel, 2016, p. 30-46.

² Há toda uma discussão que divide opiniões acerca do papel de intervenção sociocultural do Estado e da relação de pertencimento dos indivíduos na ideia de nação. Cito Grimson (2010, p. 65): “[...] lejos de entrar en alguna era ‘posnacional’ estamos más cerca de nuevos usos de la nación, incluso usos cosmopolitas y transnacionales, que aún deben ser estudiados.”

entender a fronteira como lugar de passagem, trânsito e circulação de mercadorias, seres, ideias, línguas e práticas socioculturais que criam novas territorialidades, isto é, novas *paisagens* (SANTOS, 2008) com características próprias e particulares. O limite imaginário da fronteira contraposto à prática social articulatória promove hibridações ou intercâmbios em diversos âmbitos, do econômico ao subjetivo; ou ainda promove este mesmo limite imaginário como prolongamento da colonialidade do poder, atualizado no século XIX³.

Fronteiras e cultura

Como conclusão de uma longa obra dedicada ao pensamento geográfico, em seu último livro, Milton Santos (2008, p. 96) definia o território como “o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. A este espaço de identidade associa-se uma “solidariedade orgânica”, marcada por “solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica” (SANTOS, 2008, p. 109-110).

Não obstante, uma concepção mais móvel do território vem sendo articulada desde a década de 1970, em grande medida associada ao conceito de “desterritorialização” utilizado por Deleuze e Guattari. Na década de 1990, tanto o antropólogo Néstor García Canclini como o filósofo Felix Guattari (entre outros) propunham, complementarmente, a abordagem do território a partir das dinâmicas de subjetivação ativadas segundo a velocidade das relações socioculturais contemporâneas. García Canclini (2000) nos incita a “desterritorializar” e a “descolecionar” as vinculações identitárias consagradas pela memória histórica forjada dentro da nação, como estratégias “para entrar e sair da modernidade”; como “poderes oblíquos” que nos permitem pular o cerco das fronteiras mais estritas, valorizando, assim, os processos de hibridação que se impõem sobre as culturas, tanto em sentido coletivo como individual.

Atualmente, o debate decolonial inclui uma nova gama de conceitos muito produtivos para pensar a cartografia do continente como consequência de ideologias em disputa; conceitos que procuram elaborar a sistemática colonialidade que sempre se manteve vigente na América Latina. A corpopolítica, a geopolítica da sensibilidade e do conhecimento, ou o pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2015) são exemplos de perspectivas que incrementam a reflexão sobre esta escritura cartográfica que nada tem de objetiva, já que vem sendo tão manipulada quanto as demais linguagens que inventaram o “Novo Mundo” (O’GORMAN, 2003).

De qualquer forma, o território – e as suas práticas econômicas, políticas e culturais – estão no centro do pensamento contemporâneo, da geopolítica à geopoética, e é nesse contexto que a arte vem promovendo interessantes e provocativas conexões, problematizadoras dos processos migratórios e de fluxos variados. O campo artístico torna-se, portanto, um espaço importante de crítica e reflexão, como exemplo, podemos citar a Bienal do Mercosul de 2011 intitulada *Ensaio de Geopoética*. José Roca, responsável conceitualmente por esta edição, afirma que sua curadoria “está inspirada nas tensões entre territórios locais e transnacionais, entre construções políticas e circunstâncias geográficas, nas rotas de circulação e intercâmbio de capital simbólico”.

O território – sempre pensado como o “chão” próprio, que confere sentido de pertencimento, de Milton Santos, mas também como a tessitura subjetiva que carregamos e que é passível de intercâmbios – fornece o arsenal simbólico para a reflexão sobre as identidades contemporâneas, e permite à crítica artístico-cultural estabelecer um recorte através do qual

³ Ver: PEREIRA, Diana Araujo; RECALDE GODOY, Leidy Janina. “Comarca Guarani: Literatura e Cultura”. Disponível em: <http://www.edicoesmakunaima.com.br/catalogo/2-critica-literaria/50-transitos-e-fronteiras-literarias-territorios>. Acesso em: 10 set. 2021.

compreender as dinâmicas que criam as polifonias e as heterogeneidades atuais, assim como as tendências de resistências intra e interculturais.

A partir dessa perspectiva ampliada do território, vemos cada vez mais renovada a atenção dedicada ao estudo das fronteiras, “laboratórios” que tornam ainda mais complexos os mecanismos e processos gerados em torno das práticas do território e que marcam nossa contemporânea relação entre tempo e espaço (GARCÍA CANCLINI, 2000). Tais processos baseiam-se nos fluxos, nos movimentos e trânsitos que rompem a linearidade da tradicional relação entre cultura e território.

A fronteira – tomada como “laboratório” sociocultural – emerge em um momento histórico que demanda pensar a cultura não como acessório, mas como prioridade para a reflexão dos novos fenômenos que se dão no contexto contemporâneo. O sociólogo Michel Maffesoli (1990, p. 21), no final da década de 1980, afirmava que a cultura “[...] *actualmente está en trance de imponerse al enfoque económico-político*”. Uma década depois, novas vozes somam-se a essa perspectiva, como é o caso do sociólogo Andrea Semprini (1999, p. 9) que afirma que o debate cultural chega a ser “um importante indicador da crise do projeto da modernidade”, já que, “ao colocar à modernidade a questão da diferença, o multiculturalismo ultrapassa a especificidade de qualquer contexto nacional e propõe um sério desafio de civilização às sociedades contemporâneas.”

No mesmo período, o crítico Teixeira Coelho (2000, p. 10) é ainda mais incisivo ao afirmar que, de fato, é o paradigma cultural que determina as opções econômicas e não o contrário. A cultura é, portanto, como “cimento” e “catalisador” da convivência social e do sentido de comunidade.

A diversidade (étnica, linguística, regional, de gênero, etc.), plenamente instaurada na contemporaneidade sobretudo pelos fluxos migratórios, promove um cuidado especial com o tema cultural que congrega pensadores dos mais diversos âmbitos. O que se impõe é a reflexão sobre os paradigmas nos quais se reorganizam comunidades – ou as novas tribos urbanas (MAFFESOLI, 1990) – em um contexto comunicacional que promova a circulação das palavras, do capital simbólico, das narrativas e bens culturais e, principalmente, um contexto que forme a arena onde se dão as disputas pela legitimidade das representações, dos corpos e do conhecimento.

Por um lado, é preciso observar a dimensão da subjetividade humana em estreita relação com o território; mas por outro, também existem as tramas culturais que entretecem redes de convivialidade entre as sociedades contemporâneas, sobretudo as urbanas. Essas relações – que não se eximem da tensão inerente às negociações cotidianas dos espaços de poder a nível individual e coletivo – intensificam-se ainda mais nas regiões de fronteira geográfica.

Por tudo isso, as fronteiras podem ser pensadas como laboratórios ou espaços privilegiados para a observação da diversidade e, de forma mais explícita, das conflituosas – embora também criativas – dinâmicas de diálogo e intercâmbio cultural. Como afirma Ainsa (2006, p. 230): “*la frontera genera expresiones culturales y relaciones de intercambio basadas en la disponibilidad recíproca de los espacios que separa, porque la noción de frontera contiene en sí misma sus límites y sus errancias*”.

Fronteira é, portanto, como uma linha demarcatória que une e separa, cada vez mais pensada em termos de porosidade; espaço que permite o pensar e o viver “através”, em um *entre-lugar* demarcado por variados ritos cotidianos. Eles são lugares que impõem toda uma aprendizagem para o corpo social que os compõem, seja nas tramas coletivas ou nas individuais. Lugares nos quais o espaço vivido é constantemente marcado pela ambiguidade que o fundamenta: regiões onde se aprende a viver sob a proteção da segurança impressa pela identidade nacional em necessárias e cotidianas negociações que enfatizam a flexibilidade e a permeabilidade.

É fundamental pensar na fronteira como um espaço privilegiado para a observação das relações *interculturais*, em constante tensionamento com a *intraculturalidade*, isto é, relações culturais complexas, que não se eximem da tensão e do conflito; ao contrário, que se aproveitam do permanente tensionamento para construir toda uma vitalidade coletiva baseada em atitudes/práticas/táticas alimentadas pela “liberdade intersticial” geradora de uma “centralidade subterrânea informal” que, por sua vez, escapa da lógica linear e privilegia a *potência* das relações socioculturais, em oposição ao *poder* do econômico-político (MAFFESOLI, 1990).

Si el Estado-nación impone límites al tránsito de personas, las personas lo transitan sin miramientos por sus márgenes, transbordando estas reglamentaciones o normas. Si el Estado-nación impone la necesidad de identificación nacional, los tránsitos culturales y sociales la trasvasan, generando identidades móviles en uno y otro momento, asimismo identificaciones varias. Al estar cruzando permanentemente estos límites nacionales, las personas que la habitan “asumen” una identidad fronteriza, que no es nada más que aquella que les permite vivir con mayor resiliencia de manera permanente. Habitar la frontera es ser uno y otro al mismo tiempo, siendo primero uno y después el otro, y viceversa, y ambos simultáneamente, no sólo en una margen, también en dos y en tres márgenes al mismo tiempo. (PEREIRA; ORUÉ POZZO, 2020, p. 108).

Estética fronteiriça: Tríplice Fronteira

Uma das possíveis formas de aproximação de qualquer lugar é através da leitura de seus relatos, das narrativas que compõem sua cartografia imaginária e que nos convidam a realizar percursos guiados pelas representações que perpetuam. Como afirma Michel de Certeau (2009, p. 183), “os relatos, cotidianos ou literários, são nossos transportes coletivos”.

Tocar a fronteira, caminhar por ela, atravessar suas pontes é, também, um exercício de leitura. Parte-se da cartografia urbana para alcançar outra cartografia subjetiva, construída sob os pés mediante a observação dos discursos e imagens que se entrecruzam, formando uma paisagem natural e social muito peculiar.

Na região conformada pela tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina vive cerca de um milhão de habitantes em um contexto de intensas trocas, com relações de marcada porosidade⁴. Nesse lugar – que valoriza o fato de abrigar mais de 70 etnias – convivem as culturas nacionais (o *ethos* forjado pelo Estado-nação), a cultura guaraní e as culturas árabes e asiáticas sempre acompanhadas do intenso fluxo turístico que vem de todas as partes do mundo para apreciar as famosas Cataratas do Iguazu (patrimônio natural da humanidade) ou a maior hidrelétrica do mundo, Itaipu, e do igualmente intenso fluxo comercial promovido sobretudo pela Ciudad del Este, a segunda maior cidade do Paraguai.

Nesse espaço geográfico, justapõem-se cidades de três países em uma região de grande fluxo internacional que relaciona, no mínimo, três nacionalidades e três línguas; região que compartilha uma importante memória histórica e muitos intercâmbios culturais e identitários, além de interesses econômicos e geopolíticos.

Paisagem natural e humana (SANTOS, 2000) que se constrói entre conflitos históricos, econômicos e sociais, está sempre exposta à convivência dinâmica dos trânsitos culturais e migrações simbólicas que promovem a inevitável interação entre as cidades que compõem a

⁴ Com a pandemia do coronavírus, a Prefeitura da cidade de Foz do Iguazu teve que assumir publicamente um quantitativo muito superior às cifras anteriores que não chegavam a 300.000 habitantes (Censo Demográfico de 2010), conforme o subtítulo da reportagem “Cidade tem impacto de um milhão de pessoas que moram em um raio de 100 quilômetros e usam os serviços municipais de saúde.” Disponível em: <https://www5.pmf.pr.gov.br/noticia-48021>. Acesso em: 10 set. 2021.

região. A Tríplice Fronteira, tão marcada pela imagem do contrabando e de um suposto terrorismo jamais comprovado embora fortemente insinuado pelos meios hegemônicos, fornece o material linguístico (o *portuñol selvagem* – *mescla* de português, guarani e espanhol) e imaginário explorados tanto por artistas e escritores locais (PEREIRA e JÚNIOR, 2020) quanto por aqueles que passam e vivem a experiência da fronteira.

Novamente com Fernando Ainsa (2006), podemos pensar na literatura que se escreve sobre este território tão conflituoso quanto criativo como um meio ou um suporte por onde “*la dimensión ontológica del espacio integra la dimensión topológica como parte de una comunicación y tránsito natural del exterior al interior y viceversa, entre presente y memoria, entre lugares vividos y espacios inéditos*”. Assim, entre a geopolítica e a geopoética (AINSA, 2006) fronteiriça, escrevem-se (ou inscrevem-se) novos caminhos literários no cone sul que buscam não apenas percorrer seu contexto, mas apropriar-se da realidade histórica (como também linguística) que se constrói sobre a fricção e o conflito da trama cultural que lhe compõem.

Se entendermos o conceito de estética não como teoria da arte, mas como nos propõe o filósofo Jacques Rancière (2009, p. 13), como um “regime específico de identificação e pensamento das artes: um *modo de articulação* entre *maneiras de fazer*, *formas de visibilidade* dessas maneiras de fazer e *modos de pensabilidade* de suas relações, implicando uma determinada ideia de efetividade do pensamento”, podemos pensar em uma estética fronteiriça como estratégia de pensamento e reflexão crítica que necessariamente precisa levar em consideração novas “maneiras de fazer” culturais e artísticas, condicionadas por um imaginário pautado sobre sua particular territorialidade. Ampliando ainda mais a problematização do termo “estética”, Mignolo nos propõe o retorno a seu sentido originário, com o objetivo de alcançar o “desprendimento” de sua historicidade colonial:

La palabra *aesthesis*, que se origina en el griego antiguo es aceptada sin modificaciones en las lenguas modernas europeas. Los significados de la palabra giran en torno a vocablos como “sensación”, “proceso de percepción”, “sensación visual”, “sensación gustativa” o “sensación auditiva”. [...] A partir del siglo XVII, el concepto *aesthesis* se restringe, y de ahí en adelante pasará a significar “sensación de lo bello”. Nace así la estética como teoría, y el concepto de arte como práctica. [...] Esta operación cognitiva constituyó, nada más y nada menos, la colonización de la *aesthesis* por la estética; puesto que sí *aesthesis* es un fenómeno común a todos los organismos vivientes con sistema nervioso, la estética es una versión o teoría particular de tales sensaciones relacionadas con la belleza. [...] Así, la mutación de la *aesthesis* en estética sentó las bases para la construcción de su propia historia, y para la devaluación de toda experiencia *aesthética* que no hubiera sido conceptualizada en los términos en los que Europa conceptualizó su propia y regional experiencia sensorial (MIGNOLO, 2014, p. 28-29).

O sentido de estética que nos interessa, nesse texto, é aquele que nos permite observar a fronteira a partir de uma perspectiva sensorial e cognitiva abrangente e reflexiva. Ou, em outros termos, algo que nos permite *sentipensar* a fronteira para alcançar uma observação o mais “desprendida” possível de estereótipos e preconceitos, capaz de se deter sobre seus modos de atuar nos âmbitos da cultura e da arte, além das linguagens com as quais se mobilizam arquivos e repertórios invisibilizados pela cultura hegemônica (PEREIRA e ORUÉ POZZO, 2020). Entende-se a estética como categoria analítica que colabore para ir além dos aspectos da vida social consagrados pela legalidade normatizadora e que nos permita alcançar as práticas da vida social que criam insurgências e resistências, embebidas pelas “solidaderiedades horizontais” (SANTOS, 2000) que as caracterizam.

Por essa via, concluímos que no contexto da tríplice fronteira constrói-se um modo de atuar estético que ironiza: 1. o pacto imaginário em torno da nacionalidade, em que se consagra um território ligado a uma língua e uma identidade unívocas; 2. o pacto tributário que legaliza as atividades comerciais na fronteira, estabelecendo que o “excesso” de trânsito de mercadorias se constitui em contrabando; 3. o pacto artístico e literário que valida e reproduz como canônico o legado ocidental, com seu suporte livresco e escrito, por exemplo.

Essa estética assimila a performatividade própria do contexto fronteiriço e assume que a economia que o caracteriza vai muito além de um mercado material, relacionando-se com outra economia possível, a dos “bens simbólicos” (BOURDIEU, 2009). Nesse contexto, as práticas artísticas não têm apenas um sentido mimético, isto é, não existem apenas para representar a vida social da região em sentido descritivo. Muitas dessas práticas reconhecem a potencialidade das vozes do cotidiano, inaudíveis no meio urbano sob o jugo do ruído mercadológico. A extravagante literatura em “portuñol selvagem”, por exemplo, não tem, de fato, nada de extravagante; não se trata de um recurso meramente iconoclasta, e sim da inserção, no meio literário, de formas linguísticas orgânicas deste lugar (PEREIRA, 2014).

Por isso podemos chegar a dizer que essa “estética fronteiriça” só será compreensível se airmos ancorada no limiar, tão fortemente experimentado na América Latina, entre a arte e a política. Porém, considerando que “as artes nunca emprestam às manobras de dominação ou de emancipação mais do que lhes podem emprestar, ou seja [...] posições e movimentos dos corpos, funções da palavra, repartições do visível e do invisível” (RANCIÈRE, 2009, p. 26), a arte que se configura, nesse lugar ou a partir dele, propicia espaços alternativos para narrativas ou imagens que visibilizam práticas, processos e táticas do cotidiano. Segundo os termos de Rancière, a arte convoca as *maneiras de fazer* do cotidiano fronteiriço e propicia um espaço importante de *visibilidade e pensabilidade* para elas.

O antropólogo García Canclini (2010) também se propõe a abarcar a relação entre estética e política mediante a formulação de sua “*estética de la inminencia*”, cuja potencialidade igualmente nos ajuda a “ler” a geopoética fronteiriça. Segundo esse autor, há uma estética que

consciente de que el arte no es autónomo, sabe que la posibilidad de abrirse a lo nuevo, captarlo o dejarlo huir, está ligada a prácticas que, lejos de realizarse en el vacío, operan en medio de condiciones desiguales bajo límites que los artistas comparten con quienes no lo son. La disposición estética, al valorizar la inminencia, desfataliza las estructuras convencionales del lenguaje, los hábitos de los oficios, el canon de lo legítimo. Pero no los suprime mágicamente. Es apenas el entrenamiento para recuperar la capacidad de hablar y de hacer desmarcándonos de lo prefijado. (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 251).

Como exemplo, vejamos alguns casos emblemáticos dessa estética fronteiriça, fortemente marcada pela relação arte-política presente e atuante nas regiões de fronteira, ou a partir delas. É o caso do evento *Arte de Contrabando*, levado a cabo em 2006 como um projeto de intercâmbio artístico da zona cultural ao este e ao oeste do Río Uruguay, que propõe a criação de dois circuitos de cidades através das quais transitem diversos bens culturais provenientes da província de Entre Ríos (Argentina) e da República Oriental do Uruguai (teatro e dança, filmes de ficção e documentais, recitais, conferências, etc.). Em outras palavras, nesse outro contexto fronteiriço, denomina-se *Arte de Contrabando* a tentativa de cruzar fronteiras geográficas, tornando-as cada vez mais porosas no âmbito artístico-cultural.

No caso específico da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, merece destaque a proposta da sexta edição da Bienal do Mercosul, cuja sede é a cidade de Porto Alegre. Em 2007, promoveu-se o programa *Três Fronteiras* que, segundo afirma o crítico paraguaio Ticio Escobar (2007, p. 104), “*expresa bien ese sentido de dislocamiento (de cruce fronterizo,*

de ida y vuelta, de lugares intermedios)”. Para a residência artística nesse lugar foram convidados o búlgaro Daniel Bozhkov (1959), o venezuelano Jaimi Gili (1972), a mexicana Minerva Cuevas (1975) e o guatemalteco Aníbal López (1964); artistas de amplas dimensões internacionais que, depois de viver a experiência trifronteiriça, produziram obras que posteriormente seriam expostas em Porto Alegre. Sobre o profundo sentido de intercâmbio geopolítico e geopoético dessa proposta, explica Ticio Escobar (2007, p. 105-106):

Este proyecto nació tras la idea de que un grupo pequeño de artistas realizara pasantías en ese lugar urgente y confuso y produjera obras a partir de esta experiencia. Se sabe que tanto las situaciones de apremio e intensidad, como los sitios liminares, los umbrales, configuran reductos privilegiados del arte. [...] Ubicados en puntos de alta tensión, los artistas consiguen revertir la carga adversa mediante la producción de obras densas que significan no exactamente superaciones del conflicto o expresiones de su velada realidad, sino cifras potentes, capaces de exponer en clave poética las grandes cuestiones del momento. [...] La frontera puede ser cruzada y puede la tercera orilla ser al sesgo divisada, pero los desplazamientos del cruce y de la mirada trastornan la posición inicial: nadie regresa al mismo sitio, nadie regresa indemne; cada traspaso de la frontera deja saldo o falta que deben ser compensados. Esa necesidad mueve a Daniel Bozhkov a saldar con dibujos o acciones su albergue en la aldea Mbyá guaraní; impulsa a Jaime Gili a devolver a la comunidad de motociclistas y taxistas los signos que de ellos ha tomado prestado; fuerza a [...] Aníbal López a desandar el camino clandestino del contrabando, a inventar un vacío, una falta esencial que compense el excedente que su propia operación ha dejado.

O último artista a que se refere Ticio Escobar, Aníbal López, produz uma obra de especial interesse para esse texto: sua criação se submerge no contexto do contrabando de mercadorias que marca a economia local. Transladando o processo dos grupos operativos do contrabando à arte, transformando-o em performance artística e, com o seu resultado, em escultura, o artista guatemalteco coloca em xeque uma série de questões fundamentais para a compreensão do lugar simbólico das Três Fronteiras, como também da própria arte contemporânea. López repete toda a operação e a rota do contrabando desde Ciudad del Este até Porto Alegre (como se afirma no catálogo, 2007, p. 116: “*los contactos clandestinos, las contrataciones, el embalaje, el cruce ilegal por el río, el traslado oculto de las mercaderías en camiones piratas*”).

Finalizando o projeto, um total de 500 pacotes chegaram à Bienal do Mercosul e foram expostos como uma escultura-instalação com o título *Escultura pasada de contrabando de Paraguay a Brasil, 2007*. Um dado fundamental é que as caixas não transportavam nada, ou melhor, transportavam justamente o nada, o silêncio, o vazio ou, segundo a proposta de Canclini, transportavam a iminência, essa outra fronteira da arte contemporânea entre o que diz e o que silencia.

Para além da possível crítica ao Mercosul Cultural – mais utopia, esperança, que política cultural em funcionamento –, a obra fundamentalmente nos remete ao mundo da ilegalidade, no qual se entremesclam a necessidade de subsistência e o impulso criativo alimentado pela resistência, tanto em sentido material como simbólico ou cultural. Nesses contextos em que muitas vezes não há limite ou fronteira entre sobreviver e resistir, a estética potencializa a relação entre arte e política e colabora com a convivência social. Nos termos de Canclini, o que estaria iminente nesta obra de Aníbal López? Uma possível resposta seria a necessidade do artista de dar visibilidade à prática do contrabando, porém sob outra perspectiva interpretativa: práticas que fazem transitar sensibilidades e necessidades (silenciosas ou silenciadas) que demandam ser vistas e escutadas.

En los países, en las regiones de la periferia extrema, el agravamiento de la miseria y la proliferación del comercio informal promueven no sólo ingeniosos mecanismos de subsistencia desesperada, sino opulentas fortunas basadas en la mafia. Pero también fomentan la emergencia de representaciones simbólicas e imaginarios colectivos que aseguran la legitimación social de estos circuitos subterráneos: lenguajes, figuras, señales de identidad y códigos estéticos y éticos alternativos que amparan la circulación de las cajas (ESCOBAR, 2007, p. 118).

Complementemos essa visão exterior à fronteira – pois tanto Aníbal López quanto Ticio Escobar não são oriundos e tampouco residentes na região – com as percepções artísticas da brasiguaiia Fran Favero (1987), artista visual cuja obra elabora um transcurso biográfico moldado entre as margens dos rios Paraná e Iguaçu. Na obra intitulada “Sobre tornar-se (Jopara)”, de 2015, composta de suas duas certidões de nascimento brasileira e paraguaia, a identidade *jopara* explicita sua condição de “*doble chapa*”, como se diria em outra região fronteira (Rivera, Uruguai e Livramento, Brasil). Segundo a artista⁵:

Jopara é uma palavra em guarani que significa mescla ou mistura: A palavra jopara é composta de dois elementos, em que jo é um prefixo de reciprocidade que significa uns aos outros, mutuamente, enquanto que para significa matizado, policromático, misturado, ou seja, descreve variação.

Desde a obra “(D)espacio” (2013, Filme 35mm, cor 1’44”), composta por quatro microfímes rodados na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, vemos céu e terra mediados por um corpo que se movimenta, que caminha na paisagem da fronteira trinacional e cujo percurso parece cumprir o ciclo do amanhecer ao entardecer. Esse trabalho é o início de uma proposta artística coerente com a biografia de Fran Favero. Pouco a pouco, a artista vai amadurecendo a intenção de transitar entre linguagens e territórios simbólicos, mas principalmente de “deslocar-se” no território geográfico da região, sem o qual a sua dimensão simbólica não seria efetiva. É assim que, posteriormente, a artista performatiza e torna ainda mais móvel, pois “os quatro microfímes (D)espacio gravados na região da Tríplice Fronteira publicados como DVDs piratas e inseridos em bancas de rua que comercializam esses produtos em Foz do Iguaçu, PR e Ciudad del Este, Paraguai.”

Sobre uma de suas obras mais recentes – “Como falar entre fronteiras - intervenção sonora no Marco das Três Fronteiras das cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazu, na Argentina e Presidente Franco, no Paraguai” – vejamos o que afirma a reportagem publicada pela página Desacato.info, que conta com entrevista de Fran Favero:

Após a instalação de radiotransmissores nas margens daqueles três países, moradores e turistas foram convidados a falarem entre fronteiras, com desconhecidos, estabelecendo uma conversa ou simplesmente transmitindo sua voz e o ambiente sonoro de um lado a outro das margens. Esse dispositivo possibilitou uma troca sonora e conversa em português, espanhol e guarani, idiomas oficiais dos países, e em outros idiomas pela presença dos turistas. “Se o corpo não pode atravessar de um lado a outro sem passar por pontes, alfândegas, pontos de controle e checagem de documentos, o trabalho criou uma abertura, a possibilidade de estabelecer territórios movediços, temporários, de se infiltrar, desafiar e desviar as línguas e fronteiras, diminuir

⁵ Todas as referências foram retiradas da página oficial da artista. Nela também constam as obras aqui analisadas. Disponível em: <http://franfavero.com/#home>. Acesso em: 10 set. 2021.

as suas espessuras, vislumbrando fronteiras fluidas, flutuantes, porosas, permeáveis”, explica a artista. [...] “É interessante destacar que a intervenção sonora que deu origem à publicação foi realizada em 2015. Desde então, houve mudanças significativas no lado brasileiro, que passou por um processo de privatização. Atualmente, esse ponto turístico não é mais de livre acesso, já que é preciso pagar um ingresso para entrar em um complexo turístico e acessar a vista das outras margens. A publicação funciona também como uma documentação de um momento anterior deste lugar, um contexto que permitiu o acesso livre e a realização da intervenção sonora”, comenta Fran Favero.

“Ser estrangeiro na própria boca ou nos próprios ouvidos envolve tentar falar como um desconhecido ou entre desconhecidos. [...] O que inunda a fronteira desfaz os limites?”, lê-se no texto da artista visual Raquel Stolf, orientadora do trabalho de conclusão de curso em Artes Visuais de Fran Favero, em cujo processo foi realizada a intervenção sonora e a sua posterior publicação. O fragmento acima compõe o texto de abertura para a exposição individual da artista, *Y/Rembe’y*, no Museu Victor Meirelles (2016, Florianópolis)⁶.

A identidade brasiguiaia, ou fronteiriça, é vivenciada por Fran Favero e por muitos dos habitantes que residem na região trinacional e que transitam pela paisagem cultural desse lugar aliando, em seu cotidiano, os benefícios de cada lado da linha imaginária da fronteira, dessa maneira ressignificando seu entorno de forma resiliente, *sentipensante* ou simplesmente irreverente. É impossível não observar a diferença no tratamento da fronteira entre os artistas não residentes e a artista nascida na região. Sem ser ingênua ou naïf, muito pelo contrário, a obra de Fran Favero nos remete às assimetrias e desigualdades locais, mas não apenas a elas. Também procura problematizar a potencial interassistencialidade propiciadora de benefício mútuo, sinalizando a mobilidade (física e identitária) como potência criativa alimentada pela diversidade cultural.

No contexto literário fronteiriço, também encontramos elementos e sistemas articuladores das maneiras de fazer e de pensar a escrita a partir do sentido estético aqui elaborado. É o caso, por exemplo, de Douglas Diegues (1965), o poeta mentor de um grupo grande de escritores que nutre uma escritura crítica e corrosiva e que se confronta com a literatura canônica e canonizada pela Academia e os meios hegemônicos. Através de sua atividade poética, Douglas Diegues consagra o portuñol selvagem como língua literária da fronteira levando-a, curiosamente, mais além de sua dimensão geográfica, influenciando escritores da capital Assunção (Paraguai) ou de São Paulo (Brasil), por exemplo. Além disso, é também um dos fundadores da editora cartonera Yiyi Jambo, cuja política privilegia – como em geral o fazem todas as editoras cartoneras – a escrita contrária a toda univocidade, seja de temas ou de linguagens.

No entanto, seu achado linguístico tem antecessores⁷, entre eles o escritor curitibano Wilson Bueno, autor do romance *Mar Paraguayo* – monólogo cuja protagonista, uma prostituta paraguaia, que vive no balneário brasileiro de Guaratuba (onde o ditador Alfredo Stroessner passava férias), expressa uma visão de si mesma e do mundo nessa realidade translinguística, entre as três línguas que marcam a Tríplice Fronteira.

Na primeira edição de *Mar Paraguayo*, de 1992, o escritor argentino Néstor Perlongher deixa constar sua fascinação por essa “entre-línguas (ou entre-rios)” no prefácio que assina. Esse texto logo será incorporado à edição mexicana de 2006, também prefaciada por Sergio Ernesto Ríos e Eduardo Milán. Dessa forma, o insurgente romance *Mar Paraguayo*, com edições no Brasil, Chile, Argentina e México ao longo da primeira década do século XXI, se

⁶ Disponível em: [HTTP://FRANFAVERO.COM/#HOME](http://FRANFAVERO.COM/#HOME). Acesso em: 10 set. 2021.

⁷ Para aprofundamento sobre o portuñol selvagem, ver o volume organizado no qual há três capítulos que tratam deste tema: PEREIRA, Diana Araujo (2014).

consagrava na América Latina e com ele o portuñol selvagem como uma língua literária do continente:

El portuñol es indeciso, intempestivo, mutante, no mantiene fidelidad sino a su propio antojo, desvío o error. El efecto del portuñol es inmediatamente poético. Hay entre las dos lenguas una vacilación, una tensión, una oscilación permanente: una es el error de la otra, su devenir posible, incierto e improbable. Una singular fascinación adviene de ese entrecruzamiento de “desvíos” (PERLONGHER, 2006, p. 13).

Deixemos que o poeta Douglas Diegues, através de declarações em seu blog, nos conte sobre as suas motivações e influências:

Depois que conoci "Mar Paraguayo" [...] fiquei fascinado com aquilo, pues era la lengua que la xe sy (minha mãe) y que las madres de mis amigos usaban diariamente. Eu também queria escribir em portunhol y fiquei com uma pergunta revoleteando nel kraneo por quase dez anos: ¿Cómo escribir em portunhol después de Wilson Bueno, pero sem imitar Wilson Bueno? En los primeros meses de 2002, comencei a escrever sonetos selvagens em portunhol. Fiz um montoncito de sonetos e mandei ao Glauco Mattoso y ao Elson Fróes, que los publicaron nel site Sonetario Brasileiro, ao lado de sonetos de vários boludos importantes da poesia brasileira, como Gonçalves Dias et alia. Além de publicar mios sonetos, Glauco Mattoso, gênio que prezo e respeito, disse que se trataba de uma "interessantíssima produção." Fiquei feliz y comovido. Y me senti realizado en la poesia. Había conseguido escrever em portunhol selvagem sem imitar al Wilson Bueno de "Mar Paraguayo" y sem imitar a Voz de nenhum outro poeta que prezo y coisa e tal... Em 2003, a Travessa dos Editores, de Curitiba, publicou mio primeiro libro: "Dá gusto andar desnudo por estas selvas". Cuando me dei conta, yo era el hombre que havia colocado en la rueda el primeiro libro de poemas escritos em portunhol y, a la vez, el hombre que había escrito por primeira vez poemas em portunhol no âmbito da literatura brasileira, argentina e paraguaya ao mesmo tempo. Nunca ninguém tinha se atrevido a romper com las lenguas oficiales de la Tríplice fronteira en la poesia. Foi como se houberse demorado uns mil anos, mas non desisti, y la respuesta brotou em medio a la pregunta que revoleteaba em mio kraneo: los poetas podem ser limitados, yo puedo ser limitado, pero el portunhol selvagem non tem limites. [...] Lo difícil es inventar, descubrir, crear uma voz propia, um modus operandi particular; hacer las cosas com huevo próprio, leche propia, néctar próprio ou bosta própria, non importa com qué, desde que seja una substância propia (HTTP://WWW.PORTUNHOLSELVAGEM.BLOGSPOT.COM.BR/).

Por outro lado, não podemos esquecer a marca política que se soma à novidade estética, principalmente quando é publicada uma espécie de Carta-Manifesto – “Karta-Manifesto-del-Amor-Amor-en-Portuñol-Selvagem” – assinada por artistas e escritores de diferentes nacionalidades, através da qual defendem não apenas a nova língua literária, mas uma maior equidade na distribuição da riqueza gerada pela hidrelétrica binacional de Itaipu. Essa carta, dirigida aos Presidentes da República do Brasil (Luis Inácio Lula da Silva) e do Paraguai (Fernando Lugo), foi publicada em 17 de agosto de 2008, em um dos jornais de maior circulação no Brasil⁸.

⁸ Disponível em: [HTTP://OGLOBO.GLOBO.COM/CULTURA/CONFIRA-MANIFESTO-EM-DEFESA-DO-PORTUNHOL-SELVAGEM-3607777](http://oglobo.globo.com/cultura/confira-manifesto-em-defesa-do-portunhol-selvagem-3607777). Acesso em: 10 set. 2021.

A reivindicação política de que se queime “*en fuego guaraní, fuego incorruptible, fuego del amor amor, fuego divino, fuego humano, fuego inumano*” o contrato vigente entre Brasil e Paraguai no que se refere aos excedentes de energia da Usina Binacional de Itaipú demonstra outra forte relação entre os intercâmbios simbólicos associados às relações econômicas e sociais da fronteira. Nesse caso específico, é notória a relação entre arte e política, traduzida em concretas “maneiras de fazer”, de dar “visibilidade” à reflexão crítica e às vozes subalternizadas.

Para terminar, vejamos o caso do coletivo DE CONTRA(BANDO) Y ACORDE ([HTTP://DECONTRABANDYOYACORDE.BLOGSPOT.COM.BR/](http://decontrabandoyacorde.blogspot.com.br/)), formado por escritores e artistas paraguaios residentes em Ciudad del Este ou, de forma mais ampla, na província de Alto Paraná (Ismael Ghanem, Renato Bravo – que faleceu em 2012, durante o golpe parlamentar contra o Presidente Fernando Lugo –, Paz e Belén Benítez, Verónica Pereira, Damián Cabrera, e ocasionalmente Cindy Elizeche e Edgar González, além de Arnulfo Simeón Denis).

Segundo informação propiciada pelo escritor Damián Cabrera por e-mail (15 de maio de 2014), “*el colectivo surgió en 2008 y quiso aprovechar un espacio que la Alianza Patriótica para el Cambio tenía en Ciudad del Este, para realizar actividades culturales*”. Nesse espaço, realizavam as atividades do coletivo: leituras comentadas, discussões e oficinas de escrita criativa. No blog do grupo DE CONTRA(BANDO) Y ACORDE, lê-se:

DE CONTRA(bando) Y ACORDE es un espacio en Ciudad del Este para el goce escritural. Contrabandear cigarrillos: Rescatar esta imagen como el gesto de llevar algo a escondidas, como aquello que se dice bajito, sin vociferar (porque la CDE grita muy fuerte). Los estudiantes del ISEHF⁹ contrabandearon cigarrillos como un gesto, como una experiencia para burlar la vigilancia fronteriza. Nosotros hacemos el ejercicio de burlar otras fronteras, o de desdibujarlas, para dibujar lo otro, hacer aparecer otra cosa. En este espacio de reencuentro que retoma un goce, se cruza la búsqueda -casi de buceo- de aquello que se hace bajo una superficie (o como bajo un puente, en el río). A saudade define muito bem este momento. Hoy somos más caretas. Missing: La citruska y nuestra música árabe-guaraní, toma hilos del pasado y los teje al azar, formando una trama multicolor y enmarañada, como la que se hace en nuestra kilombera ciudad.

Uma vez mais, vemos o contrabando nomeado como eixo articulatório em torno do qual se organizam as ideias de insurgência e resistência aos esquemas comerciais capitalistas que imperam na legalidade fronteiriça, além do jogo entre as identidades e as identificações que marcam as relações interculturais na fronteira. Esse dado aparece, por exemplo, no próprio nome do grupo *De contra(bando) y acorde*, no qual “acorde” tanto é o “estar de acordo” do espanhol, quanto o imperativo do verbo “acordar” em português. De maneira mais ou menos cifrada e lúdica, o contrabando, que é também, um “bando do contra”, afirma estar de acordo com o *status quo*, mas ao mesmo tempo solicita que o leitor desperte ou que se conscientize. No ambíguo e quase contraditório jogo semântico que dá nome ao coletivo, lê-se o complexo jogo simbólico das relações sociais inerentes à geopoética e à geopolítica da região.

Referências

AINSA, Fernando. **Del Topos al Logos**. Propuestas de Geopoética. Madrid: Iberoamericana, 2006.

⁹ Instituto Superior de Estudios Humanísticos y Filosóficos.

- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BUENO, Wilson. **Mar Paraguayo**. México: Bonobos, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes do fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- COELHO, Teixeira. **Guerras Culturais**. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- ESCOBAR, Ticio & PÉREZ-BARREIRO, Gabriel. **Três Fronteiras**. Porto Alegre: Fundação Bienal do Mercosul, 2007.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **La sociedad sin relato**. Antropología y estética de la inminencia. Buenos Aires: Katz, 2010.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.
- GRIMSON, Alejandro. Fronteras, naciones y región. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; VIDAL, Silvina Paula (orgs.). **Latinidade da América Latina: aspectos filosóficos e culturais**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2010.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MAFFESOLI, Michel. **El reencantamiento del mundo**. Una ética para nuestro tempo. Buenos Aires: Dedalus, 2009.
- MAFFESOLI, Michel. **El tiempo de las tribus**. El declive del individualismo en las sociedades de masa. Barcelona: Icaria, 1990.
- MIGNOLO, Walter. **Habitar la frontera**. Sentir y pensar la descolonialidad (Antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB y UACJ, 2015.
- MIGNOLO, Walter. “Aiesthesis decolonial”. In: GOMEZ, Pedro Pablo (org.). **Arte y Estética en la encrucijada decolonial II**. Buenos Aires: Del Signo, 2014.
- O’ GORMAN, Edmundo. **La Invención de América**. México: FCE, 2003.
- PEREIRA, Diana Araujo (org.). **Cartografia Imaginária da Tríplice Fronteira**. São Paulo: Dobra, 2014.
- PEREIRA, Diana Araujo. Geopolítica y geopoética de la Triple Fronteira (Brasil, Argentina y Paraguay). In: VALENTE, Cynthia; MORETTI, Maria de Fátima de Souza; CUSTÓDIO, Raquel Cardoso de Faria. (orgs.). **Po(éticas) e Políticas do Caribe Andino ao Grande Chaco**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.
- PEREIRA, Diana Araujo; RECALDE GODOY, L.J. “Comarca Guarani: Literatura e Cultura”. In: MIBIELLI, Roberto; JORGE, Silvio Renato; SAMPAIO, Sonia Maria Gomes (orgs.). **Trânsitos e fronteiras literárias: Territórios**. Rio de Janeiro: Makunaima, Roraima: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2020. Disponível em: <[HTTP://WWW.EDICOESMAKUNAIMA.COM.BR/CATALOGO/2-CRITICA-](http://www.edicoesmakunaima.com.br/catalogo/2-critica-)

LITERARIA/50-TRANSITOS-E-FRONTTEIRAS-LITERARIAS-TERRITORIOS>. Acesso em: 01 jun. 2021.

PEREIRA D.A.; ORUÉ POZZO, A. “Frontera Paraguay-Brasil: un mapa nocturno para Pedro Juan Caballero y Ponta Porã”. In: PEREIRA, Diana Araujo; FORTES, L.; SOUZA, L. S. de; RIBEIRO, S.B.C. (orgs.) **Territórios em disputa**: Línguas, Memórias e Identidades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. Disponível em: <[HTTPS://PROGRAMAS.UNILA.EDU.BR/IELA/LIVROS](https://programas.unila.edu.br/iela/livros)>. Acesso em: 01 jun. 2021.

PEREIRA, Diana Araujo; JÚNIOR, Paulo Maria. Pensar e escrever a partir da fronteira. **Revista Texto Poético**, v. 16, n. 29, p. 133-154, jan./abril 2020. Disponível em: <[HTTPS://TEXTOPOETICO.EMNUVENS.COM.BR/RTP/ARTICLE/VIEW/646](https://textopoetico.emnuvens.com.br/rtp/article/view/646)>. Acesso em: 01 jun. 2021.

RANCIERE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e Política. São Paulo: Editora 34, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

3. ESPAÇO PÚBLICO CIBERNÉTICO: AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E O DILEMA DOS INTELLECTUAIS NA AMÉRICA LATINA

Fred Maciel
Marcos Sorrilha Pinheiro

Intelectuais e espaço público

A passagem ao século XXI trouxe consigo o advento de novos mecanismos de participação e formas de ação, especialmente aqueles vinculados ao progresso tecnológico e à celeridade digital. Renovados atores e setores sociais têm se inserido tanto em plataformas culturais quanto em espaços político-econômicos antes reservados quase que exclusivamente a minorias privilegiadas. Nesse sentido, é pertinente questionar acerca de possíveis reordenamentos nas tramas internas das sociedades contemporâneas, com transformações e adaptações de variados personagens, estruturas e categorias, bem como o seu papel diante de tais dinâmicas.

As relações com o Estado e com a política (seja ela institucionalizada ou não) podem ser parâmetros relevantes na identificação de alguns agentes atingidos por essa diversificação e pluralização atuais. Ademais, se considerarmos o peso histórico no andamento de determinadas nações, e igualmente a relevância na construção de elementos identitários, certos segmentos ganham destaque. Em realidades próximas, no contexto latino-americano, por exemplo, a figura do intelectual se sobressai. Enquanto mediadores sociais, portadores de uma legitimidade pelo saber ou artífices de leituras do nacional, os intelectuais ocupam posição protagonista na história da América Latina. Vale ressaltar que, em nossa região, a centralidade dos intelectuais se sobressai quando comparada a outras localidades. Sobre isso, Wilhelm Hofmeister (2004, p. 8) explica que “até muito pouco tempo atrás as sociedades [na América Latina] se caracterizavam por uma pequena minoria com boa formação e uma grande massa de iletrados; a retórica e o personalismo exerciam uma grande influência sobre o comportamento político”.

Apesar do caráter polissêmico envolvendo a noção de intelectual – com determinantes locais e planos conjunturais específicos delimitando as conceituações –, traços como a produção e transmissão de ideias, símbolos e visões de mundo, o uso preponderante da palavra e um exercício de poder através da persuasão podem ser considerados marcas compartilhadas na maioria das acepções, principalmente no ambiente regional latino-americano.

Sabe-se que as práticas intelectuais se estruturam e se organizam a partir de relações de interdependência e de força entre outros atores e esferas (materiais e simbólicas), calcando representações, identidades e recursos discursivos. Assim, um importante referencial a ser analisado recai na ideia de espaço público. Justamente por contemplar características essenciais de interrelações entre as partes envolvidas, tal percepção permite conjugar o exercício reflexivo não apenas nas funções da intelectualidade, mas também na influência do meio na configuração dos atores sociais e no desenvolvimento dos processos de ação-transformação socioespacial.

Em outros termos, sendo a esfera pública uma significativa zona de atuação do intelectual e se o espaço público pressupõe a relação das pessoas com seus entornos, avaliar os laços entre intelectuais e espaço público revela-se um aporte interessante no estudo da construção do indivíduo e das instituições no marco da contemporaneidade, principalmente quando consideramos as transformações operadas sobre tal espaço por meio das tramas das redes de sociabilidade virtual.

Desse modo, o presente texto pretende apresentar considerações acerca da noção de intelectual e de suas conexões com o espaço público, substancialmente tendo como orientação o contexto latino-americano. Ao ponderarmos o diálogo social como elementar na compreensão das realidades nacionais da região, além de valorizar a perspectiva interdisciplinar ao redor das

práticas e manifestações, seria possível buscar a reflexão a respeito dos dispositivos participativos e de tomada de decisões, notando a hipotética interferência da intelectualidade perante a sociedade e nas formas de apropriação inclusiva dos espaços.

De outra maneira, abordaremos como os impactos causados pelo advento de novas tecnologias provocam alterações na própria forma de se conceber o espaço público, dando à opinião pública novos mecanismos para a organização de consensos e difusão de dissensos. Desse ponto de vista, cabe-nos questionar até que ponto a reorganização do espaço público provoca alterações na função do intelectual nas sociedades contemporâneas, bem como se existe uma mudança no perfil do mesmo e nos mecanismos de transmissão de suas ideias.

A inserção de novas vozes no debate público trouxe cacofonias inevitáveis no processo de transmissão de informações que colocam sob suspeitas antigas instituições responsáveis por construir e difundir conhecimento, entre elas, a imprensa, as universidades e os organismos responsáveis por implementar políticas públicas. Interessante notar que esses são os locais tradicionais de atuação do próprio intelectual.

Ao mesmo tempo, plataformas digitais tornaram-se campo fértil para o florescimento de novos agentes responsáveis pela emissão de opiniões capazes de angariar um público de seguidores que tomam seus posicionamentos como sentenças inquestionáveis. Tal realidade potencializa a disseminação de notícias falsas e realidades alternativas em redes sociais ou por aplicativos de mensagens instantâneas, o que faz com que o papel do intelectual enquanto “sujeito a quem se atribui [...] a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções do mundo [...], que acabam por construir [...] os sistemas de ideias de uma determinada sociedade” (BOBBIO, 1997, p. 110) esteja repleto de novos desafios e contendores.

Assim, investigar o papel de salientes atores sociais – como os intelectuais –, seus nexos com os demais segmentos e os sentidos partilhados do “público” nesse momento de sua reconfiguração, causada pelo surgimento dos espaços virtuais, mostram-se proveitosos no entendimento dos panoramas atuais do continente, e é nesse sentido que tentaremos contribuir.

O intelectual como categoria social e sua história na América Latina

Na América Latina, a figura do intelectual possui relevo histórico como ator decisivo nos jogos político e sociocultural. Desde o período após as independências e emancipações regionais, a imagem do “homem das letras” traz consigo cargas de legitimidade e de poder que reforçam a capacidade de impacto dos mesmos sobre as sociedades e nas vinculações com os quadros institucionais. É verdade que, naquele período, tais personagens foram importantes para a organização do Estado e no estabelecimento de uma nova linguagem política para as jovens nações. Porém, sua autoridade ainda estava atrelada ao poder político garantido pelos organismos governamentais.

De maneira geral, a formação dos intelectuais enquanto um campo autônomo somente se daria na América Latina com o alvorecer do século XX, já sob forte influência das movimentações ocorridas na Europa décadas antes. No processo de emergência das massas e reorganização da opinião pública e com o surgimento de um mercado editorial, o intelectual encontrou um espaço novo para atuar, entre o Estado e a Sociedade Civil.

Tradicionalmente, esse fenômeno é mais bem localizado na França do final do século XIX, naquilo que se convencionou chamar de “caso Dreyfus”, responsável por mobilizar parte considerável da opinião pública francesa naquele momento¹⁰. A partir de então, o uso do termo

¹⁰ Em 1894, o oficial do exército francês de origem judaica Alfred Dreyfus foi condenado à prisão perpétua por traição. Baseada em documentos falsos, a condenação ganhou repercussão principalmente com o artigo do escritor Emile Zola, “J’accuse”. Publicado em 1898, expunha os equívocos judiciais e

“intelectual” como substantivo se difundiu em solo hispano-americano na designação daqueles que, comumente, faziam parte de uma minoria com boas formações diante de um enorme contingente de iletrados ou com limitada instrução.

Por mais que o teor multivocal siga prevalecendo na orientação dos estudos, a aceitação e disseminação da noção deu-se de maneira rápida no continente. Conforme esclarece Carlos Altamirano:

También en la América hispana la recepción y el uso del vocablo “intelectual”, como sustantivo y en la acepción que había cobrado en Francia, se produjeron muy rápidamente. [...] El nuevo término se ajustó sin dificultades a una tradición ideológica preexistente, la del americanismo, que rendía culto a las minorías ilustradas y a su papel en la construcción de las nuevas naciones del subcontinente. (ALTAMIRANO, 2013, p. 45).

No jogo de reconfiguração das identidades nacionais do início do século XX, os intelectuais teriam um papel importante na busca por articular demandas sociais e o imaginário popular à antigas tradições políticas e aos interesses de setores econômicos. Esse papel de construção do elemento nacional vai de encontro à certa monopolização sobre os debates públicos e caminhos políticos exercida pelos intelectuais, tal qual uma liderança que agitaria ideias, levantaria problemas e/ou elaboraria programas e teorias gerais (BOBBIO, 1997).

Nesse caminho, as tensões entre discurso e ação podem facilitar a elucidação da importância de examinar a intelectualidade na apreensão da história e igualmente das realidades locais. Enquanto mediadores culturais, os intelectuais ocupam um papel importante junto ao espaço público e, ao se movimentarem sobre esta esfera, acabam por expor o funcionamento dos mecanismos de construção de hegemonias e consensos, sendo objetos importantes para a compreensão de tais procedimentos.

Justamente por isso, à medida que a sociedade e a opinião pública ganham novos espaços e ferramentas de sociabilidade, os lugares de atuação dos intelectuais e as maneiras pelas quais eles desenvolvem seu trabalho também se alteram e, até mesmo, é possível acompanhar a evolução de tais relações na história recente de nosso continente.

No contexto do alvorecer do século XX, a expansão do mercado editorial, o aumento no número do público letrado, o investimento em educação e o surgimento de novas instituições democráticas, eventos observáveis nas primeiras décadas latino-americanas, garantem um grau de autonomia e independência aos intelectuais da região.

A aceleração do processo de emigração para as cidades e sua industrialização, bem como a maior participação das massas no cenário político promoveram um desarranjo demográfico não apenas populacional, mas nas maneiras de participação da vida política e na forma de representação pública (AGGIO, 2003, p. 140-141). Com a chegada dessas pessoas e o advento dos primeiros veículos de *mass media*, como o rádio, surgiu a necessidade de renegociação em torno das identidades e representações nacionais. Por outro lado, esse acontecimento promoveu a chegada de novos atores que passariam a disputar a condição de organizadores desse novo panorama cultural e político de então. Não por menos, tomando o caso peruano como exemplo, naquele momento da história de nosso continente, nomes ligados aos ambientes aristocráticos, como José de la Riva Agüero y Osma, passariam a disputar suas visões de mundo com novos ensaístas oriundos da parte mais baixa da sociedade, como José Carlos Mariátegui (FLORES

acusava o alto escalão militar sobre o erro cometido. O substantivo “intelectual” emergiria em meio ao caso como categoria social, tendo como ponto de partida a missão do intelectual em expor a verdade, em lutar contra o poder. Um manifesto assinado por inúmeros escritores, pensadores e artistas apoiou o artigo de Zola, tal como um ato coletivo de protesto político. Anos depois, em 1906, a sentença foi cassada e Dreyfus reintegrado ao exército.

GALINDO, 2007). Da mesma forma, a visão romântica do passado, idealizado pela relação do homem com o campo, o indígena e o *gaucho*, daria espaço ao surgimento de uma literatura realista, mais social e urbana, disposta a descrever os meandros dos cortiços ou dos *conventillos* argentinos (MARTIN, 2011).

Percebe-se, portanto, que a alteração da própria estrutura do espaço público impõe desafios e limites ao trabalho do intelectual e a necessidade de reordenação de seu papel. Como é observável no contexto latino-americano, o desenho das novas condições sociopolíticas, culturais e institucionais evocam a existência de diferentes manifestações de poder nas sociedades, com a estruturação de culturas políticas demonstradas nas práticas intelectuais e nos meios de participação pública.

Assim, se avançarmos temporalmente, podemos ponderar a reconfiguração da figura do intelectual como um fenômeno contundente na contemporaneidade, com a assimilação de perfis ligados a diferentes campos do saber, não somente às Humanidades. Nessa ótica, as relações com o contexto e o meio demandariam características cada vez mais críticas e criadoras. Pensando em tal ampliação e no cerne aqui proposto, avalia-se que o universo da atuação política e os ambientes governamentais, aos poucos, deixam de ser o único local para o exercício dos intelectuais, uma vez que a expansão das dinâmicas capitalistas promove o fortalecimento do campo midiático, por exemplo. Este, por sua vez, absorve e redefine discursos intelectuais, de modo a incorporar elementos próprios da cultura letrada, gerando uma espécie de nova estética, um espaço limítrofe que articula elementos da narrativa “ilustrada” e componentes da cultura de massas (PIZARRO, 2009).

Por isso, a partir da metade do século XX, os intelectuais na América Latina estariam mais organicamente articulados à opinião pública e menos dependentes das estruturas tradicionais do poder. Enquanto criadores de conteúdo culturais, estiveram mais presentes nos veículos de massa, na imprensa, no rádio e, com seus romances, projetaram novas imagens e explicações sobre a realidade latino-americana. Com isso, foram chamados e convocados a produzir explicações sobre os dilemas nacionais e a se posicionar perante o avanço de novas tradições políticas.

Mais desconectado de instituições tradicionais, tais como o Estado e a Igreja, o intelectual contemporâneo pode ser reconhecido em âmbitos que parecem focalizar no conhecimento (em sua produção e propagação) como meio e fim de suas atividades, tais quais as Universidades ou redações de jornais. A exposição do sociólogo Francisco de Oliveira é elucidativa nessa perspectiva sobre a intelectualidade em etapas recentes:

Tudo isso ocorre mediante uma operação em que se desprivatiza o espaço. O espaço passa a ser um lugar público, lugar eficaz para a operação do novo modo de ser da sociedade. O intelectual é, portanto, este agente que, neste momento, descola-se dos antigos aparelhos e das antigas formas de dominação, e surge autônomo. (OLIVERA, 2001, p. 125).

É nesse contexto em que o intelectual ganha tamanho destaque no cenário latino-americano e passa a se posicionar como o intérprete oficial das mazelas do continente. A dinâmica editorial, o advento da televisão e os ares revolucionários vindos da ilha de Cuba emprestaram ao intelectual maior visibilidade, ao mesmo tempo em que estes conferiram a si mesmos um papel revolucionário em sua relação com o público.

Nessas relações transatlânticas, os intelectuais latino-americanos passaram a serem lidos e ouvidos na Europa e nos Estados Unidos, agindo como porta-vozes da história e divulgadores da realidade sociocultural do continente. Nesta relação dialética com o velho mundo, o engajamento sartreano seria assimilado sob a ótica revolucionária daquele período e seria responsável por estabelecer os parâmetros do comportamento intelectual da geração do *Boom*

Literário. Esse momento marca o auge da autonomia e engajamento do intelectual herdeiro da tradição francesa (de Zola a Sartre) em nosso continente.

Contudo, da mesma forma que a expansão do campo intelectual (BOURDIEU, 1983) e a reconfiguração do espaço público representaram novas formas de atuação dos homens e mulheres de letras, esse momento também foi marcado pela expansão das universidades e da chegada de mais pessoas ao ensino superior. O resultado direto disso foi o aumento do número de faculdades, de cursos de humanidades e, por consequência, o surgimento de novos intelectuais.

No contexto da década de 1960, em que se encontra nossa digressão, o acesso à universidade por parte de setores médios e mais jovens da sociedade, dado a nova explosão demográfica do pós-guerra, também se deu no mesmo contexto de onda revolucionária e contestação do *status quo* que marcaria a geração “sartreana” do *boom*, encontrando nas ciências sociais, da mesma forma que nas letras, um caminho para a interpretação para as desigualdades do continente.

Mais uma vez, percebemos que a expansão dos ambientes de sociabilidade, o surgimento de novas mídias de comunicação e a explosão demográfica provocam alteração no espaço e na maneira dos sujeitos se relacionarem com o mesmo, fato que resulta na reorganização da opinião pública. Em outros termos, novos atores, na idade e na origem social, promovem novas ordenações do espaço público.

Porém, o ambiente de repressão instalado em nosso continente, especialmente na década de 1970, provocou uma ruptura no desenvolvimento desse processo de consolidação do intelectual, uma vez que as liberdades de expressão e opinião, elementos caros aos intelectuais, seriam cerceadas pelas ditaduras. Ao mesmo tempo, a continuidade da expansão das universidades pelo continente contribuiu para que, paulatinamente, o modelo sartreano de intelectual começasse a dar espaço para as referências estadunidenses do intelectual pesquisador ou o *scholar*. Trata-se do surgimento de um *éthos* acadêmico ao intelectual, como bem observou Ivan Domingues. Segundo o autor, um processo de industrialização de construção do conhecimento, destacadamente na década de 1980, promoveu uma fratura no *éthos* do intelectual público, vinculado à “virtude cívica ou a fusão da virtude moral e da virtude política, tendo ao fundo a perspectiva do indivíduo e a do cidadão” (DOMINGUES, 2011, p. 470).

O desenvolvimento desse ponto de vista poderia também conduzir a uma ramificação que sublinharia admissíveis especializações dos saberes, colocando em objeção os caminhos mais radicalizados que pouco dialogam com outros campos. Propostas de interação da intelectualidade com demais setores e atores esbarrariam no acesso a novos saberes, muitas vezes restritivos a um público amplo. Trata-se de um paradoxo interessante, pois à medida em que se tornam relevantes e existe uma autonomia do campo intelectual, o processo de validação dos saberes construídos não dependeriam mais da apreciação popular, mas da aprovação dos pares. Assim, ao mesmo tempo em que produziriam pensando em sua audiência particular, também depreendem suas reflexões a partir de interesses próprios.

Dessa constatação desprende-se a necessidade do olhar interdisciplinar ao redor de um campo de ação e influência sociocultural – um risco que, novamente de acordo com Oliveira, poderia circunscrever a comunicação e as áreas de multiplicação do conhecimento, em tese, irradiados pelos intelectuais: “as especializações começam a cercear o espaço da liberdade. Esse espaço da liberdade, da investigação passará a ser privilégio daqueles que detêm esses saberes; passará a ser privilégio de quem detêm os códigos de acesso aos novos saberes” (OLIVEIRA, 2001, p. 126).

Evitar dita ameaça de uma redução do espaço público deveria levar em consideração o reconhecimento das práticas enquanto saberes e poderes que balizam as compreensões e representações da sociedade. Desse modo, a própria função do intelectual como mediador social

pode ser questionada, uma vez que as interlocuções exigiriam um grau de reciprocidade praticamente inexistente em aplicações quase miméticas do conhecimento como pura informação e/ou publicização. Fechados em seu campo de autocriação e auto validação, suas formulações deixam de circular no espaço público, enquanto uma demanda do mesmo gera não apenas o questionamento do intelectual, conforme mencionamos, mas a desconfiança quanto ao seu trabalho. As limitações na comunicação e em seus meios de gerar interações provocaria não apenas uma participação restrita de personagens, mas conjuntamente uma tendência ao predomínio do privado sobre o público. Essa “privatização” teria como uma de suas consequências a retomada de ambientes reservados a pares em seus respectivos grupos, tal como vimos na noção de “cidade letrada” criada por Ángel Rama (1998). Na acepção do intelectual uruguaio, existiria no cenário latino-americano um espaço exclusivo do setor letrado, vivenciado em esferas de sociabilidade particulares (universidades, salões de leitura, órgãos públicos, etc.) e com defesas de interesses semelhantemente privativos.

A partir das reflexões produzidas nesses espaços, de maneira demiúrgica, os intelectuais desceriam ao povo, à cidade dos homens, com planos e projetos para moldá-la à sua imagem e semelhança. Se projetos políticos e afirmações culturais e econômicas emergiam dos debates nessa “cidade letrada” e alcançariam patamares decisórios, ficaria evidenciada a relevância dos representantes da mesma nos possíveis rumos das nações. Porém, a realidade da América Latina de agora é outra daquela analisada por Rama. A ascensão das massas à política, o surgimento de um mercado editorial, a expansão da democracia e o aprimoramento dos meios de comunicação, instrumentos que compõem o espaço público e que permitiram a autonomia do campo intelectual, são os mesmos que não permitem o retorno a um tipo de comportamento das elites letradas como visto no século XIX. Ao menos não sem uma consequência.

De outra maneira, na América Latina há ainda um agravante que reside no fato de que muitos locais de produção de conhecimento apenas existem por meio do financiamento de agências públicas ou com verbas oriundas do Estado. Nesse sentido, além de se ausentarem do espaço público mais amplo de debate, suas agendas, de alguma maneira, podem estar articuladas com os projetos de governos que direcionam pesquisas por meio de fomentos.

Por outro lado, a natureza relacional do espaço seria outro elemento destacado em uma reflexão amplificada. As conexões que compõem o alicerce do espaço enquanto elemento físico e simbólico são determinantes no estabelecimento de um lugar propício às sociabilidades e às manifestações individuais e coletivas. Ao tratarmos como válida a definição do geógrafo Milton Santos (1988) do espaço como produto das relações das ações humanas com o próprio espaço, entrepostas por conteúdos materiais e artificiais, a questão da mediação mais uma vez pode emergir como ponto nodal.

Na medida em que valores comuns permeariam a natureza simbólica do espaço, a sustentação do diálogo como eixo organizador, de certa forma, poderia “exigir” um agente na função de coordenação das múltiplas vozes, por vezes atualizando conceitos e analisando criticamente a sociedade na qual estariam inseridos. Dessa condição se desprenderia uma noção bem próxima à do intelectual moderno, com atribuições dentre as quais se destacariam a mediação e a intervenção crítica no espaço público (WALTY; CURY, 2009).

Porém, ao mesmo tempo em que a interação com o espaço público é resultante dos meios que o compõe, existe ainda um elemento novo emergido nas últimas duas décadas que estabelece novos desafios ao intelectual e, concomitantemente, exige uma reconfiguração do próprio modelo do intelectual. Da mesma forma que a explosão demográfica levou à necessidade de uma reestruturação dos mecanismos de representação política na virada do século XIX para o século XX; da mesma maneira que o surgimento de novos instrumentos de comunicação alteraram a relação dos governos com as massas; agora, a expansão do acesso à internet e redes sociais produzem um impacto profundo na configuração do espaço público.

Tais alterações impactam sobre os intelectuais de duas maneiras: a primeira, pois dá voz a novos indivíduos que agora passam a difundir ideias que disputam ou rivalizam com antigos consensos; a segunda, pois cria plataformas virtuais que se configuram como novos espaços de sociabilidade passíveis de serem utilizados como canais de comunicação. Essas alterações promovem uma modificação na maneira pelas quais as pessoas se relacionam com o conhecimento, mas também com o poder, fazendo com que as antigas instituições de mediação sejam colocadas em xeque. Como bem destacou Pierre Rosanvallon (2010), de maneira geral, as novas tecnologias aceleram o processo de crise do modelo de democracia que vivenciamos nas últimas quatro décadas e, com isso, provocam instabilidades no espaço público de tal monta que acabam por promover cismas dentro do próprio campo intelectual.

Redes Sociais, Espaço Público Virtual e o Campo Intelectual

Conforme apresentamos anteriormente, entendemos que a organização do espaço e da opinião pública se dá de maneira interligada às transformações ocorridas dentro da própria sociedade, seja pela inserção de novos agentes ao debate (tanto por uma perspectiva demográfica, quanto geracional), seja pelo desenvolvimento de novos mecanismos de comunicação.

Dito isso, ainda que a estagnação demográfica das últimas décadas não tenha provocado uma grande alteração nos fluxos migratórios dentro do nosso continente e tampouco o surgimento de um conflito geracional como aquele vivenciado nos anos 1960, é inegável que o fenômeno da “globalização” provocou, nos últimos trinta anos, uma significativa mobilidade socioeconômica e o advento de novos modelos comunicacionais, destacadamente a *internet*.

Ainda que estejamos de acordo com autores como Branko Milanovic (2017), segundo quem, os anos da globalização promoveram um combate à pobreza no mundo e a ascensão de uma classe média asiática, ao preço do aumento da desigualdade e o empobrecimento da classe média ocidental. Tal fenômeno ajuda a compreender a atual crise da democracia no mundo, no entanto, nesse texto, iremos nos ater apenas aos aspectos tecnológicos da globalização para discutirmos a reorganização da opinião pública e a reconfiguração do campo intelectual.

Assim, da mesma forma que o rádio ou a televisão em outras épocas, a internet trouxe alterações na maneira pelas quais nos comunicamos, produzimos conhecimento e divulgamos nossas opiniões. No entanto, diferente daqueles outros dois veículos, fundamentados no modelo de emissor e receptor, a internet proporciona uma maior interlocução entre os dois pontos, principalmente após a criação de plataformas de interação virtual, como são as *redes sociais*. Tal fenômeno se radicalizou com o advento dos *smartphones*, pois possibilitou um maior acesso do público comum à rede, tanto do ponto de vista etário quanto social.

Conforme explica o professor Wilson Gomes:

a comunicação possibilitada pela internet distingue-se da comunicação executada pelos meios de comunicação de massa porque na comunicação mediada por computadores, a qualquer momento, sem autorização social e sem grandes investimentos em recursos (a) qualquer sujeito pode se tornar emissor, (b) qualquer receptor pode se tornar emissor e vice-versa, (c) qualquer receptor pode se transformar em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede ou simplesmente repassando informações produzidas por outro. (GOMES, 2004, p. 2-3).

Do ponto de vista da organização da opinião pública, essa é uma realidade extremamente nova e que redundará em alterações profundas na própria maneira de concebermos a democracia e seus instrumentos de mediação. Afinal de contas, as redes sociais possibilitam o surgimento de um tipo de espaço público de natureza virtual. Em outras palavras, na linha do que Pierre

Levy (1997) chamou de cibercultura, poderíamos dizer que existe um espaço público cibernético cujas interações virtuais impactam nas dinâmicas da política tradicional e colocam sob ataque seus antigos meios de formação de consenso.

A possibilidade de que qualquer sujeito possua uma plataforma para a emissão de ideias, sem a necessidade do aval/autorização de órgãos públicos ou a chancela de organismos privados, torna ainda mais ruidoso o debate público, ao mesmo passo que impõe limites aos antigos organismos de mediação política. Tal fato abre a possibilidade para o surgimento de novas lideranças políticas que estabelecerão um vínculo direto com sua base de apoio ou os simpatizantes de suas ideias, sem a necessidade de mediação de um partido ou da recorrência à organismos de imprensa. Ainda recorrendo a Wilson Gomes:

o mundo profissional da política, por exemplo, passa a depender menos da mediação dos agentes profissionais do jornalismo, dos valores e critérios de noticiabilidade, da sua rotina produtiva, da sua gramática expressiva, dos seus interesses enquanto instituição na medida que pode ele mesmo tornar disponível a informação política ao usuário cidadão. (GOMES, 2004, p. 6).

Por meio de mecanismos próprios, os líderes políticos podem criar suas próprias redes de difusão de notícias, prestando contas aos seus eleitores ou distribuindo apenas notícias que sejam simpáticas à sua imagem. Porém, o inverso também se intensifica, uma vez que essa realidade possibilita ao eleitor um acompanhamento mais próximo do dia a dia de seu candidato ou representante político, escalando para um tipo de apoio mais difuso, fluido, ao sabor das “curtidas” nas redes ou mais áspero e intimidador, quando frustrados seus interesses.

Desse ponto de vista é possível pensar que as ferramentas tecnológicas provocam uma expansão da própria cidadania. De maneira análoga ao que se deu com as movimentações demográficas do início do século XX, por meio das redes sociais, mais pessoas podem participar do jogo de disputas em torno da construção de consensos, trazendo consigo novas referências de mundo e demandas sociais. Evidentemente que isso é positivo, uma vez que a democracia se torna mais acessível a um conjunto da população que antes não tinha recursos ou mecanismos para se manifestar. Porém, como os antigos instrumentos de mediação são incapazes de acompanhar tais dinâmicas, não existe mais uma maneira de se conduzir o debate público por meio de centros irradiadores de opinião. O modelo de núcleos ou polos emissores de informação e conteúdo dão espaço a um sistema rizomático de produção de conteúdo.

Assim como no caso da imprensa, e por causa disso também, essas transformações terão impacto ainda mais profundo para o campo intelectual. A invasão populacional ao espaço público cibernético promoveu o ingresso inevitável de novos *players* ao jogo da organização da cultura. Mais uma vez, o paralelo com o início do século XX é indispensável, pois aqui também veremos o surgimento de personagens que falarão em nome dos sujeitos que, até então, apareciam sub-representados na dinâmica do debate público. O grande diferencial com aquele momento, no entanto, é que agora não se trata apenas de uma alteração no número ou no tipo de intelectuais que ingressam ao jogo, mas a ocorrência de uma alteração das próprias regras e dos *habitus* do campo intelectual vigente.

Se antes as regras para o reconhecimento de um dado indivíduo enquanto intelectual passavam pelo aval dos pares, agora, a sua relevância, o número de seguidores, o impacto de suas opiniões na esfera pública cibernética concedem aos novos “intelectuais” uma autoridade que não depende mais da chancela de seus iguais. De outra maneira, a velocidade das informações e a maneira fluida como as notícias se propagam dão um menor peso à opinião impressa ou escrita e alçam à imagem falada um grau de importância que até então não possuía no campo intelectual.

Assim, canais no *Youtube*, podcasts, *vlogs*, *fanpages*, *blogs*, perfis no *Tumblr* ou no *Instagram* passaram a produzir suas próprias interpretações sobre fenômenos culturais ou da

política, atingindo um número incontável de pessoas e produzindo uma legião de seguidores. A sua influência garante a ele protagonismo na nova esfera da opinião pública cibernética que obrigam os intelectuais a se reposicionarem no jogo da organização da cultura, adotando as mesmas ferramentas de mediação.

Transportando esta realidade para o cenário latino-americano, o impacto é ainda maior, dada a importância que a cultura falada possui para o continente, somada aos altos graus de analfabetismo funcional identificados na nossa região. Sem dúvida alguma, isso potencializa e dá maior relevância aos novos atores que emitem sua opinião de maneira falada junto à uma grande parcela da sociedade latino-americana. Aqui, o uso preponderante da palavra, em analogia ao século XIX, faz com que “a retórica e o personalismo [sigam exercendo] uma grande influência sobre o comportamento político” (HOFMEISTER, 2004, p. 8). Devemos ainda considerar que isso também torna o compartilhamento de tais opiniões ainda mais rápidas, por meio de mensagens em plataformas como o *WhatsApp*.

É bem verdade que tais alterações foram favorecidas pelo próprio reposicionamento dos intelectuais nas últimas décadas do século XX. A adoção do *éthos* acadêmico, cada vez mais ensimesmado aos ambientes acadêmicos, e o abandono da virtude cívica converteram os intelectuais em especialistas de ocasião junto à imprensa e aos veículos de comunicação. Assim, com a internet, não apenas os instrumentos de *mass media* passariam por um questionamento de sua legitimidade, conforme abordamos, como a própria produção de conhecimento científico e seus lugares de confecção também. Em outras palavras, o advento de uma opinião pública cibernética produziu efeitos nocivos aos dois ambientes por excelência do intelectual.

No caso da América Latina isso é ainda mais evidente, uma vez que as principais fontes de recurso para a pesquisa acadêmica vêm de incentivos do Estado ou de políticas públicas de governos. Assim, não foi difícil para que os “novos” intelectuais acusassem os “antigos” de traição. Diferente de Julien Benda que acusou de traidores os intelectuais de Émile Zola por abandonarem a torre de marfim e se juntarem à plebe (BENDA, 1999), agora, a traição estaria relacionada ao abandono do papel social dos intelectuais, estabelecido ainda no caso Dreyfus: defender a *pólis* dos arroubos autoritários do Estado. Segundo tal crítica, nas últimas décadas, a autonomia dos intelectuais perante o Estado haveria sido abandonada em prol de benefícios e recursos oriundos de governos, convertendo-os em tentáculos do próprio poder.

Ainda que esse pensamento parta de premissas equivocadas, não é difícil encontrarmos quem assim o sustente, como vimos no Brasil da última década e na emergência de figuras como Olavo de Carvalho. Em grande medida, esse é um personagem que ajuda a elucidar nosso argumento central aqui posto. Vejamos.

Jogado para fora do campo intelectual no início do século XXI, qualificado de maneira jocosa como astrólogo por seus pares, sua reintrodução ao debate público não ocorreu majoritariamente por meio da mídia tradicional ou pelo sucesso de venda de seus livros, ainda que isso tenha ocorrido. Sua reaparição se deu por meio das redes sociais, das plataformas online, por onde ele vendia seus cursos de filosofia e formava um séquito de seguidores. Esta visibilidade junto à esfera pública cibernética, conferiu-lhe tamanho capital simbólico que foi capaz de reinseri-lo ao campo intelectual, a despeito do que pensassem seus detratores.

Em suma, no jogo de disputa pela opinião pública, as novas regras de autoridade e os novos *habitus* promovidos pela esfera pública cibernética ao campo intelectual conferem aos formadores de opinião das redes sociais um poder que os permite rivalizar com os antigos intelectuais, impondo sobre estes a necessidade de repensar as maneiras pelas quais eles desempenham sua função junto à sociedade. Nesse novo espaço público que mescla a virtualidade ao cotidiano das ruas, o campo intelectual estará, mais do que nunca, sujeito aos ruídos da democracia e da participação popular e distante de suas torres de marfim.

Considerações Finais

Na aplicação de uma reflexão sobre o espaço público, suas funcionalidades e pertinências nas configurações de atores sociais, a figura do intelectual pode convergir ofícios de discurso (influência pela palavra) e de articulação (ponte entre indivíduos, setores e posicionamentos). Logicamente, os representantes da intelectualidade também sofrem influências desse mesmo espaço onde atuam na qualidade de intermediário e “estimulador”, o que nos leva a pensar na complexa conciliação da diversidade social com a unidade/coesão político-cultural.

Ademais, na América Latina, a esfera de atuação característica dos intelectuais foi e segue sendo a cidade. Nesse sentido, a condição urbana pode ser preponderante na fixação dos parâmetros culturais em que a intelectualidade se forma, com traços amplos e diversificados; por isso a identificação do espaço público e as interrelações com o mesmo são relevantes na apreensão dessas figuras e no reconhecimento social e cultural que recebem de outros setores.

A produção de discursos de legitimação, como apontado, está entre as funções dos intelectuais, fundamentalmente em relação à ordem social. Seria a partir de um arranjo que englobasse não apenas as permanências, mas as descontinuidades que interferem nas modalidades dos papéis sociais que esses discursos de legitimação teriam a capacidade de articular poderes factuais e institucionais desenvolvidos no meio em questão, respondendo também a pressões e exigências internas próprias e com ordenamentos adaptáveis aos discursos e ações daqueles agentes que se envolvessem (MYERS, 2008).

A caracterização de um quadro menos homogêneo das elites e a “profissionalização” da atividade política podem ser considerados componentes modernos que influíram nas composições e disposições dos atores sociais como um todo, de tal maneira que o espaço social recobrou sua importância em reflexões acerca das formações sociais e de seus entendimentos interdisciplinares. O pesquisador brasileiro Paulo César Alves tratou a questão de modo a tentar elucidar aspectos mais à frente dos teores discursivos:

Uma questão fundamental nos estudos sobre o intelectual diz respeito à estrutura do espaço social no qual se desenvolve uma multiplicidade de práticas e suporte, material e simbólico, a sua produção. Embora essencial, essa questão tem sido infelizmente um tanto negligenciada. A grande tendência atual na pletera de trabalhos produzidos sobre o tema é analisar o discurso do intelectual como criador e difusor de ideias, ideologias, valores. A preocupação é mais com a história das ideologias e dos debates públicos fomentados por notórios “clérigos” do que propriamente com as esferas sociais nas quais distintas trajetórias coexistem. (ALVES, 2003, p. 2).

Transpor planos habitualmente trabalhados significaria também atrelar sentidos específicos aos olhares oriundos dos diferentes domínios sociais existentes em determinados contextos. O processo de modernização contemporâneo acelerou etapas de confluência e interação entre atores sociais, mas entender como certas ações são realizadas, ideias são planejadas e ponderações sobre outros segmentos são construídas seguem como caminhos ainda em execução.

Centralizar a análise em um setor que, nas devidas proporções, permanece significativo na compreensão da realidade latino-americana – tal qual a intelectualidade – não significa ignorar os seus arredores. O espaço público, reforçado por sua dimensão virtual, enquanto ambiente de sociabilidade, torna-se produtivo na observação do rol atual desses representantes intelectuais nas sociedades, da mesma forma que a investigação do espaço sob o viés de orientações disciplinares variadas conjugaria renovados aportes a interpretações sobre a

sociedade em que vivemos e sobre o reconhecimento dos diversificados personagens enredados.

Referências

AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: AGGIO, Alberto. LAHUERTA, Milton. **Pensar o século XX**. Problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Unesp, 2003.

ALTAMIRANO, Carlos. Intelectuales: nacimiento y peripecia de un nombre. **Nueva Sociedad**, n. 245, mayo-junio 2013.

ALVES, Paulo César. Espaço público, imaginário e intelectual. **37º Encontro Anual da ANPOCS**, ST 26 – Intelectuais, cultura e democracia, 2013.

BENDA, Julien. A Traição dos Intelectuais. In: BASTOS, Elide Rugai & RÊGO, Walquíria D. Leão. **Intelectuais e Política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'Água, 1999, p. 65-121.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983.

DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do éthos da ciência. In: **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 463-85, 2011.

FLORES GALINDO, Alberto. La imagen y el espejo: la historiografía peruana 1910-1986. In: FLORES GALINDO, Alberto. **Obras Completas**. Tomo VI. Lima: SUR, 2007, p. 47. Publicado originalmente em: *Caballo Rojo*, n. 177, 1983, p. 285 – 312.

GOMES, Wilson. Opinião Política na Internet. Uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. Anais. **XIII COMPÓS: SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP**, 2004.

HOFMEISTER, Wilhelm. Apresentação. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, IV, n. 5, p. 7-12, fev. 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1997.

MARTIN, Gerald. A Narrativa Latino-americana, c. 1920- c. 1990. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: A América Latina após 1930: ideias, cultura e sociedade. São Paulo: Edusp, 2011, p. 329-423.

MILANOVIC, Branko. **A Desigualdade no Mundo**: uma nova abordagem para a era da Globalização. Coimbra: Actual, 2017.

MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo

XX. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. v. I. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Intelectuais, conhecimento e espaço público. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, 2001, p. 125-132.

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1998.

REIS, Livia. Entrevista com Ana Pizarro: o intelectual e a pós-modernidade. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Diálogos Interamericanos**, n. 38, p. 15-17, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. **O Parlamento dos Invisíveis**. São Paulo: Annablume, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. O intelectual e o espaço público. **Revista da ANPOLL**, Belo Horizonte, n. 26, p. 221-232, jul./dez. 2009.

4. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, FOTOGRAFIA E CIDADE: MEMÓRIAS DE UMA CASA DA MEMÓRIA

Natália Alves dos Santos
Andréa Vieira Zanella

Introdução

É preciso começar a perder a memória,
mesmo que a das pequenas coisas,
para percebermos que é a memória que faz
nossa vida. Vida sem memória não é vida...
Nossa memória é nossa coerência, nossa razão,
nosso sentimento, até mesmo nossa ação.
Sem ela, somos nada.
(Luis Buñuel, 2009).

Tenho pesquisado com/sobre pessoas em situação de rua e sua forma de ser/estar/existir na cidade, levando em conta as tensões que emergem dos singulares movimentos de seus corpos ao se relacionarem com o corpo da urbe. Inevitavelmente, esses encontros deixam marcas, rastros, vestígios, tanto na cidade, quanto nas pessoas que fazem das ruas sua morada provisória, ou não. Entretanto, muito do que é impresso a partir desses encontros é propositalmente arquivado, subjugado às mais profundas camadas de esquecimento, matéria viva condenada ao morto arquivo da história, impressões que de certo modo não são permitidas ressuscitar. Partindo dessa lógica, algumas memórias são visibilizadas, outras não. Devo adiantar que são essas memórias não visibilizadas que mais me interessam.

Em se tratando do conceito de memória, Ana Smolka (2000) chama a atenção para o fato de que há:

[...] muitos modos, historicamente construídos, de pensar e de falar sobre memória. Modos que herdamos sem saber, sem necessariamente nos darmos conta. Modos que se inscrevem nos nossos modos contemporâneos de pensar, de falar, de lembrar, de investigar hoje. Modos estabilizados, muitas vezes “esquecidos”. (SMOLKA, 2000, p. 167).

Partirei da problematização da autora para pensar memória e esquecimento para além de uma questão meramente biológica ou relativa à “formação da mente” (SMOLKA, 2000), mas sim como um “processo psicológico-social pautado pela releitura constante de acontecimentos de tempos vários que se mesclam, se hibridizam e atualizam, projetando possibilidades outras tanto em relação ao vivido como para o que pode vir a ser” (ZANELLA, 2017, p. 109).

Na condição de pesquisadora que estuda uma população fortemente vulnerabilizada e (in)visibilizada socialmente no Brasil (e também em outros países), pessoas em situação de rua, procurei vasculhar a presença dessas em locais de salvaguarda de memória. Elegi, para tanto, a Casa da Memória de Florianópolis, local que reúne uma série de documentos que ajudam a contar a história da cidade. Não me vejo na Casa da Memória, ao vasculhar seus arquivos, realizando outra tarefa senão a de “escovar a história à contrapelo” (Benjamin, 1994). Isso implica num exercício de rastrear os ecos, “perscrutar as vozes emudecidas que nos contam histórias outras e contribuem para a compreensão das complexas tramas do passado e do presente” (ASSIS; ZANELLA; FONSECA, 2018, p. 52).

Realizar parte de minha pesquisa de doutorado na Casa da Memória possibilitou-me repensar presente, passado e futuro, produção de memória e produção de esquecimento e o que

entendemos por contemporâneo ou contemporaneidade. No senso comum, a palavra contemporâneo remete a alguém ou algo que se encontra no tempo atual. Sob esse prisma, eu poderia dizer que sou uma pesquisadora contemporânea que também investiga o passado, tendo plena consciência de que este está inexoravelmente amalgamado ao que chamamos de presente. Um não se faz senão com o outro. Entretanto, em se tratando de uma pesquisa que não se pode fazer no presente sem uma atualização do passado, acredito estar mais próxima da noção de contemporâneo desenvolvida por Giorgio Agamben (2009).

Uma das lições do autor sobre o contemporâneo diz respeito a uma singular relação que estabelecemos com o tempo e com a história. Tal perspectiva coloca-me diante de uma constatação: atualidade ou tempo presente, sob tal ótica, não são sinônimos de contemporâneo. É sobre essa relação que tenho (re)pensado meu lugar de pesquisadora. Segundo o autor, o contemporâneo:

[...] não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder (AGAMBEN, 2009, p. 72).

Esclareço, portanto, que no decorrer dessa escrita trabalharei com essa noção de contemporâneo apresentada por Giorgio Agamben. Noção esta que também impõe a mim uma responsabilidade sobre a qual tratarei mais adiante. A leitura desse texto é, pois, um convite para que, ao retomarmos imagens arquivadas do passado, possamos problematizar visibilidades e apagamentos produzidos na cidade.

Como nos alertou a epígrafe com que inicio este texto, sem memória não há vida. E as vidas das pessoas em situação de rua importam! Por isso vasculhei, no acervo da Casa da Memória, imagens de suas presenças na cidade, indícios, restos, pistas de seus corpos pelas ruas. Nessa busca, deparei-me com imagens produzidas em diferentes edições do concurso público intitulado Maratona Fotográfica de Florianópolis. É sobre algumas das imagens produzidas nessas maratonas, desde a sua primeira edição, no ano de 1995, que essa escrita se desenvolverá.

A Casa da Memória

De um lado, a Catedral Metropolitana da cidade; do outro, a Câmara Municipal de Vereadores. À frente, a famosa Praça XV de Novembro, Centro Histórico de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Em uma pequena esquina, entre dois importantes locais que concentram as discussões e decisões políticas e religiosas da urbe, está a Casa da Memória, assim batizada no ano de 2004. A rua que abriga o casarão amarelo de estilo arquitetônico *art nouveau*¹¹ leva o nome de um sacerdote natalense: o padre Miguelinho, que também foi professor e um dos mártires da Revolução Pernambucana de 1817.

Construído no ano de 1929 para sediar o Partido Republicano Catarinense, o edifício foi utilizado para tal fim até 1940. Também abrigou o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), entre os anos de 1949 e 1978, e a seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de 1978 até 1995. Em 1999, o imóvel foi tombado através de leis municipal e estadual e doado pelo governo estadual à Prefeitura Municipal de Florianópolis. A

¹¹ Movimento artístico modernista que surgiu na Bélgica no ano de 1880 e perdurou até 1920, desenvolvendo-se principalmente na arquitetura, decoração de interiores e nas artes aplicadas.

casa passou por um processo de restauração e em 2004 foi reinaugurada como Casa da Memória.

Desde então, a referida casa tem por objetivo abrigar documentos que remetem à vida social e cultural do município. Seu acervo, além de contar com documentos disponibilizados pela própria prefeitura, é formado por doações realizadas pela população do estado de Santa Catarina. São, aproximadamente, 45 mil peças documentais para consulta, dentre elas fotografias, filmes, discos, vídeos, arquivos sonoros, CDs, DVDs, CDs-ROM, fitas de áudio com gravações de músicas e de extintos programas de rádio, livros nacionais e estrangeiros, filmes, cartazes, exposições, mapas, periódicos impressos e documentos de diversas épocas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, s/d., s.p.¹²). O órgão “[...] reúne, restaura, organiza, preserva e divulga registros visuais, sonoros, bibliográficos e documentais relativos à história, à memória, à identidade e à produção cultural da cidade” (ibid), o que é, a meu ver, importante e desafiadora tarefa.

Atualmente, a Casa da Memória é gerida pela Fundação Cultural Franklin Cascaes, que integra a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude. O nome da instituição é uma homenagem ao antropólogo, gravurista, escritor nascido em Florianópolis e relevante pesquisador da cultura açoriana. Segundo informações obtidas no website da fundação, seu quadro de colaboradores/as é enxuto, e entre eles/elas estão servidores/as municipais, estagiários/as e voluntários/as que auxiliam no funcionamento das atividades (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, s/d., s.p.).

Memória e história residem nesse casarão de 470 m² com dois pavimentos. Para quem transita diariamente por aquela região, o edifício pode parecer apenas uma das construções antigas da cidade que, juntas, dão corpo, forma e cor ao centro histórico de Florianópolis. Entretanto, a Casa da Memória se destaca de outras edificações similares, porque constitui um centro de documentação de referência para o estado e o país (ibid). A seguir, podemos ver uma imagem da Casa de Memória e seu entorno:

Figura 1 - Fotografia de parte da fachada da Casa da Memória



Fonte: Registro da pesquisadora

¹²Recuperado

[HTTP://WWW.PMF.SC.GOV.BR/ENTIDADES/FRANKLINCASCAES/INDEX.PHP?CMS=CA SA+DA+MEMORIA&MENU=4&SUBMENUID=322](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?cms=caSA+DA+MEMORIA&MENU=4&SUBMENUID=322). Acesso em: 10 set. 2021.

A Casa da Memória é a construção amarela localizada à direita na Figura 1. Vejo essa casa, de tamanha importância histórica, cultural e social para a cidade, existindo ainda tímida, quase sufocada em meio às demais construções de concreto que coexistem no centro urbano em questão. É essa casa que nutriu parte de minha investigação de doutorado. É com ela que me encontrei durante alguns meses e é através das memórias ali preservadas que narro uma dentre muitas histórias que constituíram a trajetória de minha pesquisa.

Insistência e persistência pelo arquivo: a *flânerie* e as vicissitudes da pesquisa

Dei início à pesquisa nos arquivos da Casa da Memória no mês de março de 2019. Eu já havia adentrado a casa há três anos, quando participei de um evento promovido pela Prefeitura de Florianópolis. Na ocasião, meu olhar para aquele lugar era diferente. Em 2019, estabeleci outra relação com o casarão. Já doutoranda, meu intuito era transitar por alguns dos documentos ali conservados para, quem sabe, com e por meio deles, encontrar ruídos ou pistas das relações estabelecidas entre a cidade e as pessoas em situação de rua.

Certamente não seria um transitar qualquer. Para tal empreitada, escolhi flunar pelo acervo e deixar-me afetar pelo campo que abria os meus olhos. Essa escolha fundamentava-se na compreensão de que “[...] o flunar tem seu valor e pode se constituir como preciosa estratégia metodológica para pesquisas acadêmicas [...]” (ZANELLA, 2017, p. 101).

Flunar vem de *flânerie*, termo de origem francesa veiculado em algumas das obras de autores como Charles Baudelaire e Walter Benjamin quando discutem questões relacionadas à movimentação das pessoas na cidade. Benjamin trata o flâneur “como referência essencial para entender a experiência moderna na cidade” (COSTA; FERREIRA, 2016, p. 29).

Mas o que faz o flâneur? Olha e descreve. Personagem urbano, suas antenas sensoriais privilegiam a visão [...]. A cidade se apresenta assim como um labirinto, espaço cheio de surpresas, porém, só o olhar perspicaz capta o que subjaz à sua manifestação epidérmica. Observa-se o inesperado, o não corriqueiro (ORTIZ, 2000, p. 21).

O *flâneur* desenvolve um olhar atento às minúcias do cotidiano que passam despercebidas em meio à rotina acelerada das cidades. Um “trânsito sem caminhos previamente delineados, sem direções antecipadas - um vagar por desconhecidos trajetos, uma imersão na cidade/mundo movida pela curiosidade e o desejo de encontro com alguma diferença” (ZANELLA, 2017, p. 101).

Parti, então, dessa perspectiva da *flanêrie* para me encontrar com os arquivos da casa. Esse encontro não pretendia a análise sistemática de cada material encontrado, mas a captura pelo inimaginável ou por aquilo que pudesse provocar algum ruído ou fissura e que me convocasse a querer escarafunchar histórias, ou a história oficialmente contada sobre as pessoas em situação de rua.

Munida de tal desejo, comecei minhas idas ao centro histórico da cidade em direção à Casa da Memória. Era uma tarde de segunda-feira. Aproximei-me da imensa porta de madeira que, imponente, inaugura a entrada do casarão. Uma brecha da porta deixava ver parte do interior da recepção e, colada em sua face externa, estava afixado um aviso que anunciava que a Casa da Memória estava em funcionamento. Li o aviso e adentrei o recinto. Fui recebida por uma servidora que me perguntou o que me trazia àquele espaço. Furneci aquelas informações básicas da rotina de uma/um pesquisador/a que chega pela primeira vez a um campo de pesquisa: nome, profissão, vinculação institucional, proposta de pesquisa, dentre outras. Expliquei que queria percorrer todos os arquivos, quaisquer que fossem eles, que a instituição disponibilizava. Antes que eu terminasse de contar sobre minhas pretensões de pesquisa, a

servidora me adiantou que, provavelmente, ali eu nada encontraria sobre minha temática de pesquisa.

Devo confessar que fiquei surpresa com a afirmação daquela servidora, já que, desde minha iniciação no universo da pesquisa, tenho aprendido que “[...] minúsculos detalhes proporcionam a chave para uma realidade mais profunda, inacessível por outros métodos. Esses detalhes podem ser sintomas para Freud, ou chaves de mistérios para Sherlock, ou caracteres distintivos de pintura para Morelli” (GINZBURG, 2008, p. 98). Ou seja, para a/o pesquisador/a sempre é possível encontrar algo, mesmo que seja um vestígio daquilo que poderia ter sido. Para fazer-se pesquisador/a, é necessário insistência e persistência. De ambos eu não abriria mão.

Ao mesmo tempo, e refletindo sobre aquela fala da servidora, lembrei-me de uma discussão tecida por Neiva de Assis, Andréa V. Zanella e Tania Galli Fonseca (2018). Ao problematizarem a questão da memória e do esquecimento na contemporaneidade, as autoras afirmam que estamos diante de um forte arsenal midiático e de “imensos recursos financeiros que defensores de uma lógica conservadora e tradicionalista do ordenamento social dispõem” (p. 52). Tais instrumentos inventam/produzem tradições numa lógica que põe em destaque e faz ecoar determinadas vozes sociais em detrimento de outras. Produzem, portanto, uma história oficial que cria memórias de forma seletiva e, ao mesmo tempo, inúmeros esquecimentos (ASSIS; ZANELLA; FONSECA, 2018). Estaria explicitado ali, naquele momento, algum esquecimento seletivo em relação às pessoas com quem/as quais pesquiso?

A pergunta justifica-se porque “o esquecimento precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexo quanto o da própria memória” (HUYSSSEN, 2014, p. 158). A pronta afirmação de que ali na Casa da Memória nada encontraria apresentava-se, a meu ver, como uma dessas estratégias.

Não satisfeita com a apresentação de uma impossibilidade de pesquisa, e acreditando haver naquela afirmação da servidora a possibilidade de algum esquecimento histórico-político sobre pessoas em situação de rua, disse a ela que queria conhecer o acervo assim mesmo e perguntei se eles tinham arquivadas fotografias antigas da cidade. Ela confirmou a existência do material e conduziu-me a uma pequena sala, logo atrás da recepção. Ali estavam quatro mesas com quatro computadores cada uma. Nas paredes, diversas imagens emolduradas de mapas antigos da cidade de Florianópolis, fotografias da paisagem urbana e outras duas que ganharam mais destaque em comparação às demais, tanto no tamanho, quanto nos detalhes da moldura: retratos de Franklin Cascaes e Francisco Dias Velho. O segundo, bandeirante e fundador da cidade de Florianópolis, conhecido como “impiedoso caçador de índios” (ND MAIS, 2019) e o primeiro, pesquisador florianopolitano da cultura açoriana, folclorista, ceramista, antropólogo, gravurista e escritor.

Na sala também estavam expostos uma réplica de embarcação típica da região e um oratório de madeira, de aproximadamente 50 centímetros de altura. Em duas das paredes da sala havia enormes janelas de madeira. Por aquelas janelas, era possível avistar uma das laterais da Catedral de Florianópolis, local onde a fotografia apresentada na Figura 1 foi produzida. Enormes lustres pendurados no teto lembravam-me de pêndulos de relógios de parede. Um ar condicionado de última tecnologia também compunha o espaço. Vários tempos coexistindo no mesmo recinto. Uma sala cronotopo – conceito que “trata de uma produção da história. Designa um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem” (AMORIM, 2016, p. 104).

Antes de iniciar a pesquisa, recebi as devidas orientações sobre como acessar os arquivos no computador. Lá estavam as fotografias do acervo da Casa da Memória que foram digitalizadas pela equipe de profissionais da instituição. Existem outras fotografias arquivadas, mas que ainda não são disponibilizadas para pesquisa por não terem recebido o devido

tratamento e não terem sido digitalizadas. Antes de começar a flunar pelas fotografias, foi necessário que eu preenchesse e assinasse um documento intitulado “Termo de Compromisso para utilização do Acervo da Casa da Memória”. As seguintes informações foram solicitadas no termo: nome completo, número de registro geral (RG), telefone, endereço, bairro, CEP, instituição, objetivo da consulta, e qual o acervo consultado. Preenchi, assinei e dei início à pesquisa.

Certamente, tive de retornar à Casa da Memória muitas outras vezes. Ao menos uma vez a cada 15 dias eu estava lá, de março a novembro de 2019. Nas duas primeiras vezes em que estive na instituição, não foi necessário o agendamento de consulta ao acervo. A partir da terceira, fui orientada a preencher um “formulário de agendamento para pesquisador” no site da instituição e marcar a data em que gostaria de me dirigir à casa. A justificativa da equipe era de que a chefia imediata havia ordenado que tal agendamento fosse realizado para evitar grande número de pessoas pesquisando o acervo no mesmo dia/horário. As visitas só poderiam acontecer, então, às segundas, terças e quartas-feiras.

No formulário, as seguintes informações deveriam ser fornecidas todas as vezes que eu quisesse agendar uma visita: nome completo do/a pesquisador/a, cadastro de pessoa física (CPF), e-mail (preferencialmente institucional, quando houver), telefone e instituição que representa (caso contrário, deveria ser preenchido como autônomo). Além disso, algumas perguntas e descrições deveriam ser esclarecidas, a saber: “qual o tema da pesquisa a ser realizada?”, “um breve resumo apontando os objetivos e o objeto da pesquisa”, “qual (quais) acervo(s) da Casa da Memória você deseja utilizar na pesquisa? Livros, banco de imagens, banco de áudios, banco de vídeos, CDs, DVDs, discos e vinis, fotografias?”, “qual data você gostaria de realizar sua pesquisa na Casa da Memória?”, “qual o horário?”.

O primeiro formulário que preenchi no site rendeu uma ligação telefônica de outra servidora do local que eu ainda não conhecia. Ela se identificou e disse que havia recebido meu agendamento, mas que, infelizmente, ali não era o local adequado para que eu realizasse minha pesquisa. Segundo ela, eu deveria procurar a Assistência Social do município. Tal ligação remeteu-me a outras situações parecidas que vivenciei quando trabalhei em uma cidade do interior de estado de Minas Gerais como psicóloga de um Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP). A impressão que tenho, e que à época era realidade nas tentativas da equipe de trabalho para a articulação de intervenções voltadas às pessoas em situação de rua com os demais serviços da rede socioassistencial e de saúde do município, é de que essas pessoas são, muitas vezes, encaradas como fardo que deve ser rapidamente transferido a outro serviço ou outro profissional. “Um problema” que não é meu nem seu, mas sempre de um outro/a. Um problema, e não pessoas em situação de extrema vulnerabilidade e violação de direitos.

Sobre vulnerabilização de vidas, Judith Butler (2015) fala das chamadas vidas precárias, tecendo considerações sobre a vida em si, a fim de convocá-la em seu sentido ontológico. Segundo a autora, é na forma com que apreendemos a vida que reside nosso posicionamento ético frente a questões de proteção contra violações e violências:

Os enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos (BUTLER, 2015, p. 17).

Novamente tive a sensação de que a Casa da Memória, ou seu corpo profissional, movimentava-se ao meu redor como que num processo fagocitário¹³. Eu, um corpo estranho, deveria ser removida daquele espaço, tal como as pessoas em situação de rua devem ser banidas de espaços públicos por se contraporem e confrontarem práticas higienistas. Estaria diante de mais uma (im)possibilidade de encontro com o arquivo da casa? Esclareci à servidora que eu já havia iniciado a pesquisa e que não se tratava de recorrer a outra secretaria ou setor da prefeitura. Retomei o fôlego. Insistir em procurar quem ou o que está à margem é um processo árduo. Requer calma e delicadeza. Muitos labirintos e encruzilhadas se dispõem em nossa frente. Abismos se abrem. Mas é preciso continuar e viver o abismo para “entender as condições, os modos de produção e as práticas que envolvem motivos e formas de lembrar e esquecer, maneiras de contar, de fazer e registrar histórias” (SMOLKA, 2000, p. 168).

Retomei a flânerie nos arquivos imagéticos da Casa da Memória na semana seguinte ao telefonema. Como disse anteriormente, abri cada uma das pastas que encontrei no computador. Ao todo, flanei por 76 pastas e 11.861 fotografias. Todas as vezes em que estive na casa, por lá permaneci cerca de três a quatro horas. Quando os olhos cansados me alertavam da impossibilidade de ver, eu encerrava o trabalho para retomá-lo na semana seguinte.

A experiência de percorrer lugares outros da história, por mim desconhecidos, foi muito importante. De fato, a partir de alguns roteiros traçados, “tornamo-nos habitantes do arquivo” (BRITES & AGUIAR, 2010, p. 222). Flanando e habitando aquelas pastas, compreendi parte da dinâmica da cidade hoje. Deparei-me com figuras ilustres que marcaram época, diverti-me olhando carros alegóricos dos antigos carnavais de Florianópolis, lamentei por rios asfixiados por avenidas, por imensos aterros em nome do progresso da urbe, pelo enaltecimento de figuras conhecidas por sua intolerância e preconceito.

Dentre tantos documentos, encontrei o que procurava: fotografias de pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis. Curiosamente, a maioria delas encontrava-se nas pastas dedicadas aos registros da Maratona Fotográfica de Florianópolis, concurso anual que acontece na cidade desde 1995. A Casa da Memória ainda não havia disponibilizado todas as fotografias do concurso, mas o que pude acessar revelou-se como um rico conjunto de imagens que possibilitaram as discussões apresentadas neste texto. As imagens que mais chamaram a atenção, principalmente porque os/as fotógrafos/as ganharam prêmios, foram as clicadas nos anos de 1995, 1996, 1999, 2002 e 2004. Sobre a maratona e essas imagens premiadas discorrerei a seguir.

O concurso fotográfico e o olhar maratonista sobre a cidade e a rua

A Maratona Fotográfica de Florianópolis é um concurso que teve sua primeira edição no ano de 1995, integrada à programação dos eventos de comemoração do aniversário da cidade. Seu objetivo é “estimular os participantes a olhar a cidade de maneira diferente, buscando perceber o que muitas vezes não é visto no dia a dia, permitindo a experimentação e a criação de diferentes imagens por meio da fotografia” (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2018, s.p.¹⁴).

Sua primeira edição teve como marco o centenário da Revolução Federalista que, segundo a prefeitura da cidade, “não poderia passar despercebido”, uma vez que “os fatos e acontecimentos daquele episódio foram tão marcantes que culminaram inclusive na mudança de nome da cidade (BERNARDES, 2010)”. De acordo com o regulamento de sua primeira

¹³ A fagocitose, nos sistemas imunológicos de organismos multicelulares, é um dos mecanismos utilizados pelas células para remoção de patógenos e restos celulares.

¹⁴ Recuperado de: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=19380>. Acesso em: 10 set. 2021.

edição, o concurso não é iniciativa inédita, pois Portugal e Espanha já realizavam eventos semelhantes (FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES, 1995).

Desde 1995, o concurso acontece anualmente e reúne “fotógrafos profissionais ou amadores que sejam pessoas físicas, de nacionalidade brasileira ou naturalizada, maiores de 18 anos, que residam, trabalhem ou estudem em território nacional”, crianças e jovens, brasileiros ou naturalizados, com idade entre 06 e 17 anos, e estrangeiros legalizados mediante comprovação (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, s/d, s.p).

Apesar das modificações que sofreu ao longo de suas edições, como a possibilidade de uso de câmeras digitais, o eixo norteador do concurso permanece o mesmo. A organização da maratona propõe, a cada ano, assuntos ou grandes temas que são divididos em subtemas. Quem se inscreve no evento comparece na data e locais pré-estabelecidos pela fundação organizadora, os chamados postos de controle, e lá recebe as orientações para o percurso que irão realizar pela cidade.

A primeira edição da maratona, em 1995, teve as seguintes temáticas, que foram posteriormente subdivididas em outros temas: noite e boemia, gente e vida, patrimônio e história, terra e mar. Já sua última edição, que ocorreu entre os dias 30 e 31 de março de 2019, teve como grande tema a “Cidade [re]visitada”. A premiação do concurso é realizada de acordo com as modalidades profissional e amador e são distribuídos prêmios em dinheiro para os primeiro, segundo e terceiro lugares de cada categoria.

Na edição inaugural da maratona, a Comissão Organizadora do certame orientou os/as participantes que, no primeiro dia de prova, se dirigissem ao posto 1, local onde seria distribuído um filme colorido com 24 poses, além da tarefa inicial, a saber: fotografarem quatro temas com livre interpretação. Após quatro horas, os envelopes de inscrição seriam carimbados em outro posto de controle, mais quatro temas distribuídos e assim sucessivamente até que todos/as passassem pelos seis postos previamente designados e fotografassem os 24 temas exigidos para a finalização das 24 horas de maratona. A comissão também ressaltou que o regulamento só permitiria uma fotografia por tema (FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES, 1995).

Após flunar por todas as pastas da maratona que estavam disponíveis para consulta nos arquivos da Casa da Memória, selecionei as fotos que registravam pessoas em situação de rua. Não foi possível acessar as fotos de todas as edições do concurso, uma vez que o material de algumas edições da Maratona Fotográfica ainda não havia recebido tratamento necessário para comporem os arquivos da instituição. Após a seleção realizada, elaborei uma planilha com todas as informações que tive acesso sobre cada uma das imagens, tais como nome do arquivo, fotógrafo/a autor/a da foto, ano do concurso, categoria em que concorreu e premiação recebida. Relacionei 33 fotografias neste documento. Dessas, 05 foram produzidas na primeira edição da maratona (1995), 05 na segunda (1996), 01 na quarta (1998), 01 na quinta (1999), 01 na oitava (2002), 02 na nona (2003), 01 na décima (2004), 06 na décima terceira (2007) e 02 na décima sexta (2010). De todas elas, 14 fotografias receberam prêmios no concurso. A comissão julgadora do evento, em suas diferentes edições, é composta por profissionais da área indicados pela Fundação Franklin Cascaes e por integrantes da Comissão Organizadora da maratona.

Diante de tais fotografias e rememorando as primeiras impressões que tive quando cheguei à casa e me informaram que ali não seria o lugar adequado para que minha pesquisa fosse realizada, questionei-me que uso estariam fazendo das imagens das pessoas em situação de rua nesse caso específico. Se num primeiro momento a impressão era de que elas não seriam dignas de memória, no outro as vi sendo retratadas em um grande concurso e tendo suas imagens premiadas e veiculadas em diversas mídias. Muitas delas também tiveram seus rostos clicados por vários/as fotógrafos/as reconhecidos nacional e internacionalmente.

Na maior parte das fotografias analisadas, essas pessoas dormiam. Rostos em *close*, a fragilidade de seus sonos escancarada, faces frente a frente das câmeras. Teriam essas pessoas em situação de rua autorizado o uso de suas imagens para a participação na maratona? Ou para

divulgação em veículos como jornais e páginas na internet? Tiveram elas acesso a essas imagens, depois de publicadas?

As primeiras fotografias da maratona que retratavam pessoas em situação de rua com as quais me deparei nos arquivos da Casa da Memória mostram corpos de adultos e crianças em vários pontos da cidade, dormindo ou em via de, como é possível visualizar na Figura 2:

Figura 2 - Maratona Fotográfica de Florianópolis – 1995 e 1996



Fonte: Acervo Casa da Memória (Composição de fotos elaborada pela pesquisadora).

A composição de fotografias apresentada (Figura 2) mostra imagens produzidas nos concursos de 1995 e 1996. No primeiro ano, como mencionado anteriormente, uma das temáticas gerais da maratona foi “Gente e Vida”. Já no ano de 1996, as quatro grandes temáticas foram: Direitos de Cidadania, Sentimentos, Cores e Outros olhares sobre a cidade.

Nas imagens da composição aqui apresentada, vemos fotos de pessoas em pedaços de papelão, no canto de alguma calçada, à porta de um banco, ou sentadas em uma das cadeiras da sala de espera da rodoviária da cidade. Uma delas, envolta por um pedaço de plástico. Um corpo embalado. Não à vácuo, mas a lamento. Imagem lamentável (DIDI-HUBERMAN, 2008).

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o plástico é aquilo que “dá forma ou é capaz de dar forma, que se pode modelar, que não é natural” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Que corpo esse material enforma? Teria a pessoa que fotografou esses corpos solicitado a devida autorização do uso de imagem? Vale destacar que as fotografias não apresentam corpos quaisquer. São, em sua maioria, corpos negros. Corpos que, historicamente, têm sido alijados de muitos direitos, vítimas de políticas de extermínio; corpos, inúmeras vezes, feridos e massacrados, subjugados às lógicas do biopoder (FOUCAULT, 1997) e da necropolítica (MBEMBE, 2018).

Segundo Grada Kilomba (2016), os corpos negros são submetidos a uma demarcação de espaços que os coloca no lugar dos que estão “fora de lugar”, corpos que não estão em casa, que não pertencem a lugar algum. “Dentro do racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, abjetos, “deslocados” [...]. Corpos *brancos*, ao contrário, são construídos como aceitáveis, corpos em casa, “no lugar”, corpos que sempre pertencem (KILOMBA, 2016, p. 6).

Das cinco fotos apresentadas na composição, quatro delas foram premiadas no concurso. Concorreram nas categorias individuais e receberam recompensas de primeiro e segundo

lugares na premiação geral. Se as temáticas da maratona nos anos em que essas fotografias foram produzidas abarcavam as noções de “Gente e Vida” e de “Direitos de Cidadania”, quais foram os olhares desses/as fotógrafos/as para essa gente, para essas vidas, tão desprovidas de seus direitos e de sua cidadania? Seriam meros retratos da constatação das violências que essa população sofre reiteradamente? Ou estariam esses mesmos retratos repetindo essa lógica violenta e perversa? O que essas fotografias nos dizem sobre o olhar de quem as produziu?

Rosana Paulino, artista visual, pesquisadora e educadora brasileira, utiliza a fotografia em diálogo com o desenho e a gravura e muitas de suas obras questionam a representação das pessoas negras no contexto brasileiro. Segundo a artista, há uma “quase ausência dessa representação nos mais variados aspectos da vida dos brasileiros e na história, sobretudo na história das artes visuais” (Paulino, 2020).

Na instalação Assentamento (2013), que integra a exposição intitulada “A costura da memória”, trabalho que reúne obras produzidas entre os anos de 1993 e 2018, Paulino manipula retratos dos tidos como “tipos brasileiros” produzidos pelo fotógrafo francês Auguste Stahl (1824-1877) para o livro *Viagem ao Brasil, 1865-1866*, de Louis Agassiz (1807-1873), naturalista suíço que investigava teorias de superioridade racial (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2019). Abaixo, seguem algumas das fotografias que compuseram a instalação:

Figura 3 - Rosana Paulino. Assentamento. 2013 Coleção particular.



Fonte: Registro de Aymê Okasaki.

A figura de uma mulher escravizada impressa em tamanho real nos interpela e convoca a problematizar de que forma e a serviço de quê as imagens das pessoas negras têm sido manejadas ao longo dos séculos. A obra faz uma crítica ao cientificismo que alocou a flora, a fauna e as gentes nas mesmas classificações de raças, como nos estudos de Agassiz. O zoólogo esteve na Amazônia para estudar espécies de peixes, mas ganhou notoriedade pelos estudos realizados sobre o que chamou das “raças brasileiras”, que considerava a miscigenação como degeneração da raça superior, a branca. Nas obras *História Natural, Paraíso Tropical e Geometria à brasileira* (2018), as *assemblages*¹⁵ com fotografias dos negros e indígenas

¹⁵ O termo *assemblage* foi incorporado às artes em 1953, cunhado pelo pintor e gravador francês Jean Dubuffet, (1901-1985) para fazer referência a trabalhos que, segundo ele, "vão além das colagens. O princípio que orienta a feitura de *assemblages* é a ‘estética da acumulação’: todo e qualquer tipo de material pode ser incorporado à obra de arte. O trabalho artístico visa romper definitivamente as fronteiras entre arte e vida cotidiana; ruptura já ensaiada pelo dadaísmo, sobretudo pelo *ready-made* de Marcel Duchamp (1887-1968) e pelas obras Merz (1919), de Kurt Schwitters (1887-1948)” (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2019).

escravizados são entremeadas, misturadas a ilustrações botânicas de *Flora brasiliensis*, desenhos de zoologia e ilustrações de craniologia (OKASAKI, 2019, p. 273). Corpos classificados, coisificados. Abjetos. As fotografias que compõem a Figura 2 seriam balizadas por essa mesma lógica?

Na segunda composição de fotos da Maratona Fotográfica de Florianópolis que aqui apresento, as imagens foram produzidas nos anos de 1999, 2002 e 2004. A respeito das temáticas propostas em cada ano, somente encontrei informações referentes ao ano de 2004: história, estética, comportamento e natureza.

Figura 4 - Maratona Fotográfica de Florianópolis - 1999, 2002 e 2004



Fonte: Acervo Casa da Memória (Composição de fotografias elaborada pela pesquisadora)

Nessas fotografias (Figura 4), podemos notar a presença de pessoas em situação de rua, mas, desta vez, em contextos diferentes. Uma se refresca nas águas do chafariz do Largo da Alfândega, a outra, também às margens do fontanário, parece repousar enquanto, possivelmente, brinca com dois cachorros. Uma das pessoas está sentada no início da escadaria da catedral da cidade, em frente à imponente porta de madeira da igreja. Por fim, na fotografia localizada na parte inferior, à direita, uma pessoa dorme, envolta em um cobertor, próxima às construções centenárias do centro de Florianópolis.

Em todas as fotos retratadas a impressão inicial é de que tais pessoas parecem passar quase despercebidas quando o que está em questão é um clique da cidade, de suas construções, de seu patrimônio histórico. Pessoas-ruído em cada um dos enquadramentos. Ou seriam pessoas que não passam despercebidas nas fotos, mas que com elas promovem uma composição específica? Ao observar a foto em que um homem aparece no chafariz, indago-me: estaria ele posando para a foto e, ao fazê-lo, protagonizou a cena? Na perspectiva de uma foto como esta, em que medida as pessoas em situação de rua não teriam sido protagonistas de cenas dentro das possibilidades e condições nas quais se encontravam? Em que medida a Maratona Fotográfica visibilizou e/ou possibilitou o protagonismo dessas pessoas nas cenas fotografadas? Todas essas fotos receberam prêmios de segundo e terceiros lugares, nas categorias amador e profissional, nas edições do concurso do qual participaram.

No regulamento do concurso, o/a participante é orientado/a sobre os direitos de imagem; mas reitero a pergunta feita anteriormente: teriam as pessoas que foram fotografadas dormindo,

autorizado a veiculação de seus rostos? No capítulo III do regulamento da última edição do concurso, no tópico 3.4, há a seguinte disposição:

Ao se inscrever no concurso, o participante declara, ser o único responsável pela autoria dos registros fotográficos encaminhados para fins de participação, a inexistência de plágio, bem como garante ter a autorização de terceiros que, por ventura, tenham direitos conexos sobre as imagens, responsabilizando-se por eventuais reivindicações de terceiros quanto ao uso não autorizado. (FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES, 2019)¹⁶.

Já no capítulo IV, tópico 4.4.1, encontrei outras orientações sobre a cessão de direitos autorais:

O participante deverá estar ciente que no caso de ser premiado pelo concurso deverá entregar assinado o “Termo de Cessão e Autorização de Uso de Imagem (Fotografia)” (Anexo 1) na sede administrativa da FCFCC, no prazo determinado pela Comissão Organizadora. (Ibid).

Até aqui, entendo que a regra do concurso é clara em relação ao uso e autorização do uso de imagens e imputa ao/à artista a responsabilidade sobre a fotografia produzida.

Não tive a oportunidade de conversar ou entrevistar quem elaborou tais registros. Todos/as, ao se inscreverem no concurso, cedem os direitos das fotos à Fundação Franklin Cascaes mediante assinatura de um documento de cessão de direitos autorais. Não ousei aqui julgar a produção destas imagens e desconheço a intenção de quem as tirou, mas não irei me furtar de problematizar os lugares que são imputados às pessoas em situação de rua em momentos e contextos diferentes na cidade.

A fotografia da rua e a cidade: algumas notas sobre corpos premiados

Fotografar pessoas em situação de rua requer, de quem o faz, respeito, cuidado, delicadeza. Mais do que isso, há que se atentar para a necessidade de um posicionamento ético-estético-político que não imponha a essas pessoas, através das lentes de uma câmera, a ocupação de um velho lugar que há muito lhes é imposto: o lugar da indiferença, do desprezo, da falta de acesso a bens e direitos, do sofrimento, da explicitação da precariedade de suas existências. Faz-se necessário um olhar que não reproduza as violações e violências que essas pessoas sofrem diariamente. Todos sabemos (ou não?) que essas pessoas são cidadãos e sujeitos de direitos como qualquer um de nós. Mas na prática, esse discurso se atualiza?

A Constituição Brasileira garante a todo cidadão brasileiro uma série de direitos fundamentais. Porém, na experiência do encontro com a rua, vemos a necessidade de reequacionar o que na prática querem dizer esses direitos. Para a efetivação destes deparamo-nos com a ideia formada historicamente de que todo tipo de acesso a bens e serviços da parcela populacional mais pobre e miserável é do âmbito da caridade ou da filantropia – ou seja, um favor. (MACERATA; MAGALHÃES; RESENDE, 2014, p. 142).

Na esteira dessa reflexão sobre os direitos de quem vive nas ruas, retomo os objetivos da maratona no sentido de problematizar a questão do olhar dos/as fotógrafos/as participantes, mediado pela câmera fotográfica e sob o julgamento de um concurso. Se um dos intuitos da

¹⁶Recuperado de: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_03_2019_16.36.01.d97fe25d8a8c72f09335bedaf29cb8e9.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

maratona reside na virada do olhar de seus/suas participantes em relação ao que é/constitui a cidade buscando perceber o que não é visto ou que passa despercebido, fotografar as pessoas em situação de rua seria, simplesmente, olhar o “inolhável”? “Modificar as condições usuais da sua visibilidade? Ou aos que se olha conferir outra categoria de gente que possa atender a interesses mercantis? Estaríamos diante de uma lógica que funciona a fim de produzir uma ‘iconografia da infelicidade’?” (DIDI-HUBERMAN, 2008).

Quais (in)diferenças as fotografias de pessoas em situação de rua produzem no contexto da maratona que não o fazem em outros contextos? Seriam essas fotografias, como apontou Susan Sontag (2003), uma forma de operar denúncias, de clamar pelo fim da atrocidade, da barbárie, do sofrimento? Ou seriam “meios de tornar ‘real’ (ou ‘mais real’) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar?” (SONTAG, 2003, p. 7). Não pretendo aqui responder tais perguntas, mas utilizá-las como dispositivo para pensar sobre as pessoas em situação de rua e suas relações com a cidade.

O que entendo como a virada de um olhar sobre a cidade (pessoas, patrimônio, histórias, entre outros) proposta pela Maratona Fotográfica foi realizada, em outra cidade e outro contexto, por Virgínia de Medeiros, em sua obra “Fábula do Olhar” 2012-2013 (Figura 5). A artista instalou um estúdio de fotografia em dois refeitórios frequentados por pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza, Ceará. Vinte e uma pessoas foram retratadas em uma série fotográfica preto-e-branco e, de cada uma delas, colheu-se depoimentos em vídeo sobre suas histórias de vida. Além disso, receberam a seguinte questão: como você gostaria de se ver ou ser visto/a pela sociedade?

Sobre isso, afirma a artista:

Esta questão abre o campo de subjetividade dos indivíduos retratados que, fabulando sua condição, se fazem personagem da obra. O momento da fabulação é esse, quando a diferença entre aquilo que é real e aquilo que é imaginado se torna indiscernível, quando por esse processo o indivíduo se constitui como um sujeito da cena e não como um mero objeto que é observado: criar um mundo, nele crer e se projetar. (MEDEIROS, 2019, s.p.)¹⁷.

Virgínia de Medeiros também convidou o fotopintor Mestre Júlio dos Santos que, por meio de uma técnica intitulada fotopintura digital, coloriu os retratos preto-e-branco em conformidade com a resposta de cada pessoa em situação de rua àquela pergunta inicial. No formato final da obra, cada fotopintura foi acompanhada de um texto literário produzido pelas pessoas em questão, como apresentado a seguir.

¹⁷ Recuperado de: [HTTPS://VIRGINIADEMEDEIROS.COM.BR/OBRAS/FABULA-DO-OLHAR/](https://virginiademedeiros.com.br/obras/fabula-do-olhar/). Acesso em: 10 set. 2021.

Figura 5 - Depoimento Jéssica – Obra Fábula do Olhar



Fonte: Site da artista Virgínia de Medeiros.

Vejo o trabalho da artista Virgínia de Medeiros como uma produção consonante com o que propõe, em seu regulamento, o concurso Maratona Fotográfica de Florianópolis/SC. A artista busca provocar com seu trabalho a virada do olhar para o cotidiano não visto ou difícil de ver, mas com respeito pela história de cada uma das vidas retratadas, com cuidado pela singularidade de cada existência. Cabe perguntar: as fotografias de pessoas em situação de rua produzidas na Maratona Fotográfica e aqui apresentadas promoveram isso?

Sabemos que para o olhar acontecer é preciso um encontro. Como teria se dado o encontro dos/as fotógrafos/as participantes da maratona com esses corpos na/da rua? O que esses/as fotógrafos/as enquadraram? Que visibilidades e (in)visibilidades sustentaram as lentes de suas câmaras? Susan Sontag (2003) nos conduz a possíveis respostas para estes questionamentos. A autora afirma que a imagem fotográfica, na condição de vestígio, e não como construção montada com vestígios fotográficos dispersos, “não pode ser simplesmente um dispositivo de algo que não aconteceu. É sempre a imagem que alguém escolheu; fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir” (SONTAG, 2003, p. 22).

(In)conclusão: assentando olhares outros sobre a rua e as pessoas que a habitam

Waly Salomão, poeta brasileiro, disse certa vez que a “memória é uma ilha de edição” (1996, p. 20). Partindo dessa premissa, e retomando a questão da fotografia discutida neste texto, podemos editar imagens “para estranhar, para viajar, para elevar a existência a um exercício superior, transcendental” (FONSECA, AMADOR, OLIVEIRA, 2011, p. 74) e para que estejam a “serviço de uma disjunção, de uma abertura entre ver e falar que, ao acolher o movimento do mundo, espreita suas virtualidades pra dar-lhes existência, para operar a diferença” (ibid). Ou podemos editar imagens para promover esquecimentos, para viabilizar violências, para visibilizar de forma oportunamente perversa algo ou alguém.

Contar alguma história requer responsabilidade, prudência e tem a ver com nosso posicionamento ético-estético e político na condição de pesquisadores/as. Tem a ver com certa “preocupação em não escamotear as rachaduras, as fraturas, as *esquizes* de que o mundo sofre, mesmo que só se possa falar delas, mas não repará-las” (GAGNEBIN, 2018, p. 74-75). Produzir fotografias também é, de certa forma, contar histórias. Partindo desse raciocínio, continuo a me perguntar: que fraturas estão expostas nessas premiadas imagens da Maratona Fotográfica de Florianópolis? Susan Sontag também nos alerta que, “numa era sobrecarregada de informação, a fotografia oferece um modo rápido de apreender algo e uma forma compacta de memorizá-lo” (2003, p. 13).

Nosso encontro com a rua, aqui personificada nas pessoas que fazem dela sua morada, seu lugar de habitação, é inelutável. Por isso, retomo a fala de Paul Preciado para convidar os/as que chegaram comigo até aqui a rever essa rua que nos interpela, que nos atravessa, encarando-a de modo diverso, com olhares que “[...] busquem os gérmenes da vida que, ainda que desconheçam, os rodeiam, e que, com uma torção do olhar, poderiam ser seus – poderia ser sua própria vida” (PRECIADO, 2018, p. 21).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é o Contemporâneo? In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o Contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, p. 57-73.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 95-114.

ASSIS, Neiva de; ZANELLA, Andréa Vieira; FONSECA, Tania Mara Galli. Memórias e esquecimentos: revolvendo o passado silenciado de uma cidade. In: BARROS, Maria Elizabeth Barros de; MIZOGUCHI, Danichi; COSTA, Luís Artur (Orgs.). **Colapso clínico-político do comum na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2018, p. 49-74.

BENJAMIN, Walter. O Flâneur. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDES, Mateus Pinho. Apontamentos sobre a cidade do marechal: a denominação da capital catarinense no alvorecer republicano. **Revista Santa Catarina em História**, v. 4, n. 1, 2010. Recuperado de: [HTTP://SEER.CFH.UFSC.BR/INDEX.PHP/SCEH/ARTICLE/VIEW/122](http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/122).

BRITES, Blanca Luz; AGUIAR, Vitor Butkos de. Labirintos de memória. In: FONSECA, Tania Maria Galli; COSTA, Luciano Bedin da (orgs.). **Vidas do Fora: habitantes do silêncio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

BUÑUEL, Luis. **Meu último suspiro**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Flávia Nassif da; FERREIRA, Thiago Vinícius. Potências inscritas no corpo: do flâneur ao cruiser. **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.Campinas**, v. 8, n.1, 2016, p. 28-45.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Imagens de lamentação, imagens lamentáveis? **Revista de comunicação e linguagens**. Fotografia(s). Lisboa, n. 39, 2008, p. 63-74.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS. **Assemblage** (Verbetes). São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo325/assemblage>.

FONSECA, Tania Mara Galli, AMADOR, Fernanda Spanier; OLIVEIRA, Andréia Machado. Imagem e literalidade: o figural do mundo. In: ZANELLA, Andréa Vieira; TITTONI, Jaqueline (orgs.). **Imagens no pesquisar**: experimentações. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 15 ed. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1997.

FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Regulamento 1ª Maratona Fotográfica de Florianópolis**. Florianópolis, 1995.

FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Regulamento 25ª Maratona Fotográfica de Florianópolis**. Florianópolis, 2019. Recuperado de: [HTTP://WWW.PMF.SC.GOV.BR/ARQUIVOS/ARQUIVOS/PDF/11_03_2019_16.36.01.D97FE25D8A8C72F09335BEDAF29CB8E9.PDF](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_03_2019_16.36.01.D97FE25D8A8C72F09335BEDAF29CB8E9.PDF).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin**: os cacos da história. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

GINZBURG, Carlo. Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: Eco, Umberto; SEBEOK, Thomas (orgs.). **O signo de três**: Dupin, Holmes, Peirce. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 89-130.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, Museu de Arte do Rio, 2014, p. 155-176.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**: uma palestra performance de Grada Kilomba. 2016. Tradução: Jéssica Oliveira. Recuperado de: [HTTP://WWW.GOETHE.DE/MMO/PRIV/15259710-STANDARD.PDF](http://www.goethe.de/MMO/PRIV/15259710-STANDARD.PDF).

MACERATA, Iacã Machado; MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander; RESENDE, Noele Coelho. Direitos humanos e população em situação de rua: as singularidades no encontro com a rua. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; ASSAGRA, Gregório; GUSTIN, Miracy; LIMA, Paulo César Vicente de; IENNACO, Rodrigo (orgs.). **Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua**. Belo Horizonte, MG: D' Plácido, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, Virginia de. **Fábula do Olhar**. 2019. Recuperado de: [HTTPS://VIRGINIADEMEDEIROS.COM.BR/OBRAS/FABULA-DO-OLHAR](https://virginiademedeiros.com.br/obras/fabula-do-olhar).

ND MAIS NOTÍCIAS DE SANTA CATARINA. Edifício Dias Velho, uma história desconhecida por quem o habita. Recuperado de: [HTTPS://NDMAIS.COM.BR/NOTICIAS/EDIFICIO-DIAS-VELHO-UM-POUCO-DANOSSA-HISTORIA/](https://ndmais.com.br/noticias/edificio-dias-velho-um-pouco-da-noossa-historia/).

OKASAKI, Aymê. Os avessos dos bastidores: a visibilidade da mulher negra nos trabalhos de Rosana Paulino. **Revista dObras**, v. 11, n. 25, 2019, p. 269-275.

ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social; Ver. Sociol.** São Paulo, v. 12, n. 1, 2000, p. 11-28.

PAULINO, Rosana. Rosana Paulino (Verbetes). In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: [HTTP://ENCICLOPEDIA.ITAUCULTURAL.ORG.BR/PESSOA216153/ROSANA-PAULINO](http://enciclopedia.itaucultural.org.br/peessoa216153/rosana-paulino).

PRECIADO, Paul. La izquierda bajo la piel. Um prólogo para Suely Rolnik. In: ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

SALOMÃO, Waly. **Algaravias-Câmara de Ecos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXI, n. 71, 2000, p. 166-193.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ZANELLA, Andréa Vieira. **Entre Galerias e Museus: diálogos metodológicos no encontro da Arte com a Ciência e a Vida**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

PARTE II - DESENVOLVIMENTO E OLHARES REGIONAIS

5. MEMÓRIA DAS PRAÇAS DE MAMBORÊ-PR: UMA (RE)LEITURA DO ESPAÇO E DO TEMPO

Tatiane Monteiro Ré
Marcos Clair Bovo

Introdução

O presente capítulo objetiva analisar a história das praças de Mamborê por meio da memória de seus moradores, enfatizando as experiências e vivências através do tempo e do espaço da Praça das Flores, da Praça João Szesz e da Praça Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A memória de cada praça possibilita identificar as peculiaridades, os elementos e as características que permanecem no espaço em estudo, levando-se em consideração as categorias: estrutura, processo, forma e função, propostas por Santos (1985), tanto do passado quanto do presente. A história relata-nos os acontecimentos sobre a evolução da cidade de Mamborê e suas transformações urbanas.

É nesse contexto que buscamos diferenciar memória de história. Qual é a relação entre memória e história?

Para Le Goff (1990, p. 439), a relação existente consiste em:

[...] o que separa radicalmente a memória da história é, justamente, a colocação da memória fora do tempo. O esforço de memorização, predicado e exaltado no mito, não manifesta o vestígio de um interesse pelo passado, nem uma tentativa de exploração do tempo humano [...].

Já Halbwachs (2004) destaca que a memória coletiva não se confunde com a história, pois esta é: a) a compilação dos fatos ocorridos no passado que ocuparam o maior espaço na memória dos homens; b) começa a partir do ponto em que acaba a tradição; c) é o momento em que a memória social se apaga e se decompõe. Já a memória é: a) quando uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte num grupo social; b) a única forma de salvar tais lembranças, fixando-as por meio da história, por escrito, já que as palavras e os pensamentos se esvaem, ao passo que os escritos permanecem. Dessa forma, entendemos que a necessidade de escrever a história de algo desperta somente quando esses acontecimentos já estão distantes do passado.

Diante disso, podemos definir memória pontualmente como sendo a capacidade do ambiente construído, ou seja, das praças de Mamborê em despertar no imaginário de uma coletividade suas lembranças, imagens e experiências vivenciadas em um passado. De acordo com essa definição, a memória se constituiria de vestígios da história de determinados acontecimentos passados na cidade que estão presentes no imaginário das pessoas até a atualidade. Esse passado é preservado, não esquecido, mantido como lembranças, tendo em vista que, de alguma forma, tem um significado por parte de algumas pessoas.

O geógrafo Milton Santos enfatiza que, pela memória, aprendemos o mundo dos nossos antepassados.

[...] eles nos ensinam o mundo, eles nos ensinam a valorizar o que existe, a dar um valor ao que existe. Esse valor, não é só o valor que a coisa tem em si, é o valor que lhe é atribuído e que nós aceitamos como valor. Isso é uma herança que nós temos e com isso nós nos situamos no mundo, que é o papel da cultura, exatamente. E nós temos tendência, daí por diante, a ver o mundo, ou um pedaço do mundo, como a paisagem é, através desse aparelho, que é

um filtro. Então, a memória tem esse papel muito grande, não só o de nos trazer para o presente o que foi vivido, no passado, por nós e o que foi vivido pelos outros através da literatura e da escola. A escola e a literatura nos trazem a vivência dos outros, que são memórias, porque nós vivemos com as nossas memórias e com as memórias dos outros, também. Nós trabalhamos com esse conjunto de memórias coletivas e memórias individuais de cada um de nós [...]. (SANTOS, 1999, p. 147-148).

Visando à compreensão da discussão da memória das praças pesquisadas em Mamborê, utilizamos como metodologia a história oral para resgatar dos moradores as suas vivências e experiências presentes em suas memórias, tendo em vista que não há registros escritos sobre as transformações ocorridas nas praças ao longo do tempo. Também serão utilizadas fotografias para uma melhor interpretação da estrutura, forma, função e processo, levando-se em consideração as categorias de análise desta pesquisa.

Dessa forma, entendemos que uma cidade é fruto da construção social e, portanto, agrega elementos de várias gerações, de vários interesses sociais, políticos, econômicos, de tecnologias existentes na época, das relações sociais, de conflitos, de governo, do clima, da vegetação e de tantos outros. Assim, quando pensamos sobre um determinado espaço, é preciso considerar inúmeras variáveis, como o tempo, o espaço e a interferência do homem nesse processo de produção espacial.

Espaço e memória: um diálogo necessário

O homem se apropria do espaço em que vive, transforma, adapta, modifica e nesse processo constrói a cidade e a sua história. Ao modificar o ambiente natural, ou seja, adaptar-se ao clima, ao relevo e a hidrografia, constrói sua história, suas casas, ruas, praças. Nesse produzir, por meio das relações sociais, produzem sua cultura, seus valores, suas memórias e sua história. O espaço social produzido por meio dos sujeitos históricos dá significados à cidade que, enquanto espaço de memória, guarda as lembranças do passado produzido e permite o planejamento do futuro dele.

As relações sociais têm como pano de fundo as ruas, as praças, o lugar onde as pessoas habitam e se relacionam no dia-a-dia e, portanto, são referências quando se pretende entender as relações dos habitantes com a sua cidade. Dessa forma, o que nos interessa nesse estudo não são as relações dos sujeitos históricos com as praças de Mamborê, não enquanto indivíduos isolados do convívio com os demais sujeitos históricos, mas as memórias desses indivíduos em relação ao lugar, às praças e às formas de usos, ou seja, como a população de outra época se relacionava com esses espaços, qual a importância que eles tinham, quais elementos havia nesses lugares, buscando a memória do lugar ou a memória coletiva.

A memória pode ser individual ou coletiva e, segundo Poulet (1992, p. 54-55), “graças à memória, o tempo não está perdido, e, senão está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado”. Assim, quando buscamos a memória da cidade ou a de um lugar na cidade, a memória individual é importante neste processo, uma vez que vagueia por momentos ou formas espaciais que já se alteraram e, portanto, contribuem para o registro de outros tempos. A memória individual por ser subjetiva e é importante que seja analisada juntamente com outros elementos como documentos impressos, fotográficos, porque nem sempre é linear e precisa.

Para Halbwachs (1990, p. 143), a memória coletiva é um conjunto de lembranças vividas coletivamente num certo espaço e numa certa época. Essas memórias guardam o que continua vivo na cultura de um grupo e esse fato fortalece a identidade. Quando um grupo não guarda suas memórias, sua cultura perde a identidade cultural e grupal. De acordo com o autor, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. A diferença entre a memória

coletiva e a histórica reside no fato de que a coletiva é viva, é presente, enquanto a memória histórica está distante no tempo e, por necessitar ser lembrada pois seus atores não estão mais presentes para contar, se transformam em memórias históricas.

Assim,

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores ou espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 1990, p. 80-81).

De acordo com Halbwachs (1990), as memórias coletivas são mais preservadas de forma escrita, registrada e documentada, do que nas paisagens. É preciso se atentar para o fato de que em qualquer tempo histórico coexistem, na mesma cidade, uma grande diversidade de memórias coletivas sendo formada e, portanto, impossibilitando o registro de todas elas. Ainda que isso seja impossível, não quer dizer que não seja importante.

Embora a memória seja individual, ela apoia suas referências no espaço social vivido e não podemos esquecer que esse espaço sofre influências externas em escalas mais amplas do que a local, sofre influências de decisões estaduais, regionais e globais. Para Le Goff (1990), quando buscamos a memória, estamos fazendo um exercício de busca nas lembranças, ou seja, uma busca pelo pensamento simbólico. Sendo assim, é importante ter consciência de que a memória tem a tendência de vaguear por terrenos nostálgicos e que o exercício de lembrança pode ter tamanha ênfase que se torne um mito ou um passado idealizado. Ainda assim, o exercício de buscar a memória ou a história da cidade é importante para guardar as lembranças do lugar, da paisagem e servir de base para as gerações futuras.

Deve-se levar em consideração que há um limite para a volta nesse passado, pois ele vai até certo ponto. Outro detalhe que precisa ser levado em consideração quando se busca entender e/ou registrar a memória é que ela é contada de acordo com os interesses sociais, econômicos e políticos do entrevistado e, portanto, carrega a memória de um grupo.

Quando investigamos espaços públicos de uma cidade, precisamos ter em mente que estes são vitais para que as relações sociais aconteçam, são locais de interseção que possibilitam o convívio entre pessoas de diferentes classes, de diferentes partes da cidade, de diferentes profissões, enfim, são espaços comuns onde há interação entre os habitantes. São nesses espaços que a vida pública acontece, onde ocorrem manifestações, festas religiosas e eventos sociais de diversas naturezas. Assim, nesses lugares se materializam as transformações sociais. De acordo com Lefebvre:

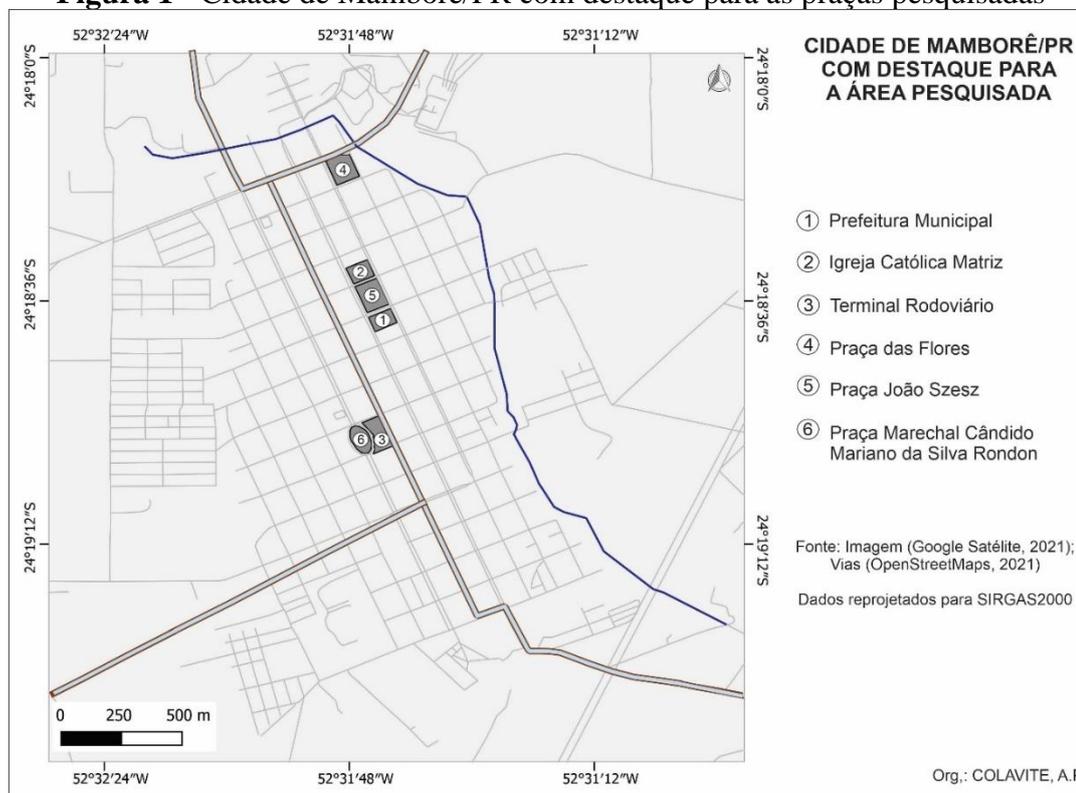
A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra o urbano não pode dispensar uma base prático-sensível, a cidade. Se considera a cidade como obra de certos agentes históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação do grupo [ou grupos] e o seu produto. Sem com isso separá-los. (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Esses espaços possuem grande importância social por permitir a troca de experiências e vivências entre as pessoas. A presença das pessoas nesses espaços é o que garante a existência das relações sociais e, assim, a possibilidade de pensar, de planejar e de decidir o futuro da cidade e dos espaços públicos.

O caminho metodológico

É nesse contexto que delimitamos como objeto de estudo as praças do município de Mamborê, localizado na mesorregião centro-ocidental paranaense, com população total de 13.961 habitantes, destes 8.984 (64,35%) residem na área urbana e 4.977 (35,65%) na área rural (IBGE, 2010). Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2015), o município possui uma área de 782,904 km², localiza-se a 481,30 km de Curitiba, a capital do estado e, em 2010, apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,719 – abaixo do índice do estado de 0,749. A pesquisa compreenderá as principais praças da cidade de Mamborê: Praça das Flores, Praça Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e Praça João Szesz, ambas localizadas na área central da cidade (Figura 1).

Figura 1 - Cidade de Mamborê/PR com destaque para as praças pesquisadas



Fonte: Imagem (Google Satélite, 2021), Vias (Open Street Maps, 2021).

O nosso aporte metodológico foi constituído de pesquisa de campo que teve por base o uso da história oral na qual utilizamos um roteiro de questões que teve por objetivo orientar as cinco entrevistas realizadas que foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas. Salientamos que os depoimentos dos antigos moradores locais possibilitaram entender e compreender a construção da histórica local que, juntamente com outras fontes, como a fonte escrita e a fotográfica, contribuíram para a análise das alterações ocorridas ao longo do tempo, ou ainda as permanências de alguns elementos nas praças pesquisadas.

Ao referirmo-nos à história oral, buscamos a compreensão de Alberti (2004) que destaca ser impossível reproduzir um acontecimento detalhando-o como realmente aconteceu. Por isso, a história trabalha com seleção de acontecimentos para conhecer e explicar o que passou. Em uma entrevista de história oral não é diferente, porém o sujeito dá vida a seu depoimento “e ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais:

emoções, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos” (ALBERTI, 2004, p. 14). Sendo assim, temos que ter claro que são fragmentos do passado.

Para Meihy (1996, p. 13), a “história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento de estudos referentes à vida social das pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também como história viva”.

Diante do exposto, buscamos, por meio da memória dos antigos moradores, das fotografias antigas e atuais e de documentos oficiais escritos, compreender a categoria “processo”, proposta por Santos (1985), que possibilita entender os usos, as funções e a importância das praças para a população de Mamborê.

Para complementar as análises das informações das entrevistas concedidas pelos moradores, utilizamos a fotografia como uma das fontes de pesquisa para a análise espacial. Por intermédio dela, verificamos as formas, os usos de cada praça em estudo, bem como as transformações ocorridas ao longo do tempo, a partir das práticas desenvolvidas pela população, além das novas formas de ocupação e utilização do espaço urbano.

Por meio do registro fotográfico e do levantamento de fotos antigas das praças fornecidos pelos moradores e dos órgãos públicos municipais, foi possível verificar a evolução da praça na história da cidade. Sobre isso, Mauad (1990, p. 3) afirma que “entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver”. Já Possamai (2008) salienta a importância da fotografia para se interpretar o passado:

As imagens visuais são portadoras daqueles elementos que se aproximam mais do sonho, da imaginação e das sensibilidades. Moldadas pelas configurações históricas e sociais de sua produção, suas intenções ultrapassam o desejado no momento de sua elaboração pelas múltiplas possibilidades que são oferecidas pelo ato de olhar. Como representações do real, as imagens visuais constroem hierarquias, visões de mundo, crenças e utopias e, neste sentido, podem constituir-se em fontes preciosas para a compreensão do passado (POSSAMAI, 2008, p. 2).

As análises das fotografias em conjunto com as entrevistas realizadas com os moradores possibilitaram-nos compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo e do espaço, levando-se em consideração a estrutura, o processo, a forma e a função de cada praça pesquisada.

Memórias das praças de Mamborê: uma análise

Em busca da história das praças de Mamborê, realizamos entrevistas com pessoas que vivenciaram o momento de formação da cidade, sendo eles: o agrimensor Polon Radecki, responsável pela medição das terras; a professora Tereza Santos Vieira, filha de um dos primeiros moradores, o senhor Frederico Renal; o senhor Armênio Coelho da Costa; e o senhor Ubiraci Pereira Messias, ex-prefeito por dois mandatos.

A primeira entrevista que realizamos foi com o senhor Polon Radecki (2016), agrimensor que veio de Laranjeira do Sul no ano de 1944, com 24 anos, para medir terras de Mamborê. Radecki (2016) conta que o governador Manoel Ribas estava preocupado com a invasão dos estrangeiros na região.

Aí de repente houve aquela revolta dos Paraguiaios contra Brasil, que iam invadir aqui. Paraguiaios já até apareceram em Campo Mourão, aí o governador que era Manoel Ribas, era da ditadura, diz: “– Não, eu não deixo ninguém entrar e invadir Campo Mourão vou chutar todo mundo de lá”. E aqui já tinha uns trinta moradores, que eram trabalhadores na lavoura. E os

Paraguaios começaram a judiar daqui da gente. “– Podem sair daqui porque aqui é nosso e Paraguai vai mandar até Campo Mourão.” Aquela ganância de ficar com essa região. (RADECKI, 2016).

Sugiro: Assim que foi designado para medir as terras de Mamborê, partiu de ônibus até Guarapuava e depois de caminhão com outros companheiros guardas florestais que ficavam ao longo do caminho, em Pitanga, Roncador, Mamborê, Campo Mourão, Peabiru e Maringá, para fiscalizar e conter a invasão dos Paraguaios e Bolivianos. Para Radecki (2016), a viagem foi demorada e muito difícil, porque não tinham muitas estradas abertas naquela época: “quando eu cheguei lá, aí eu conheci o Daniel Miranda não era paraguaio era boliviano [...] Daniel Miranda veio de Guarapuava para cuidar de um boteco do Léo Guimarães”.

De acordo com a entrevista realizada com Radecki (2016), a ajuda de Daniel Miranda foi imprescindível, pois, por meio dele, foi possível a comunicação com todos os moradores, na qual foi marcada uma reunião para explicar a situação de pagamentos. Na ocasião, havia aproximadamente trinta famílias. Diante disso, foi necessário formar uma equipe para realizar as medições, “olha eu preciso mais ou menos dez a onze pessoas, poceiros bons e um bom cozinheiro porque nós vamos morar no mato, vamos entrar no mato até terminar o serviço” (RADECKI, 2016).

Na Figura 2, cedida por Radecki, observamos a abertura da Avenida Augusto Mendes dos Santos, a primeira a ser desbravada, em 1944.

Figura 2 - Vista parcial da Avenida Augusto Mendes dos Santos na década de 1940



Fonte: cedida por Polon Radecki.

Conforme abriam as avenidas, muitas famílias chegavam e iam escolhendo datas para construir casas e comércio. Quando perguntamos sobre as praças, como foram escolhidos os lotes para construção delas, Radecki (2016) destaca que tudo foi projetado depois, primeiro foi medido o quadro urbano para que as pessoas pudessem se localizar, depois decidiam as glebas que precisavam ser demarcadas com maior urgência, então era feito o loteamento e, posteriormente pensava-se onde seriam as praças e outros elementos.

A Figura 3 possibilita fazer uma leitura do tempo e do espaço, pois apresentam aspectos sociais e econômicos da época. As dificuldades de infraestrutura predominavam na instalação de qualquer município do estado do Paraná, como, por exemplo, as estradas de chão, caminhões predominavam como meio de transporte e havia poucas moradias para atender o número de migrantes que chegavam de diferentes regiões do país.

Figura 3 - Vista parcial da Avenida Manuel Francisco da Silva



Fonte: cedida por Polon Radecki.

A primeira praça de Mamborê foi a Praça Bolívar, assim nomeada pelo senhor Polon Radecki em homenagem ao amigo Daniel Miranda, que era boliviano. No ano de 1982, por meio da Lei no. 035/82, a Prefeitura de Mamborê autoriza a concessão para exploração da lanchonete existente naquele espaço. Vejamos o que diz o artigo 1º e 2º.

Art. 1º - Autoriza o chefe do poder executivo municipal a efetuar a concessão de exploração do ramo de lanchonete pelo prazo de quinze (15) anos ao vencedor da concorrência pública a ser efetuada oportunamente.

Art. 2º - A concessão objeto do artigo anterior somente será dada aos licitantes que se propuserem a construir com recursos próprios em local já terminado na Praça Bolívar [...] e prédio onde funcionar a lanchonete, obrigando-se a seguir rigorosamente a planta do projeto elaborado pela Prefeitura Municipal, sujeitando-se também plano e prazo de concessão, a reverter ao patrimônio do Município o prédio e instalações fixas, à execução do mobiliário e instalações móveis, sem nenhuma espécie de indenização por parte do Município. (LEI MUNICIPAL n. 035/82).

De acordo com a lei municipal, percebemos que o poder municipal de Mamborê teve na época uma preocupação com o uso do espaço público, estabelecendo algumas regras para a concessão da instalação da lanchonete. Porém, em 1982, essa praça passa a ser denominada de Praça das Flores por meio da Lei Municipal no. 51/1982. Um ponto interessante é que nenhum dos entrevistados sabe exatamente porque a praça foi nomeada como tal, nem mesmo o prefeito da época, o senhor Ubiraci.

Também foi realizada uma entrevista com a senhora Teresa Santos Vieira (2016), que veio de Pitanga em 1942, com sete anos, acompanhando os pais e irmãos para Mamborê. Vieira (2016) expõe que quando chegou “só havia o espaço onde hoje é a Praça das Flores, coberto por grama nativa e muitos pinheiros velhos caídos. No entorno desse espaço havia duas casas de comércio (uma era do pai dela), uma escolinha e algumas casas”.

O terceiro entrevistado, o senhor Frederico Renal, com 86 anos de idade, está no município há 83 anos. Para ele, a Praça das Flores foi o começo de Mamborê:

[...] lá tinha uma escolinha, uma escolinha e uma igreja de madeira derrubava os pinheiro lascava a madeira e fazia o rodeio e as coberta tudo com tabuinhas [...] as construções nessa época eram de madeira nativa e tudo era muito difícil, muita pobreza, a casa dele “era um rancho [...] de chão batido não tinha esse negócio de soalho de madeira e esse calçamento de cerâmica [...], o fogão era fogão de barro bem grandão com uma chapa e umas panelona de terra” (RENAL, 2016).

Para Renal (2016), com o passar do tempo, outras praças foram surgindo:

[...] aí começamos outra igreja, a gente foi crescendo. Mudamos uma igreja pra cá de madeira, onde é a matriz ali, foram derrubados os pinheiros, tirado a madeira e feito, não tinha serraria, depois veio, teve uma época que tinha 40 e poucas serrarias aqui dentro do município que serrava madeira para exportação, é. E daí a terceira atividade veio à plantação de soja, aí veio à plantação de soja, a pecuária. Daí a gente começou a ter o conhecimento de como é que ia desenvolvendo (RENAL, 2016).

De acordo com a Figura 4, percebemos um grande aglomerado de fiéis no entorno da igreja. Como o espaço não era mais suficiente, uma nova igreja foi construída em outra praça da cidade. Por meio desta figura, pode-se destacar a função social da praça no que tange aos aspectos religiosos desenvolvidos pelos moradores da época.

Figura 4 - Vista parcial da primeira igreja de Mamborê



Fonte: cedida por Polon Radecki.

Outra entrevista realizada ocorreu na cidade de Ponta Grossa, onde o senhor Ubiraci Pereira Messias reside há mais de 30 anos. O senhor Ubiraci foi prefeito na cidade de Mamborê de 1977 a 1982. Já no final de seu mandato, morava em Ponta Grossa. Ele nos relatou as reformas que realizou na Praça das Flores (Figura 5).

Figura 5 - Construção e instalação de equipamentos na Praça das Flores na década 1970



Fonte: cedida por Ubiraci Pereira Messias.

[...] construimos um palco redondo para festividades, enfim para uma infinidade de coisas. Eu me lembro que na minha época até o governador foi [...]. O pessoal sentava tudo ali e uma parte ficava em pé porque não cabia. Também fizemos essa construçãozinha ali para os agricultores menores,

vamos dizer assim, vender frutas, vender galinha, enfim, no início uma vez por semana, depois passou a ser duas vezes por semana, mas fazia aquilo ali. Só fizemos a construção e eles vendiam na barraquinha e também funcionava Escola Infantil (Pré) de 2ª a 6ª feira. (MESSIAS, 2016).

Como podemos perceber na fala do senhor Ubiraci Messias (2016), a Praça das Flores ganhou várias estruturas durante o seu mandato. Na Figura 5, “a praça está em construção e ao fundo aparece uma construção que de 2ª a 6ª feira funcionava uma Escola Infantil (Pré). E aos sábados eram realizadas as feiras”.

As novas estruturas possibilitaram a circulação de mais pessoas na praça, trazendo uma nova dinâmica ao local, pois atraíam pais, crianças, professores e funcionários durante a semana para a escola e, nos finais de semana, atraía outro público que vinha fazer compras na feira do produtor.

O senhor Ubiraci Messias (2016), em sua entrevista, relembra que essas mesinhas que foram construídas na sua gestão eram utilizadas pelas “crianças na hora do recreio, por exemplo, as professoras usavam para realizar algumas atividades”. Outro espaço de grande relevância na Praça das Flores se refere à Mamborilândia, lugar no qual se concentravam instalados brinquedos do parque infantil. Na Figura 6 é possível verificar o uso desse espaço pelas crianças, sendo um dos principais atrativos para essa faixa etária na época.

Figura 6 - Antiga Mamborilândia na Praça das Flores



Fonte: cedida por Ubiraci Pereira Messias.

Até o ano de 1982, o prédio da rodoviária estava localizado na Praça das Flores (Figura 7). Era uma construção de madeira onde a população embarcava e desembarcava para as outras cidades. Na gestão do senhor Ubiraci Messias (2016), foi construído em alvenaria o atual prédio da rodoviária e, pensando no conforto dos usuários, fora instalado em outra localidade da cidade. Na Praça das Flores permaneceu um ponto de ônibus para que as pessoas da região tivessem outra opção.

Figura 7 - Rodoviária antiga na Praça das Flores



Fonte: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasambore/index2.html>.

Na entrevista com o senhor Ubiraci, outro elemento chama a nossa atenção quando ele relembra como era o campo de futebol localizado na Praça das Flores.

[...] na verdade essa praça inteira aqui era o campo de futebol antigamente era o estádio era isso aí, até na verdade, sessenta e três e sessenta e quatro por aí eu era presidente do time de futebol lá. Era um rapaz novo, solteiro, nós construímos o estádio, tinha o campo só, o gramado [...] fechamos e fizemos um estádio nós contratamos uma marcenaria, eles forneceram a prazo as madeiras e nós fechamos o estádio. (MESSIAS, 2016).

Sendo assim, podemos entender que a Praça das Flores sempre teve funcionalidades interessantes para a população desde o início da fundação de Mamborê, sendo um espaço de socialização entre os moradores. Vale destacar que esse espaço público foi sendo remodelado de acordo com o interesse da sociedade. Por exemplo, no ano de 2000, o ginásio foi coberto para sediar a fase regional de uma competição esportiva e, em 2012, o parque infantil foi revitalizado, ganhando brinquedos de madeira e pneus reciclados na mesma época em que houve a construção do novo campo de futebol.

A senhora Tereza Santos Vieira (2016) relembrou alguns eventos realizados na Praça das Flores, como a vinda de helicóptero do exército para vacinar a população, apresentações de circos, parques, shows de artistas e de sanfoneiros, além de ter o primeiro campo de futebol e o primeiro estádio cercado da cidade.

Nessa praça, foram realizadas as primeiras festas em comemoração ao aniversário de Mamborê, com barracas improvisadas cobertas com folhas de palmeiras e exposição de gado. Vale salientar que antes da construção do atual parque de exposição, as festas de aniversário (Figura 8) do município de Mamborê aconteciam na Praça das Flores, que naquela época se comemorava no dia 28 de julho.

Figura 8 - Festa do aniversário de Mamborê na década de 1980



Fonte: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/index2.html>.

É possível visualizar (Figura 8) o grande número de moradores de Mamborê que frequentava a Praça das Flores. Era uma verdadeira socialização entre crianças, jovens e adultos. Tudo era bem planejado e organizado e as festividades aconteciam e ficavam registradas na memória de muitas pessoas da época, sendo muito diferentes dos dias atuais.

O senhor Armênio Coelho da Costa (2016) destaca em sua entrevista que:

A Praça das Flores quando fizeram ficou muito bonita, aí foi abandonando porque fizeram a outra praça em 1982 [...]. A Praça das Flores era bem bonita muito aconchegante, tinha som, tudo iluminada aí foram abandonando, agora que estão fazendo uma feira lá e tão reformulando, ela era muito bonita (COSTA, 2016).

Dessa forma, entendemos que muitos elementos ficaram na memória do senhor Armênio quando expressa as palavras “muito bonita”, “aconchegante” e “iluminada”. Elementos positivos ao seu olhar, porém não deixa de enfatizar o problema ocorrido em gestões posteriores, o caso do abandono e agora a revitalização da mesma. Costa (2016) apresenta em sua entrevista algumas lembranças vivenciadas na Praça das Flores e relembra algumas atividades que aconteciam na época do senhor Ubiraci:

[...] faziam bastantes festas ali, todo sábado e domingo convocavam o povo, trazia um conjunto, tocavam e dançavam ali [...]. Era bem animado, agora está meio abandonado, amanhã tem feira ali, eles fazem uma apresentação, fazem até dança. Mas no tempo do Ubiraci toda semana tinha festa ali [...]. Ele trazia um conjunto e começava tocar às 4 da tarde e ia até 10, 11 horas [...] meia noite. O povo participava, dançavam era uma das principais coisas que acontecia no final de semana. (COSTA, 2016).

Dando continuidade à entrevista, Costa (2016) enfatiza que o senhor Ubiraci proporcionava na Praça das Flores atividades para os moradores com “som, tudo iluminado e a turma dançava ali, o povo sentava na arquibancada [...]. Tudo era muito bonito, era assim novo, era tudo com calçadinha, bem bonito. O povo sentava pra namorar ali na praça e tudo, agora estão arrumando vamos ver como vai ficar, que ali virou feira”. Na atualidade, a Praça das Flores vem passando por um processo de revitalização. Alguns equipamentos e estruturas antigas ainda persistem, outros estão sendo substituídos.

Ainda resgatando as memórias do senhor Armênio Costa (2016), “em 1968 houve um incêndio no cinema, aí em 1968 o cinema quebrou, deu tudo cinza, aí eu fui pra São Paulo fazer um curso de eletrônica e fiquei seis meses em São Paulo aprendendo a consertar rádios e fabricar rádios e voltei pra Mamborê” (COSTA, 2016). Quando retornou de São Paulo, o cinema havia sido reconstruído e reinaugurado no ano de 1966 com o nome de Cine Ópera. Além do cinema, entre os anos de 1963 e 1966, o senhor Armênio realizava a transmissão da Rádio Educadora de Mamborê. A rádio funcionava em média 10 horas por dia, com intervalos para esfriar os equipamentos, e os próprios moradores eram responsáveis pela programação.

Na sequência, serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas referentes à Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, que é a única em formato circular na cidade (Figura 9) e foi projetada para facilitar a circulação de veículos. No entanto, podemos notar que a função estética é destacada e, embora não haja uma grande variedade de plantas ornamentais que contribuam com a estética do local, ela serve como elemento de embelezamento urbano. Isso pode ser explicado porque, na época de sua construção, ela ficava em frente à Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal 06/1965, ou seja, naqueles tempos ainda não havia sido construído o atual prédio da Prefeitura Municipal e nem o atual prédio da rodoviária.

Figura 9 - Vista parcial da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon



Fonte: cedida por Ubiraci Messias Pereira, 2016.

Inicialmente sendo projetada para embelezar o espaço urbano e facilitar o trânsito na região, a praça perde parte de sua função com a transferência do prédio da Prefeitura Municipal para a área central da cidade.

O senhor Ubiraci (2016), ao se referir a Praça Marechal Candido Rondon, destaca que o traçado da cidade foi feito por Polon Rodecki que “fez essa organização, meio oval na planta que organizou [...] daí ficou aquela praça, que também se eu não me engano só tinha também os meios fios”.

Atualmente, essa praça não é muito utilizada pela população, talvez pelo seu formato, talvez por ser pouco convidativa ao uso ou talvez pela baixa manutenção do local. Das praças estudadas, essa é a única que não tem projeto de revitalização apresentado pelo Setor de Planejamento da Prefeitura.

A Praça João Szesz, quando construída, recebeu o nome de Praça 28 de Julho em homenagem à emancipação de Mamborê e a criação do novo município. A Lei Municipal no 17/89 proíbe a realização de festas de caráter público na Praça 28 de Julho. Essa Lei foi criada no mandado do prefeito Ubiraci Pereira Messias, dentre as atribuições do decreto destacam:

Art. 1º - Fica proibido a realização de festas de caráter público na Praça 28 de Julho, nesta cidade, bem como a entrada de veículos na mesma.

Art. 2º - As proibições em pauta são para zelar e preservar os bens públicos existente nesta praça, já que Mamborê possui a Praça das Flores, construída para essa finalidade, com barraquinhas próprias, arquibancadas, local apropriado para apresentação de artistas, conjuntos etc. (LEI MUNICIPAL, 17/89).

Diante disso, entendemos que, à época da gestão do Senhor Ubiraci, a Prefeitura Municipal de Mamborê em conjunto com Câmara Municipal de Mamborê teve todo cuidado em preservar o patrimônio público da Praça 28 de Julho (Figura 10), tendo em vista as diferentes funcionalidades existentes entre essa praça e a Praça das Flores conforme evidencia a Lei n. 17/89.

No ano de 2001, a Praça 28 de Julho teve o seu nome alterado pela Lei Municipal 015/2001, para Praça João Szesz. Essa praça foi projetada para ser a praça central da cidade, com funções claras de embelezamento e auxílio à circulação de pessoas, tanto que em seu entorno encontramos os principais prédios públicos, a área comercial, algumas escolas, os bancos e a igreja matriz.

Figura 10 - Vista aérea da Praça João Szesz (antiga Praça 28 de Julho)



Fonte: cedida por Ubiraci Messias Pereira, 2016.

Para uma melhor compreensão a respeito da formação da Praça João Szesz, buscamos por meio de entrevistas retomar algumas informações do passado que não foram registradas até o presente momento desta pesquisa. Para o Senhor Ubiraci Pereira Messias (2016), esse espaço foi deixado por Polon Radecki quando realizou os primeiros traçados da planta de Mamborê. Nesse espaço foi construída uma capela na década de 1950 e, em 1956, passou a ser a igreja matriz, com a criação da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição.

É importante destacar que a atual igreja foi construída na década de 1970, porém a antiga de madeira foi deixada no seu interior para que as cerimônias religiosas fossem realizadas durante o período de construção, sendo depois demolida.

Figura 11 - Vista parcial da igreja matriz da paróquia Imaculada Conceição de Mamborê por volta de 1960



Fonte: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/igreja-troca-padres-2.jpg>.

Ao analisar a Figura 11, alguns elementos chamam a atenção, entre eles a funcionalidade daquele espaço público no que tange aos aspectos sociais da época vinculados à fé católica. As vestimentas dos homens, das mulheres e das crianças que estão presentes naquele lugar mostram características particulares daquele tempo. Conforme podemos observar na foto, os tijolos atrás das pessoas seriam destinados à construção da nova igreja matriz, que teve início no ano de 1965.

É importante salientar que nas proximidades da igreja, em 1962, foi construído o educandário de Mamborê, instituição de grande relevância que tinha como função transmitir o ensino para os primeiros moradores de Mamborê. Possuía uma estrutura organizada e contribuía para a formação de alunos, com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Porém, no dia 20 de novembro de 1971, o educandário foi totalmente destruído por um incêndio e todas as atividades ali realizadas foram transferidas para outras localidades. Aqui destacamos a importância da fotografia para interpretar e compreender alguns elementos presentes na memória de alguns na história naquele período.

Messias (2016) relembra alguns elementos que foram inseridos naquele espaço, sendo que alguns permanecem até os dias atuais e outros desapareceram, estando presentes somente na memória do entrevistado.

[...] construíram a igreja, construíram o salão que tem hoje lá, antigamente tinha a casa dos padres [...] depois foi desmanchada. No fundo da igreja eles fizeram o salão e uma casa paroquial dos padres, que devem estar usando até

hoje [...]. Na frente fechamos a rua e foi feita uma pracinha aqui pequena que recebeu o nome do Padre Ervino Schmitt (MESSIAS, 2016).

Na entrevista, Messias (2016) relembra o papel desempenhado pelo padre Ervino Schmitt:

[...] era um velhinho, era padre na concepção da palavra, ele atendia a pobreza, com ele não tinha horário, enfim, era de madrugada, de noite, ele visitava doente, ele não interessava em nada, servia aquela missão [...] assim colocamos na pracinha o nome dele [...] se não me falha a memória, meio ilegal até, porque se eu não me engano ele estava vivo ainda [...]. Na outra parte seria a Praça João Szesz e você sabe por que ela recebeu o nome de 28 de julho? (MESSIAS, 2016).

Diante das considerações apresentadas, a nova igreja (Figura 12) foi construída com a finalidade de atender as cerimônias religiosas, tendo em vista que a população de Mamborê aumentava, apresentando novas formas e estruturas para atender a população.

Outro elemento que podemos destacar foi a transferência da sede do Poder Administrativo de Mamborê, que estava instalado nas imediações da Praça Mariano Candido Rondon, para o local do educandário, que foi incendiado e nunca mais reconstruído.

A construção da Prefeitura Municipal de Mamborê (Figura 13) foi uma obra de grande relevância para o município por ser a nova sede administrativa nas proximidades da Praça João Szesz e foi concluída em 1981.

Figura 12 - Vista parcial da Igreja Matriz de Mamborê



Fonte: cedida por Wilson Olipa.

Figura 13 - Vista parcial da Prefeitura Municipal de Mamborê em fevereiro de 1981



Fonte: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/prefeitura-caparevista-ubiraci.jpg>

Dentre as atividades que aconteciam nesse espaço, destacamos a entrega de Certificados de Dispensa de incorporação, em 1986 (Figura 14), ocorrida na Praça João Szesz em frente à nova prefeitura. Essa atividade congregava um grande número de jovens e autoridades que se reuniram para a entrega do referido documento.

A Praça João Szesz é uma grande área arborizada e muito utilizada pelas pessoas que circulam pelo centro da cidade à noite. Nos finais de semana, o movimento de pessoas que frequentam a igreja e os quiosques de alimentação instalados na praça é maior. Já na área central, há uma construção que já foi utilizada como restaurante e, atualmente, abriga o Conselho Tutelar do município.

Figura 14 - Entrega das CDIs na Praça João Szesz em 1986



Fonte: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/dispensa-militar-11b.jpg>

Desde a época de sua construção, poucos elementos foram incorporados nesse espaço, porém há um projeto de revitalização da praça que, se executado, trará muitos elementos para o conforto dos usuários.

Dessa forma, podemos compreender que, por meio da história oral e do uso das fotografias, foi possível compreender um pouco mais da história das praças de Mamborê. Alguns elementos do entorno dessas praças foram identificados e inseridos na construção desse capítulo. Devemos entender a praça como um dos elementos integradores do espaço urbano, com suas características, formas, funções, estruturas e processos que sofrem influência do passar do tempo, dando novas características a esses ambientes. A construção desse artigo só foi possível pelo apoio recebido dos sujeitos pesquisados que contribuíram com as entrevistas e cederam fotografias que foram utilizadas nas análises.

Considerações finais

Em nosso entendimento, a praça é um dos elementos mais importantes da estrutura urbana, por ser um espaço democrático que possibilita o convívio de grupos sociais diferentes e o desenvolvimento de atividades que atingem várias faixas etárias num mesmo ambiente. Portanto, é um lugar que permite a construção da cidadania e da democracia. Para que a praça cumpra sua função social, elencamos algumas qualidades importantes, como: a) valores ambientais, quando contribui com a melhoria da qualidade ambiental; b) valores funcionais, quando proporciona lazer urbano; e, c) valores estéticos, quando contribui para o embelezamento urbano. A garantia da acessibilidade é fundamental para a apropriação da praça,

portanto a manutenção e organização do espaço pela prefeitura são fundamentais para torná-lo mais convidativo ao uso, garantindo o acesso público e o uso coletivo.

Para compreendermos as praças de Mamborê, objetos deste estudo, os relatos da história oral foram fundamentais enquanto fontes de pesquisa, pois, em conjunto com os exames das fotografias e dos documentos históricos, possibilitaram-nos verificar a evolução das praças na história da cidade.

As pesquisas realizadas consistiram no levantamento de fontes de análise, tais como documentos oficiais, fotografias, bibliografias e registros orais (entrevistas). Ressaltamos a importância do uso da história oral como fonte complementar de análise no auxílio da carência de documentos oficiais.

Uma vez que os documentos escritos são escassos, o uso da história oral foi de grande auxílio para a compreensão do papel das praças. Por intermédio dos registros das memórias do senhor Polon Radecki, compreendemos os motivos que levaram às medições de terras de Mamborê, assim como o papel desempenhado por ele neste trabalho. As memórias da senhora Tereza Santos Vieira possibilitaram visualizar como foi o início do povoado, a chegada das primeiras famílias e a formação dos primeiros comércios.

O senhor Frederico Renal apresentou como era difícil a vida naquele tempo com as casas de madeira e chão de terra batida, os fogões de barro, as estradas de terra e o transporte dos porcos que era feito a pé até Mandaguari. Com as memórias do senhor Armênio Coelho da Costa, percebemos como eram as festas, as comemorações e as atividades que ocorriam nas praças e apresentou as melhorias que a cidade teve com os dois mandatos do senhor Ubiraci Pereira Messias.

Por fim, as memórias do senhor Ubiraci apresentaram o desenvolvimento da cidade em seus mandatos: as construções do prédio da Prefeitura, da rodoviária, da construção da Praça das Flores, Praça João Szesz e da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, dos asfaltos, a chegada de bancos e o desenvolvimento que a cidade apresentou no período.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011. Disponível em: <[HTTPS://WWW.REVISTAS.USP.BR/GEOUSP/ARTICLE/VIEW/74228](https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

COSTA, Armênio Coelho. **Entrevista concedida em agosto de 2016**. Mamborê, 2016.

BOVO, Marcos Clair; HAHN, Fábio André; RÉ, Tatiane Monteiro. A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade. **Fronteiras**, v. 18, n. 31, p. 431-456, 2016. Disponível em: <[HTTPS://OJS.UFGD.EDU.BR/INDEX.PHP/FRONTEIRAS/ARTICLE/VIEW/5478/2822](https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/5478/2822)>. Acesso em: 26 mai. 2021.

FLÁVIO, Luiz Carlos. A geografia e os territórios de memória (as representações de memória do território). **Revista Faz Ciência**, v. 15, n. 21, p. 123-142. jan/jun. 2013. Disponível em: <[HTTP://E-REVISTA.UNIOESTE.BR/INDEX.PHP/FAZCIENCIA/ARTICLE/VIEW/8731/6734](http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8731/6734)>. Acesso em: 10 de dez. 2020.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

MAUAD, Ana Maria. **Sob o Signo da Imagem**: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MESSIAS, Ubiraci Pereira. **Entrevista concedida em outubro de 2016**. Ponta Grossa, 2016.

MORIGI, Josimari de Brito; BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz. Processos de deformação socioespacial e de produção do espaço urbano de Mamborê (PR) Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 223-243, 2012. Disponível em: <[HTTP://WWW.E-PUBLICACOES.UERJ.BR/INDEX.PHP/GEOUERJ/ARTICLE/VIEW/3708](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3708)>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MORIGI, Josimari Brito; HAHN, Fábio André. A fronteira em questão: estudo da ocupação de Mamborê-PR. **Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <[HTTP://PPGHIS.COM/TERRITORIOS&FRONTEIRAS/INDEX.PHP/V03N02/ARTICLE/VIEW/332](http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/332)>. Acesso em: 21 mai. 2021.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**, v. 27, n. 2, p. 253-277, 2008. Disponível em: <[HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0101-0742008000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-0742008000200012)>. Acesso em: 21 de mai. 2021.

POULET, Georges. **O Espaço Proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RADECKI, Polon. **Entrevista concedida em junho de 2016**. Mamborê, 2016.

RENAL, Frederico. **Entrevista concedida em agosto de 2016**. Mamborê, 2016.

RÉ, Tatiane Monteiro. **A pequena cidade e a praça**: memória e funcionalidade do espaço público. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

VIEIRA, Tereza Santos. **Entrevista concedida em julho de 2016**. Mamborê, 2016.

6. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES URBANOS E ÁREAS VERDES URBANAS EM ITUIUTABA (MG)

Lucas Alves Pereira
Carlos Roberto Loboda

Introdução

A cidade contemporânea, sobretudo a brasileira, nos chama a atenção por apresentar um espaço composto diferencialmente por áreas construídas e espaços não edificados. Estes últimos, desde a intensificação da produção do espaço urbano nos moldes do capitalismo, se mostram cada vez mais presentes. Os espaços livres ocorrem na forma de lotes ou de áreas mais amplas, sobretudo na periferia do perímetro urbano (os de maiores extensões), ou ainda entre uma periferia urbana e a malha urbana mais adensada (menores extensões). Ocorre que majoritariamente esse modelo se dá sob apropriação, uso e regime de propriedade privada, tendo como fim a especulação baseada no valor da terra. De outra maneira, quando o uso e a propriedade são públicos, ou ainda, de propriedade privada mas com uso coletivo, sua finalidade centra-se na sociabilidade, sendo esse elemento fundamental para os cidadãos.

Entretanto, essa sociabilidade proporcionada pelo uso coletivo, sobretudo público, pode não ocorrer ou ser insuficiente, devido às características dos espaços livres existentes. Assim, é essencial ao planejamento, bem como às políticas públicas, a compreensão desses locais junto à dinâmica da cidade. Um primeiro passo, nesse sentido, é a identificação e caracterização dos ambientes destinados à sociabilidade e ao convívio, ou seja, conhecer as características, usos e funções, além da forma como esses espaços estão dispostos na cidade.

Assim sendo, nos interessa, nessa proposta, identificar e caracterizar uma forma específica contida no espaço urbano de Ituiutaba, os espaços livres da cidade, para tanto, considerando seu desdobramento na forma de áreas verdes urbanas.

Desenvolvemos esta proposta por meio de três procedimentos: o primeiro, a partir da das bases teóricas, fundamentando o embasamento conceitual que orientou a caracterização, sendo delineada a partir dos conceitos de espaços livres urbanos e áreas verdes urbanas; posteriormente, para que a busca não ocorresse de forma aleatória, procuramos em registros oficiais, visando encontrar a localização dos espaços livres urbanos e áreas verdes urbanas. Dessa forma, encontramos no mapa 2017 da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (PMI) a base para a identificação e posterior caracterização, tendo em vista que nele estão localizadas todas as praças e parques da cidade¹⁸; finalmente, a terceira etapa consistiu na identificação, em suas respectivas localizações na cidade, dos espaços representados no mapa oficial.

Sobre espaços livres e áreas verdes urbanas públicas

O Sistema de Espaços Livres

A cidade contemporânea se manifesta por meio de um espaço homogêneo, fragmentado e articulado, o qual reproduz um modelo que se baseia em fixos e fluxos que organizam e são organizados pela reprodução capitalista, apresentando, nesse sentido, certa hierarquização. Fixos e fluxos são agenciados por sujeitos e objetos, em diferentes níveis e escalas.

¹⁸ Ressaltamos que a atualidade do mapa foi constatada em campo, onde muito pouco se alterou desde então. Ressalvamos que os canteiros centrais que apresentavam vegetação destacada, sobretudo por suas dimensões, não se encontravam no mapa e foram identificados em campo e a partir de trabalhos anteriores.

Considerando a assertiva anterior, um dos objetos geográficos componentes do tecido urbano são os espaços livres. Estes, basicamente, se opõem aos espaços edificados. Dentro da dinâmica urbana os espaços livres se comunicam entre si, mas também com os edificados. Portanto, o caráter relacional de sua distribuição e localização são fundamentais para compreensão do espaço urbano.

Segundo Cocozza e Oliveira (2013, p. 12), os espaços livres “estão distribuídos de diferentes formas pelo tecido urbano, diferenciando-se em categorias, áreas, forma, usos, gestão, significados e apropriação”, se manifestando, assim, de diversas formas, em cada cidade.

Considerando o funcionamento, Queiroga (2012) indica um entendimento sistêmico dos espaços livres, evidenciando que o conceito de sistema aos espaços livres carrega a necessidade de englobar: a concepção de espaço de Milton Santos (2014); a visão de sistema e o pensamento complexo de Edgar Morin (2008); a ideia de uma esfera pública geral e as relações com a esfera política (pública), que tem por agência a ação comunicativa de Jürgen Habermas (2014); e o conceito de espaços livres de Miranda Magnoli (1983), que gravita em torno da arquitetura, urbanismo e paisagismo.

A aproximação entre Edgar Morin e seu tratamento sobre a complexidade, bem como a de Milton Santos, contribui com uma visão do dado global. Para Santos (2005), a sociedade é caracterizada pelas relações que, funcionando em conjunto, conectam o dado global ao lugar de forma dialética, sendo possível apreender as particularidades apenas se observadas junto à totalidade.

A premissa da totalidade é entendê-la como processo, sendo assim, sempre móvel, manifestando-se a partir da justaposição e sobreposição de eventos nos lugares, reconfigurando e refuncionalizando a organização espacial e materializando, assim, as ações e o tempo no espaço. “Cada ponto do espaço torna-se, então, importante efetiva ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas” (SANTOS, 2014a, p. 32).

O lugar, nesta perspectiva, pode ser entendido a partir de Santos (2014a, p. 59), “sendo um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem”. Nesse sentido, lugares também podem ser entendidos a partir de determinadas formas, sendo que suas novas funções fazem parte da articulação da configuração territorial, relacionando-se diretamente com o global.

Pelo caráter relacional da totalidade, quando um lugar muda seu conteúdo, “o valor de todos os outros lugares também muda”, criando-se, então, no conjunto das localidades, um “desequilíbrio qualitativo e quantitativo que leva a uma nova hierarquia, ou em todo caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares” (SANTOS, 2005, p. 33).

No conjunto dos lugares, cada um é marcado como localização da empirização do tempo, materialidade da totalidade, sendo o lugar o símbolo de identidade e resistência do local ao global, diferenciando-se a partir da assimilação desigual da totalidade. Os lugares, assim entendidos, apresentam a temporalidade da vida humana e dos objetos. A temporalidade dos objetos acaba por qualificar o lugar. Como portador de espacialidade, sua localização é produto e condicionante da reprodução social e reprodução capitalista; portanto, “os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam os momentos subsequentes da produção” (SANTOS, 2005, p. 33).

Assim sendo, o espaço pode ser considerado como um emaranhado complexo de relações que envolvem sujeitos que se realizam sobre, a partir e findado nos objetos que participam de uma hierarquia dos lugares. Uma síntese pode ser apresentada a partir de Milton Santos (2014), que argumenta que

o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não independentemente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual funções da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. O espaço seria [então] o conjunto do trabalho (formas geográficas) [paisagem] e do trabalho vivo (o contexto social), ele é formado por fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, e fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas. (SANTOS, 2014, p. 30-31; 78; 79; 85).

Ocorre, então, a necessidade da inclusão do pensamento complexo para a apreensão do sistema de espaços livres. Para tanto, os pressupostos de Edgar Morin (2008) sobre sistema indicam que

ao mesmo tempo unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. Um sistema é um objeto complexo, suficientemente aberto, pois estabelece relações com outros sistemas, e suficientemente fechado, caso contrário não se constituiria como tal. Um sistema implica não somente a relação de seus elementos, mas tais relações constituem organização e estrutura relativamente estáveis, que caracterizamos objeto complexo (o todo sistêmico) (MORIN, 2008, p. 156-157).

Na dialética do sistema de objetos e sistema de ações, os fixos e fluxos compõem uma morfologia. A cidade, nesse contexto, é definida por Magnoli (1982) como uma estrutura espacial que contém espaços livres e edificados, diferenciados pela presença de estruturas fechadas. Estes espaços acabam por se comunicar dentro e fora de seus sistemas. O sistema de espaços livres relaciona as formas dentro dele próprio, mas também proporciona abertura para a externalidade das formas fechadas a partir de sua relação com a configuração territorial.

De forma sucinta, “espaço livre pode ser entendido como todo espaço não contido dentro de um invólucro” (HIJIOKA et al., 2007, p. 118-119). Para Macedo (1995, p. 16), “no contexto urbano tem-se como espaços livres todas as praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas e outros [...]” e ainda há os espaços de fluxos diários se constituindo em: espaços livres privados de permanência: a) aqueles situados no interior dos lotes residenciais e condomínios, representados por pequenos lotes ou jardins e até mesmo bosques, no caso de propriedades maiores – estes possuem caráter privado, porém contribuem para a formação da paisagem urbana; e b) pátios institucionais – como pátios de sedes de empresas, escolas, hospitais, campus universitários e clubes, os quais, em geral, possuem grandes áreas, como bosques ou grandes estacionamentos arborizados (SOUZA, 2003).

No entanto, por vezes, excetuam-se as “rotatórias” e demais objetos que servem simplesmente para a orientação de trânsito e que não permitem a apropriação, devido à sua apresentação restritiva (normalmente pequenas dimensões e ou inseguras, devido ao tráfego). Entretanto, “terrenos vazios, como os encontrados nas várzeas de rios que cruzam as cidades e são utilizados frequentemente pela população [...], podem ser considerados como áreas de lazer,

pelo menos enquanto se mantém tal tipo de uso alternativo” (MACEDO, 1995, p. 21). Ademais, as ruas, autopistas, calçadas e bulevares podem também integrar o sistema de espaços livres (SOUZA, 2003). Nota-se que o caráter formal tem pouca influência, tendo maior importância o uso ou as condições de apropriação da população geral.

Devido às características apresentadas, o sistema de espaços livres manifesta as condições de realização da esfera pública¹⁹, aqui subentendida como espaço público. Segundo Hijioka et al. (2007), o entendimento do espaço público depende de três aspectos: a princípio, a questão fundiária, que delimitará os usos; posteriormente, a apropriação, sendo a condição de apropriação para além da propriedade, ou seja, esta pode ocorrer em uma propriedade privada ou pública, mantendo-se dentro da esfera pública; e, finalmente, a acessibilidade, delimitada a partir de barreiras físicas, culturais, sociais ou regras²⁰.

Sobre o acesso, Alex (2011) indica que este é indispensável para a apropriação de um espaço. Nesse sentido, com base em Stephen Carr, três tipos de acesso são evidenciados: o físico, visual e simbólico, ou social.

Acesso físico refere-se à ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas (construções, plantas, água, etc) para entrar e sair de um lugar. No caso do espaço público, devem-se considerar também a localização das aberturas, as condições de travessia das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos. Acesso visual, ou visibilidade, define a qualidade do primeiro contato, mesmo à distância, do usuário como o lugar. Perceber e identificar ameaças potenciais é um procedimento instituído antes de alguém adentrar qualquer espaço. Uma praça no nível da rua, visível de todas as calçadas, informa aos usuários sobre o local e, portanto, é mais propícia ao uso. Acesso simbólico ou social refere-se à presença de sinais, sutis ou ostensivos, que sugerem que é e quem não bem-vindo ao lugar. Porteiros e guardas na entrada podem representar ordem e segurança para muitos e intimação e impedimento para outros. Construções e atividades também exercem o controle social de acesso, principalmente aos espaços fechados, em que decoração, tipos de comércio e política de preços são frequentemente conjugados para atrair ou inibir determinados públicos (ALEX, 2011, p. 25).

Findando esta primeira aproximação conceitual, podemos, a partir do recorrido até aqui, delimitar parcialmente nosso objeto empírico. Essa delimitação perpassa também pelas condições espaciais apresentadas na cidade de Ituiutaba. Quando indicamos os três momentos da pesquisa (sendo estes a busca de embasamento conceitual, a procura de registros oficiais e as atividades de campo), insistimos que essas etapas não estão fechadas. Após a compreensão dos conceitos, com vistas ao mapa oficial da cidade e indo a campo, encontramos uma realidade específica. Esse aspecto motivou a retomada conceitual, o que nos reorientou para o conceito de áreas verdes. Portanto, se em um primeiro momento saímos de um espaço abstrato dos conceitos, no momento seguinte chegamos à realidade empírica.

Indicamos que as formas selecionadas (os objetos geográficos), em nossa proposta, se deram a partir dos conceitos tratados até aqui (a saber, os espaços livres e áreas verdes em um sistema). Essas formas foram definidas a partir das seguintes características: condições públicas de propriedade, de apropriação coletiva, por meio de um sistema de ações que envolvem o

¹⁹ A esfera pública, como base da realização da ação comunicativa, não necessariamente tem a estrutura física como indispensável. No entanto, devido à necessidade de articulação entre espaço público, espaço livre e áreas verdes, nesse trabalho, temos como referencial a base material composta dos espaços públicos na cidade.

²⁰ Advertimos que não podemos confundir restrições de uso com restrições de acesso.

corpo; e a estrutura espacial de cada lugar, sendo de acessibilidade livre, onde não existam formas de controle ou restrições para além das relações inseridas no convívio coletivo público.

Tendo essa premissa em vista, o espaço público em Ituiutaba se apresenta majoritariamente nas praças da cidade. Sendo assim, o conceito de áreas verdes nos parece essencial.

As áreas verdes urbanas públicas

Após termos tratado do sistema de espaços livres, adentramos, neste momento, na abordagem do conceito de áreas verdes. De início, chamamos a atenção ao fato de que elas compõem o sistema de espaços livres; por conseguinte, também podem se manifestar como um sistema. “Independentemente de serem ou não conectadas fisicamente, pois, a rigor, tais áreas estabelecem relações diante da totalidade ambiental e funcional da cidade, portanto, diante da teoria moriniana, constitui-se um sistema” (QUEIROGA, 2012, p. 78), um sistema de áreas verdes urbanas.

Tendo em vista a polissemia do termo, a conceituação das áreas verdes tem se mostrado diversa, exigindo assim atenção, devido a determinados conceitos e noções abarcarem nuances que carregam especificidades que o lugar de origem do conceito apresenta. Insistimos na complexidade do conceito, também, devido à sua construção histórica. Para tanto, pode-se diferir espaço-temporalmente.

Segundo Hijioka et al. (2007, p. 116), existe “uma grande imprecisão na conceituação do termo espaço livre, [que] frequentemente confundido com a ideia de área verde, que, por sua vez, se sobrepõe ao conceito de espaço verde e assim por diante”. Esta confusão também é indicada por Macedo (1995, p. 16) ao dizer que “tem sido comum o uso dúbio do conceito área verde com o de espaço livre, aproveitando-se para tal uma série de ideias consagradas no imaginário popular, que as associa exclusivamente ao lazer”. Para Lorusso (1992 apud NUCCI; PRESOTTO, 2009), o conceito varia ainda de acordo com cada administração municipal e cada cidade.

Os termos áreas verdes, espaços/áreas livres, arborização urbana, verde urbano, têm sido frequentemente utilizados no meio científico com o mesmo significado para designar a vegetação intraurbana. No entanto, pode-se considerar que a maioria deles não são sinônimos, e tampouco se referem aos mesmos elementos. (BARGOS; MATIAS, 2011, p. 174).

Ainda,

espaços livres e áreas verdes frequentemente se confundem no Brasil; muito em função da cultura anglo-saxônica na área de paisagismo, presente nos quadros técnicos e acadêmicos do país, que privilegia os parques e demais áreas verdes e nem sempre observa a maior complexidade dos sistemas de espaços livres urbanos. (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 86).

Para Hijioka et al. (2007, p. 120), “o espaço livre de edificação pode ser ‘verde’ (com vegetação), pode ser árido, poder ser alagado e assim por diante [...]”; portanto, “o Espaço verde é estruturado total e predominantemente por vegetação, e não necessariamente têm solo permeável”. Ou ainda, os espaços verdes são

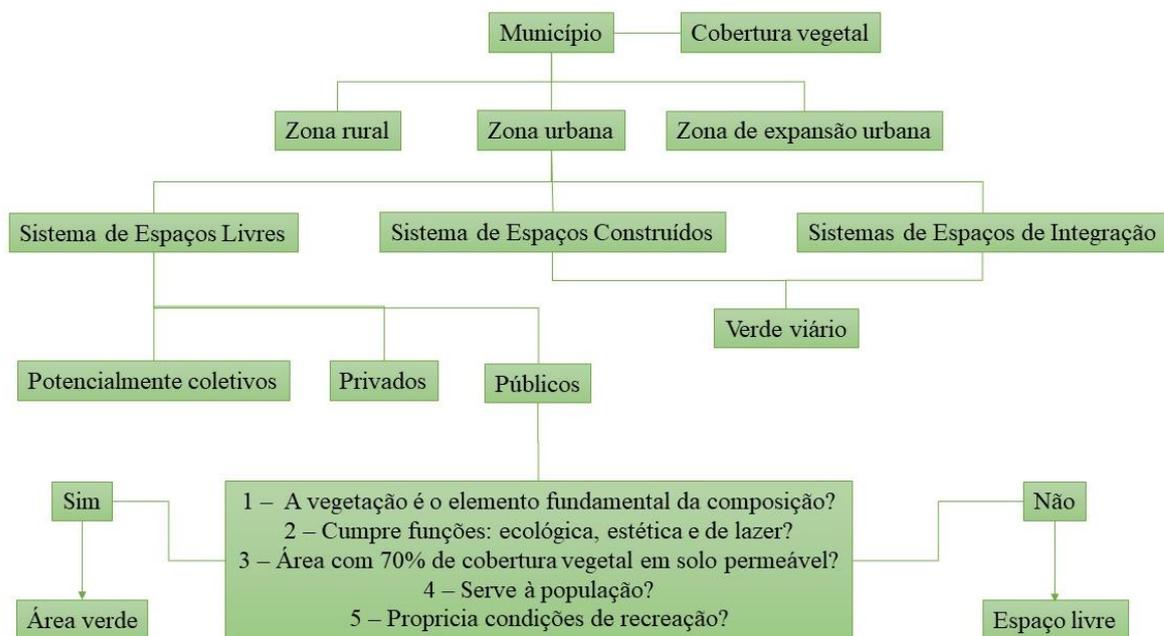
toda área urbana ou porção do território ocupada por qualquer tipo de vegetação e que tenham um valor social. Neles estão contidos bosques, campos, matas, jardins, alguns tipos de praças e parques etc. enquanto terrenos

devolutos e que tais não são necessariamente incluídos neste rol. O valor social atribuído pode ser vinculado ao seu utilitarismo em termos de área de produção de alimentos, ao interesse para a conservação ou preservação de conjuntos de ecossistemas ou mesmo de um único ecossistema, ao seu valor estético/cultural e mesmo a sua destinação para o lazer ativo ou passiva (MACEDO, 1995, p. 16).

A falta de consenso é relatada ainda por Loboda (2003), Loboda e De Angelis (2005), Lima et al. (1994), Buccheri Filho e Nucci (2006), Nucci (2008), Cavalheiro e Del Pichia (1992), Buccheri Filho e Tonetti (2011), Londe e Mendes (2014), Bargas e Matias (2011), Benini (2009), Milano (1990) e Oliveira (1996). Nesse sentido, buscamos mais que um conceito *a priori* imposto a uma forma. Objetivamos um conceito aberto que se apresente a partir dos conteúdos evidenciados no objeto estudado. Esse conteúdo é manifestado pelos usos, mas também pela potencialidade que cada forma apresenta a partir de suas características: mobiliário, equipamentos urbanos, equipamentos comunitários, acessibilidade etc. De forma complementar, as funções e benefícios nos auxiliam na apreensão desses espaços, diferenciando-os de um espaço livre genérico.

Um caminho possível (Figura 1) é apresentado por Buccheri Filho e Nucci (2008, p. 50), que esclarecem que “as áreas verdes são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação”. Essas áreas cumprem funções ecológicas, estéticas e de lazer, possuem área permeável igual ou superior a 70% da área total do lote e devem ter como finalidade o uso pela população em geral, ou seja, devem ser públicas, acessíveis e fomentar a realização de atividades recreativas.

Figura 1 - Classificação dos Sistemas de Espaços Livres, Construídos e de Integração



Fonte: Buccheri Filho e Nucci (2008); Organização: Pereira L. A. (2018). (sic) propicia.

De maneira semelhante, Bargas e Matias (2011) vinculam as áreas verdes a uma categoria de espaço livre urbano que possui vegetação arbórea e arbustiva, ou seja, área significativa de solo livre de edificação e permeável, podendo ter acesso público ou não, sendo

suas funções: “ecológicas (aumento do conforto térmico, controle da poluição do ar e acústica, interceptação das águas das chuvas, e abrigo à fauna), estéticas (valorização visual e ornamental do ambiente e diversificação da paisagem construída) e de lazer” (BARGOS; MATIAS, 2011, p. 185).

De maneira complementar, Lima et al. (1994, p. 548) indicam que “também os canteiros centrais de avenidas, os trevos e rotatórias permeáveis das vias públicas e áreas que exercem funções estéticas e ecológicas são conceituadas como áreas verdes”. Já para Carvalho (1982 apud BOVO, 2009, p. 42), “são consideradas áreas verdes os locais com vegetação contínua, livres de edificações, mesmo que recortadas por caminhos e vielas ou com a presença de brinquedos infantis e outros divertimentos leves, desde que se destinem ao uso público”. Sobre o aspecto da presença de equipamentos que incentivem usos, Mazzei, Colesanti e Santos (2007, p. 39) ressaltam que as áreas verdes não têm como função indispensável a recreação, mas que devem ser “dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias, a pequenas distâncias da moradia (que possam ser percorridas a pé)”.

Visando a proximidade das moradias, é preconizado que uma melhor distribuição das áreas verdes urbanas tende a se mostrar melhor qualitativamente do que extensas áreas pontuais na cidade. Assim, para Loboda e De Angelis (2005, p. 134), as “áreas verdes de uma cidade, exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno”. As vantagens da existência de áreas verdes são inúmeras e seus benefícios giram em torno de ganhos sociais, ambientais e estéticos.

Devemos nos atentar para o fato de que a simples conotação das áreas verdes pela vegetação vem se demonstrando por uma definição que se equipara mais a uma noção de arborização urbana, e, portanto, ainda pobre em relação ao potencial das áreas verdes a partir do cumprimento de suas funções: ecológicas/ambientais, estética/paisagística e lazer/recreação. Entendemos que essas funções perfazem um caráter físico objetivo do espaço, aquele a partir da externalidade. Dessa maneira, ao entender o caráter social, podemos agrupar a essas funções também as que proporcionam saúde humana (psicológica e motora) e educação (educação ambiental). Considerando essas funções, propomos nomeá-las como áreas verdes urbanas públicas, não indicando um novo conceito, mas reunindo a concepção dos autores que se debruçaram sobre o tema e a realidade empírica encontrada na cidade de Ituiutaba.

Nesse sentido, reiteramos que as áreas verdes urbanas públicas possuem um

caráter de amálgama de múltiplos usos em uma área específica, estas possuindo vegetação significativa, fazendo assim com que suas funções sejam cumpridas também a partir dos usos, que estão intimamente ligados à presença de uma estrutura que permita a constituição de atividades práticas, seja por meio de mobiliário e equipamentos urbanos ou de instrumentos que facilitem a presença da coletividade (PEREIRA, 2019, p. 104).

Vemos, então, que as áreas verdes urbanas públicas devem compreender distintas funções para que sejam conotadas como tal. Logicamente, determinados espaços realizaram melhor certas funções, devido às suas características internas (mobiliário e equipamentos) ou externas (demanda populacional e acessibilidade).

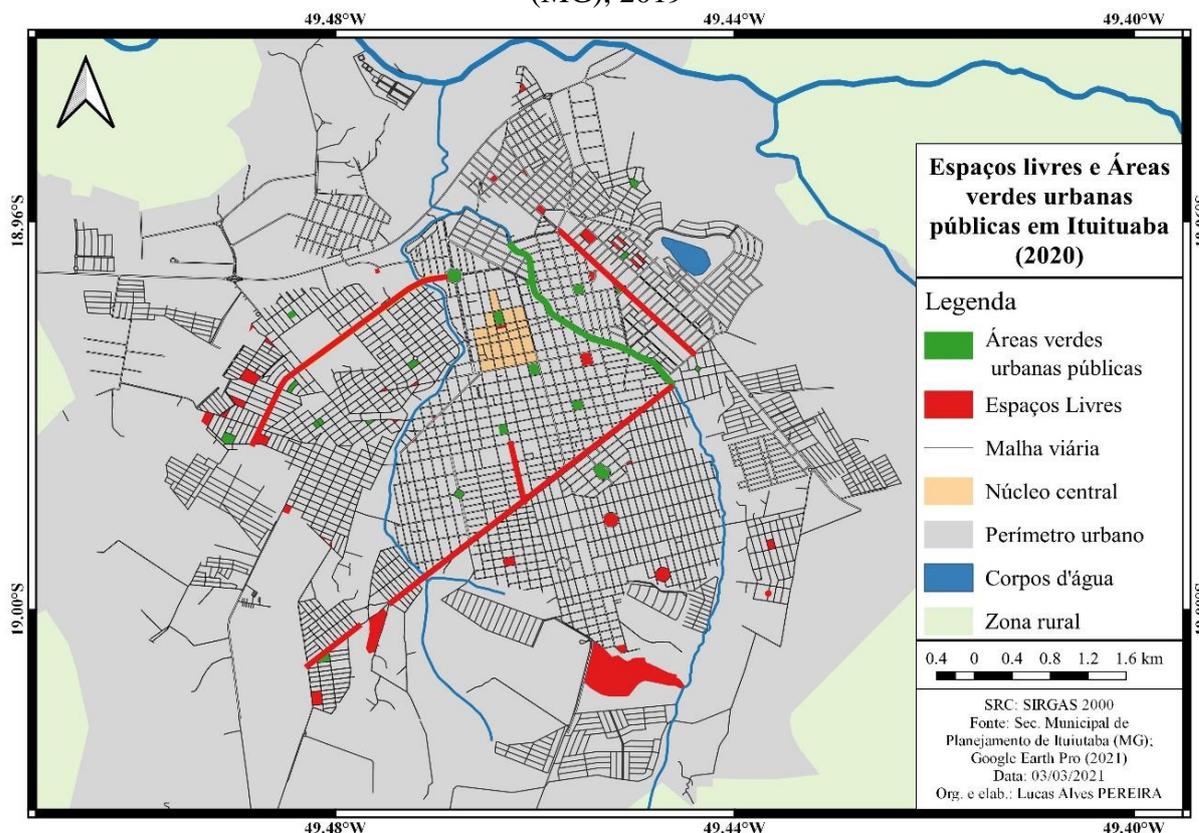
Os espaços livres e áreas verdes em Ituiutaba

Reunindo as bases conceituais, a busca documental (mapa oficial) e as atividades de campo, podemos agora apresentar uma caracterização dos espaços livres e áreas verdes urbanas na cidade de Ituiutaba. Para tanto, relembramos que os espaços foram caracterizados com base

na forma, sendo o aspecto visível aquilo que se apresenta e constitui o objeto, e também na função, ou seja, seu conteúdo manifesto pelos usos em ato ou em potencialidade.

Foi possível, então, produzir um mapa síntese (Figura 2) que demonstra maior presença das áreas verdes urbanas nos bairros próximos ao centro, sobretudo no próprio centro. A exceção é a porção noroeste da cidade, composta pelos bairros Sol Nascente, Lagoa Azul I e Alvorada. Nesse sentido, constatamos uma periferia pouco equipada de espaços de sociabilidade em Ituiutaba, tendo em vista que as áreas verdes urbanas melhor desempenham múltiplas funções, agregando maior diversidade de usos, por conseguinte, maior diversidade de pessoas.

Figura 2 - Espacialização dos Espaços Livres e Áreas Verdes Urbanas na cidade de Ituiutaba (MG), 2019



Fonte: IBGE (2010), Mapa oficial da PMI (2017) e atividades de campo (2020); Organização: PEREIRA, L. A. (2018).

Como foi possível perceber ao logo de nossa proposta, pode-se tornar não assertiva a imposição de tipologias de alguns lugares em outros. Portanto, insistimos que nossa caracterização dos espaços livres relaciona o conceito com a forma/conteúdo encontrado em campo. Tendo isso em vista, foram constatados nove diferentes tipos específicos de espaços livres em Ituiutaba (Quadro 1). Dentro do sistema de espaços livres na cidade, cada um desses responde a uma hierarquia, constituída pela importância social, econômica e política.

Quadro 1 - Espaços Livres em Ituiutaba (MG) a partir das praças e parques

Espaço livre de circulação	Adelino De O. Carvalho, José da Silva Ramos e São Judas
Espaço institucional	Rui Barbosa e Joaquim A. Morais
Reserva Institucional	Esporte, Dom Pedro I, Dois Poderes, Nelson dos Reis Domingues Junior, Luiz Alberto, Brasília, Praça do Bairro Jardim Europa ²¹ , Praça do Bairro Jardim Europa, Praça do Bairro Novo Tempo II e Prefeito Acácio Cintra
Apropriação privada	Ipiranga, Pedro Martins dos Santos e Professor José Arcênio de Paula
Vegetação Urbana destacada	Virgílio Luiz Mamede, Alan Kardek, José Venâncio da Silva, Antônio Miguel Zacarias, Praça do Bairro São José, Praça do Bairro Marta Helena, Valdomiro Teixeira Naves, Praça do Bairro Centro, da Saudade Canteiro central (CC) da Av. Minas Gerais, CC da Av. Geraldo Alves Tavares, CC da Rua Dezoito, Av. Nivaldo Inácio Moreira e CC da Av. José Vieira de Mendonça
Praça ajardinada	Praça do Bairro Centro
Espaço Livre recreativo	João Cinquini, Ameno Vilela Carvalho, Joao Avi, Professor Laurindo, Santos Dumont e Dr. David Ribeiro Gouveia
Parque de bairro	Centro Turístico Camilo Chaves Neto
Unidade de conservação	Parque Municipal Dr. Petrônio Rodrigues Chaves (Parque do Goiabal)

Fonte: Mapa oficial da PMI; atividades de campo; Organização: PEREIRA, L. A. (2021)

Os espaços livres de circulação são representados pelas áreas com solo impermeabilizado, que tem como principal função a circulação de pessoas nas áreas reservadas para atividades diversas, como comércio, por meio de quiosques e lanchonetes. O espaço institucional é traduzido por áreas públicas edificadas e/ou de uso controlado que desempenhem funções sociais públicas, como o caso do Centro de Atendimento Especializado para Adolescentes “Pastor Protásio Caetano Filho” (CONVIVER), construído na Praça Rui Barbosa. As reservas institucionais são representadas pelas áreas de lote urbano destinadas à implantação de serviços públicos e podem ser consideradas o papel em branco, que no mapa base estão denominadas como praça, mas que, pelas operações urbanas recentes, podemos ter em perspectiva que não podem se destinar a praças, menos ainda a áreas verdes urbanas pública. A apropriação privada foi constatada em áreas com limitadores, como muros, e possuindo edificação, alterando a dinâmica pública, visto que áreas de vegetação urbana são lugares que apresentam cobertura vegetal rasteira, arbustiva e/ou arbórea. As praças ajardinadas são áreas que aqui consideramos ter menores extensões e apresentam um conjunto de cobertura vegetal disposta de maneira a fomentar o uso contemplativo, de função essencialmente estética. Os espaços livres recreativos em Ituiutaba são encontrados majoritariamente na forma de grandes

²¹ As praças não nomeadas oficialmente foram indicadas como “Praça do Bairro”.

gramados para a prática esportiva do futebol, por vezes apresentando também infraestrutura que proporcione essa prática.

O Centro Turístico Camilo Chaves Neto, devido às características atuais, é enquadrado, a partir de Jantzen (JANTZEN, 1973 apud CAVALHEIRO; DEL PICHIA, 1992), na categoria Parque de Bairro, no entanto, é entendido por nós como parque não consolidado. O Parque Municipal Dr. Petrônio Rodrigues Chaves (Parque do Goiabal) é categorizado apenas como unidade de conservação, devido à subutilização. Ainda, as áreas verdes em potencial se mostram como grandes áreas vegetadas, representadas aqui pelos canteiros centrais com largura significativa, extensão acima de 2km, cobertura vegetal expressiva e com pontos em que alguns usos já se fazem presentes, mas com rupturas, se consideradas como um todo.

No que tange especificamente às áreas verdes urbanas públicas, foram identificados 22 lugares (Quadro 2), a partir da infraestrutura básica que pudesse proporcionar usos correspondentes às funções, ou mesmo pela presença de pessoas utilizando o lugar em questão. Destacamos que mesmo entre as áreas verdes urbanas públicas, algumas apresentam aptidões locais que fazem com que cada área se diferencie, sobretudo em torno das funções, como quando possuem quadra ou campo esportivo, pista de caminhada, academia ao ar livre, rampas de skate ou mesmo fazendo com que estas áreas em tendência cumpram melhor a função recreativa. A diferenciação pode se manifestar também devido às externalidades. As características populacionais de renda e idade podem demandar mais ativamente os espaços ou ainda a proximidade de escolas, creches, pontos atrativos etc.

Quadro 2 - Áreas verdes urbanas públicas em Ituiutaba (MG) a partir das praças e parques

Áreas Verdes Urbanas Públicas	Conego Ângelo, Getúlio Vargas, Joaquim A Morais, Treze de Maio, Benedito Valadares, Dos Trabalhadores, Mário Natal Guimarães, Tancredo Neves, Alcides Junqueira, Luiz Marquez, Hilarião Rodrigues Chaves, Antônio Cardilho, José Moreira Gonçalves e Caiapônia, Pedro de Freitas Barros, Jaime Vilela Meinberg, Novo Tempo, Maria da Gloria Chaves de Macedo, Engenheiro Luiz Antônio Moreira, Senador Nogueira da Gama, Praça do Novo Tempo II e Canteiro central da Avenida José João Dib
--------------------------------------	---

Fonte: Mapa oficial da PMI; atividades de campo; Organização: PEREIRA, L. A. (2021)

Por vez, as questões estéticas e ecológicas se manifestam a partir da combinação da cobertura vegetal entre rasteira, arbustiva e arbórea em uma composição harmoniosa da paisagem. Por fim, para a saúde humana, sendo ela psicológica e motora, todos os elementos anteriores podem ser responsáveis, devido à necessidade de equipamentos de atividades físicas e de uma paisagem que proporcione o descanso, uma pausa, mesmo que momentânea, no ritmo acelerado da vida moderna.

Considerações finais

Concluindo, entendemos as áreas verdes urbanas como híbridas por apresentarem diferenças (infraestruturas) que se manifestarão nos usos, indicando certo determinismo e controle. Por outro lado, há um entorno que, ao se apropriar do lugar movido pelo eixo das possibilidades, pode ou não seguir as determinações, como próprio do espaço público, pois também é um lugar da espontaneidade.

Destacamos que as especificidades dos espaços livres urbanos compõem seu sistema, hierarquizando e articulando os lugares. Dessa maneira, contidas também neste sistema, as áreas verdes urbanas ganham destaque por possuírem aspectos qualitativos maiores, se colocando como as mais importantes, tendo em vista a sociabilidade promovida pelo uso

diverso e suas múltiplas funções, fomentando ganho qualitativo relevante para a população da cidade, em geral.

A cidade de Ituiutaba, como quadro urbano definido nesta proposta, nos apontou relativa centralidade na disposição das áreas verdes urbanas, manifestando desproporcionalidade qualitativa e quantitativa no tecido urbano, enquanto os espaços livres urbanos, a partir da variabilidade dos tipos específicos, estão mais dispersos, realizando a composição do sistema a partir da complementaridade. No entanto, também observamos que ainda existem áreas sem a presença destes espaços, proporcionando um sistema deficiente, desigualmente distribuído.

Referências

ALEX, Sun. **Projeto Praça: Convívio e exclusão no espaço público**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. 291 p.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. **Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual**. REVSBAU, Piracicaba - SP, v. 6, n. 3, p. 172-188, set. 2011.

BENINI, Sandra Medina. **Áreas Verdes Públicas: A construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano**. 2009. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Usos: Um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá - PR**. 2009. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, [S.I.], n. 18, p. 48-59, 2006.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; TONETTI, Emerson Luís. QUALIDADE AMBIENTAL NAS PAISAGENS URBANIZADAS. **Revista Geografar**, [S.I.], v. 6, n. 1, p. 23-54, 30 jun. 2011. Universidade Federal do Paraná. <https://doi.org/10.5380/geografar.v6i1.21802>

CAVALHEIRO, Felisberto; PICHIA, Paulo Celso Dorneles del. Áreas verde: Conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1. 1992, Vitória. **Anais...** . Vitória: CBAU, 1992. p. 29-38.

COCOZZA, Glauco de Paula; OLIVEIRA, Lucas Martins de. Forma urbana e espaços livres na cidade de Uberlândia (MG), Brasil. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, p. 9-32, jan. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Unesp, 2014. 565 p.

HIJIOKA, Akemi et al. Espaços livres e espacialidades da esfera da vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 23, p.116-123, jan. 2007.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** 284 f. Tese (Doutorado) - CAU, FAUUSP, USP, São Paulo, 2012.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livre urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**, [S.I.], n. 24, p. 81-88, 31 dez. 2007. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i24p81-87>

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005. 170 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 132 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a. 384 p. (Coleção Milton Santos).

SOUZA, Juliana Castro. **Análise da Paisagem: Instrumento de Intervenção nos Espaços Livres da Lagoa da Conceição – Florianópolis.** 2003. 103 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

7. POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS

Claudia Chies

Ó, mundo tão desigual
Tudo é tão desigual [...]
Ó, de um lado este carnaval
Do outro a fome total [...]

Trecho da música “A novidade”, de Gilberto Gil

Introdução

Nas últimas décadas, ampliaram-se as discussões, análises e estudos acerca das políticas públicas, tendo em vista sua configuração interdisciplinar e sua relevância na busca e promoção do desenvolvimento socioeconômico. Partindo desta perspectiva, objetiva-se com este capítulo contribuir com as análises para a compreensão do que são políticas públicas, suas principais categorias e etapas, bem como o papel dos agentes políticos e sociais neste processo.

Para tanto, pautamo-nos em uma perspectiva crítico-analítica e adotamos como procedimento metodológico principal o levantamento teórico, a partir de leituras, análises e reflexões críticas. É salutar também esclarecer que o nosso interesse pelo tema surgiu das reflexões preliminares para a elaboração do projeto de pesquisa desenvolvido no doutorado, em 2012. No decorrer do curso de doutorado (2013-2017), desenvolvemos pesquisa a respeito das políticas públicas direcionadas ao segmento da agricultura familiar, com ênfase nos alcances da aposentadoria rural especial, o que suscitou também a necessidade de estudos e análises a respeito da condição do idoso na sociedade contemporânea e que nos fez, atualmente, estudar as políticas públicas para os idosos.

Posteriormente, as análises sobre o tema ampliaram-se com: atividades de pesquisa desenvolvidas como docente na Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão; orientações de pesquisas de iniciação científica e de trabalhos de conclusão de curso na graduação e pós-graduação *lato sensu*; e atividades de ensino. O somatório dessas experiências com a temática políticas públicas levou a um convite da coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), em 2020, para ministrar a disciplina “Políticas Públicas: formulação, implementação, gestão e avaliação”, o qual aceitei com satisfação. Desse modo, este capítulo resulta, além do conjunto das experiências já relatadas, dos levantamentos realizados para ministrar a disciplina, bem como dos debates promovidos com os mestrandos no decorrer das aulas.

Esperamos, com as reflexões aqui apresentadas, contribuir com pesquisadores e interessados no tema políticas públicas de diferentes áreas. Almeja-se também que as análises críticas corroborem com representantes do poder público para a compreensão acerca da proposição e implementação das políticas públicas, despertando o entendimento quanto à essencialidade de se pensar, junto com os agentes sociais, em políticas públicas que efetivamente proporcionem melhores condições de vida à população, especialmente aos menos favorecidos no contexto da sociedade desigual em que vivemos.

Dividimos o texto em três partes. Na primeira, apresentamos reflexões sobre diferentes conceitos de políticas públicas, na segunda tratamos das suas principais categorias, e na terceira abordamos as fases ou etapas das políticas públicas. Além dessas partes, o texto apresenta esta introdução, considerações finais e referências.

Reflexões sobre conceitos de política pública

Os debates sobre políticas públicas têm ganhado notoriedade nas últimas décadas em inúmeras áreas de conhecimento, consolidando-se como uma temática interdisciplinar. A complexidade do mundo moderno, especialmente no que diz respeito às desigualdades socioeconômicas, demandam planejamento em projetos e ações nos mais variados segmentos da sociedade, com vistas a ampliar o acesso a serviços, fomentar o desenvolvimento humano, melhorando as condições de vida das pessoas.

A ampliação das reflexões sobre políticas públicas nas últimas décadas ocorre devido a vários fatores:

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. [...]. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. [...]. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006, p. 20-21).

Desse modo, as políticas públicas apresentam-se como essenciais na garantia de condições de vida minimamente dignas à significativa parcela da população, desprovida de acesso a serviços essenciais, e perspectivas mais promissoras de desenvolvimento humano. É importante ressaltar que “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades [...]”, portanto, para compreendê-las, é preciso avaliar “as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”. Também por este fato é que variadas disciplinas como economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas apresentam interesse nesta área (SOUZA, 2006, p. 25).

Partindo dessa perspectiva, compreender o que são políticas públicas, seus objetivos e os grupos que as elaboram e as recebem apresenta relevância nos segmentos acadêmicos, políticos e sociais. Souza (2006) lembra que “a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA [...]” (p. 21-22). “Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes ‘pais’ fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton” (p. 23).

As políticas públicas são realizadas com o objetivo de promover mudanças sociais, vislumbrando contribuir com a construção de uma sociedade mais organizada e igualitária no futuro. Em relação ao conceito de políticas públicas, evidenciam-se várias compreensões. Em estudo que realizamos em 2017, definimos:

As políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de ações governamentais e do poder público em geral, que visam intervir em algum setor e/ou em alguma situação específica, a fim de: contribuir com a resolução de problemas enfrentados pela população ou por determinado grupo; estimular setores da economia; subsidiar atividades de relevância à população; criar infraestrutura e proporcionar a manutenção das entidades que atendem aos diversos segmentos sociais; promover a inclusão social de grupos diversos, entre outros objetivos. (CHIES, 2017, p. 52).

Nessa referida oportunidade, estudamos as políticas públicas para a agricultura familiar, aplicadas em municípios da Região Noroeste paranaense. Pudemos constatar a relevância dos programas na dinamização da produção agropecuária familiar, com resultados como: ampliação da renda, manutenção de famílias no campo, motivação das diferentes gerações para o trabalho no campo e participação social na gestão pública.

Continuando com as definições de políticas públicas, destaca-se a proposta por Peters (1986), que define política pública como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Nesse sentido, entendemos que tais ações devem voltar-se à busca da melhoria das condições de vida da população, sobretudo dos seguimentos sociais menos favorecidos diante do contexto capitalista.

Souza (2006), ao sintetizar a análise sobre política pública e os estudos relativos a esta temática, esclarece:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Valendo-se das proposições da autora, compreendemos que na análise das políticas públicas se consideram dois aspectos: a) as ações governamentais e estatais; b) as avaliações e proposições de mudanças no curso dessas ações. Na prática, as políticas públicas devem gerar transformações na dinâmica da vida em sociedade.

Lima, Steffen e D’Ascenzi (2018) avaliam que a definição proposta por Souza exposta acima enfoca o protagonismo dos governos na efetivação das políticas, porém salientam que diante das rápidas mudanças sociais e das relações entre Estado e sociedade, o exclusivismo governamental perdeu vigor. Evidencia-se, no contexto atual, crescente organização e participação social no processo das políticas públicas, “[...] novos agentes sociais não param de chegar, como as redes de políticas públicas e as organizações internacionais. Eles vêm assumindo papel de destaque na área, ao propor, defender e/ou financiar políticas próprias [...]” (LIMA; STEFFEN; D’ASCENZI, 2018, p. 37).

Diante da complexidade desse campo, os referidos autores apresentam um conceito abrangente para as políticas públicas e compreendem que devem elencar ao menos cinco elementos:

Em primeiro lugar, o elemento processual, destacando a política pública como um conjunto de entendimentos, decisões e ações analisadas e implementadas por diferentes atores. Em segundo, um elemento relacionado à finalidade – o objetivo de uma política pública é responder organizacionalmente a um problema interpretado como sendo social. Terceiro, uma questão substantiva, no sentido de que as políticas públicas são orientadas por valores, ideias e visões de mundo. Ou seja, elas não são neutras, mas expressam entendimentos prevaletentes na sociedade em dado momento. Em quarto lugar, a dinâmica de interação e conflito entre os atores que as permeiam; isso se deve ao fato de que o processo das políticas públicas promove a (re)alocação de recursos sociais. E, por último, uma decorrência: uma política pública (trans)forma uma ordem local, isto é, um sistema em que os atores (inter)agem e (re)manejam recursos. Esse sistema de ação busca orientar e delimitar a ação social por meio da (trans)formação de estrutura(s) social(is). (LIMA; STEFFEN; D’ASCENZI, 2018, p. 38-39).

Como podemos identificar, o campo das políticas públicas é amplo e complexo, envolve recursos públicos e privados e variados segmentos e agentes sociais, o que consequentemente gera conflitos de ideologias e de interesses. Todo esse emaranhado de relações precisa ser gerido com o intuito principal de transformar as estruturas sociais.

Corroborando com essas reflexões, Dye (1984) faz uma análise interessante ao definir política pública, pois a evidencia como aquilo que o governo escolhe, ou não, fazer, ou seja, as ações governamentais dependem da vontade política, da ideologia defendida pelos representantes governamentais e das prioridades que estabelecem. Sendo assim, evidenciamos políticas públicas com prioridades diferentes a depender de quem está no poder e das alianças políticas que faz. Esses fatores, como aponta Souza (2006), não incluem possibilidades de cooperação que poderiam ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

Nesse ensejo, verificamos ênfases distintas nas políticas públicas e estas se vinculam principalmente, com os fatores históricos, econômicos, políticos e sociais. Sendo assim, concordamos com Laswell (1958), que argumenta que decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê? Por quê? Que diferença faz? Portanto, ao estudar a respeito das políticas públicas, é necessário recorrer a uma visão multifocal, contemplando as diversas dimensões da realidade social. Outro ponto que destacamos é que compreender a diferenciação entre Estado e Governo é fator importante para a análise das políticas públicas.

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p. 31).

Partindo dessas acepções, verificamos que as políticas públicas se caracterizam pelo Estado implantando um projeto de Governo. Cada grupo governamental é composto por concepções metodológicas que implicam pressupostos, conceitos, posturas teóricas, sistematizações intelectuais, proposições políticas, enfim, concepções de mundo e sociedade diferentes (HOFLING, 2001). Desse modo, avaliamos que as rupturas e/ou continuidades a cada alternância de governo interferem diretamente nos resultados das políticas públicas. A respeito disso, Hofling (2001), explica:

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder. (HOFLING, 2001, p. 35).

Por isso, é fundamental que os grupos sociais tenham clareza de quais são suas necessidades prioritárias e as relações com as ideologias defendidas por diferentes grupos políticos, compreendendo que o processo eleitoral interfere diretamente nas políticas públicas, em seus resultados e, consequentemente, na vida dos cidadãos.

Hofling (2001, p. 36) destaca, por exemplo, que “as teorias políticas liberais concebem as funções do Estado essencialmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade”.

Para os neoliberais, as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. (HOFLING, 2001, p. 37).

Avaliamos que este posicionamento é coerente para os grupos mais favorecidos no contexto da sociedade capitalista desigual, mas inadequado para os que não têm acesso nem mesmo às demandas essenciais e menos ainda às “oportunidades do mercado”. Entendemos que o esforço individual, a dedicação ao trabalho e ao estudo são fundamentais para possibilitar a melhora das condições de vida dos indivíduos, mas que, além disso, é preciso que o Estado garanta condições de acesso: à alimentação adequada, à moradia digna, aos serviços de saúde e à educação de qualidade, pois, somente com este suporte, os grupos menos favorecidos poderão ascender socialmente, ainda que em condições desiguais.

Voltando às políticas públicas, como verificamos, há posicionamentos contraditórios e sua definição reflete os conflitos de interesses, os acordos políticos e das esferas de poder. Sobre este contexto, Offe (1998) alerta que, além da ação do Estado ou do mercado para a busca de soluções para os problemas de um país, é necessário um novo pacto, no qual o Estado tem o dever de dar condições básicas de cidadania, garantir a liberdade do mercado e da competição econômica e permitir às entidades comunitárias influenciar a sociedade, de modo a evitar o conflito entre esses dois interesses.

Principais categorias de políticas públicas

As políticas públicas são classificadas em diferentes categorias, a depender da proposta e dos objetivos a que se apresentam. De acordo com a proposta de trabalho e a ideologia adotada pelos representantes públicos e gestores, tem-se o enfoque em determinada categoria. Souza (2006), ao apresentar as análises de Theodor Lowi (1964; 1972) sobre as políticas públicas, esclarece quanto aos formatos que podem assumir:

Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das **políticas distributivas**, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das **políticas regulatórias**, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das **políticas redistributivas**, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das **políticas constitutivas**, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. (grifos nossos) (SOUZA, 2006, p. 28, grifos nossos).

Nessa proposta de categorizar as políticas públicas, podemos destacar que nas últimas décadas há um intenso debate sobre políticas afirmativas e compensatórias. Desse modo,

buscou-se compreendê-las com mais clareza. Sobre as *políticas afirmativas*, Betoni (s/d) elucida:

Ações afirmativas são medidas que tem por objetivo reverter a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos indivíduos de grupos específicos. Elas partem do reconhecimento de que alguns grupos sociais – tais como os negros, os indígenas e as mulheres – foram historicamente privados de seus direitos, resultando em uma condição de desigualdade (social, econômica, política ou cultural) acumulada que tende a se perpetuar. São ações públicas ou privadas que procuram reparar os aspectos que dificultam o acesso dessas pessoas as mais diferentes oportunidades. As ações afirmativas podem ser adotadas tanto de forma espontânea, quanto de forma compulsória – isso é, através da elaboração de medidas que as tornam obrigatórias. O fim dessas medidas é sanar uma situação de desigualdade considerada prejudicial para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

São exemplos de políticas afirmativas: a adoção de cotas raciais para ingresso em processos seletivos; a criação de serviços e atendimentos especializados, como as delegacias para atendimento à violência contra as mulheres; a reserva de postos de trabalho para pessoas com deficiência, a criação de leis que exigem uma quantidade mínima de mulheres para cargos públicos; cursos exclusivos para pessoas com baixa renda; e distribuição de terras e habitação para grupos vulneráveis (BETONI, s/d.). São ações que reconhecem a desigualdade social histórica de determinados indivíduos e grupos.

Dentre as políticas afirmativas destacamos “[...] as cotas, que se configuram enquanto reserva de vagas em determinados setores da sociedade (como a educação superior) para grupos com histórico de exclusão”, como por origem social e escolar, raça e etnia (ROSA, 2014, p. 53). A autora elucida que:

O debate sobre cotas nas universidades brasileiras surgiu em razão das enormes desigualdades sociais e, também, em virtude de acordos firmados internacionalmente pelo país. Assim, a discussão de cotas emergiu relacionando-se de forma direta com a necessidade de garantir que todos os indivíduos, independentemente do grupo étnico, social ou econômico a que pertençam, tenham acesso a esse nível de ensino (ROSA, 2014, p. 64).

A política de cotas no Brasil se transformou numa política nacional em 2012, a partir da promulgação da Lei nº 12.711. Rosa (2014, p. 66) esclarece que “é necessário considerar que a instituição dessa lei de cotas consolidou-se em um campo de disputas que evidencia na sociedade a polarização entre os favoráveis e contrários à implementação de cotas nas universidades”, mas defende que “as políticas afirmativas justificam-se a partir da constatação de que determinados grupos, principalmente os negros e pobres, são historicamente excluídos do acesso a bens sociais”. Na prática, as cotas para a educação superior pública no Brasil tornaram-se um importante mecanismo de acesso a esse nível de ensino, levando aos bancos universitários jovens e adultos que de outro modo, em boa parte dos casos, estariam excluídos do processo.

Dentro da mesma perspectiva, apresentam-se as *políticas compensatórias*, que são compreendidas por Silva (2010) como:

[...] todo tipo de ação de governos que tem por objetivo minimizar carências nas condições de vida de estratos sociais específicos, vistos como prejudicados ou discriminados pelo padrão dominante de distribuição da riqueza social. Nesse nível de generalidade, o conceito aplica-se a sociedades

historicamente determinadas e refere-se às opções de políticas sociais de seus governos. Essas políticas têm incluído programas de assistência e de transferência de renda, além daquelas referidas à educação gratuita, à previdência e à seguridade social. (SILVA, 2010, p. 1).

“A concepção e a execução de políticas compensatórias deram origem às estruturas do chamado *Estado do Bem Estar* ou *Estado Social*. O conceito de compensação está associado, desse modo, à ideia de *proteção social* [...]” (SILVA, 2010, p. 1). É o reconhecimento da desigualdade de condições de acesso à renda monetária e aos bens sociais essenciais para a cidadania e a dignidade humana no âmbito do modo capitalista de produção. Uma política compensatória comum nas sociedades capitalistas é a de transferência de renda visando garantir capacidade de consumo (SILVA, 2010).

Em âmbito nacional, a política compensatória de maior abrangência é o Programa Bolsa Família (PBF), implantado pelo governo federal em outubro de 2003, “com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social” (SENNA et al., 2007, p. 86). O programa tem como foco a família no processo de proteção social, atingindo crianças e adolescentes e incluindo-os em outras políticas, com objetivo de gerar maior impacto nas condições de vida da população pobre. O PBF impõe algumas condicionalidades relacionadas às áreas de saúde e educação, conforme Senna et al. (2007):

A expectativa, segundo justificativa explicitada na legislação e documentos oficiais do Programa, é de que o cumprimento de condicionalidades tanto possibilite o acesso e a inserção da população pobre nos serviços sociais básicos como favoreça a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza, configurando, assim, uma espécie de “porta de saída” do Programa. (SENNA et al., 2007, p. 89).

No que se refere aos serviços de saúde, os segurados do PBF, gestantes, nutrizes e crianças até 6 anos de idade, devem realizar acompanhamento nutricional e manter a vacinação em dia. Em relação à educação, há a exigência de 85% de frequência escolar para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (SENNA et al., 2007). Os mesmos autores analisam que “é sobre o município que recai a maior parte das responsabilidades de oferta de serviços e de gestão do acompanhamento do cumprimento das obrigações das famílias beneficiárias” (SENNA et al., 2007, p. 89), mas cabe salientar que nem sempre o poder público municipal consegue suprir a demanda da população por esses serviços.

Consideramos importante o estabelecimento dessas condicionalidades, pois entendemos que o acompanhamento da saúde e o acesso à educação são essenciais na promoção da melhora das condições de vida da população. No entanto, como destacam Senna et al. (2007, p. 90), “tais regras podem criar, em verdade, um processo de exclusão [...]”. Além disso, a proposta de inclusão social do PBF se ancora na oferta de programas complementares, como: geração de empregos, capacitação profissional, microcrédito, fomento ao empreendedorismo e apoio a iniciativas de economia solidária – o que mostra o reconhecimento dos entes federados a respeito da relevância dessas ações para a efetividade dessa política pública, ainda que elas não apareçam como obrigatoriedade (SENNA et al., 2007).

No nosso ponto de vista, essa é a maior lacuna do PBF, pois proporcionar renda mínima às pessoas que não têm suas necessidades essenciais atendidas é de extrema relevância, mas está longe de ser suficiente para romper com o ciclo reprodutivo da pobreza e conseqüentemente sair do programa. Enfocamos que, para contribuir com a construção de uma sociedade mais equitativa, deve-se criar meios e instrumentos para o exercício da

cidadania, gerando perspectivas para que os indivíduos possam vislumbrar e conquistar sua emancipação e autonomia.

Verificamos que as políticas compensatórias se configuram em *políticas sociais* que, de acordo com Hofling (2001):

[...] se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (HOFLING, 2001, p. 31).

As origens das políticas sociais advindas das reivindicações dos movimentos sociais mostram a importância da participação das organizações populares neste processo. Sobre isso, é importante destacar, como aponta Hofling (2001, p. 39), que “as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania”.

Desse modo, as políticas sociais são essenciais no contexto de uma sociedade extremamente desigual, pois minimizam necessidades urgentes como a fome, o acesso a atendimento de saúde e medicamentos, o acesso à moradia. Porém, para Hofling (2001, p. 40), em um Estado de inspiração neoliberal, as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias e essas ações não têm o poder e, frequentemente não se propõem, a alterar as relações estabelecidas na sociedade. A autora defende que “mais do que oferecer ‘serviços’ sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais”.

Corroboramos com esse entendimento, visto que as políticas compensatórias devem ser acompanhadas por possibilidades mais amplas e concretas de ascensão social, baseadas, sobretudo, na oferta pública de educação de qualidade, de qualificação profissional e em políticas de acesso da população mais carente a esses meios.

Buscando estabelecer uma síntese a respeito das políticas públicas, baseamo-nos nas considerações de Souza

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36).

Consideramos assim que: a política pública é uma abordagem complexa que permite avaliar ações governamentais; tem uma ampla abrangência envolvendo entidades e pessoas; implica em mudanças; para ser efetiva precisa de planejamento, aplicação, avaliação e

replanejamento à luz das necessidades e especificidades de grupos da população; e, nesse caso, é fundamental que se apoie em um processo democrático e participativo, pois, como aponta Viana (1996, p. 7), é necessário “superar também a ideia recorrente de que o sujeito da ação governamental são os atores governamentais, e os cidadãos, apenas objeto desse tipo específico de ação”. Assim, entendemos que a participação do cidadão em todas as etapas das políticas públicas é essencial para a obtenção de resultados positivos.

Fases ou etapas das políticas públicas

A primeira fase da política pública é a construção da agenda, ou seja, a definição das questões e problemas que despertam o interesse do governo e dos cidadãos. Tendo em vista a infinidade de questões e demandas da sociedade, as prioridades são estabelecidas de acordo com o posicionamento governamental e as reivindicações de organizações e entidades sociais. Para Lima, Steffen e D’Ascenzi (2018, p. 55), para que uma determinada questão seja colocada na agenda, ela precisa ser considerada um problema social, que pode ser definido como “algo que é considerado indesejável, havendo algum nível de cobrança quanto à elaboração de ações em contrapartida”, ou seja, é preciso que os agentes sociais usem seus repertórios de ações para criar visibilidade para tais situações. Ainda a respeito da formação da agenda, Viana (1996) explica que:

Kingdon diferencia três tipos de agenda: sistêmica ou não-governamental, governamental e de decisão. A primeira contém a lista de assuntos que são, há anos, preocupação do país, sem contudo merecer atenção do governo; a segunda inclui os problemas que merecem atenção do governo; a última, a lista dos problemas a serem decididos. O autor também afirma que um assunto pode sair da agenda sistêmica para a governamental quando há eventos dramáticos ou crises, influência de um quadro de indicadores ou acumulação de informações e experiências. A atenção governamental, portanto, estaria em função desses três acontecimentos (VIANA, 1996, p. 7-8).

Desse modo, agentes governamentais e não governamentais influenciam na construção da agenda. Os governamentais são: o alto *staff* da administração, os funcionários de carreira, parlamentares e *staff* do Congresso. “O grupo dos atores não-governamentais abrangeria: grupos de pressão ou interesse; acadêmicos, pesquisadores e consultores; mídia; participantes das campanhas eleitorais; partidos políticos e opinião pública” (VIANA, 1996, p. 8).

Na compreensão de Kingdon (apud Viana, 1996, p. 9), “as instituições do Executivo teriam um processo próprio de escolha de assuntos, em função de uma rotina [...] sendo essa rotina influenciada sempre pela ação da política institucional (eleições para o Executivo e o Legislativo, conjuntura política etc.)”. “O reconhecimento de problemas se daria em função de indicadores, eventos, crises, símbolos e processo de *feedback* do trabalho burocrático e da elaboração do orçamento”.

A sobrevivência de uma ideia ou um assunto dependeria, então, de sua factibilidade técnica; de sua aceitação pelos grupos de especialistas e pelo público; e da força de consenso que mobilizam. Kingdon também sublinha que, quando há mudanças no Executivo, no Legislativo ou no *national mood*, abrem-se *policy windows*, isto é, o processo que inaugura alterações na agenda governamental ou de decisão. (VIANA, 1996, p. 9).

Também a respeito da criação de agenda, Viana (1996, p. 11) apresenta a proposta de Richard Hofferbert (1974), refletindo que “muitas vezes o desenvolvimento de determinadas

políticas explica-se mais pelas preferências, predileções, orientações e expectativas dos "fazedores" de política do que - exclusivamente - pelo processo político".

Na compreensão de Lima, Steffen e D'Ascenzi (2018, p. 58), grupos que apresentam mais recursos de poder influenciarão na definição da agenda e, deste modo, a produção das políticas públicas "privilegiará as preferências dos grupos 'mais poderosos', que, conseqüentemente, têm mais recursos para melhorar suas condições de vida". Nesta conjuntura, identificamos que, mesmo as políticas públicas devendo priorizar os grupos menos favorecidos, já na definição da agenda, em muitos casos, privilegia-se "os já privilegiados" na sociedade capitalista.

Para Viana (1996, p. 12), "estudar a construção da agenda é importante porque revela a natureza da relação entre o meio social e o processo governamental". Por isso que eleger representantes públicos conscientes e comprometidos com as causas sociais é fundamental.

A fase seguinte se constitui no processo de *formulação*, caracterizado pela identificação das possíveis soluções para o problema. Tais soluções são planejadas por grupos especializados em determinada área: comunidade acadêmica, políticos e assessores, funcionários públicos, representantes de organizações sociais, entre outros. Na definição das alternativas se considera a viabilidade técnica e financeira, os valores sociais e a aceitação dos grupos políticos. Nesta etapa, são definidos os objetivos da política e os instrumentos necessários para atingi-los.

Após, vem a fase da *tomada de decisão*, que "se refere à escolha da alternativa mais adequada, dados os interesses dos atores, por um lado; e os objetivos e métodos disponíveis para o enfrentamento do problema, de outro" (LIMA; STEFFEN; D'ASCENZI, 2018, p. 63-64).

Por conseguinte, vem a fase de *implementação*, na qual a política pública é executada. Hoppe, Van de Graaf e Van Dijk (1985) explicam as subfases nesta etapa:

[...] compreende as seguintes subfases: definição do problema quanto aos seus aspectos normativos e causais; decomposição do problema em suas partes constitutivas; demonstração de que é possível tratar partes do problema e identificação de soluções alternativas; estimativas brutas; e definição das estratégias de implementação. Os autores concluem reafirmando que os problemas da relação formulação implementação estão na desconexão entre os níveis de conhecimento de formuladores e implementadores e público-alvo. (HOPPE; VAN DE GRAAF; VAN DIJK, 1985 apud VIANA, 1996, p. 14).

Corroboramos com a compreensão dos autores de que a desconexão entre os agentes envolvidos nas políticas públicas dificulta a coerência entre as etapas de formulação à implementação.

Nesse processo, duas perguntas devem necessariamente ser feitas: que habilidade é preciso para interferir no comportamento dos que são afetados pela política? Que recursos são necessários para obter tal efeito? O resultado é a somatória de recursos mais organização, e o sucesso deve ser condicionado pela capacidade dos atores, de qualquer nível do processo da implementação, de influenciar atores de outros níveis - no máximo, pela capacidade das organizações públicas, como um todo, de influenciar comportamentos privados. (VIANA, 1996, p. 25-26).

Ainda sobre a fase da implementação, Lima, Steffen e D'Ascenzi (2018) enfocam a ocorrência de diferentes perspectivas e destacam três principais. A primeira é a perspectiva *top-down* (de cima para baixo), que realça inicialmente, a estrutura normativa formal, compreendendo a implementação como um processo técnico administrativo, cujo êxito depende de seguir tais normativas, sendo então necessário controlar as ações e desempenho dos gestores de políticas públicas. O segundo enfoque é do tipo *bottom-up* (de baixo para cima). Ele

pressupõe que o planejamento realizado esteja submetido: à dinâmica do problema social, às limitações das organizações executoras, aos conflitos existentes entre os atores envolvidos, aos imprevistos que ocorrem durante o processo. Com isso, as políticas tornam-se locais, um produto sempre em processo. Já uma terceira perspectiva prevê a implementação, a partir da conformação de *redes de políticas públicas*, de atores que desenvolvem atividades voltadas a lidar com um dado problema social, gerando o compartilhamento de objetivos e de interdependência da ação entre os diferentes atores.

A partir dessas acepções a respeito da fase de implementação das políticas públicas, identificamos que se trata de um processo complexo, cujo êxito depende de inúmeros aspectos, como: preparo técnico dos gestores, capacidade de adaptação e de resolução de problemas e conflitos, habilidade de diálogo e consenso para a tomada de decisões.

Já a quarta fase se refere à *avaliação*, que deve acompanhar todas as fases das políticas públicas “das condições necessárias a uma formulação consciente e devidamente instruída à verificação de se os esforços empreendidos foram eficientes, efetivos e eficazes [...]” (LIMA; STEFFEN; D’ASCENZI, 2018, p. 72). Sobre a fase de avaliação, Viana (1996) esclarece:

Os estudos de avaliação, por sua vez, são de tipo específico, compreendendo a investigação avaliativa e a avaliação propriamente dita. Esta última pode abarcar dois tipos de estudo: a avaliação de processo e a de impacto. A avaliação de processo estuda a fase de implementação de determinada política. A avaliação de impacto estuda o efeito dos resultados de uma política. (VIANA, 1996, p. 30).

De acordo com Viana (1996, p. 35), o objeto da avaliação de processo “é a aferição da adequação entre meios e fins, considerando no contexto em que a política está sendo implementada os aspectos organizacional e institucional, social, econômico e político”. Já “a avaliação de impacto tem como objetivo determinar se houve modificação; a magnitude dessa modificação; quais segmentos afetou e em que medida; e quais foram as contribuições dos distintos componentes da política na realização de seus objetivos” (VIANA, 1996, p. 36). Entendemos que as duas formas de avaliação são fundamentais para o bom andamento e efetivo resultado das políticas públicas.

Para Lima, Steffen e D’Ascenzi (2018), na atividade de avaliação são produzidas as informações principais sobre a política pública, o que proporciona *feedbacks* aos tomadores de decisão e gestores envolvidos no processo de implementação. Por isso proporciona uma aprendizagem constante, tanto para a continuidade da política avaliada, quanto para a proposição de outras, colaborando para efetivas mudanças sociais.

Portanto, enfatizamos que o desempenho das políticas públicas depende de um processo longo e detalhado, que tem início com o reconhecimento de demandas sociais prioritárias, segue com o levantamento de informações e dados essenciais que fundamentam objetivos, baseados nos instrumentos e recursos disponíveis, para serem implementados na dinâmica social, tão diversa em condições políticas, econômicas, culturais e sociais, constituindo um emaranhado de relações. Concomitante a isso, é essencial a avaliação, que possibilita um constante movimento de adequações e readequações.

Considerações finais

A partir das leituras, levantamentos e análises realizados para a elaboração deste capítulo, somados às experiências de pesquisa sobre as políticas públicas, consideramos os debates a respeito da temática de grande relevância no contexto atual, sobretudo devido à crise na saúde pública, na economia, na política e na sociedade em geral, em decorrência da pandemia mundial da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Nesse contexto de urgência, as políticas públicas

se tornaram ainda mais essenciais, escancarando, em muitos casos, o despreparo e a incapacidade de muitos gestores públicos em lidar com a situação.

Desse modo, evidencia-se a importância do acesso à educação, ao conhecimento e à cultura, para que os cidadãos possam gerir de modo crítico e consciente sua conduta social e política. Para tanto, também são necessárias políticas públicas assertivas e efetivas, que garantam direitos sociais. Assim, estudar e disseminar a respeito das políticas públicas, bem como fomentar a participação social nas diferentes etapas é fundamental. Acreditamos que com as análises aqui expostas podemos contribuir com este processo.

Como já enfocamos, a abordagem sobre políticas públicas é ampla, complexa e interdisciplinar, contudo, gestores e agentes sociais envolvidos carecem de preparo técnico, apreço ao diálogo e resiliência. À sociedade cabe o dever de escolher de forma consciente seus representantes e de cobrá-los, pois são os responsáveis por dar encaminhamento às ações que repercutirão diretamente no cotidiano da população e que impactarão, especialmente, os grupos mais carentes e vulneráveis.

Referências

BETONI, Camila. **Ações afirmativas**. Infoescola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociologia/acoes-afirmativas/>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CHIES, Claudia. **Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

LASWELL, Aswell, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books. 1936/1958.

LIMA, Luciana Leite; STEFFEN, Mariana Willmersdorf; D'ASCENZI, Luciano. Políticas Públicas. In: LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 35-82.

OFFE, Claus. O novo poder. **Veja**, vol. 31, n. 14, p. 11 a 13, abr. 1998. Entrevista concedida a Thomas Traumann.

PETERS, B. Guy. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Políticas afirmativas para acesso à educação superior brasileira: história e embates. **Plures Humanidades**, v. 15, n. 1, 2014. p. 52-70.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2007.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Políticas compensatórias. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 2, mar./abr. 1996.

8. CASA DE VEGETAÇÃO DE BAIXO CUSTO CONSTRUÍDA COM BAMBU (*BAMBUSA VULGARIS*) PARA PEQUENAS PROPRIEDADES: ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Adilson Anacleto
Luciane Silva Franco
Caroline Mariane Flores
Claudio Nogas

Introdução

A horticultura tem apresentado elevadas taxas de crescimento no Brasil, tendo se tornado uma relevante alternativa de desenvolvimento rural, dado a geração de renda a milhares de famílias em todas as regiões brasileiras. A atividade pode ser desenvolvida em pequenas áreas e promove aproveitamento da mão de obra dos jovens, auxiliando na redução do êxodo em áreas rurais, além de empregar força de trabalho feminina, promovendo a equidade de gênero, e proporcionando ganhos econômicos com o abastecimento do mercado regional.

O litoral do Paraná, segundo Cavallet et al. (2013), tem boa capacidade para o desenvolvimento da produção hortícola. Segundo Anacleto et al. (2019), a região é praticamente isenta de geadas, porém em muitas comunidades os solos ácidos e a elevada declividade impedem o cultivo em escala e provocam baixa produtividade, gerando dificuldade de sobrevivência e da manutenção das famílias no campo.

Apesar do ambiente favorável à produção no inverno, um dos principais entraves ao desenvolvimento rural é justamente o clima no período de verão, quando há elevadas temperaturas. Assim, em regiões similares ao litoral do Estado do Paraná onde há altas temperaturas, excesso de radiação e períodos longos de chuvas, Costa et al. (2017) recomendam o cultivo em ambiente protegido, visando reduzir danos causados nos tecidos celulares de plantas em estado juvenil por estas intempéries climáticas.

Atualmente, segundo Oliveira et al. (2015), o setor da horticultura vem experimentando transformações tecnológicas. O sucesso do cultivo da horticultura depende também da estrutura de produção, que deve fornecer à planta condições adequadas para o seu desenvolvimento, e, dependendo do tipo de material utilizado, a estrutura de produção pode influenciar de forma satisfatória nas respostas fisiológicas das plantas.

Dessa forma, o desafio do desenvolvimento regional no meio rural é atrelado às formas da produção agrícola e, segundo Costa et al. (2017), está associado especialmente ao controle das variações de temperaturas que interferem na cultura, fazendo com que produtores optem pelo uso de ambientes protegidos.

A maioria das estruturas de proteção para cultivos protegidos tem elevado custo, porém, segundo Mary et al. (2007), para o pequeno produtor, a tecnologia deve ser diferenciada e adotada com base em materiais alternativos disponíveis nas próprias propriedades com a finalidade de reduzir os custos de instalação. Nesse contexto, o bambu se enquadra perfeitamente por ser um material abundante, acessível, de mínimo custo e já ter sido testado e utilizado nos países asiáticos como material de construção, o que o torna uma importante opção como matéria-prima para o estudo e desenvolvimento de casas de vegetação ou estufas de baixo custo. Ainda assim, mesmo os materiais de baixo custo devem ser avaliados sob o enfoque tecnológico e econômico de sua viabilidade.

Os estudos de viabilidade econômica, especialmente aqueles que geram alternativas às comunidades rurais, se tornam relevantes à medida que são aplicados corretamente, pois podem gerar indicadores para a tomada de decisão no meio rural. Segundo Anacleto e Negrelle (2015), os estudos sobre estruturas de produção e cultivo de baixo custo em regiões empobrecidas,

como é o caso do litoral do Paraná, são praticamente desconhecidas pelos produtores e urge que os mesmos sejam realizados, para que possa facilitar o desenvolvimento regional da agricultura familiar.

A região do litoral do Paraná tem limitações no desenvolvimento no meio rural e apresenta grande carência no âmbito de acessibilidade à tecnologia. Sendo assim, urge a necessidade da implantação de projetos que visem promover a facilidade na rotina do produtor rural, gerando com isso um aperfeiçoamento e expansão em suas técnicas e produções agrícolas (CAVALLET et al., 2013). A complexidade regional exige, portanto, que o desenvolvimento regional seja repensado e exige mudanças de paradigmas e a alteração dos modelos comumente praticados. A realidade posta ordena a abertura de novos diálogos, não somente entre a prática existente com a ciência dentro da área do conhecimento em si, mas ampliada entre as múltiplas áreas de conhecimento, interligando os saberes disciplinares e não disciplinares na busca pela mitigação desses problemas.

Assim, considerando a importância da horticultura para o desenvolvimento regional do litoral do Estado do Paraná, o elevado custo das estufas e casas de vegetação comerciais e a possibilidade do uso de bambu como alternativa a cultivos protegidos de hortícolas e ervas medicinais, apresenta-se resultado da avaliação de viabilidade econômica da construção de casa de vegetação de baixo custo, construída de bambu, a pequenos produtores no litoral do Paraná para horticultura em dois padrões de investimento em cultivo e com base nos preços praticados pelo mercado varejista no litoral do Paraná.

Especificamente, buscou-se responder as seguintes questões: a) determinar estimativas de custo de produção de hortícolas considerando os padrões tecnológicos mínimos exigidos pelas culturas; b). Analisar a viabilidade econômica dos cultivos através do cálculo do valor presente líquido (VPL), índice de lucratividade (IL) e para o retorno do capital investido (Payback Time), comparando os indicadores obtidos entre o financiamento da produção com recursos do próprio produtor e com o financiamento agrícola bancário.

Bambu: limites e potencialidades do uso no meio rural

O Bambu é uma gramínea da subfamília *Bambusoideae* e se divide em bambu lenhosos (*Bambuseae*) e os bambus herbáceos (*Olyrae*), estimando a existência de aproximadamente 1250 espécies em 90 gêneros espalhadas pelo mundo, sendo usado como planta medicinal, alimentação e seus caules lenhificados são utilizados na fabricação objetos e utensílios que varia de móveis até a construção civil como no caso de pontes e casas (FERREIRA et al., 2005; MANHÃES, 2008).

Historicamente o uso do bambu se dá com maior expressão nas culturas orientais, nas quais o emprego é difundido e há um grande conhecimento sobre sua versatilidade e potencialidades. As espécies de bambu, segundo Figueiras e Gonçalves (2004), podem ser classificadas em espécies raras, comuns e difundidas. As espécies consideradas raras e comuns são aquelas encontradas apenas em jardins Botânicos, instituições de pesquisa e em jardins particulares.

As espécies difundidas são encontradas em todos os locais onde o clima é favorável. Fazem parte deste grupo as espécies *B. vulgaris* Schrad. ex J.C. Wendl., *Phyllostachys aurea* Rivière & C. Rivière e *Sinoarundinaria falcata* (Nees).

Dentre as espécies de bambus no Brasil, podemos citar *Bambusa vulgaris*, conhecido também como bambu comum, que é uma espécie bastante difundida no país e chegou ao Brasil trazido por imigrantes portugueses (MANHÃES, 2008). Ainda segundo Manhães (2008), esse bambu apresenta bom desenvolvimento quando cultivado em trópicos úmidos, trópicos secos e semi-áridos e não apresenta exigência com relação a fertilidade do solo. Outro bambu bastante difundido no país é o *Dendrocalamus giganteus*, comumente chamado de bambu gigante. Esse

bambu apresenta uma adequada característica físico-mecânicas, por isso é uma das espécies utilizadas como material para construção, e se desenvolvem quando cultivados em solos ricos e trópicos úmidos.

As espécies do gênero *Phyllostachys* foram trazidas pelos imigrantes japoneses ao Brasil no começo do século passado, tendo uma grande concentração desse gênero no interior do estado de São Paulo e em colônias da região. Dentro desse gênero, destaca-se a espécie *P. pubescens*, conhecida como Mossô. Seus brotos são utilizados na culinária e suas varas na arquitetura (NUNES, 2005).

O colmo, rizoma, confere ao bambu um estilo de fibras posicionadas longitudinalmente que apresenta grande resistência à compressão, tração, torção e flexão (FERREIRA et al., 2005). A utilização do bambu como matéria-prima é bastante difundida em muitos países, dado a sua facilidade de cultivo e rapidez de crescimento de seus colmos, porém, no Brasil, seu uso ainda é pouco difundido quando comparado a outros materiais como a madeira. O bambu se apresenta como uma alternativa ecologicamente correta e, no meio rural, é empregado normalmente em pequenas construções e cercas (MANHÃES, 2008).

O bambu apresenta uma conservação relativamente pequena quando comparado com outros materiais por se tratar de um material natural. Dessa forma, a vida útil do bambu apresenta durabilidade de 5,5 anos quando este não é submetido a nenhum tipo de tratamento, porém ela pode ser triplicada se ele for tratado adequadamente (TATIBANA et al., 2016).

A durabilidade e a qualidade dos colmos de bambu está relacionada inicialmente à época adequada de colheita. É importante que a colheita das varas seja feita com elas maduras, pois um colmo jovem apresenta grande quantidade de açúcares e amido, tornando-o mais suscetível a ataques de fungos e insetos. Outro aspecto importante a se observar é a quantidade de água presente no colmo, pois o excesso de umidade pode levar a rachaduras e fissuras após a secagem, apresentando relação direta com as características mecânicas e físicas do colmo. Dessa forma, é indicada a colheita das varas em meses com menos pluviosidade (NUNES, 2005).

A versatilidade do bambu mostra que ele pode ser usado como matéria-prima em vários segmentos, podendo substituir e concorrer com os materiais usuais. No entanto, para se prolongar a durabilidade, é necessário fazer o tratamento dos colmos (MANHÃES, 2008).

O tratamento mais usual, segundo Reis e Barata (2014), é a cura natural, ou seja, depois de cortado, o bambu é deixado na moita na posição vertical com suas ramas e folhas por cerca de 30 dias. Neste período, a transpiração das folhas continua em andamento, diminuindo a quantidade de seiva dos colmos. Apesar de simples e de custo mínimo, é eficiente e aumenta a resistência dos colmos contra as brocas. Dentre os tratamentos de bambu, podemos destacar o fogo direto, também chamado de cura pelo fogo, que consiste na exposição dos colmos ao fogo, que pode ser produzido dentro de tambores ou utilizando maçarico. Tal processo tem como objetivo a degradação do amido pelo fogo e é indicado também passar um pano com óleo na superfície do bambu para eliminar os açúcares que ali se concentram.

Ainda segundo Reis e Barata (2014), o método por imersão consiste em colocar o bambu dentro de tanques com água para que ocorra a eliminação do amido pelo processo de fermentação. Esse método não deve durar mais que 7 semanas para evitar a degradação do próprio bambu. Os métodos que utilizam preservativos químicos são mais eficientes que os tratamentos tradicionais, porém, requerem maiores cuidados no manuseio e aplicação dos produtos químicos.

O método que confere maior longevidade ao bambu é o tratamento químico feito com a imersão do bambu em uma solução de água e compostos associados, como cloreto de zinco, ácido bórico e sulfato de cobre. Apesar do custo, o bambu tratado por esse método, segundo Barboza et al. (2008), pode apresentar durabilidade de até 15 anos. Sob esse contexto, a durabilidade de uma construção feita com bambu, como é o caso da casa de vegetação, pode chegar até 20 anos, vida útil similar às casas de vegetação construídas com madeiras ou ferro,

conforme descrito por Anacleto e Negrelle (2015).

Assim, dado que a durabilidade do bambu pode ser superior a quinze anos, o mesmo se configura como relevante alternativa de matéria-prima em construções rurais, especialmente em estufas e casas de vegetação em regiões litorâneas, onde o custo de estufas com base em ferro e aço são inviáveis aos pequenos produtores devido ao valor. Além disso a produção a céu aberto também se torna inviável nos períodos de verão devido às elevadas temperaturas, o que exige a proteção das plantas cultivadas (MARY et al., 2007; OLIVEIRA et al., 2015; COSTA et al., 2017).

As condições climáticas adversas afetam a qualidade da produção e, por conseguinte, as receitas obtidas pelas vendas. Esse contexto fortalece a necessidade de se estabelecer cenários economicamente viáveis, em que esses riscos para a produção sejam mitigados pelo ambiente protegido pela estufa ou casa de vegetação (SILVA et al., 2014).

O cultivo protegido proporciona controle parcial das condições, como temperatura, quantidade de radiação do sol e humidade relativa do ar. Este controle se relaciona com a conquista de efetividade na produção. Ademais, o plantio em estufas e casas de vegetação diminui a sazonalidade, possibilitando uma oferta mais estável no decorrer dos meses.

No cultivo protegido, os custos para conter pragas e doenças podem sofrer redução, principalmente na produção de mudas, onde nas estufas apresentam menores ocorrências de pragas e doenças, propiciando um produto de maior qualidade (REIS, BARATA, 2014), além de apresentar melhor crescimento, quando em comparação com o sistema tradicional a céu aberto. Exibe também maior aproveitamento da área de produção de mudas, bem como maior facilidade na irrigação e adubação, maior aproveitamento entre sementes plantadas e mudas colhida e, conseqüentemente, melhor remuneração. Assim, pode-se aferir que a tecnologia produtiva de mudas de hortaliças em estufas e casas de vegetação proporciona vantagens ao produtor, com crescimentos em termos de produtividade e maior qualidade na característica fisiológica da planta (MURARO et al., 2019).

No litoral do Paraná, conforme descrito por Anacleto et al. (2019), as hortícolas como alface, tomate, brócolis e de plantas medicinais são espécies cultivadas na região com alto valor agregado, pois apresentam alta demanda e os consumidores têm dificuldade de encontrar as espécies do mercado orgânico, porém necessitam de proteção para o cultivo o ano todo.

Nesse contexto, o uso do bambu para bioconstrução, especificamente em estufas e casas de vegetação, é uma opção economicamente acessível, pois os materiais que são usados em estufas convencionais na maioria das vezes apresenta valor elevado diante da capacidade de investimento dos agricultores familiares, logo, com o uso do bambu, o custo inicial pode ser reduzido (SILVA et al., 2011). Finalmente, além do uso desse material para construção de estufas e casas de vegetação ser de fácil acesso, o bambu é uma planta de rápida regeneração que facilita a capacidade de substituição das partes que possam sofrer possíveis danos com baixo ou nenhum custo ao produtor rural.

Materiais e método

O levantamento de dados para simulação de viabilidade econômica do custo de implantação de uma casa de vegetação de bambu para horticultura orgânica em pequenas propriedades em regiões litorâneas exigiu que se obtivesse informações básicas sobre as espécies mais adequadas e demandas na região e, para tal, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva entre novembro de 2018 a fevereiro de 2019 com três famílias produtoras de horticultura orgânica no litoral do Paraná. A partir destes resultados, ocorreu a definição do tamanho e da capacidade produtiva da unidade, com base na movimentação comercial identificada junto as famílias entrevistadas.

O modelo da estufa em estudo foi desenvolvido pelo Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA (SILVA et al., 2011), apresentando 24 metros de comprimento por 7 metros de largura e 3 metros de altura (no ponto mais alto da estufa). A estufa também conta com sistema de irrigação por gotejamento que proporciona maior economia de água e contribui com a maior durabilidade do bambu, pois não molha a estrutura.

As culturas escolhidas para implantação na estufa foram as usuais produzidas na região, como brócolis (*Brassica oleracea*), tomate (*Solanum lycopersicum*) e alface (*Lactuca sativa*), que apresentam bom rendimento e são as hortaliças com maior capacidade comercial nas cestas orgânicas tradicionalmente comercializadas na região. Diante da demanda, foi também previsto o cultivo de ervas medicinais, que foram selecionadas por apresentarem facilidade de produção e manejo, sendo: melissa (*Melissa officinalis*), hortelã (*Mentha spicata*) e erva doce (*Pimpinella anisum*).

Ao determinar estimativas de custo de implantação de uma casa de vegetação de baixo custo, considerando os padrões tecnológicos mínimos exigidos pela cultura e pela legislação de construção rural, o levantamento dos itens necessários para a produção tendo como prioridade o uso de Bambu e a composição de preço médio dos investimentos necessários deste levantamento. Isso possibilita a composição do custo total da produção e da necessidade de capital a ser aplicado.

Sequencialmente, foi elaborado o fluxo de caixa na unidade de tempo. Nesta fase, foi estimado os custos de investimentos em infraestrutura e depreciação, custeio, despesas não operacionais, receitas, impostos, lucro líquido presumido e a análise dos indicadores econômicos de rentabilidade da atividade, de acordo com o recomendado por Casarotto Filho (2009).

A viabilidade econômica da implantação de uma casa de vegetação de baixo custo feito com o uso de Bambu seguiu rigorosamente o proposto por Anacleto e Negrelle (2015). O Valor Presente Líquido (VPL), segundo os autores, é o principal índice utilizado pelas instituições financeiras no cálculo dos indicadores de rentabilidade das atividades rurais. Este pode ser compreendido como sendo a diferença entre receitas e custos atualizados a uma taxa de desconto pré-definida para efeito de comparação, sendo esta taxa denominada Taxa Mínima de Atratividade (TMA). Dessa forma, o VPL é representado pela fórmula:

$$VPL = -\text{Investimento} + \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+i)^t}$$

FC_t = Fluxos de Caixa Líquidos no tempo t .

t = período em meses do investimento.

i = Taxa de financiamento do investimento

n = número de fluxos de caixa ou duração do projeto.

A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) foi considerada igual a 8,77% ao ano e foi relativa aos rendimentos similarmente oferecidos no último ano fiscal brasileiro (2017) pela caderneta de poupança, conforme exigência do Banco do Brasil (2017).

A análise segundo o proposto por Anacleto e Negrelle (2015) considerou o uso de financiamentos bancários (FB) sem recursos próprios (RP) de contrapartida, dada a vulnerabilidade social das famílias envolvidas. A análise considerou ainda apenas as despesas diretas, ou seja, todas aquelas relacionadas com a produção, não sendo incluído o valor de remuneração do capital da terra.

Assim, rigorosamente de acordo com o proposto por Anacleto e Negrelle (2015), este estudo visou determinar o valor no tempo presente das receitas e despesas que ainda ocorrerão em períodos futuros, descontando a taxa mínima de atratividade. Destaca-se que, nessas

condições, se o VPL for igual a zero, isso indica que a atividade gerara um lucro anual igual à TMA, ou seja, é nulo. A viabilidade econômica da implantação de uma casa de vegetação de baixo custo poderá ocorrer somente se o VPL for maior que zero.

O índice de lucratividade, segundo Ross et al. (2002), é um indicador prático de rentabilidade associado à produção e comércio. Assim, é possível analisar a lucratividade de uma casa de vegetação de baixo custo, através da equação:

$$IL = \frac{\sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+i)^t}}{\text{Investimento}}$$

FC_t = Fluxos de Caixa Líquidos no tempo t .

t = período em meses do investimento.

i = Taxa de financiamento do investimento

n = número de fluxos de caixa ou duração do projeto.

O *Payback Time* (PBT), segundo Casarotto Filho (2009), é largamente utilizado pelas instituições financeiras e calcula quantos anos de produção são necessários para o retorno do investimento efetuado. Este indicador considera o valor do dinheiro no tempo, desse modo, todos os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, tendo como base o investimento inicial.

O tempo de retorno de uma casa de vegetação de baixo custo pode ser obtido com o cálculo da equação representada da seguinte forma:

$$PBT = \frac{Vf}{(1+tma)^n}$$

Vf = Valor das entradas do fluxo de caixa (Investimento inicial)

tma = Taxa Mínima de Atratividade

n = período de tempo

A Taxa Interna de Retorno, segundo Ross et al. (2002), é a taxa de desconto que iguala o valor atual líquido dos fluxos de caixa de um projeto a zero. Dessa forma, o custo de capital da empresa e o projeto só deverá ser aceito quando a sua taxa interna de retorno superar o custo de capital

$$VPL = 0 = \text{Investimento Inicial} + \sum_{t=1}^N \frac{F_t}{(1 + TIR)^t}$$

VPL = Valor Presente Líquido

F = Valor presente das entradas de caixa;

A = Principal - (valor do investimento)

R = Parcela - (valor da redução do custo por período)

i = Taxa de Retorno

t = período (nº do período)

n = período (nº da vida útil)

O cálculo de viabilidade, segundo o proposto por Anacleto e Negrelle (2015), foi baseado na linha de crédito do Banco do Brasil (2017), que utiliza recursos captados junto ao “Pronaf mais alimentos”, cuja correção da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) era de 2.5% ao ano.

A agência financiadora (Banco do Brasil) considera como possíveis beneficiários produtores rurais que explorem a terra como proprietários; residam na propriedade ou em local próximo; e que tenham o trabalho familiar como base da exploração do empreendimento rural (BANCO DO BRASIL, 2017). Além disso, foi-se estimado recolhimento de impostos para empresas rurais enquadradas no “Super Simples” (4% do valor total de faturamento), o que isenta de cobranças fiscais como PIS, COFINS, CSLL, IR (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017).

Após a finalização destes cálculos e com base nos resultados obtidos foi avaliada a capacidade de recuperação do capital empregado e, por conseguinte, a viabilidade econômica.

Resultados

O levantamento de dados para a simulação de custo de produção mostrou que, apesar do bambu ser material abundante na região litorânea, o mesmo não é aproveitado como estrutura que pudesse auxiliar na melhoria das construções tecnológicas de produção. Assim, a única referência neste aspecto foi o modelo adotado com sucesso pelo Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (2011). Os produtores entrevistados (n=100%) revelaram desconhecer a longa durabilidade do bambu em construções rurais e ressaltaram que, por ser material abundante, apresenta baixo custo de aquisição quando comparado com outras estruturas de produção como o ferro galvanizado ou madeira.

O levantamento das informações acerca do material necessário à construção da estufa de bambu demonstrou baixa necessidade de capital financeiro, visto que as despesas com estruturas de produção resultaram na maior necessidade de investimento (Tabela 1) – o custo de aquisição com filmes plásticos para a cobertura foi o principal fator onerante no investimento em estrutura. O valor aferido para a implantação de toda a infraestrutura necessária ao cultivo protegido foi de USD 1.429,71, o que representa valores médios aproximadamente 62% menor quando comparado com outras estruturas de produção como madeira ou ferro galvanizado.

Tabela 1 - Demonstrativo de necessidade financeira para infraestrutura de casa de vegetação em Bambu 24x07 metros

Material	Quantidade	Tamanho	Unidade de medida	Preço unitário USD	Total USD
Toras ou vigas	22	1,0 x 0,15	Metros	5,32	117,02
Torinhas ou vigotas	66	0,9 a 1,0 x 0,10	Metros	3,46	228,19
Varas de bambu	66	7,5 x 0,06	Metros	4,19	276,64
Varas de bambu	70	3,0 x 0,12	Metros	0,86	7,31
Varas de bambu	10	4,5 x 0,10	Metros	1,52	15,16
Varas de bambu	16	4,0 x 0,10	Metros	1,33	21,28
Varas de bambu	8	4,0 x 0,10	Metros	1,33	10,64
Varas de bambu	10	1,5 x 0,10	Metros	0,53	5,32
Varas de bambu	40	3,0 x 0,05	Metros	1,18	47,34
Tapiques					
Filme agrícola AD 8,0m x 150 micras p/ estufa	2	20	Rolo	196,81	393,62
Filme agrícola AD 2,0m x 100 micras p/ cortina	2	25	Rolo	25,53	51,06
Faixa de fixação 0,20mm x 0,20m em plástico	2	40	Rolo	31,91	63,83
Peças de barra rosqueada 5/16”	24	1	Unidades	1,25	30,06

Porcas sextavadas galvanizadas 5/16	120			0,04	4,79
Barra de ferro de construção de 4,2 mm	2	12	Unidades	2,66	5,32
Arruelas lisas 5/16" galvanizadas	120		Unidades	0,04	4,79
Fio torcido de Poliamida rolos ou 500g	4		Unidades	4,52	18,09
Prego 12x12	400 g			0,80	1,60
Ripa	100m	1 pol x 2 pol	Metros	127,66	127,66
Total				410,95	1429,71

Apesar do baixo custo, a estrutura de produção apresenta as mesmas características funcionais de outros modelos de estrutura para cultivo protegido e tem capacidade de garantir os padrões mínimos exigidos pelas culturas, conforme descrito por Anacleto et al. (2019). Assim, foi considerada a instalação de um sistema de irrigação por gotejamento como forma de elevar a vida útil das instalações e elevar a produtividade do cultivo em comparação ao de céu aberto, em que muitas vezes, devido à elevada pluviosidade média da região, os cultivos apresentavam perda totais.

O maior valor aferido com equipamentos se referiu ao motor (bomba de água) para o processo de irrigação (Tabela 2), tendo o sistema de irrigação gerado um gasto total de USD 422,86.

Tabela 2 - Demonstrativo de necessidade financeira para sistema de irrigação

Descrição	Quant.	Unidade de medida	Valor Unitário USD	Valor Total USD
Bomba 1/2 CV	1	1	69,15	69,15
Caixa d'água tamanho 1000L	1	1	82,45	82,45
Conector Inicial Com Registro Para Gotejamento	1	1	18,41	18,41
Conector Interno de 1 1/2"	1	1	2,61	2,61
Mangueira 50 mts	4	Rolos	49,20	196,81
Te interno 1 1/2"	16	1	0,53	8,51
Conector inicial e final de gotejo	16	Pares	0,55	8,75
Fita gotejadora	2	Rolo 200m	15,96	31,91
Fita veda rosca	4	Rolo 50m	1,06	4,26
Total				422,86

O procedimento para construção da estufa sob o enfoque da construção rural é simplificado e todas as orientações sobre cada etapa podem ser obtidas nos descritivos do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA (SILVA et al., 2011). É necessário para sua implantação serviços relacionados, como a mão de obra para a construção da estrutura da casa de vegetação e o levantamento dos canteiros para o futuro preparo do solo (Tabela 3).

Tabela 3 - Demonstrativo de necessidade financeira relativa a custos de mão de obra necessária para construção de casa de vegetação.

Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário USD	Valor Total USD
Mão de obra na construção da estufa	1	Estufa 7x24	239,36	239,36
Mão de obra no levantamento do canteiro	4	Dia	79,79	319,15
Total				558,51

Nas despesas de custeio foram incluídas a correção do solo com o uso de calcário, adubação orgânica, bem como o custo de aquisição de mudas de produtores orgânicos certificados e sementes (Tabela 4).

Tabela 4 - Demonstrativo de necessidade financeira para custeio de safra

Material	Quant.	Unid.	Valor da Uni.	Valor Total (\$)
Calcário	2	Saco 10 kg	20,19	40,37
Adubo orgânico	18	Saco 20 kg	0,00	0,00
Mudas tomate	2	Bandeja	3,99	7,98
Mudas alface	2	Bandeja	3,99	7,98
Mudas brócolis	2	Bandeja	3,99	7,98
Sementes de Melissa	2	G	0,43	0,86
Sementes de hortelã	2	G	0,59	1,18
Semente de erva-doce	2	G	0,66	1,33
Total			33,84	67,68

*Especificações das sementes das ervas medicinais: Melissa, 1g equivale a 1650 sementes, espaçamento 40x30, necessidade de 20g/1000m²; Hortelã, 15000 sementes em 1g, 40x30, 3g/1000m²; Erva doce, 390 sementes em 1g, 50 x20, 100g/1000m².

Para o início de plantio, foi realizado um cálculo médio de unidades vendidas mensalmente, considerando as hortaliças e ervas medicinais por espécie. Para as quantidades estabelecidas, considerou-se um faturamento de USD 2.373,22 ao ano, destacando que não ocorre renda nos dois primeiros meses pois ainda não há plantas aptas para serem colhidas e comercializadas (Tabela 5).

Tabela 5- Demonstrativo de receita oriunda das vendas

Espécie/Mês	UNIDADES VENDIDAS POR PRODUTO											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Venda produção alface	0	0	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240
Venda produção brócolis	0	0	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240
Venda produção tomate (bandeja)	0	0	176	176	176	176	176	176	176	176	176	176
Venda produção hortelã	0	0	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180
Venda produção melissa	0	0	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180
Venda produção erva cidreira	0	0	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180
Total	0	0	1196	1196	1196	1196	1196	1196	1196	1196	1196	1196

Durante todo o ciclo de cultivo, foram considerados, além dos investimentos em infraestrutura, o custeio e as despesas não operacionais (Tabela 6) necessárias ao cultivo de verduras e ervas medicinais, até que o ciclo de produção seja ininterrupto e os lucros possam auto-financiar novas produções. Nessa fase, foi também considerada nas despesas não operacionais a necessidade de recursos que não estavam associados diretamente à atividade produtiva, mas era essencial na sustentação econômica das famílias produtoras. Nessa conta, inseriu-se a exemplo, o pró-labore como alternativa de sobrevivência até que se obtivesse a primeira safra. Relativo às despesas não operacionais, a valoração da mão de obra familiar foi o principal fator onerante.

Tabela 6 - Demonstrativo de necessidade financeira para despesas não operacionais

Despesas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Energia Elétrica	66,49	66,49	66,49	66,49	66,49	66,49	66,49	66,49	66,49	66,49	66,49	66,49
Água	53,19	53,19	53,19	53,19	53,19	53,19	53,19	53,19	53,19	53,19	53,19	53,19
Insumos	67,68	67,68	67,68	67,68	67,68	67,68	67,68	67,68	67,68	67,68	67,68	67,68
Taxas e IPTU	39,89	39,89	39,89	39,89	39,89	39,89	39,89	39,89	39,89	39,89	39,89	39,89
Telefone	21,28	21,28	21,28	21,28	21,28	21,28	21,28	21,28	21,28	21,28	21,28	21,28
Depreciação	35,22	35,22	35,22	35,22	35,22	35,22	35,22	35,22	35,22	35,22	35,22	35,22
Pró-labore (regime de 40 horas)	265,96	265,96	265,96	265,96	265,96	265,96	265,96	265,96	265,96	265,96	265,96	265,96
Despesas bancárias	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83
Total despesas não operacionais	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54
Investimento												
Infra-estrutura (12x)	119,07	119,07	119,07	119,07	119,07	119,07	119,07	119,07	119,07	119,07	119,07	119,07
Necessidade total de investimento	1246,15	1127,07	1127,07	1127,07	1127,07	1127,07	1127,07	1127,07	1127,07	1127,07	1127,07	1127,07

Foi realizado um levantamento do fluxo de caixa contendo as receitas de vendas e o total das saídas, com uma análise do faturamento e lucro mensal das vendas (Tabela 7).

Tabela 7 - Fluxo de caixa para produção de verduras e ervas medicinais em estufa de bambu pelo período de um ano

ENTRADAS/RECEITAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Alface	0,00	0,00	159,57	159,57	159,57	159,57	159,57	159,57	159,57	159,57	159,57	159,57
Tomate	0,00	0,00	234,04	234,04	234,04	234,04	234,04	234,04	234,04	234,04	234,04	234,04
Brócolis	0,00	0,00	191,49	191,49	191,49	191,49	191,49	191,49	191,49	191,49	191,49	191,49
Hortelã	0,00	0,00	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36
Melissa	0,00	0,00	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36
Erva cidreira	0,00	0,00	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36	239,36
Total	0,00	0,00	1303,19	1303,19	1303,19	1303,19	1303,19	1303,19	1303,19	1303,19	1303,19	1303,19
Custeio												
Total despesas não operacionais	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54	563,54
Empréstimos e financiamentos	179,62	179,62	179,62	179,62	179,62	179,62	179,62	179,62	179,62	179,62	179,62	179,62
Imposto MEI	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83	13,83
Total	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99	-756,99
1.resultados (entradas-saídas)	-756,99	-756,99	546,20	546,20	546,20	546,20	546,20	546,20	546,20	546,20	546,20	546,20

2.saldo anterior	0,00	0,00	-756,99	-756,99	0,00	0,00	756,99	756,99	1513,98	1513,98	2270,97	2270,97
3.saldo acumulado (1+2)	-756,99	-756,99	0,00	0,00	756,99	756,99	1513,98	1513,98	2270,97	2270,97	3027,96	3027,96
4.resultado final	-756,99	-756,99	0,00	0,00	756,99	756,99	1513,98	1513,98	2270,97	2270,97	3027,96	3027,96

O cálculo dos indicadores de viabilidade econômica da implantação de uma casa de vegetação para cultivo de verduras e ervas medicinais construídas com bambu mostrou que o preço de venda nos valores descritos se configurou lucrativa para a simulação avaliada, revelando o VPL (Valor Presente Líquido) superior a zero (Tabela 8), situação que atesta nessa condição a inviabilidade econômica da atividade.

Tabela 8 - Valor Presente Líquido (VPL) da viabilidade da implantação de uma casa de vegetação de bambu em pequenas propriedades rurais no litoral do Paraná.

Casa de vegetação de bambu	Recursos próprios \$		Financiamento bancários \$	
	Fluxo de Caixa (FC)	Fluxo de Caixa Atualizado	Fluxo de Caixa (FC)	Fluxo de Caixa Atualizado
Período (j)				
0	-2.478,76	-2.478,76	-2.478,76	-2.478,76
1	495,75	495,71	495,75	495,74
2	495,75	495,68	495,75	495,73
3	495,75	495,64	495,75	495,72
4	495,75	495,61	495,75	495,71
5	495,75	495,57	495,75	495,70
VPL	0,55 (+)		0,16 (+)	
TMA	8,77% ao ano 0,73% ao mês 0,0000731		2,50% ao ano 0,21% ao mês 0,0000208	

A Taxa Interna de Retorno (tabela 9) mostrou que ao período de 5 anos a taxa de desconto iguala o valor atual líquido dos fluxos de caixa. Dessa forma, o custo de capital da empresa e o projeto poderá ser implantado, dado que a taxa interna de retorno supera o custo de capital.

Tabela 9 - Taxa Interna de Retorno (TIR) da viabilidade da implantação de uma casa de vegetação de bambu em pequenas propriedades rurais no litoral do Paraná.

Recursos próprios		Financiamento bancários	
Período	Fluxo de Caixa	Período	Fluxo de Caixa
Início	R\$ 2.478,76	Início	R\$ 2.478,76
1 ano	(R\$ 495,75)	1 ano	(R\$ 495,75)
2 anos	(R\$ 495,75)	2 anos	(R\$ 495,75)
3 anos	(R\$ 495,75)	3 anos	(R\$ 495,75)
4 anos	(R\$ 495,75)	4 anos	(R\$ 495,75)
5 anos	(R\$ 495,75)	5 anos	(R\$ 495,75)
TIR	0,000%	TIR	0,000%

O Índice de lucratividade e o *Payback Time* (PBT) indicam que o valor do dinheiro no tempo, considerando todos seus fluxos de caixa e comparados ao valor presente, tendo como base o investimento inicial, indica que em ambos os casos ocorre a viabilidade econômica da implantação da estufa de baixo custo com Bambu (Tabela 10).

Tabela 10 - Índice de lucratividade e o *Payback Time* (PBT) da viabilidade da implantação de uma casa de vegetação de bambu em pequenas propriedades rurais no litoral do Paraná.

Recursos próprios		Financiamento bancário	
Índice de lucratividade %	<i>Payback</i> PBT	Índice de lucratividade %	<i>Payback</i> PBT
-21,29	40,5	-7,45	14,76

Discussão

A produção e comércio no meio rural é caracterizada por riscos e incertezas, sendo que alguns fatores não são controláveis pelo produtor, tais como: clima, mercado interno e externo, mudanças na legislação, assim como, alterações nas políticas macroeconômicas. Ao fazer uma abordagem microeconômica, outro fator que muitas vezes não é controlado, centra-se no custo de produção. A falta de planejamento e de identificação dos principais custos inerentes à atividade que desenvolvem pode acarretar em baixa produtividade, como também na redução da receita líquida das propriedades, sendo que esses fatores podem ser controlados pelo produtor rural, que deve saber utilizar os recursos disponíveis nas propriedades, adotando técnicas de manejo e estruturas que sejam rentáveis, buscando novas maneiras de comandar a produção através de informações e de experiências adquiridas ao longo de sua vida profissional. Nesse contexto, as atividades que possam ser desenvolvidas com base em informações sobre investimentos e custeio, bem como no gerenciamento operacional, aumentam a eficiência, reduzem custos e melhoram a utilização de ativos nas pequenas propriedades rurais, recursos estes que muitas vezes são escassos.

O litoral do Paraná, nas últimas décadas, vem sofrendo as consequências do uso indiscriminado dos recursos naturais, proveniente da ação predatória e extrativista provocada pelo homem. Por ser uma região de grande relevância no aspecto ambiental, torna-se imprescindível investir em empreendimentos que estejam inseridos no conceito de desenvolvimento sustentável, visando conciliar o incremento de atividades produtivas com a preservação do ecossistema natural, ou mesmo a minimização dos impactos causados pela agricultura.

O cultivo orgânico de verduras e ervas medicinais tem merecido atenção como alternativa produtiva inserida nesta conjuntura, dado que ocorre a geração de renda, a preservação do ambiente e a manutenção das famílias em seus locais de origem, evitando o êxodo rural. Nesse contexto, urge que novas alternativas adaptadas à realidade desses pequenos agricultores sejam consideradas. Como por exemplo a produção orgânica que, devido ao conjunto de fatores, tem se revelado uma importante alternativa de trabalho e renda nas comunidades rurais.

A casa de vegetação construída a partir de bambu com o propósito de produção orgânica se revela como uma oportunidade de atuação em um mercado que se demonstra em ascensão e que atende de forma eficiente às necessidades dos clientes e consumidores desse tipo de produto, Ou seja, aquele que está tradicionalmente disposto a pagar maior preço, conforme explicitado em Anacleto et al. (2019).

Sobre a implantação de casa de vegetação de bambu sob o enfoque da viabilidade econômica, deve-se considerar dois aspectos. Primeiramente, trata-se da necessidade de substituição de equipamentos ao longo da vida útil da infraestrutura. Assim, a doação de uma estrutura de produção que usa baixo impacto financeiro, como é o caso do bambu, pode tornar mais fácil a substituição da estrutura ao final de sua vida útil, garantindo a continuidade da atividade geradora de renda.

Todas as unidades de produção, independente da tipologia e do material do qual é empregado na construção, têm em geral a necessidade de substituir em algum momento

maquinas e equipamentos. Existem várias razões para substituírem ativos (equipamentos), a deterioração é a mais relevante delas, uma vez que gera custos maiores com manutenção, perdas entre outras. Nesse contexto, a adoção de equipamentos similares aos descritos nesse estudo pode, de forma antecipada, antever os problemas a longo prazo, dado que a depreciação, a queda menor, acontece nos primeiros anos e é mais acentuada posteriormente, quando ocorre a necessidade de substituição e manutenção.

O outro aspecto a ser considerado é que, no caso da estrutura da casa de vegetação construída a partir de bambu, o modelo de substituição idêntica é mais adequado e facilmente executado. Segundo Casarotto Filho (2009), existem equipamentos que são afetados pelo desenvolvimento tecnológico em menor grau e podem ser incluídos neste grupo os motores elétricos (bomba d'água) ou máquinas operatrizes para substituição ampla. Estes equipamentos devem ser substituídos por novos, quando o equipamento chega ao final de sua vida econômica.

No caso da estrutura da casa de vegetação, Anacleto e Negrelle (2015) descrevem que, para o litoral do Paraná, as estufas e casas de vegetação de bambu para cultivo de flores sofrem manutenção por necessidade. Em outras palavras, a partir do momento que a unidade de produção apresenta, por exemplo, uma viga com defeitos ou danificada, esta é substituída muitas vezes sem a necessidade do desmonte da estrutura de produção, o que gera custos e também pode paralisar o processo de produção.

Dessa forma, sob o enfoque da substituição de equipamentos e manutenção da infraestrutura, é possível afirmar que o modelo de casa de vegetação proposto apresenta viabilidade devido ao baixo custo da substituição dos equipamentos, bem como da manutenção da infraestrutura, desde que esta seja realizada de forma preventiva.

O baixo preço das instalações associado ao curto ciclo das plantas possibilita que haja significativa rotatividade na casa de vegetação a partir da comercialização da primeira safra. Esses fatores determinaram que ocorresse menores períodos de retorno de capital (PBT) e o valor presente líquido (VPL) obtido (Tabela 1 a 6) mostra uma relação sinérgica com os investimentos em estrutura de produção.

Quanto menor os valores investidos nas estruturas de produção, maior é a viabilidade do empreendimento. A explicação para esta situação é descrita por Anacleto e Negrelle (2015), que afirmam que muitos cultivos desenvolvidos no litoral do Paraná são resistentes e que as estruturas mais simples também atendem as demandas dessas culturas de forma similar aos outros casos avaliados, em que se previu maiores níveis de investimentos e estruturas de maior custo. Assim, uma vez que se apresenta menor custo com instalações, resulta-se em maiores índices de lucratividade e menor tempo de retorno do capital. Por esta condição, os resultados obtidos atestam que, em contexto geral, ocorre a viabilidade econômica para a construção de casa de vegetação de bambu para cultivo de verduras e ervas medicinais.

Os índices de lucratividade e o valor presente líquido apresentaram no financiamento da produção com recursos próprios melhor desempenho quando comparados com o financiamento bancário, mesmo o custo da estrutura de produção sendo reduzido. Porém, segundo Anacleto e Negrelle (2015), deve ser ressaltado que, diante da proeminente e generalizada descapitalização do produtor brasileiro, o financiamento da produção via instituições financeiras pode representar alternativa única ao desenvolvimento dos cultivos no litoral do Paraná, mesmo diante do baixo custo do capital necessário. Ainda segundo os autores, especialmente no Litoral, a fragilidade econômica e social dos produtores é perceptível. A concessão de empréstimos com juros baixos deve estar atrelada ao acompanhamento técnico que possa fornecer ao produtor apoio para conduzir corretamente o cultivo e a melhoria dos processos tecnológicos adaptados a sua realidade.

Assim, assumindo que a região litorânea é complexa porque deriva da cultura, da vocação, das tradições e dos sistemas produtivos e, da mesma forma que o saber é complexo, as respostas a essas demandas sociais, bem como a redução das assimetrias, somente podem

advir do que é complexo e, portanto, interdisciplinar. Isto é, aquilo que se considera além das vocações regionais estabelecidas, como o diálogo entre os saberes epistemológicos, teóricos e metodológicos na busca por soluções e respostas das demandas sociais aportadas naquilo que também é prático; no filosófico e no científico, como estratégias para responder aos desafios; e das respostas complexas que logram, enfim, o diálogo com uma região complexa que necessita desse saber científico. Finalmente, esse estudo considera que o desenvolvimento regional que se almeja parte de uma premissa de que o retalhamento disciplinar não consegue diagnosticar e tampouco estabelecer os limites e as consequências no momento presente e futuro da região litorânea.

Considerações finais

O modelo de casa de vegetação proposto apresenta viabilidade econômica a longo prazo, devido ao baixo custo da substituição dos equipamentos, bem como da manutenção da infraestrutura desde que esta seja realizada de forma preventiva.

O estudo revelou que existe uma relação sinérgica com os investimentos em estrutura de produção. Assim, quanto menor os valores investidos nas estruturas de produção, maior é a viabilidade do empreendimento. A explicação para esta situação é o fato de que muitos cultivos desenvolvidos no litoral do Paraná são resistentes e as estruturas de produção mais simples, mas também atendem as demandas dessas culturas de forma similar aos outros casos avaliados em que se previu maiores níveis de investimentos.

Após a análise, chega-se à conclusão de que existe a viabilidade econômica da construção da casa de vegetação de bambu utilizando-se de recursos financeiros oriundos de empréstimos bancários. Ainda que, na comparação da utilização de recursos financeiros próprios e recursos financeiros de terceiros, esse tenha um custo maior, devido ao pagamento de juros, deve-se levar em conta que se tratam de famílias que praticam a cultura de subsistência, ou seja, não dispõem de recursos financeiros próprios. O chamado autofinanciamento para investir na construção de bambu, desta forma, deve de fato ser considerado o empréstimo bancário com juros de baixo impacto para viabilizar a construção da casa de vegetação como forma de buscar aumentar sua renda familiar.

Os índices de lucratividade e o valor presente líquido apresentaram melhor desempenho no financiamento da produção com recursos próprios, quando comparado com o financiamento bancário. Mesmo que o custo da estrutura de produção seja reduzido, o financiamento da produção via instituições financeiras pode representar uma alternativa única ao desenvolvimento regional rural relacionado aos cultivos no litoral do Paraná, mesmo diante do baixo custo do capital necessário.

Assim, considerando que o desenvolvimento regional no litoral do Paraná é carente de novas formas de pensar a produção no campo, urge que proposições interdisciplinares envolvendo o econômico, social e ambiental sejam valorizados, como revela esse estudo. Além disso, é desejado que as múltiplas formas de pensar se ampliem e que a construção de um conhecimento interdisciplinar seja efetuada por ser uma condição essencial para a análise e resolução dos problemas da sociedade contemporânea e complexa.

A integração entre diferentes saberes na busca pelo pensar na mesma direção é capaz de dar respostas às demandas das comunidades, algo que, de forma isolada, os pesquisadores demorariam mais tempo para atingir os mesmos resultados. Este é o caso da região litorânea do Paraná. Os múltiplos olhares para a mesma situação convergem em uma ciência mais humanizada e útil para a sociedade e para o ambiente em que todos estamos inseridos.

Referências

ANACLETO, A.; FRANCO, L. S.; CABRAL, A. C. F. B. Profile and Behavior of Organic Products Consumer in Brazil. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 6, p. 415-421, 2019.

ANACLETO, A.; NEGRELLE, R. R. B. Viabilidade econômica do cultivo de bromélias no Estado do Paraná. **Capital Científico**, v. 13, n. 2, p. 75-95, 2015.

BANCO DO BRASIL. **Pronaf Agroindústria Investimento**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/investir-em-sua-atividade/pronaf-agroindustria-investimento>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

BARBOZA, A. S. R.; BARBIRATO, J. C. C.; SILVA, M. M. C. P. Avaliação do uso de bambu como material alternativo para a execução de habitação de interesse social. **Ambiente Construído**, v. 8, n. 1, p. 115-129, 2008.

CASAROTTO FILHO, N. **Elaboração de projetos Empresariais: Análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2009. 281p.

CAVALLET, L. E.; CANAVARI, M.; PEÇANHA, W. T.; OCCHI, T. V. T.; ROCHA, C. H. Conhecimento da população sobre produto orgânico na região litorânea do Paraná. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.8, n. 2, p. 62-74, 2013.

COSTA, E.; ESPÍRITO SANTO, T.L.; BATISTA, T. B.; CARVALHO C, T. M. R. Diferentes tipos de ambiente protegido e substratos na produção de pimenteiras. **Horticultura Brasileira**, v. 35, n. 3, p. 458-466, 2017.

FERREIRA, G. C. S.; WILLRICH, F. L.; FABRO, G. Vigas de concreto armado com bambu. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 9, n. 4, p. 652-659, 2005.

MANHÃES, A. P. **Caracterização da cadeia produtiva do bambu no Brasil: abordagem preliminar**. 2008. Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MARY, W; KENMOCHI, C. S.; COMETTI, N. N.; LEAL, P. M. Avaliação de estrutura de bambu como elemento construtivo para casa de vegetação. **Engenharia Agrícola**, v. 27, n. 1, p. 100-109, 2007.

MURARO, D.; NEGRELLE, R. R.; CUQUEL, F.L. Influência das instituições públicas no desenvolvimento do setor produtivo de plantas ornamentais no Paraná. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação - RAEI**, v. 1, n. 1, p. 32-38, 2019.

NUNES, A. R. S. **Construindo com a natureza. Bambu: uma alternativa de eco desenvolvimento**. 2005. 142p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe.

OLIVEIRA, A. M. D.; COSTA, E. R.; LIMA, L. Produção de mudas de melancia em diferentes ambientes e de frutos a campo. **Revista Ceres**, v. 62, n.1, p. 87-92, 2015.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Simple nacional**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em 10 de abril de 2018.

REIS, N. V. B.; BARATA, T. Q. F. Bamboo as Sustainable Material Used in Design and Civil Construction: Species, Management, Characterization and Applications. **Key Engineering Materials (Online)**, v. 634, p. 339-350, 2014.

ROSS, S.; WESTERFIELD W. R.; JAFFE, F. F. BRANDFORD. D. J. **Corporate finance**. 7 ed. Londres: McGraw-hill, 2007. 776p.

SILVA, B. A; A. R. da SILVA; L. G. Cultivo protegido: Em busca de mais eficiência produtiva. **Revista Hortifrúti Brasil**, ed. especial, p. 10-18, 2014

SILVA, J. C. B. V; LIMA, N.; OLIVEIRA, V. M. **Estufa Ecológica**: Uso do Bambu em Bioconstruções. Curitiba: CPRA, 2011.

TATIBANA, R. M; REIS, M. P. DOS; BIANCHI, G. Bambu como matéria-prima para construções sustentáveis. **Cidades Verdes**, v. 4, n. 10, 2016, p. 95-103.

9. ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR. ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E CUBA

Olga Alicia Gallardo Milanés

Introdução

A profunda crise civilizatória que a humanidade vive hoje é caracterizada pelo padrão colonial-moderno, que teve como dimensões constitutivas seu caráter antropocêntrico, patriarcal, classista e racista. O desenvolvimento já ultrapassou os limites da capacidade de suporte da Terra, visto que, hoje, todo o planeta enfrenta as consequências do colapso do clima. As dúvidas sobre sua realidade e gravidade foram deixadas para trás. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) afirma que o aquecimento no sistema climático é inequívoco. Desde a década de 1950, muitas das mudanças observadas não têm precedentes em décadas há milênios (LANDER, 2019).

Os riscos associados à variabilidade climática representam uma ameaça e um desafio para a sustentabilidade, devido ao aumento e intensidade dos fenômenos meteorológicos extremos. Os impactos afetarão mais fortemente aqueles que têm a menor capacidade de adaptação devido a suas deficiências técnicas e financeiras: os países pobres e os pobres dos países em desenvolvimento. A agricultura familiar é o segmento mais vulnerável da agricultura em relação às dificuldades econômicas, por ser pouco integrada aos mercados formais, por ser passível de intermediação, com restrições econômicas e socioculturais (como o escasso acesso a bens públicos, tecnologias, infraestrutura de irrigação, estradas, transporte, fontes de financiamento e recursos produtivos). Além desses fatores, também carece de mecanismos de gestão de risco diante das mudanças climáticas (GUZMÁN; SALCEDO, 2014).

Para Giddens (2010), o enfrentamento da questão climática é um dos desafios científicos e políticos deste século. Devemos estar cientes de que hoje temos o problema do clima, o que devemos ter em mente é que existem efeitos que já ocorreram, que a vulnerabilidade é alta, e que medidas urgentes precisam ser tomadas para reduzir essa vulnerabilidade. O que se pode fazer é aumentar a capacidade adaptativa e focar em medidas de enfrentamento às mudanças do clima (RODRÍGUEZ; MEZA, 2016).

A pesquisa problematiza o processo de adaptação às mudanças climáticas na agricultura familiar. Para estudar sobre adaptação, é preciso conhecer as vulnerabilidades para saber os pontos débeis que têm que ser superados para desenvolver capacidades adaptativas. Por isso, nesta pesquisa se faz um estudo sobre as vulnerabilidades na Cooperativa de Agricultura Familiar de Corumbataí do Sul (COAPROCOR) de Paraná, Brasil e a Cooperativa de Agricultura Familiar Atanagildo Cajigal de Holguín, Cuba.

O estudo foi realizado em 2017, como parte da pesquisa de pós-doutorado realizada no PPGSeD da Unespar, o qual parte de uma perspectiva interdisciplinar nas Ciências Sociais. Foram usados métodos e técnicas qualitativas e quantitativas, bem como realizou-se uma pesquisa bibliográfica que possibilitou a sua fundamentação teórica. As mudanças climáticas e seus impactos na agricultura familiar foram analisados e desenvolveu-se um estudo nas cooperativas da agricultura familiar COAPROCOR de Corumbatí do Sul no Paraná - Brasil e Atanagildo Cajigal de Holguín - Cuba, mediante seis entrevistas semiestruturadas com agricultores, entre eles o presidente da COAPROCOR e a agrônoma que fornece assistência técnica. Além disso, foi feito um questionário com 45 agricultores, como também, em Atanagildo Cajigal, foram realizadas entrevistas com o presidente da cooperativa e 5 agricultores, além de questionário a um contingente de 83 desses trabalhadores. Em ambas as cooperativas, foi realizada uma análise das dimensões econômica, social, ambiental e política, o que permitiu determinar suas vulnerabilidades e capacidades frente às mudanças climáticas.

Foi realizado um estudo comparativo entre a COAPROCOR e Atanagildo Cajigal, o qual avaliou os dados climáticos, a composição de ambas as organizações, as principais culturas, se receberam assessoria técnica ou não. Também foram comparadas as vulnerabilidades e capacidades das cooperativas, a fim de revelar semelhanças e diferenças, apesar de estarem localizadas em contextos muito diferentes. Assim, buscou-se trazer as características singulares de cada caso para mostrar como eles fazem parte do processo social estudado, o que coincide com Luzuriaga (2016), quando disse que os contrastes são considerados para aumentar a visibilidade e a transparência dos processos estudados.

Além disso, foram estudadas ações de adaptação colocadas em prática pelos produtores familiares, segundo as medidas propostas por Pellegrino, Assad & Marin, (2007); Rodríguez & Meza, (2016); Casimiro & Casimiro (2017). A observação científica foi feita a partir da visita às lavouras de alguns agricultores. O método comparativo é amplamente utilizado nas ciências sociais, apresentando-se como uma metodologia de grande utilidade.

Adaptação às mudanças climáticas na agricultura familiar no Brasil: desafio para as políticas públicas a nível local

No Brasil, um exemplo de adaptação ante às mudanças climáticas é o plano setorial para a agricultura. O Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), lançado em 2010 pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), adota o conceito do sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta desenvolvido pela EMBRAPA em colaboração com a FAO e o IICA, o qual consiste na combinação das atividades agroflorestais e pecuárias, promovendo a recuperação de pastagens degradadas. Este modelo, provavelmente inspirado nos princípios da agroecologia, pode ser considerado no âmbito das opções de financiamento público como um mecanismo de transição para uma agricultura adaptativa, baseado na lógica sistêmica de métodos mais eficientes de produtividade do solo. O plano ABC ainda não apresenta os resultados que deveria ter, pois os recursos federais se concentram principalmente na agricultura e na pecuária de grande porte, com fins comerciais, o que incentiva a monocultura e a pecuária extensiva (NEVES, CHANG; PIERRI, 2015). Tal fato é contraditório, pois o plano foi criado como medida de adaptação. No entanto, ao financiar a monocultura, contribuiu para a geração de gases de efeito estufa ao estimular a pecuária em larga escala.

A agricultura familiar constitui uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas, pois seu sistema de produção é mais sustentável pelas práticas que usa como a rotação das lavouras, proteção do solo por meio de cobertura vegetal com aumento substancial de matéria orgânica. A contribuição da agricultura familiar para a adaptação às mudanças climáticas é a conservação da agrobiodiversidade in situ, bem como as técnicas que são de baixo consumo de insumos, o que contribui para a mitigação dos gases de efeito estufa (MEZA, 2014).

A atividade agrícola em questão é vulnerável às mudanças climáticas, por sua fragilidade econômica, por isso necessita de políticas públicas, créditos, fontes de financiamento e assistência técnica para desenvolver e implementar a inovação. No Brasil, existem políticas públicas de apoio à agricultura familiar como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas não foram pensadas para a adaptação às mudanças climáticas, embora as ações que proporcionam possam contribuir.

O sistema de crédito rural do PRONAF oferece assistência financeira aos agricultores familiares cadastrados no sistema DAP (Cadastro de Pessoa Física), de acordo com os critérios estabelecidos na Lei 11.326. As atividades financiadas devem gerar recursos econômicos para o pagamento do crédito, além de gerar renda para as famílias rurais. São disponibilizados recursos para pessoas físicas e jurídicas para custear despesas e realizar investimentos. O

empréstimo do PRONAF é descentralizado e estabeleceu aliança com sindicatos, organizações públicas e privadas (MULLER; SÁNCHEZ, 2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 por meio do artigo 19 da Lei 10.696, e se trata de uma ação governamental que utiliza mecanismos de marketing para favorecer a aquisição direta de produtores familiares com o objetivo de agregar valor à sua produção e apoiar o programa Fome Zero. A Lei 12.512 de 2011 é um marco importante para sua implementação, pois está normalizando a compra de alimentos da agricultura familiar (CHIES; ROCHA, 2015). O PAA tem duas finalidades, uma delas é melhorar as condições de segurança alimentar das pessoas mais vulneráveis socialmente, por meio do acesso à alimentação de qualidade; o segundo objetivo é incentivar a produção da agricultura familiar, fazendo compras a preços compatíveis com o mercado (TANACA, 2012).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também contribui para garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Com a Lei 11.947 de 2009, foi institucionalizado um mercado para a agricultura familiar, prevendo o limite de no mínimo 30% dos recursos federais concedidos aos municípios para aquisição de alimentação para merenda escolar de alunos da rede pública de ensino. O PNAE representa um novo mercado para a agricultura familiar que movimenta nada menos que R \$ 900 milhões (GOMES, 2012).

Apesar da existência de PRONAF, PAA e PNAE, as políticas públicas e instrumentos de adaptação às mudanças climáticas no Brasil, tem barreiras vinculadas à falta de integração entre as políticas públicas e os projetos locais. A ação do país contra as mudanças climáticas se desenvolve de forma político-institucional e legislativa, com ênfase nas ações de mitigação e a adaptação tem uma posição marginal (RODRIGUEZ FILHO, LINDOSO, BURSZTYN, NASCIMENTO, 2016).

Com o objetivo de aprofundar as relações entre as políticas públicas de adaptação e as mudanças climáticas e sua contribuição para a agricultura familiar, investigou-se a existência de políticas públicas municipais de adaptação às mudanças climáticas no espaço local. Em sua entrevista, o gerente regional de EMATER em Campo Mourão, afirmou que não há políticas de adaptação às mudanças climáticas a nível local, mas que são desenvolvidas ações para o desenvolvimento sustentável que contribuem para essa finalidade. Na ocasião, foi explicado que as atividades são realizadas a partir de uma visão integral, considerando as três dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável.

Um dos maiores desafios da agricultura familiar para a adaptação às mudanças climáticas a nível local consiste no fato de que os governos municipais não promovem políticas públicas que protejam os produtores familiares dos impactos advindos das mudanças climáticas. O simples acesso ao crédito e a existência de características individuais e coletivas nos pequenos agricultores que favoreçam a adaptação, não são suficientes para reduzir vulnerabilidades e alcançar resiliência na agricultura familiar. A adaptação às mudanças climáticas deve ser administrada como um processo contínuo, não limitado a apenas preparar-se antes da iminência de um evento extremo; as ações têm que ser tomadas gradualmente para melhorar a capacidade de resiliência (VÁZQUEZ, 2017).

As mudanças climáticas passam a ser um exame final para as políticas públicas, estas devem superar a mera formalidade legal e resgatar a discussão do público, o que permite abrir um caminho possível para que os cidadãos possam fazer valer seus direitos e interesses coletivos (POSTIGIO et al., 2013). Assim, as políticas públicas de adaptação e mitigação devem seguir percorrendo um longo caminho na construção de um diálogo efetivo entre ciência, política e sociedade, buscando superar uma realidade onde há mais dificuldades e estratégias que não funcionam do que experiências exitosas (MAZZEO; JACOBI, 2016).

Os agricultores familiares do Brasil utilizam técnicas agroecológicas, o que favorece a adaptação ante as mudanças climáticas, porque a agroecologia busca principalmente conhecimentos e experiências acumuladas por meio de aprendizagens e ações participativas

que contribuam para a necessária transformação social, que gere modelos de produção de alimentos mais sustentáveis. A agroecologia, como movimento político, científico e cultural, enfrenta a desigualdade, a injustiça e a deterioração ambiental; assim, propõe a transição para um modo de vida mais sustentável a partir de uma mudança significativa na forma como os problemas são percebidos, definidos e resolvidos, a partir de uma perspectiva de sistemas abertos, em que problemas e soluções são gerenciados de forma holística (GASTÓN, AGUILERA, GONZÁLEZ, 2008).

Existem fatores que podem afetar a agricultura familiar como as relações de poder que, segundo Córdoba et al. (2017) desconhecem as múltiplas relações sociais, éticas e históricas das comunidades e seus territórios. As relações de poder se manifestam de várias formas, uma delas é o agronegócio que se impõe e ignora os pequenos produtores agroecológicos e os marginaliza das cadeias de comercialização, o que aprofunda sua vulnerabilidade econômica e diminui seus recursos para enfrentar as mudanças climáticas. Depois de fazer uma breve análise da adaptação às mudanças climáticas no Brasil, abordar-se-á a mesma questão em Cuba.

Adaptação às mudanças climáticas e agricultura familiar em Cuba

Entre as primeiras ações de adaptação no país está a Portaria nº 1/2005 do Vice-Presidente do Conselho de Defesa Nacional para o planejamento, organização e preparação do país para situações de desastre, que constituiu o início de um amplo programa de adaptação às mudanças climáticas e sua mitigação, denominado Programa Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas (PLANOS et al., 2012). A coordenação do Programa de Enfrentamento às Mudanças Climáticas é do Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (CITMA), responsável por garantir a dimensão ambiental nas ações setoriais e territoriais.

Dentre as medidas de adaptação para a agricultura em Cuba, são propostas aquelas que dizem respeito aos seguintes aspectos (RIVERO et al., 2012):

- Ciências do clima em função da agricultura;
- Regionalização das lavouras;
- Introdução de variedades resistentes às condições climáticas desfavoráveis;
- Aperfeiçoamento da tecnologia e disciplina tecnológica da produção agrícola.

Várias das medidas de adaptação estão contempladas nas estratégias nacionais de conservação e proteção dos recursos naturais, bem como na legislação em vigor a este respeito. A notável importância que o Estado cubano tem dado à proteção do meio ambiente facilita que muitas das medidas propostas em cada setor sejam adotadas e implementadas de forma racional e planejada (PLANOS et al., 2012).

A preocupação com as mudanças climáticas tem aumentado nos últimos anos, em decorrência dos diversos fenômenos meteorológicos que têm causado graves prejuízos à população do país. Em resposta ao seu enfrentamento, o Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas (Tarefa Vida) foi aprovado em abril de 2017 pelo Conselho de Ministros de Cuba e considerou a necessidade de salvar vidas e insiste na importância da preservação do meio ambiente para as gerações futuras (CASTRO; CEBEY, 2020).

Como resultado do estudo realizado em dez territórios agrícolas de Cuba durante os anos de 2009-2011, foram registradas 154 práticas de adaptação às mudanças climáticas que visavam mitigar a seca e que foram realizadas pelos produtores rurais. Tais feitos evidenciam uma maior atenção às formas viáveis para reduzir os efeitos das pragas e manter a umidade do solo (VÁSQUEZ et al., 2015). A adaptação é um processo complexo, as medidas adotadas devem estar inseridas em planos de desenvolvimento de curto, médio e longo prazo. A adaptação em Cuba torna-se mais complexa devido ao bloqueio econômico dos Estados Unidos, que limita a

disponibilidade de recursos para a adoção de medidas de adaptação, o que atrasa ou impede a introdução oportuna dos resultados das pesquisas e seu uso imediato na prática (PLANO, 2017).

A agricultura familiar em Cuba foi reforçada com os regulamentos relativos à entrega em usufruto de terras ociosas que pertencem ao Estado, através da implementação dos Decretos-Lei 259/2008, 300/2012 e 304/2012. No entanto, existem algumas deficiências, como o usufruto, que é concedido a título pessoal, e deveria ser a título familiar para estimular a incorporação e permanência de jovens no sector agrícola (CASIMIRO; CASIMIRO, 2017).

Os agricultores familiares cubanos implementam técnicas agroecológicas, que é uma das alternativas de adaptação às mudanças climáticas. Para isso, a produção vegetal e a animal são diversificadas, por meio da policultura, rotação e integração da pecuária; além disso, nutrientes e materiais orgânicos são reciclados, usando resíduos orgânicos provenientes de plantações ou excrementos de animais. A agroecologia como uma forma sustentável de entender a agricultura concentra-se na necessidade de aprender a viver em sistemas em mudança, portanto, em tempos de crise, colapso ou reorganização, a gestão deve se concentrar em construir resiliência (NICHOLLS; ALTIERI, 2017).

Porém, alguns produtores familiares cubanos, que conhecem as vantagens da agroecologia, não a colocam em prática devido ao limitado retorno financeiro imediato, o que não corresponde às características de sua economia. A isso se soma a escassez de mão de obra no campo, devido ao êxodo das novas gerações para as cidades, o que encarece consideravelmente a mão de obra (CASIMIRO, 2016).

A produção agroecológica da agricultura familiar deve ser favorecida com a adoção de políticas públicas. De acordo com Casimiro & Casimiro (2017) Cuba não possui um artigo específico em qualquer regulamento que promova o desenvolvimento da agroecologia entre os produtores familiares; porém, diversas regulamentações fazem a promoção de atividades em torno da proteção do meio ambiente, o que favorece o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica.

Segundo Casimiro & Casimiro (2017) em Cuba, a agricultura familiar pode contribuir para adaptação às mudanças climáticas se implementar as seguintes ações:

- Ativação de espaços ociosos e outros que não interessem à grande empresa agrícola;
- Economia na importação de alimentos e insumos químicos;
- Recuperação de solos degradados e conservação dos recursos naturais;
- Fortalecimento da cultura e identidade territorial;
- Nova tendência cultural baseada na resiliência socioecológica, no uso de recursos locais e fontes renováveis de energia;
- Criação de espaços de mercado alimentar e melhorias na qualidade da oferta;
- Redução dos preços dos alimentos nos mercados locais, devido à redução dos intermediários.

A adaptação às mudanças climáticas requer capacidades educacionais; segundo a FAO (2018), a educação formal ou informal é de extrema importância para o intercâmbio das inovações agroecológicas obtidas no processo de criação conjunta. Por exemplo, por mais de 30 anos, o movimento horizontal de “camponês a camponês” desempenhou um papel decisivo na troca de conhecimentos agroecológicos e estabeleceu relações entre centenas de milhares de produtores na América Latina.

O movimento agroecológico de camponês a camponês em Cuba visa divulgar as experiências e resultados dos produtores familiares. Esta forma de extensão utiliza metodologias que alcançaram reconhecimento social. Como parte da experiência citada, cerca de 50.000 pessoas participaram de oficinas agroecológicas camponesas realizadas em todo o

país em espaços onde vivem os pequenos agricultores, os que explicam suas experiências e as vantagens desse modo de produção (PAVÓN, 2014).

A agricultura familiar agroecológica precisa se consolidar no país, assim como as medidas de adaptação às mudanças climáticas. Concordamos com Casimiro & Casimiro (2017) ao expressar que os sítios devem ser administrados de forma holística, com opções tecnológicas válidas para cada contexto, os recursos que as famílias camponesas possuem em seu ambiente, incorporações de ações coletivas e participativas, além de melhorar seus padrões de vida e aumentar a biodiversidade, resiliência e eficiência.

Tanto em Cuba como no Brasil, a agricultura familiar contribui para a adaptação das mudanças climáticas através do uso de técnicas agroecológicas. A capacidade de grupos ou comunidades de se adaptarem a pressões sociais, políticas ou ambientais externas deve andar de mãos dadas com a resiliência ecológica. Para serem resilientes, as sociedades rurais devem demonstrar capacidade de amortecer choques com métodos agroecológicos adotados e disseminados por meio de auto-organização e ação coletiva (NICHOLLS; ALTIERI, 2017).

Agricultura familiar e mudanças climáticas. Estudo comparado entre as cooperativas COAPROCOR e Atanagildo Cajigal

As cooperativas tornam-se um espaço no qual os produtores podem trabalhar juntos, compartilhar riscos e solucionar problemas comuns, oferecendo estabilidade e segurança aos pequenos produtores, que lutam sozinhos para enfrentar um ambiente competitivo (ANDRADE; ALVES, 2013). Os benefícios da associação entre agricultores familiares é uma realidade tanto para os produtores que vivem no capitalismo quanto no socialismo, e assim, o estudo comparado mostra as semelhanças e as diferenças entre as duas organizações de agricultores familiares: COAPROCOR de Corumbataí do Sul em Brasil e Atanagildo Cajigal de Holguín em Cuba.

A associação dos produtores familiares de Corumbataí do Sul foi uma opção para melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores, aumentar sua produtividade e permanecer no campo. A busca pelo desenvolvimento associativo está diretamente ligada à necessidade de enfrentar os principais motivos que fazem com que os habitantes do campo migrem para as cidades; pode-se afirmar que a associação é uma alternativa para o combate à exclusão social (LEONELLO, 2010). Quanto aos pequenos agricultores de Atanagildo Cajigal, a associação estimulou a sua participação e, conseqüentemente, eles se fortaleceram por meio de processos democráticos e coletivos.

O clima é a principal fonte de risco na agricultura, desde o seu início como atividade humana, historicamente a origem desse risco tem sido a variabilidade originada em processos naturais internos ao sistema climático. A agricultura está intimamente ligada à base de recursos naturais, principalmente água, solo e biodiversidade, dos quais depende para seu desenvolvimento, portanto, os efeitos sobre esses recursos terão impacto direto no setor agrícola (CEPAL, 2011).

As comunidades onde estão localizadas ambas as cooperativas são pobres e as mudanças climáticas podem afetar negativamente as comunidades rurais, que, em geral, apresentam maiores índices de pobreza e desigualdade. Os efeitos das mudanças climáticas acentuarão e as produções poderão ser afetadas gradativamente, dependendo da época em que ocorrem os eventos meteorológicos extremos (LÓPEZ; HERNÁNDEZ, 2016).

Os cientistas preveem que as mudanças climáticas irão exacerbar ainda mais as vulnerabilidades que os camponeses experimentam como resultado da pobreza, a sensibilidade de suas localizações geográficas (área secas e inclinadas, etc.) e sua alta dependência dos recursos naturais (NICHOLLS; ARTIERI, 2017). Em coincidência com esses autores, é evidente que a localização geográfica das cooperativas estudadas está relacionada com as

vulnerabilidades que apresentam. A Figura 1 mostra a localização de COAPROCOR, situada no município de Corumbataí do Sul no Estado de Paraná, ao passo que Atanagildo Cajigal se encontra no município Holguín da província do mesmo nome.

Figura 1 - Localização das cooperativas COAPROCOR - Brasil e Atanagildo Cajigal - Cuba



Fonte: IBGE, 2010.



Fonte: Agenda 21 Holguín

As condições climáticas dessas cooperativas são diferentes; os trabalhadores de COAPROCOR manifestaram nas entrevistas que já foram afetados por secas e queda de pedras de gelo; enquanto os produtores do Atanagildo Cajigal expressaram que o que mais os afetou foi a seca. Segundo Nicholls & Artieri (2017), as ameaças incluem inundações em áreas baixas, maior frequência e gravidade das secas e temperaturas extremamente altas que podem limitar a produção vegetal e animal, afetando a segurança alimentar.

Em todos os cenários de emissões avaliados, as projeções indicam que a temperatura da superfície continuará aumentando ao longo do século XXI. É muito provável que as ondas de calor ocorram com mais frequência e durem mais, e os episódios de precipitação extrema sejam mais intensos e frequentes em muitas regiões. O oceano continuará a aquecer e acidificar, e o nível médio global do mar continuará a subir (IPCC, 2014).

As cooperativas estudadas são de diferentes sistemas socioeconômicos, a saber, o Socialismo e o Capitalismo, porém foram criadas para fins semelhantes. Em Cuba, as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCS) constituem uma forma simples de cooperação em que os camponeses mantêm a propriedade da terra e outros meios de produção, cujo objetivo fundamental é aproveitar de forma organizada o apoio do Estado e um melhor acesso aos mercados, bem como promover a cooperação entre os seus membros. No Brasil, há os mesmos objetivos e também uma melhor organização para enfrentar a agricultura empresarial ou patronal.

As cooperativas selecionadas para o estudo apresentam semelhanças e diferenças, conforme observado na Tabela 1, que são marcadas basicamente pelo contexto socioeconômico.

Tabela 1 - Informação geral das cooperativas

Cooperativas	Clima da região	Quantidade de sócios	Principais culturas	Entidades que prestam assistência técnica
COAPROCOR	Subtropical, com temperaturas	800 sócios de 11 municípios	Maracujá (Passifloraedulis). Abacaxi	Empresa de Assistência Técnica e

	entre 21 e 25 graus.		(Ananascomosus). Laranja (Citrus X sinensis).	Extensão Rural (EMATER) Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Universidade de São Paulo (USP)
Atanagildo Cajigal	Tropical úmido com temperatura média de 25 graus	162 sócios do município Holguín	Mandioca (Manihotesculenta) Abóbora (Cucurbitamáxima) Manga (Mangifera)	Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) Associação Cubana de Produção Animal (ACPA) Universidade de Holguín (UHO)

Fonte: Dados da pesquisa.

As diferenças climáticas das regiões onde as cooperativas estão localizadas são visíveis na Tabela 1. Em Cuba, os maiores riscos climáticos são a intensificação de fenômenos climáticos extremos, como secas e furacões, a variabilidade do regime hídrico e o aumento da temperatura mínima do ar. Deve-se considerar que a condição de ilha do país e sua configuração estreita provocam eventos climáticos extremos com frequência (SARDIÑAS, 2016). O presidente da cooperativa Atanagildo Cajigal, em entrevista, expressou que suas produções foram afetadas pela estiagem, reduzindo a colheita de viandas e hortaliças.

Enquanto os estudos no sul do Brasil, principalmente aqueles relacionados aos registros meteorológicos, apontam como resultado um aumento na temperatura média do ar e na intensidade das chuvas em curtos períodos, também enchentes e secas são episódios frequentes no cotidiano de muitas comunidades (MARTINS et al., 2010). A maioria dos produtores familiares da COAPROCOR entrevistados manifestou os efeitos do clima, atribuídos às mudanças climáticas.

Apesar das diferenças nas regiões climáticas, ambas as cooperativas estão ameaçadas por riscos climáticos como a seca, portanto, é importante que elas elaborem estratégias de adaptação. A adaptação precisa ser interpretada como um processo contínuo e não como uma ação única que termina em si mesma (OBERMAIER; ROSA, 2013).

Outra diferença entre as duas cooperativas é o número de associados, a COAPROCOR é bem maior, mas considerando a extensão territorial de Cuba e do Brasil, ambos estão em correspondência com as dimensões de seus países, já que o Brasil tem dimensões continentais e Cuba é uma pequena ilha do Caribe. As semelhanças entre as duas cooperativas residem no fato de produzirem frutas e diversificarem suas safras, além de contar com assessoria técnica de instituições especializadas.

Para estudar a adaptação às mudanças do clima na escala local, é importante realizar uma análise das vulnerabilidades econômicas, ambientais e sociais das cooperativas. A Tabela 2 mostra a apreciação efetuada no COAPROCOR e Atanagildo Cajigal. É necessário apontar que a vulnerabilidade está associada a fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais que estão intimamente ligados, influenciando-se mutuamente, apenas separados para estudo.

Tabela 2 - Vulnerabilidades das cooperativas

Cooperativa de Agricultura familiar	Vulnerabilidades Econômicas	Vulnerabilidades Sociais	Vulnerabilidades Ambientais	Vulnerabilidades Políticas
COAPROCOR	Afetações na produção devido às variações climáticas e à ocorrência de fenômenos extremos como chuvas abundantes ou secas. Flutuação de preços no mercado e competitividade com empresas patronais como a COAMO.	Desigualdades sociais associadas ao gênero e acesso a serviços básicos devido à baixa renda. Apenas 31,46% concluíram o 9º ano. Muito baixo acesso para mulheres, apenas 0,08% pertencem a lá cooperativa.	Dependência de recursos naturais frágeis ante as mudanças climáticas, como solo e água. Os impactos na agrobiodiversidade podem aumentar as doenças e a produtividade.	Falta de políticas municipais para a adaptação às mudanças climáticas com articulação com as políticas institucionais.
Atanagildo Cajigal	Diminuição da produção devido aos efeitos de eventos como a seca. Dificuldades para acessar os mercados estabelecidos. Economia precária que causa atrasos no pagamento das produções aos associados.	Dificuldades de acesso a serviços como telefonia e internet. Desigualdade de gênero apenas 10% dos associados são mulheres.	Recursos naturais frágeis ante as mudanças climáticas. Os impactos provocados pela agrobiodiversidade podem aumentar as doenças e a produtividade.	Não existem políticas municipais para adaptação às mudanças climáticas que se articulem com as institucionais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao realizar uma análise das vulnerabilidades pelas mudanças climáticas de ambas as cooperativas, pode-se perceber que as vulnerabilidades econômica e social são diferentes devido à influência do sistema socioeconômico dos dois países. A vulnerabilidade ambiental é semelhante, embora possa afetar a produção da cooperativa de diferentes formas. No entanto, as cooperativas são politicamente vulneráveis às mudanças climáticas, porque as políticas de adaptação local não foram elaboradas nos municípios em que estão inseridas, o que nos faz pensar que a não implementação de estratégias de adaptação às mudanças climáticas nos espaços locais não é só um problema do capitalismo; no socialismo também ocorre, as causas podem ser diversas, uma delas pode ser a invisibilidade das mudanças climáticas diante de outras emergências.

Os governos locais deveriam implementar os planos nacionais de adaptação às mudanças climáticas em nível local, incluindo medidas concretas para a agricultura. A adaptação às mudanças climáticas é essencial para qualquer esforço voltado para a segurança alimentar e a gestão sustentável dos recursos naturais, em busca do desenvolvimento sustentável (MEZA, 2014). As cooperativas estudadas possuem capacidades que, quando aproveitadas, podem ser utilizadas para reduzir vulnerabilidades e empreender estratégias de

adaptação frente às mudanças climáticas. A Tabela 3 mostra as capacidades da COAPROCOR e de Atanagildo Cajigal.

Tabela 3 - Capacidades das cooperativas estudadas

Cooperativa de Agricultura familiar	Capacidades Econômicas	Capacidades Sociais	Capacidades Ambientais	Capacidades Políticas
COAPROCOR	Aumento de suas produções nos últimos anos e agregação de valor por meio da indústria que produz polpas de frutas. Produtos inseridos no mercado nacional e internacional. Têm acesso a créditos como o PRONAF.	Têm conseguido melhorar a inclusão social dos cooperados. Apoio necessário às produções, o que garante uma qualidade de vida superior e permanência no meio rural.	A utilização de algumas práticas agroecológicas que contribuem para a proteção dos recursos naturais como diversificação de culturas, proteção do solo, redução do uso de produtos químicos.	Institucionalidade para os produtores familiares que têm representado maior participação e exercício de seus direitos de cidadania.
Atanagildo Cajigal	Aproveitamento de créditos para aumento da produção e compra de insumos Organopônicos para a comercialização de hortaliças frescas de alta demanda.	Amplo acesso aos serviços sociais e nível educacional adequado de seus associados, em meia 9 ° grau.	Receberam preparação ambiental e usam algumas práticas agroecológicas como diversificação das culturas e uso de biofertilizantes.	Ampla participação nas decisões da cooperativa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser visto na tabela, as duas cooperativas têm capacidade para construir estratégias de adaptação que reduzam as vulnerabilidades ante às mudanças climáticas. Assim, concordamos com Marques, Silva & Hanisch, (2013) em afirmar que seria prudente trabalhar com estratégias de adaptação que possam reduzir vulnerabilidades e aumentar a resiliência, principalmente dos produtores familiares.

Foi indagado, através das entrevistas, quais eram as estratégias de adaptação às mudanças climáticas que as cooperativas estavam executando. Os presidentes dessas organizações expressaram que não possuíam estratégias de adaptação às mudanças climáticas. As mudanças climáticas ainda não parecem fazer parte das agendas estratégicas das organizações, apesar da existência de diversos estudos que avaliam os impactos das mudanças climáticas e da crescente preocupação com o tema (CONKE; SELEME, 2009).

Os presidentes das cooperativas expressaram a inexistência de estratégias de adaptação, porém os produtores familiares de ambas as instituições nos contaram algumas ações que realizam para proteger suas lavouras dos impactos provocados pelas mudanças climáticas. Na Tabela 4 aparecem as ações colocadas por eles e comparadas com aquelas expressadas por Pellegrino, Assad & Marin, (2007); Rodríguez e Meza, (2016); Casimiro & Casimiro (2017).

Tabela 4 - Análise das medidas de adaptação ante as mudanças climáticas em ambas as cooperativas

Medidas ou estratégias de adaptação às mudanças climáticas segundo Pellegrino, Assad & Marin, (2007); Rodríguez e Meza, (2016); Casimiro & Casimiro (2017).	Análise das utilizadas pelos produtores familiares da COAPROCOR	Análise das utilizadas pelos produtores familiares da Atanagildo Cajigal
Acesso a crédito e mercados	Usam o sistema de créditos de PRONAF. Conseguem comercializam seus produtos no mercado nacional e internacional.	Usam créditos fornecidos pelo Estado. Só comercializam nos mercados locais.
Uso de técnicas agroecológicas	Têm diversificadas suas culturas. Fazem distribuição das culturas alternado a época de suas colheitas	Também têm diversificadas suas culturas e fazem distribuição das culturas alternando a época de suas colheitas.
Introdução de culturas mais resistentes	Fizeram a substituição do cultivo do café pelo do maracujá, por adaptar-se melhor.	Usam variedades mais resistentes de mandioca.
Medidas para conservação de água	Não fazem	Não fazem
Uso de métodos alternativos, como cobertura de cultivos, entre outros	Introduziram uma nova metodologia de cultivo do Maracujá para eliminar o vírus que atacava as produções com a assessoria de instituições técnicas.	Usam a cobertura de cultivos no organopônico para proteger os vegetais de altas temperaturas.
Inovação social.	Não fazem.	Não fazem.
Uso de biotecnologia e genética para o desenvolvimento de novas variedades mais resistentes.	Não se referiram.	Não se referiram.
Desenho de estratégias de adaptação para reduzir vulnerabilidades às mudanças climáticas.	Não têm estratégias de adaptação ante às mudanças climáticas.	Não têm estratégias de adaptação ante às mudanças climáticas.
Capacitação sobre os impactos das mudanças climáticas e o desenho de estratégias adaptativas.	A capacitação recebida pela EMATER tem sido basicamente voltada para a proteção ambiental e métodos de cultivo mais eficientes.	A capacitação recebida pela ANAP tem como objetivo o aprimoramento das lavouras com técnicas sustentáveis, não está incluída a questão das mudanças climáticas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao realizar uma análise qualitativa do uso das medidas de adaptação em ambas as cooperativas, revela-se na tabela que as duas cooperativas têm um comportamento semelhante: só aproveitam da melhor forma a diversificação das produções e o escalonamento das colheitas. Entre as medidas de adaptação que adotam parcialmente, está o acesso ao crédito, pois o que utilizam não garantem a segurança econômica diante dos impactos das mudanças climáticas. Também têm buscado métodos alternativos para agregar valor às suas produções, como a mini-indústria para a produção de polpas de frutas da COAPROCOR e a criação do organopônico para a venda de produtos frescos e orgânicos de Atanagildo Cajigal.

As cooperativas estudadas não estão capacitadas para construir estratégias de adaptação ante às mudanças climáticas. As cooperativas de Cuba e Brasil enfrentam o desafio de reduzir as vulnerabilidades às mudanças climáticas por meio do desenho de estratégias de adaptação que ajudem a melhorar sua resiliência e contribuam para o desenvolvimento sustentável. Necessita-se do empoderamento de atores locais que possam promover tecnologias sociais para serem utilizadas no desenvolvimento de estratégias de adaptação frente às mudanças climáticas (MARTINS et al., 2010).

Considerações finais

A adaptação às mudanças climáticas está sendo estudada a partir das ciências sociais de forma integral, com uma visão da complexidade, então esse processo tem que ser abordado desde uma perspectiva interdisciplinar e interinstitucional, pois a sociedade do século XXI necessita redescobrir a adaptação. Para isso, é preciso adaptar as práticas humanas às limitações de recursos que o meio ambiente oferece e encontrar diferentes formas de conciliar o desenvolvimento com a necessidade urgente de conservar os recursos naturais.

A agricultura familiar pode ser considerada uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas, já que é realizada de forma mais sustentável, pois faz uso de técnicas agroecológicas e o baixo consumo está inserido nos mercados locais contribuindo para a segurança alimentar. Também favorece o desenvolvimento rural sustentável, pois garante a permanência dos agricultores no meio rural, o que possibilita a revitalização da economia local e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares.

Em Cuba e no Brasil, existem políticas de adaptação às mudanças climáticas, no entanto, não são específicas para os espaços locais, não têm como objetivo a proteção direta da agricultura familiar. Observa-se pouca articulação dos atores com capacidade criativa de transformação; as ações realizadas no meio rural ainda são insuficientes devido aos efeitos da variabilidade climática e não há visão entre os diferentes atores para considerar informações sobre o clima nas estratégias de desenvolvimento.

As cooperativas da agricultura familiar COAPROCOR e Atanagildo Cagigal não possuem estratégias institucionais de adaptação às mudanças climáticas, apesar de possuírem capacidade econômica, social, política e ambiental para concebê-las. A adaptação às mudanças climáticas deve ser realizada no dia a dia dos cooperados, o que inclui considerar os custos ambientais na economia familiar, significa também mudar as relações socioculturais com o meio natural.

As estratégias de adaptação às mudanças climáticas mencionadas pelos produtores familiares podem ser consideradas emergenciais e sem visão de futuro porque constituem respostas aos problemas enfrentados com as lavouras e não atendem às possíveis afetações que podem acontecer pelo efeito das mudanças climáticas. É importante destacar que ter expressado algumas ações como estratégias de adaptação é um primeiro passo, pois percebem que as mudanças climáticas os afetam e que é necessário desenvolver algumas estratégias para enfrentá-las.

O estudo comparativo mostrou que, apesar das diferenças entre Cuba e Brasil, os dois países apresentam elementos comuns em relação à adaptação às mudanças climáticas, como fragilidades na implementação e operação de políticas e estratégias de adaptação às mudanças climáticas em escala local. A não implementação de estratégias locais pode colocar em risco a produção da agricultura familiar e afetar a segurança alimentar.

Em ambos os países, a agricultura familiar agroecológica precisa se consolidar, porque o uso de técnicas agroecológicas é limitado, faltam soluções integrais e de longo prazo para otimizar as interações entre plantas, animais, seres humanos e o meio ambiente. As medidas de adaptação às mudanças climáticas ainda são poucas, é preciso enfrentar a seca que se agravou

nos últimos anos, além de deter o processo de degradação dos solos e deterioração dos meios de subsistência dos produtores.

Referências

ANDRADE, M.; ALVEZ, D. Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

CASIMIRO, L. Necesidad de una transición agroecológica en Cuba, retos y perspectivas. **Revista Pastos y Forrajes**, v. 39, n. 3, p. 81-91, julio/sept, 2016.

CASIMIRO, L; CASIMIRO, J. Agricultura familiar a pequeña escala en la agricultura cubana. **Revista Temas**, n. 89-90, p. 56-66, 2017.

CASTRO, G.; CEBEY, J. Concepción comunitaria de la educación ambiental para el enfrentamiento y adaptación al cambio climático. **Ambiente & Educação**. v. 25, n. 1, p. 69-89, 2020.

CEPAL. **Agricultura y cambio climático: instituciones políticas e innovación**. Santiago de Chile: CEPAL, 2011.

CONKE, L; SELEME, A. Os impactos das mudanças climáticas: A opinião da indústria de Soja do Paraná. **XVI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Belo Horizonte, 22-25 setembro, 2009.

CÓRDOBA, C. A.; et al. Resiliencia de pequeños caficultores, desde el enfoque de las interacciones ecosistema – cultura. In: NICHOLLS, C I; ARTIERI, M. (ed.), **Nuevos caminos para reforzar la resiliencia agroecológica al cambio climático**. Berkeley, California: SOCLA, REDAGRES, p. 18-31, 2017.

CHIES, C; ROCHA, M. Agricultura familiar e as políticas públicas: avaliação dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste de PR. **Revista Percursos**, v. 7, n. 1, p. 27-54, 2015.

FAO (Organización de Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura). Los 10 elementos de la agroecología. Guía para la transmisión de sistemas alimentarios y agrícolas sostenibles, 2018. Disponible en: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/I9037ES>. Acceso en: 7 feb. 2019.

GASTÓN, J.; AGUILERA, L. I.; GONZÁLEZ, C. E. Agroecología y Sustentabilidad. **Convergencias Revista de Ciencias Sociales**, n. 46, p. 51-87, 2008.

GOMES, R. M. Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: reflexões no contexto das políticas públicas sociais. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 288p, 2012.

GUIDDENS, A. **A política das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GUZMÁN, L.; SALCEDO, S. Marco teórico de la institucionalidad para la agricultura familiar. In: SALCEDO, S.; GUZMÁN, L. **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe. Recomendaciones de política**. Santiago de Chile: FAO, p. 409-422, 2014.

IPCC. **Quinto reporte de evaluación del Panel Intergubernamental sobre Cambio Climático**. Resumen Ejecutivo. Alianza Clima Desarrollo, 2014.

LANDER, E. **Crisis civilizatoria. Experiencias de los gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana**. Guadalajara: Universidad Guadalajara-CLACSO, 2019.

LEONELLO, J. C. O associativismo como alternativo de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 145p, 2010.

LÓPEZ, A.; HERNÁNDEZ, D. Cambio Climático y Agricultura una revisión de la literatura con énfasis en América Latina. Revista **El trimestre económico**, v. 4, n. 332, p. 459-496, octubre-diciembre 2016.

LUZURIAGA, M. J. Aportes de los estudios comparativos para la comprensión de las políticas y sistemas de salud en países de América Latina. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 55-62, jan./mar. 2016.

MARTINS, R.; et al. Mudanças climáticas e vulnerabilidade na agricultura: desafios para desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 17, setembro 2010.

MARQUES, A; SILVA, J.C.; HANISCH, A.L. Mudanças Climáticas: Impactos, riscos e vulnerabilidades na agricultura. **Revista Estudos Vale do Iguaçu**, v. 1, n. 21, p. 93-116, jan/jun, 2013.

MAZZEO, N.; JACOBI, P. R. Construcción del diálogo ciencia- política en análisis y la gestión del cambio climático. In: RYAN, D; GORFINKIEL, D (coord). **Toma de decisiones y cambio climático: acercando la ciencia y la política en América Latina**. Montevideo: UNESCO, 2016.

MEZA, L. La agricultura familiar y el cambio climático. In: SALCEDO, S; GUZMAN, L. **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política**. Santiago de Chile: FAO, p. 79-100, 2014.

MULLER, L.; SANCHES, A. El desarrollo de políticas públicas para fortalecer la agricultura familiar: La experiencia de Brasil. In: SALCEDO, S; GUZMAN, L. **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política**. Santiago de Chile: FAO, p. 423-444, 2014.

NEVES, F.; CHANG, M.; PIERRI, N. As estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas expressas nas políticas públicas federais do Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, p. 5-23, ago. 2015.

NICHOLLS, C. I.; ARTIERI, M. Enfrentando el cambio climático: estrategias agroecológicas para la agricultura campesina. In: NICHOLLS, C. I.; ARTIERI, M. (ed.). **Nuevos caminos**

para reforzar la resiliencia agroecológica al cambio climático. Berkeley, California: SOCLA, REDAGRES, p. 4-11, 2017.

OBERMAIER, M.; ROSA, L. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. **Revista Estudos Avançados**, v. 27, n. 78, p. 155-176, 2013.

PAVÓN, M. Extensionismo en Cuba: estudios de caso. **Cultivos Tropicales**. v. 35, n. 1, p. 5-10, 2014.

PELLEGRINO, G.; ASSAD, E.; MARIN, F. Mudanças climáticas globais e agricultura familiar no Brasil. **Revista Multiciência**, edição n. 8, 2007.

PLANOS, E.; et al. **Impacto del Cambio Climático y Medidas de Adaptación en Cuba.** La Habana: PNUD, 2012.

_____. Cambio climático y medio ambiente en Cuba. Formulación de políticas y medidas de adaptación para el bienestar humano y funcionamiento de la sociedad. *Revista Cubana de Ciencias Sociales*. n. 46, p. 113-12, 2017.

POSTIGO, J. C.; et al. **Cambios climáticos, movimientos sociales y políticas públicas. Una vinculación necesaria.** Santiago de Chile: ICAL, 2013.

RIVERO, R. E.; et al. Agricultura y Silvicultura. In PLANOS, E.O; et al. **Impacto del Cambio Climático y Medidas de Adaptación en Cuba.** La Habana: PNUD, 2012.

RODRÍGUEZ FILHO, S.; LINDOSO, D.; BURSZTYN, M.; Nascimento, C. O clima em transe: Políticas de mitigação e adaptação no Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 19, n. 12, p. 74-90, jul/dez 2016.

RODRÍGUEZ, A.; MEZA, L. **Agrobiodiversidad, agricultura familiar y cambio climático.** Santiago de Chile: CEPAL, 2016.

SARDIÑAS, O. Cuba: Políticas públicas y adaptación al cambio climático en la agricultura familiar. **V Congreso de Geografía Tropical, Convención Trópico**, La Habana, junio, 2016.

TANACA, E. **Proposta de modelo de avaliação de fornecedores do programa de aquisição de alimentos do município de São Carlos.** Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 107p, 2012.

VÁZQUEZ, L.; et al. Vulnerabilidad a la sequía y prácticas adaptativas innovadas en territorios agrícolas de Cuba. **Revista agricultura Orgánica**, v. 21, n. 3, p. 26-34. 2015.

VÁZQUEZ, L. Funciones de resiliencia: Base para la gestión agroecológica de sistemas de producción agropecuaria expuestos a sequía. In: NICHOLLS, C. I.; ARTIERI, M. (Ed.). **Nuevos caminos para reforzar la resiliencia agroecológica al cambio climático.** Berkeley, California: SOCLA, REDAGRES, p. 78-85, 2017.

**PARTE III – POLÍTICA, CULTURA E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS
TRANSVERSAIS**

10. REVISITING CAMPUS CULTURES: INTERDISCIPLINARY INSTITUTIONALIZATION, INTERCULTURALITY, AND COMMUNITIES

Bianca Vienni Baptista

Introduction

The challenges of interdisciplinary knowledge production have been analyzed from multiple perspectives and approaches for almost fifty years (HOLLEY, 2009; KLEIN, 2010, 2016; KLEIN, FALK-KRZESINSKI, 2017; LYALL et al., 2015; SÁ, 2008; VIENNI BAPTISTA et al., 2018; among others). Despite these challenges, the volume of interdisciplinarity (ID) has also increased since Julie Thompson Klein pulished her study entitled “Interdisciplinarity. History, Theory and Practice” (KLEIN, 1990). In addition, the heterogeneity and scope of collaborations among disciplines have increased (LEDFORD, 2015). Signs of change are visible as some universities begin to perform structural transformations that institutionalize concepts and practices of interdisciplinary research. Examples of those universities will be analyzed in this article and can be tracked either in Latin America and in Europe. However, there is no universal generic or ready-made model to guide these changes (GÖRANNSON et al., 2009a).

The topic of institutionalization has become more prominent in the relevant literature in recent decades. This article addressess two questions from an inter-regional perspective: (i) What are the challenges interdisciplinary knowledge production has to face to be institutionalized and thereby to build academic cultures and communities?, and (ii) How might we generate a more profound understanding of the political, cultural and educational dimensions regarding what interdisciplinarity implies, and what is the best way to institutionalize it in Latin American contexts?

To answer these questions, I apply and try to extend the concept of campus cultures to analyze the institutionalization of interdisciplinarity in some universities in Latin America. I will examine heterogeneous interdisciplinary practices in order to re-visit and extend Klein's theoretical approach to campus cultures; as a means of promoting future dialogues on how to institutionalize interdisciplinarity knowledge production in different settings.

The approach proposed to this problem by Julie Thompson Klein initiated a stream of research to address challenges of interdisciplinary institutionalization, and how to study it. Her book entitled *Interdisciplinary Campus Cultures* (KLEIN, 2010) has encouraged those of us following in her footsteps to take a multidimensional approach to the problem of interdisciplinary institutionalization. Klein open a new perspective on the problem of interdisciplinary institutionalization by including the historical, epistemological, cultural, and political dimensions into her study.

Inspired by Klein's concept of campus cultures, I propose investigating the challenges of interdisciplinary knowledge production, focusing on processes of institutionalization, cultural transformations, and the characteristics of communities that emerge from such processes. The findings that are presented here are part of the study entitled “Challenges of inter- and transdisciplinary knowledge production: institutions, cultures and communities”. It integrates three core concepts (institutions, cultures, and communities) with two cross-cutting axes (epistemic living spaces (FELT, 2010) and interculturality (GARCÍA CANCLINI, 2004) which are taken as main tools for the empirical analysis.

This article aims to examine, and to extend Klein's contribution on concept of campus cultures by applying her conceptual framework for change to a set of universities that are fostering interdisciplinary centers in different Latin American countries. I provide empirical examples from several Latin American universities to link the concept of campus cultures with

the new dimensions that I propose. These are: (i) Universidad de la República (Uruguay), (ii) Universidad de Buenos Aires (Argentina), (iii) Universidad Nacional Autónoma de México (Mexico), and (iv) Universidad de Costa Rica (Costa Rica).

Addressing institutional requirements with regard to interdisciplinarity is a challenge that is currently being discussed worldwide (BORSZTYN, 2004, 2005; BORSZTYN et al., 2016; DONINA et al., 2017; GÖRANSSON et al., 2009b; SÁ, 2008; SENEJKO; VERSINO, 2015; 2018; VASEN; VIENNI BAPTISTA, 2017; VIENNI BAPTISTA; SIMINI, 2018; VIENNI BAPTISTA et al., 2018; among others). The transformation from a disciplinary-based organization of universities towards problem- and phenomenon-oriented institutions, involves a wide spectrum of aspects related to practices in research and learning. They range from legal matters and institutional conflicts to questions of personal and professional identity in epistemic cultures and communities.

The intention of this article is to legitimate the relevance of a systematic and informed approach to interdisciplinary institutionalization (KLEIN, 2016) that combines the analysis of academic literature with empirical data. From my perspective, this is an urgent call as many universities are facing the challenge of including more interdisciplinary practices into their research and teaching practices, but still do not have a clear understanding of how to develop this. The systematic study and comparison of different approaches to interdisciplinary institutionalization can contribute to fill this gap and to provide examples of best practices to perform processes of ID institutionalization. Based on Klein's contribution to the field, the concept of campus cultures constitutes a guideline for this challenge to be addressed.

This article is organized as follows. First, the concept of campus cultures is examined according to Julie Thompson Klein. Then, I contextualize the concept of campus cultures in Latin America and the problem this represents. Next, comes the analysis of the concept of campus cultures and the dimensions I propose to add to it in light of the current discussions on institutionalization processes involving interdisciplinarity. Lastly, I will draw conclusions that build on the results of the work being done in this area.

Examining the Concept of Campus Cultures

A major problem, illustrated by numerous authors (LEDGORD, 2015; LYALL et al., 2015; to name a few) and special reports (DARBELLAY et al., 2017; DEUTSCHE FORSCHUNGSGEMEINSCHAFT, 2016; among others), is that interdisciplinarity is still not mainstream. It is still rarely supported by funders of academic research in some countries despite the increasing number of calls for interdisciplinary projects. It is still rarely taught in higher education curricula, and it is still not as worthy of institutionalization by many academic institutions in different countries.

It is a tall order for those who would do so not to delay with this barrage of constraints for interdisciplinary development, and it is clear that the capacity of some universities to respond to them is yet not sufficient. In the Latin American context (VIENNI BAPTISTA, 2016a), some universities are trying to reverse this situation by considering that social demands can also be better addressed if interdisciplinarity has a space in research and teaching programs. How might we overcome these barriers to the institutionalization processes of ID?

New models are being proposed to guide the evolution of universities, such as triple helix models involving private-public partnerships, entrepreneurial or specialized universities, large-scale excellence-driven environments and the concept of developmental universities more in tune with supporting the social and economic development of a country (Göransson, et al., 2009a and b). However, there is no universal generic or ready-made model to guide these changes that need to take place.

Institutionalization of interdisciplinarity has been studied since the 1960s when the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) organized the first seminar in Nice to specifically discuss the issue of interdisciplinarity in its various forms at universities (APOSTEL et al., 1972). The report that resulted from the seminar forecasted an increasing interest in ID and predicted the complexity of research contexts and problems that require a greater institutional synergy to tackle them. Since then, there have been an increasing number of studies analyzing the challenges of interdisciplinarity at epistemological, conceptual, and sociological levels (AUGSBURG; HENRY, 2009; CARUSO; ROTHEN, 2001; HOLLEY, 2009; KLEIN, 2010; LATTUCA, 2001; ROTHEN, 2004; SÁ, 2007; 2008; WEINGART, 2014; among others). Some authors still believe that one of the limitations of plaguing the academic community working on this issue in Europe and the United States failure to consider the organizational arrangements of Higher Education institutions and the culture involved (AUGSBURG; HENRY, 2009; HOLLEY, 2009; KLEIN, 2010; KLEIN; FALK-KRZESINSKI, 2017; SÁ, 2008). A similar problem can be identified in studies analyzing institutional contexts of ID work in Latin America.

The aforementioned studies have confirmed that administrators, in particular, value the organizational flexibility to respond to new needs, offer new fields and forms of education, attract faculty in new areas and forge new partnerships with government, industry and the community, among others. According to Klein (2010), some administrators have observed a gap between the rhetoric of endorsement and the realities of campus life. This means that the intention to engage in interdisciplinary practices and to apply interdisciplinary policies does not always accompany the reality “lived” and “enacted” (DOUGLAS, 1979) in university campus.

Sá (2007, 2008) registered such gaps when taking research-intensive universities as case studies. The main feature he considered was a lack of comprehensive studies and data on relevant research structures, programs, and funding outcomes.

For the U.S. context, the work of Klein (2010) on campus cultures has helped to fill this gap and provided useful guides and recommendations on how to solve the problem of ID institutionalization. She adopts a definition of ID based on the ones developed by the National Academy of Sciences (NAS) report (National Academy of Sciences, 2004) and the Handbook of the Undergraduate Curriculum (GAFF; RATCLIFF, 1997 apud KLEIN, 2010). Klein considers that interdisciplinary research and interdisciplinary studies (IDS) integrate content, data, methods, tools, concepts, and theories from two or more disciplines or bodies of specialized knowledge in order to advance fundamental understanding, answer questions, address complex issues and broad themes, and solve problems that are too broad for a single approach (KLEIN, 2010; NEWELL, 2001).

The book deepens the conceptual framework on ID and broadens the pragmatic strategies for developing a systemic approach to creating campus cultures conducive to interdisciplinary research and education. One strategy is mapping the interdisciplinary initiatives developed at the institution.

Klein considers that no previous studies coped with the topic of ID institutionalization taking into consideration several dimensions (organizational, political, epistemological, cultural, among others) and levels (micro, meso and macro). For that reason, previous attempts to study ID institutionalization processes contained weak arguments for change, plans were underdeveloped, activities and interests were underidentified, and resources were not leveraged to greater effect. This situation caused that best practices are not incorporated, barriers are not coped with, and outcomes are limited to marginal efforts that cannot be sustained (KLEIN, 2010).

The underlying premise is that ID is a pluralistic idea. It is embodied in a heterogeneity of forms and practices that are changing the way we think about knowledge and education. They range from informal networks and communities of practice, where like-minded

individuals create alternative social and cognitive space, to new and emerging fields (KLEIN, 2010). The portfolio of strategies Klein has developed, presents current lessons of practice, based on literature review and field experience. This constitutes its most relevant feature, as it is applicable to several contexts and institutions in different countries. One of the common features of ID when being studied in Latin America, is that many problems and difficulties are shared with those encountered in European countries and in the U.S. (VIENNI BAPTISTA, 2016a). Common understandings of the difficulties and obstacles to develop and to institutionalize ID, can open new spaces for discussions on how to systematize best practices and successful initiatives to be replicated (VIENNI BAPTISTA, 2016a).

Klein (2010) also applies benchmarking as a means to achieve her systemic approach to ID institutionalization:

C. Jackson Grayson (1998) defines benchmarking as a form of action learning that is extended through direct observations, site visits, participation, and interactions aimed at learning tacit knowledge, culture, and structure. It is a process of identifying, learning about, adapting, and implementing outstanding practices from other organizations in order to help a given organization improve its own performance. This book guides the process for improving interdisciplinary performance (KLEIN, 2010, p. 9).

Based on benchmarking, Klein defined the process of ID institutionalization as a multidimensional process. Her study reveals that several dimensions are at play when administrators and university authorities try to establish interdisciplinary programs in research and teaching. Researchers and students are also implied in this process. They are asked to develop new questions that address the multiple complex issues involved in the resolution of complex problems. Faculty, according to Klein (2010), acknowledge that ID allows them to develop the ability to pursue new intellectual questions, work in new areas of teaching and research, counterbalance the isolation of specialization, and respond to societal problems. These actions should also be included as part of universities policies if institutions are to foster ID in their research and teaching programs.

The concept of campus cultures is two-fold. On the one hand, the concept contains the term “campus” as space where interdisciplinarity is developed. Klein has taken special care to analyze the critical relevance such space has to the consolidation of inter- and transdisciplinarity (KLEIN, 2017). Klein describes “white space” (2010) as a place where new dynamics help to achieve the collaboration of different disciplines, involving areas of knowledge but also actors. In Klein’s analysis, the white space may function at different levels. It can be conceptualized as a department, institute; or as a whole university.

The second dimension of the concept is culture. Klein has discussed how culture's role in interdisciplinary research is constitutive of the understanding of our reality and of the problems we study. In her books (KLEIN, 1996, 2005, 2010), Klein considers culture as a crosscutting issue in interdisciplinary knowledge production. When elaborating on the concept of campus cultures in particular (2010), she adds a new level of analysis when she combines the spatial dimension of the campus with the symbolic dimension of culture and cultures. The plural here is not to be underestimated as a substantive indicator that different cultures can live together in a single defined space. In the next section, I relate the plurality of the term “culture” with the concept of interculturality (GARCÍA CANCLINI, 1994).

When examining campus cultures in an institution, a researcher needs to understand the heterogeneous levels of interaction among (i) the organizational structure and administration, (ii) the procedures and policies, (iii) the resources and infrastructure, and (iv) recognitions, rewards, and incentives (KLEIN, 2010). These four aspects help organize the strategies that are to be developed to foster campus cultures supportive of ID at universities. Within them can be

found the barriers to be overcome when campuses are trying to create an interdisciplinary environment. The systematic approach to this subject applied by Klein in her 2010 study pursues an empirical analysis of the state of institutionalization and a normative understanding of ID and the obstacles that these kinds of work still face nowadays.

Klein has analyzed a range of institutions around the world, aiming to provide an overall understanding of work in ID and TD in different contexts. The dimensions the author elaborated on are related not only to concrete material and political aspects that allow ID to be developed in an institution but also to cognitive and emotional perceptions of practising ID. Klein (2016) considers:

Comparison across Latin America is also complicated by different terms for interdisciplinarity in authors' languages and, even in the same tongue, differing contexts and purposes. The political organization of education in a particular country is an added factor, as well as different intellectual histories and readiness to implement new approaches. Generalization is further complicated by the premise of a distinctly Latin American context (Klein, 2016, p. 201).

The denotation of the term as referring to problem-oriented research involving stakeholders in society is prominent in northern Europe, a denotation that emerged in German-speaking countries in the late 1980s and early 1990s (Klein, 2004; 2016).

Klein's legacy has an impact on the way the disciplines are currently being developed and consolidated. She has contributed to define the area of Interdisciplinary Studies (Newell, 2001) as an area of its own, discussing its relationship with the re-elaboration of disciplinary fields and focusing on the dialogues between disciplinarity and ID.

I have taken Klein's work as the basis for developing a study in Latin American institutional contexts. I apply an intercultural and inter-regional perspective that requires flexible but clear concepts and definitions; and that seeks to discuss and extend the concept of campus cultures in new settings.

Contextualizing Latin American Campus Cultures

In Latin America, the study of interdisciplinary organizational structures in higher education is still new (Bursztyrn, 2005; Vasen; Vienni Baptista, 2017; Vienni Baptista, 2016a, b; Vienni Baptista et al., 2018). Interdisciplinary centers can be traced since fifty years ago in different countries of the continent, affiliated with diverse universities (Simini; Vienni Baptista, 2017). Although there is a large literature on ID from multiple perspectives and national experiences, nuanced understanding of interdisciplinary knowledge production is surely not complete in Latin America; there is still an urgent need to incorporate the impact of new organizational structures and the lessons learned from them.

My study aims at systematizing the perspectives and initiatives that have been developed in Latin America (Vienni Baptista, 2016a and b) in order to advance their integration in academic research (Vienni Baptista et al., 2018; Vienni Baptista; Rojas, 2019). In order to make visible the particularities of research and teaching experiences in different countries and the strategies that are being developed to institutionalize ID, the concept of campus cultures and the dimensions established for them by Klein, are a crucial element to better organize a yet not systematized setting.

In several Latin American countries – namely Argentina, Brazil, Costa Rica, Colombia, Chile, Uruguay, Mexico – interdisciplinary work was often considered as an innovative practice. Nonetheless, in most cases, its home was a traditional organizational structure or format within a university. Since the late 70's and early 80's, interdisciplinary research no

longer found a suitable space within the traditional structures of universities and began challenging the existing structure of higher education in those countries. New forms and practices were typically added to the discipline-dominated structure of a campus but also accompanied by interdisciplinary centres that were envisioned as new organizational structures. Examples of this are the Centro de Estudios Avanzados at the Universidad de Buenos Aires (Argentina), the Núcleo de Ingeniería Biomédica at the Universidad de la República (Uruguay), or the Centro de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias y Humanidades at the Universidad Nacional Autónoma de México (Mexico).

Some of these developments were stopped due to the dictatorial governments that were implemented in Latin America in the seventies. Nevertheless, several interdisciplinary centers and programs were able to strengthen their research and teaching lines after that period, when democracy gained new spaces at universities.

In the eighties, ID was promoted in most Latin American countries as a strategy that could help researchers address complex problems and social demands (VILLA SOTO et al., 2016). Brazil, for instance, had a strong period where several postgraduate programs were developed that aimed at training students in new methodologies and approaches into sustainability (BURSZTYN et al., 2016). Later in the nineties, research programs are disseminated all over the continent, still with a unifying criteria or theoretical framework that helped practitioners to better assess their interdisciplinary projects. New impulses are registered during the first decade of the new century, when many universities began to organize conferences and seminars and new dialogues are established between North American, Klein for instance, and Latin American scholars (VILLA SOTO et al., 2016).

Currently, ID is still a buzzword in some Latin American institutions. Much effort has been done to avoid this tendency and to give real and substantive support to researchers and students to develop ID in innovative contexts that legitimize and value this approach (AROCENA, 2014; AROCENA; SUTZ, 2001; show an interesting example of this).

Within this context, I take as impulse Klein's concept of mapping (1999), explained and further detailed in her 2010 book. Mapping interdisciplinary organizational structures constitutes the first step to build a systemic view of institutionalization processes. Klein (2010) reminds the reader of the relevance of a multidimensional approach, where micro-analysis of research practices is the basis to better understand the meso-level (administration and centers) and the macro-level (institutions and policies) of ID institutionalization.

Klein (1999, 2010) suggests that conducting an inventory is key to mapping what is happening locally:

- To identify current interdisciplinary research and teaching interests, activities, and structures;
To solicit information on both the overt and the concealed realities of interdisciplinarity, recognizing both the visible, recognized surface structure and the less visible shadow structures;
- To include survey questions that solicit data and open-ended prompts for narrative experience;
- To collect all related official documents as well as unofficial reports and reflections.

In order to answer to questions that guide this article, namely "How might we generate a more profound understanding of the political, cultural and educational dimensions regarding what interdisciplinarity implies, and what is the best way to institutionalize it?", I acknowledge that through current development ID knowledge production processes have become an issue of interculturality (VILSMAIER et al., 2017). For that reason, I consider the problem of ID institutionalization from three dimensions - institutions, cultures, and communities - and how

these can be better understood using the concept of campus cultures detailed in the previous section.

Institutionalization processes play a substantive role in defining cultures and communities. These processes of establishing something within a particular organization or social sphere (KLEIN, 2013, p. 67) are determined by the division of disciplines in different departments at universities. Under this perspective, I consider that institutions “comprise regulative, normative, and cultural – cognitive elements that, together with associated activities and resources, provide stability and meaning to social life” (SCOTT, 2014, p. 56). This definition sheds light to the complex entanglement that universities and interdisciplinary centers also represent.

I agree with the definition applied by Paasi (2013) to “regions” where institutionalization is a process in which the territorial (involving fixed or fuzzy borders, in this case, disciplinary borders), symbolic (involving name and more material symbols) and institutional “shapes” of an organizational form emerge, thereby consolidating the institution as an established, typically administrative unit in the wider educational system and societal consciousness (PAASI, 2013). The “shapes” are abstractions that help make sense of and elucidate the historically contingent, context-bound power relations embedded in complex institutional practices (governance, politics, economy, and media, for example) that also mediate ID spaces.

Identities, boundaries and disciplinary territories (BECHER; TROWLER, 1989) are understood as social and discursive constructs that are produced and dismantled in the processes of institutionalization and deinstitutionalization (PAASI, 2013). They become “epistemic communities”, defined as a specific group of social actors who share a belief in a common set of relationships and common values according to which policies that govern these relationships will eventually be applied (RIST et al., 2006). This is also true for Latin American interdisciplinary contexts. Unfortunately, inadequate institutionalization processes also produce that centers have to be closed after an initial period of funding and those initiatives have to be re-implemented in other institutional contexts.

Culture is understood as praxis carried out by certain communities (BAUMAN, 1999). It includes norms, interests, conflicts and values of actors involved, in this case, in research processes. The relationship between the shifts in the academic landscape of knowledge on the one hand and cultures, on the other, is dynamic, complex and changing. These produce different informal or formal groupings which are generically named as communities (DELANTY, 2003). Klein (2010) acknowledges the relevance of interdisciplinary communities in interdisciplinary institutionalization. She considers that these micro-practices sustain the organizational changes that can be achieved in the meso and macro levels in an institution.

Interculturality stands for “the interaction among cultures” (GARCÍA CANCLINI, 2004, p. 20). Culture does not imply a structured entity or a predefined set of features that differentiate one society from the other. Culturality as a condition constitutes a system of meaningful relations and identifies differences, contrasts and comparisons.

The concept of epistemic living spaces (FELT, 2010) is used as an analytical tool and as a cross-cutting axis in my study. Epistemic living spaces are constituted through multiple articulations of the relations of knowledge production, institutions and researchers in changing academic environments (FELT, 2010; FELT; FOCHLER, 2010). Using epistemic living spaces as an analytical tool allows investigating how institutions of research and society at large frame contemporary academic knowledge production. This concept helps to explore how policy structures research, while also reflecting the ways in which policies are simultaneously articulated along with the imaginaries of economic and societal transformation (FELT; FOCHLER, 2010).

I consider the hypothesis that moving towards interdisciplinary organizational structures in universities signals a fundamental change; as Klein (1999) also stated. According to Weingart (2014), there are obstacles to interdisciplinary institutionalization that lie in the nature of disciplines as forms of knowledge production and are, at the same time, institutionalized in organizational structures like departments or faculties that cannot be changed easily. This is a challenge that Latin American universities are facing nowadays. The conflict between traditional structures and new interdisciplinary formats has not been solved even in the oldest centers in the region (VILLA SOTO et al., 2016).

The democratization of knowledge is an ethical commitment that recognizes that knowledge has coped with an enormous process of change through a process of specialization that influences epistemic communities, academic cultures, and fields of practice as well as institutions (AROCENA, 2014). Only knowledge produced in the richness of communication and cooperative relationships with many different actors can become collective heritage (AROCENA; SUTZ, 2001). Here lies the value of ID and its relevance for Latin American contexts.

ID is particularly challenging as different epistemic communities (e.g., disciplines, knowledge fields) (RIST et al., 2006) and fields of practice (e.g., civil society groups, administration, among others) are involved in it and try to develop a common understanding of a problem. As those understandings can differ from institution to institution and even from country to country, I propose an inter-regional perspective on ID; taking into consideration differences and similarities among countries. In order to solve these gaps between countries and experiences, I analyzed several universities based on four dimensions: (i) context of creation, (ii) conception of interdisciplinarity, (iii) integration into pre-existing organizational structures and (iv) internal organization and planning (VASEN; VIENNI BAPTISTA, 2017). These dimensions are useful for analyzing the trajectories of interdisciplinary research centers in each university, and can be a reference for future work involving a broader set of institutions.

Table 1 relates the aspects of institutionalization detailed by Klein (2010) with the axes and dimensions of analysis in my study. This aims at extending Klein's concept of campus cultures seeking to better address historical and cultural matters that determined how ID is developed in Latin American countries.

This framework seeks to develop a multi-level understanding of the factors that hinder or foster interdisciplinary campus cultures in different countries, especially in Latin America. For this reason, Table 1 connects the aspects detailed by Klein (2010) as main issues to be developed in organizational structures and the different dimensions of analysis I have built for studying heterogeneous institutions and that are based on several case studies in Argentina, Uruguay, Costa Rica, Chile and Mexico.

I consider that institutionalization processes can be better understood if we consider three interrelated dimensions: institutions, cultures and communities. These dimensions help to study and comprehend the multiple variables that are at play when ID is inserted into an organizational structure. These dimensions are also present when trying to capture the challenges and opportunities of ID institutionalization processes.

Table 1 - Aspects of institutionalization (KLEIN, 2010) and their relation to the axes and dimensions of analysis of the study entitled “Challenges of Inter- and Transdisciplinary Knowledge Production: Institutions, Cultures and Communities”. Source: the author.

Aspects of Institutionalization (KLEIN, 2010)	Core Concepts and Cross-cutting Axes	Dimensions of Analysis
Organizational Structure, Administration, and Policies	Institution	- Context of Creation; - Conception of Interdisciplinarity and Transdisciplinarity.
Openness to Innovation and Tolerance for Risk	Culture (Interculturality)	- Integration into Pre-existing structures.
Leadership, Advocacy, and Stewardship	Community (Epistemic living spaces)	- Integration into Pre-existing Structures; - Internal Organization and Planning.
Funding	Institution	- Conception of Interdisciplinarity and Transdisciplinarity; - Integration with Pre-existing Structures.
Infrastructure and Support	Culture (Interculturality)	- Context of Creation; - Conception of Interdisciplinarity and Transdisciplinarity.
Recognition	Community (Epistemic Living Spaces)	- Integration into Pre-existing Structures; - Internal Organization and Planning.

Institutions are depending on an organizational structure, administration and policies. In order to fully understand how ID is or can be institutionalized, I consider also the context of creation of the institution, be that a center, program or even a Faculty or School. The way ID is defined, its conception, in such policies also determines the type of organizational structure and administration that the institution will have (KLEIN, 2010, 2013). These two dimensions shed light to implicit processes that affect the constitution of the center. For instance, in Uruguay, Espacio Interdisciplinario (EI) promotes collaboration among different disciplines to provide an integrated approach to problems which nature is not contained within the boundaries of individual disciplinary areas. It was founded in 2007 as a part of the University Reform undertaken by the Universidad de la República (UDELAR). The particular context where EI is inserted as an academic interfaculty structure, imprints certain peculiarities on the interdisciplinarity developed at this University. It is an interfaculty structure but it does not want to be described as a Faculty; it seeks to promote ID at the University with a multidimensional definition of it.

Second, institutions are also related to the aspect Klein (2010) defined as “funding”. This linkage is based on the conception of ID that both, scholars at the institution have and the one that the funding agency uses, but also on how the new organizational structures can be integrated and affiliated to pre-existing organizational structures.

The Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH) at the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, Mexico) provides a relevant example for this. CEIICH’s academic community intends its transformation into an institute. In

the organizational structure of UNAM, this would constitute a sign of maturity. While institutes are permanent structures, the existence of a center is less stable and may be subject to revision. Centers at this University also have less representation, since its participation in the university co-governance is much more restricted than that of institutes (VIENNI BAPTISTA et al., 2018). The CEIICH, like all the centers and institutes of the UNAM, mainly performs research, while teaching is carried out primarily in schools and faculties. This last fact reveals the necessity the members of these interdisciplinary structures have of integrate themselves to other faculties and schools in order not to lose their legitimacy as lecturers and professors.

Third, interdisciplinary settings allow the creation of research cultures of different types. They are also considered as intercultural arenas (VILSMAIER et al., 2017) where different visions and understandings of what social life implies are at hand. In this case, I suggest taking into account the reasons that promote the creation of such interdisciplinary institutions and the definitions that determine the policies to be applied.

This was a clear problem for the Centro de Estudios Avanzados at the Universidad de Buenos Aires in Argentina. This Center was valued as such but, simultaneously, was questioned as a legitimate organizational structure that could produce scientific knowledge within the University due to its innovative feature.

On the other hand, a positive experience is being currently being developed at Universidad de Costa Rica, when implementing the Comunidades Epistémicas (Epistemic Communities). These constitute inter- and trans-disciplinary programs that are aimed at addressing national social problems. They are based on the concept of community but also represent different research cultures. Methods and new tools are implemented to address those complex problems.

In terms of the communities that are built as products of interdisciplinary campus cultures, their recognition is a fundamental aspect when considering the possibility of institutional processes of change.

The substantive role of ID in building a “developmental university” (AROCENA, 2014) in the Latin America that implies an institution that integrates all its missions (teaching, research, outreach and knowledge transfer), is a common feature in almost all universities under study. The need to discuss the strategy for institutional development of interdisciplinary organizational spaces is also an urgent call. These Latin American examples show the experimental nature of the processes of institutionalization of ID that was already pointed out by Klein (2010; 2014). The centers show an evolutionary path in which a multidimensional approach to interdisciplinary institutionalization shows to be useful.

Conclusions

This article seeks to re-examine and extend Klein's contribution on campus cultures by applying her conceptual framework for institutional change to a set of universities that are fostering interdisciplinary and transdisciplinary centers in different countries.

In this article, I seek to show the actual diversity among institutionalization processes and does not propose a single desirable model for the institutionalization of ID. Following Klein (2010):

Dialogue on interdisciplinarity will continue to center strongly on individual countries and in their languages. Interdisciplinarity is a situated practice, and theory bears the signature of cultural origins. However, common needs and interests across the globe warrant investing time and professional focus on international dialogue. Doing so will improve the way we all perform interdisciplinary research and education (KLEIN, 2010, p. 200).

A major outcome is highlighted: the relevance of a regional perspective for dealing with interdisciplinary institutionalization and challenges. The examples and context I provided indicate that cross-cutting issues along with other structural factors such as size, openness strategy, use of public funds among others, increase the development of interdisciplinary strategies and strengthen the process of research at universities.

The different Latin American academic communities need to strive for enhanced collaboration and cohesiveness with respect to ID. In fact, mutual learning processes (KLEIN, 1990) beyond the boundaries of individual projects are still needed. If interdisciplinary research is to reach a stage of maturity in Latin American contexts, existing conceptual, methodological, and empirical knowledge needs to be better synthesized and consolidated, while future research agendas need to be better coordinated (ECHEVARRÍA et al., 2013).

Concerning the inter-regional perspective, I highlight the benefits of an expanded knowledge of ID initiatives in the different regions, and well-developed long-time relationships among partners as key factors for success. Improved knowledge of other countries experiences helped to broaden understanding of ID and its institutionalization.

Creating organizational structures focused on producing interdisciplinary knowledge is a challenge for higher education institutions in Latin America. The traditional structure of universities is based on disciplinary departments or professional schools, and is a priori incompatible with the creation of spaces that are guided by knowledge integration (KLEIN 2010; WEINGART, 2014). This is why it is important to ensure the of those spaces to the institutes and departments, and to create structures that allow the horizontal movement of scholars between disciplinary and interdisciplinary areas.

In that regard, the concept of campus cultures is relevant and useful as an analytical tool to approach processes of institutionalization but also to study the cultures and communities associated with such processes. Klein's contribution to this research area constitutes the fundamental framework from which to build a profound understanding of the difficulties and challenges to overcome in Latin America.

References

APOSTEL, L., BERGER, G., BRIGGS, A., MICHAUD, G. **Interdisciplinarity**: problems of teaching and research in universities. Paris: OECD, 1972.

AROCENA, R. **Memoria del Rectorado 2006 – 2014**. Equipo de Rectorado de la Universidad de la República. Montevideo: Universidad de la República, 2014.

AROCENA, R., SUTZ, J. **La Universidad Latinoamericana del futuro**. Tendencias, escenarios, alternativas. Mexico DF: Colección UCUDAL, Unión de Universidades de América Latina, 2001.

AUGSBURG, T., S. HENRY (ed.). **The Politics of Interdisciplinary Studies**. Essays on Transformations in American Undergraduate Programs. Jefferson, N.C.: McFarland & Co., 2009.

BAUMAN, Z. **Culture as praxis**. London: SAGE, 1999.

BECHER, T., TROWLER, P. R. **Academic Tribes and Territories**. Intellectual enquiry and the culture of disciplines. Buckingham: The Society for Research into Higher Education & Open University Press. 1989.

BURSZTYN, M. Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo Académico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 10, 2004, p. 67-76.

BURSZTYN, M. A institucionalização da interdisciplinaridade e a universidade Brasileira. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, 2005, p. 38-53.

BURSZTYN, M.; MAURY, M. B.; LITRE, G. Interdisciplinary Graduate Studies in Brazil: Lessons from Sustainability and Environmental Sciences. In: VIENNI BAPTISTA, B. (ed.), Special Section: Interdisciplinarity in Latin America, **Issues on Interdisciplinary Studies**. Ohio: Association for Interdisciplinary Studies, 2016, p. 122-142.

CARUSO, D.; ROTHEN, D. **Lead, follow, get out of the way**: Sidestepping the barriers to effective practice of interdisciplinarity. San Francisco: Hybrid Vigor Institute, 2001.

DARBELLAY, F.; WERNLI, D.; MAES, K. **Interdisciplinarity and the 21st century research-intensive university**. League of European Research Universities, 2017. Retrieved from: <https://www.leru.org/files/Interdisciplinarity-and-the-21st-Century-Research-Intensive-University-Full-paper.pdf>

DELANTY, G. **Community**. Key ideas. London: Psychology Press, Routledge. 2003.

DEUTSCHE FORSCHUNGSGEMEINSCHAFT. **Crossing borders** – Interdisciplinary reviews and their effects. An exploration based on new proposals for DFG individual grants (2005 to 2010), 2016. Retrieved from http://www.dfg.de/en/dfg_profile/facts_figures/evaluation_studies_monitoring/studies/report_interdisciplinarity/index.html. June 2016.

DONINA, D.; SEEBER, M.; PALEARI, S. Inconsistencies in the Governance of Interdisciplinarity: the Case of the Italian Higher Education System. **Science and Public Policy**, 2017, p. 1-11.

DOUGLAS, M. **How Institutions Think**. The Frank W. Abrams Lectures. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1979.

FELT, U. **Knowing and living in Academic Research**. Convergence and heterogeneity in research cultures in the European context. Prague: Institute of Sociology of the Academy of Sciences of the Czech Republic, 2010.

FELT, U.; FOCHLER, M. Re-ordering Epistemic Living Spaces: On the tacit governance effects of the public communication of science. In: WEINGART, P. et al. (eds.) **The Medialisation of Science**. Theoretical Reflections and Empirical Investigations. Yearbook of the Sociology of Science. Dordrecht: Kluwer, 2010.

FELT, U.; IGELSBÖCK, J.; SCHIKOWITZ, A.; VÖLKER, T. Transdisciplinary Sustainability Research in Practice. Between imaginaries of collective experimentation and entrenched academic value orders. **Science, Technology & Human Values**, 2015. Retrieved from: https://sts.univie.ac.at/fileadmin/user_upload/dep_sciencestudies/pdf_files/Preprints/Preprints_Transdisc.pdf

GARCÍA CANCLINI, N. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Barcelona: GEDISA, 2014.

GÖRANNSON, B.; AROCENA, R.; SUTZ, J. Introduction. **Science and Public Policy**, v. 36, n. 2, March 2009a, p. 83-84.

GÖRANNSON, B.; AROCENA, R.; SUTZ, J. New activities of Universities. **Science and Public Policy**, v. 36, n. 2, March 2009b, p. 157-164.

HOLLEY, K. Understanding challenges and opportunities in higher education. **ASHE Higher Education Report**, vol. 35. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

KLEIN, J. T. **Crossing boundaries**. Knowledge, disciplinarity and interdisciplinarity. Virginia: University Press of Virginia, 1996.

KLEIN, J. T. Prospects for Transdisciplinarity. **Futures**, v. 36, n. 4, 2004, p. 515-526. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2003.10.007>.

KLEIN, J. T. **Humanities, culture and interdisciplinarity**. The changing American Academy. Albany: State University of New York Press, 2005.

KLEIN, J. T. **Creating campus cultures**. A model for strength and sustainability. Washington D.C: Association of American Colleges and Universities (AAC&U), 2010.

KLEIN, J. T. A taxonomy of interdisciplinarity. In: FRODEMAN, R.; KLEIN, J. T.; MITCHAM, C. (eds.) **The Oxford Handbook of Interdisciplinarity**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 15-30.

KLEIN, J. T. The State of the Field: Institutionalization of Interdisciplinarity. **Issues in Interdisciplinary Studies**, n. 32, 2013, p. 66-74.

KLEIN, J. T. Discourses of Transdisciplinarity: Looking back to the Future. **Futures**, n. 63, 2014, p. 68-74.

KLEIN, J. T. Conclusions. Expanding the international dialogue in interdisciplinarity. **Issues in Interdisciplinary Studies**, n. 34, 2016, p. 200-207.

KLEIN, J. T. Transdisciplinarity and Sustainability: patterns of definition. In: FAM, D.; PALMER, J.; RIEDY, C.; MITCHELL, C. (eds.) **Transdisciplinary Research and Practice for Sustainability Outcomes**. New York: Routledge, 2017, p. 7-21.

KLEIN, J. T.; FALK-KRZESINSKI, H. J. Interdisciplinary and collaborative work: Framing promotion and tenure practices and policies. **Research Policy**, 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.respol.2017.03.001>

LATTUCA, L. **Creating Interdisciplinarity**. Interdisciplinary Research and Teaching among College and University Faculty. Nashville: Vanderbilt University Press, 2001.

LEDFORD, H. Team Science. **Nature**, n. 525, 2015, p. 308-311.

LYALL, C.; MEAGHER, L.; BANDOLA GILL, J.; KETTLE, A. **Interdisciplinary provision in higher education**. Edinburgh: University of Edinburgh, 2015. Retrieved from: <https://www.heacademy.ac.uk/resource/interdisciplinary-provision-higher-education-current-and-future-challenges>

NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES. **Facilitating Interdisciplinary Research**. Committee on Facilitating Interdisciplinary Research. Washington: National Academy Press, 2005.

NEWELL, W. A theory of interdisciplinary studies. **Issues in Integrative Studies**, Association for Integrative Studies, n. 19, 2001, p. 1-25.

PAASI, A. Fennia: positioning a “peripheral” but international journal under conditions of academic capitalism. **Fennia**, v. 191, n. 1, 2013, p. 1-13.

RIST, S.; CHIDDAMBARANATHAN, M.; ESCOBAR, C.; WIESMANN, U. It was hard to come to mutual understanding... - Multidimensionality of social learning processes in natural resource use in India, Africa and Latin America. **Systemic Practice and Action Research**, v. 19, n. 3, 2006, p. 219-237.

ROTHEN, D. **Research: Trend or Transition**, 2004. Retrieved from: www.ncar.ucar.edu/Director/survey/Interdisciplinary%20Research%20Trend%20or%20Transition.v2.pdfhttp://publications.ssrc.org/items/items_5.1-2/interdisciplinary_research.pdf

SÁ, C. Planning for interdisciplinary research. **Planning for Higher Education**, v. 35, n. 2, 2007, p. 18-28.

SÁ, C. Interdisciplinary strategies in U.S. research universities. **Higher Education: The International Journal of Higher Education and Educational Planning**, v. 55, n. 5, 2008, p. 537-552.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. Ideas, interests and identities. London: SAGE, 2014.

SENEJKO, M. P.; VERSINO, M. La construcción de políticas de investigación orientadas en la Universidad de Buenos Aires (UBA). In: LAGO MARTÍNEZ, S.; CORREA, N. (ed.) **Desafíos y dilemas de la universidad y la ciencia en América Latina y el Caribe en el siglo XXI**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2015.

SENEJKO, M. P.; VERSINO, M. La apuesta interdisciplinaria de la Universidad de Buenos Aires: el caso de los Programas Interdisciplinarios (PIUBA). In: VIENNI BAPTISTA, B. (ed.) Dossier Interdisciplina y Transdisciplina, **Revista ClimaCom**. Brasil: UNICAMP, 2018.

SIMINI, F.; VIENNI BAPTISTA, B. Ingeniería Biomédica, Interdisciplina y Sociedad. **Revista de la Facultad de Ingeniería de la Universidad Central (Venezuela)**, v. 31, n. 2, 2017, p. 83-96.

VASEN, F.; VIENNI BAPTISTA, B. La institucionalización de la interdisciplina en la universidad latinoamericana: experiencias y lecciones de Uruguay y Argentina. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, 2017, p. 544-565.

VIENNI BAPTISTA, B. (2016a). Interdisciplinary dialogues in Latin America. *Issues in Interdisciplinary Studies*, Association for Interdisciplinary Studies, 34: 109-121.

Vienni Baptista, B. (2016b). Los Estudios sobre Interdisciplina: construcción de un ámbito en el campo CTS. *Redes. Revista de Estudios Sociales de la Ciencia*, 21 (41): 141-175.

VIENNI BAPTISTA, B.; ROJAS, S. Transdisciplinary institutionalization in higher education: a two-level analysis. **Studies in Higher Education**, 2019. DOI: 10.1080/03075079.2019.159334.

VIENNI BAPTISTA, B.; SIMINI, F. Interdisciplinarity and global collaboration in biomedical engineering and informatics teaching. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, 2018. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2017

VIENNI BAPTISTA, B.; VASEN, F.; VILLA SOTO, J. C. Interdisciplinary Centers in Latin American Universities: The Challenges of Institutionalization. **Higher Education Policy**, 2018. DOI: 10.1057/s41307-018-0092-x

VILSMAIER, U. A space for taking a culturally sensitive look at transdisciplinarity: Report of the ITD Conference 2017. **GAIA**, v. 26, n. 4, 2017, p. 352-354.

VILSMAIER, U; BRANDNER, V.; ENGBERS, M. Research In-between: The Constitutive Role of Cultural Differences in Transdisciplinarity. **Transdisciplinary Journal of Engineering and Science**, n. 8, 2017, p. 169-179.

WEINGART, P. Interdisciplinarity and the new governance of universities. In: WEINGART, P.; PADBERG, B. (ed.) **University experiments in Interdisciplinarity**. Obstacles and Opportunities. Bielefeld: Transcript, Science Studies, 2014, p. 151-174.

Funding

This research was funded by Leuphana University of Lüneburg (Germany), Program Kleinforschungsprojekt, Period: 2016-2017 and by the Universidad de la República (Uruguay), Program: Régimen de Dedicación Total, Comisión Sectorial de Investigación Científica, Period: 2016-2017.

11. “LA MATRIX”: MAQUINARIA DE LA EVALUACIÓN EN EL SISTEMA UNIVERSITARIO PÚBLICO ARGENTINO

Fabiana Bekerman

Introducción

El presente trabajo abordará un análisis sobre las prácticas evaluativas desarrolladas en el marco del programa de evaluación de las actividades de investigación existente en las universidades nacionales argentinas. Creado en 1993 y vigente hasta la actualidad, el Programa de Incentivos a los docentes-investigadores (PROINCE) constituye la principal herramienta de estímulo y evaluación de la investigación en el sistema de educación superior, a pesar que en mayo de 2019 la Secretaría de Políticas Universitarias del Ministerio de Educación creó el Sistema Nacional de Docentes Investigadores Universitarios (SIDIUN) que buscaba reemplazarlo pero que, sin embargo, aún no está en marcha. El PROINCE abrió sus convocatorias en 6 oportunidades: 1994, 1998, 2004, 2009, 2011 y 2014. La última -objeto de nuestra investigación- inició en 2014 pero se extendió a 2015 (Resolución conjunta N°3564/14 SPU y N° 079 SACT); las evaluaciones comenzaron en 2016 y aún hoy siguen inconclusas las evaluaciones en algunas regionales.

La finalidad explícita del Programa en sus inicios era incrementar las tareas de investigación y desarrollo a escala nacional, reconvertir la planta docente en las universidades, y fomentar la mayor dedicación de la actividad universitaria y la creación de grupos de investigación (considerandos, Decreto N° 2427). Consiste en un sistema de evaluación de pares de las trayectorias de los profesores universitarios que además de la docencia desarrollan tareas de investigación y se someten a un sistema de evaluación de sus antecedentes y producción (denominado *categorización*) paralelo al sistema de concursos y cuyo resultado es la asignación de una categoría de investigación de la I a la V, siendo las I y II las categorías superiores. En función de la categoría obtenida los docentes reciben un plus salarial que en los inicios del programa promediaba el 40 % del sueldo, pero actualmente el valor del incentivo es irrelevante en términos económicos. La instancia de evaluación es organizada en comités evaluadores conformados exclusivamente por docentes categorizados I o II y divididos según regionales (que abarcan todas las universidades del país) y áreas disciplinares.

Los impactos positivos y negativos del PROINCE han sido ampliamente abordados por diversos estudios (ARAUJO, 2003; SARTHOU, 2013, 2014, 2016; SARTHOU y ARAYA, 2015; PRATI, 2003, 2008; PREGO; PRATI, 2006; FOLLARI, 2000; FERNANDEZ BERDAGUER; VACCAREZZA, 1996; entre otros), sin embargo, ha sido muy poco indagada la dinámica del trabajo en los comités de pares durante el proceso concreto de evaluación y categorización, es decir, la práctica evaluativa *in situ*. Precisamente, la investigación que precedió a este trabajo se propuso comprender de qué manera se categoriza en el PROINCE y en qué medida esa categoría tiene efectos de reconocimiento en la comunidad universitaria. Es sabido que el PROINCE funcionó inicialmente como resultado de su alto impacto en el salario docente, pero resulta pertinente ahora analizar por qué mantuvo su interés para los docentes-investigadores que se presentan recurrentemente a las Convocatorias de Categorización, aun después de que el incentivo perdió completamente su poder adquisitivo y hoy no tiene peso monetariamente. Esto es indicativo de que aun cuando dejó de distribuir salario sigue distribuyendo capital simbólico, así como acceso a otras posiciones y otros recursos materiales.

En el marco del CECIC (Centro de Estudios de la Circulación del Conocimiento, UNCuyo) desarrollamos un estudio empírico tomando como objeto de nuestra investigación la última categorización del PROINCE (iniciada en 2014) que abordamos con una estrategia metodológica basada en dos vías de acceso: a) un análisis histórico-estructural del Programa,

su estructura organizativa, su morfología, la distribución estadística de los docentes incentivados y los cambios en los criterios de clasificación (plasmados en las normativas) y b) un análisis etnográfico constituido por la observación participante *in situ* del proceso de evaluación en los comités evaluadores de todas las regionales que agrupan el conjunto universidades nacionales del país así como la realización de más de 70 entrevistas a los miembros de las comisiones evaluadoras y presidentes de las comisiones regionales.

Dada la amplitud del estudio realizado y el cúmulo de conocimientos previos acumulados sobre la temática, en este trabajo hemos seleccionado y presentamos algunos resultados que organizamos de la siguiente manera. En primer lugar, abordamos una descripción estructural del sistema científico-universitario argentino retomando brevemente trabajos previos que nos permitirán caracterizarlo y comprender ciertas particularidades de los dos principales sistemas nacionales de estímulo a la investigación y evaluación científica: CONICET y PROINCE. En segundo lugar, reflexionamos sobre algunas perspectivas teóricas en torno a los sistemas de evaluación y la revisión por pares que servirán de insumo para describir las singularidades del PROINCE. Finalmente, presentamos algunos hallazgos del estudio empírico realizado, mostrando sintéticamente la distribución estadística de los recursos del PROINCE y caracterizando la cultura evaluativa propia de las universidades, intentando comprender cómo se desarrolla concretamente la práctica evaluativa, qué tipo de prestigio va forjando y cómo “valúan” los comités de pares los distintos ítems de la grilla de evaluación.

Síntesis de las características estructurales del sistema científico-universitario argentino

En trabajos previos (BEIGEL; GALLARDO; BEKERMAN, 2018) hemos analizado el largo del proceso de institucionalización y conformación histórica del campo científico-universitario argentino advirtiendo cómo se han ido instalando ciertas “heterogeneidades estructurales” que caracterizan este espacio hasta la actualidad y que podemos sintetizar en seis grandes tendencias:

- En primer lugar, el marco institucional es predominantemente público ya que el sistema está conformado por el CONICET como agencia pública autónoma con una carrera de investigación full time y presupuesto propio; un conjunto de más de 50 universidades nacionales públicas con una fuerte tradición de autonomía institucional y autarquía; y un sistema de universidades privadas que se inicia en 1956 con la creación de la primera universidad privada y que suman poco más de 40. Sin embargo, en 2019 la red de universidades públicas fue responsable del 22% del gasto nacional invertido en actividades científicas y tecnológicas en los distintos sectores de ejecución y los organismos públicos -entre los cuales está el CONICET- absorbió el 39% de esa inversión. Para el mismo año, del total de investigadores y becarios dedicados a las actividades científicas en todo el país, el 63% pertenecían a las Universidades Públicas y el 15% a organismos públicos de ciencia (MinCyT, 2021). De manera que las Universidades Nacionales y el CONICET constituyen los pilares centrales de este sistema científico nacional (VASSEN, 2013).
- En segundo lugar, existe una brecha entre las universidades y el CONICET que se agudizó durante la última dictadura cívico-militar, cuando se produjo una transferencia de recursos presupuestarios desde las universidades hacia el CONICET que sumado a un préstamo otorgado por el BID permitió que el Consejo se expanda fuertemente creando en 7 años más de 100 institutos de investigación bajo su órbita desvinculados de la investigación en las universidades, cuya consecuencia fue el fuerte debilitamiento de estas actividades en el espacio universitario (BEKERMAN, 2018).

- En tercer lugar, existe una marcada tensión entre investigación y docencia que se manifiesta, por ejemplo, en el hecho de que la docencia no es obligatoria para los investigadores del CONICET (para 2018 un total de 2361 sobre 7907 investigadores del organismo no tenían cargo docente, lo cual representaba el 30%) y la investigación no es determinante para el ingreso o promoción en la carrera docente ni en los concursos de la mayoría de las universidades.
- En cuarto lugar, existen asimetrías geográficas e institucionales cuyo resultado es una distribución intranacional altamente desigual de las capacidades de investigación: para 2018, CABA y la zona metropolitana concentraban el 60% del total de investigadores del CONICET; las Universidades grandes, antiguas y prestigiosas aglutinaban gran parte de los investigadores y recursos materiales de investigación; además, existe una diversificación disciplinar de los espacios de trabajo; por ejemplo, la mayor parte de los investigadores del CONICET de Ciencias Sociales tienen como lugar de trabajo una universidad mientras que en las Ciencias naturales, exactas, biológicas y de la salud solo un 20% trabaja en un instituto perteneciente a una universidad exclusivamente.
- En quinto lugar, se ha ido instalando una doble vía para la construcción de prestigio. En las universidades surgieron diversas culturas evaluativas y regulaciones para la carrera, las metropolitanas promovieron la formación docente y el prestigio local institucionalmente reconocido mientras que en el CONICET prevalecieron los antecedentes de investigación y el prestigio internacional.
- Finalmente, se fueron configurando circuitos segmentados de publicación y de reconocimiento. Para los profesores universitarios el prestigio académico se construyó en los circuitos editoriales locales, sobre todo extendido en las Ciencias Sociales y en formato de libros más que de artículos; el prestigio científico para los investigadores del CONICET se construyó publicando en el extranjero, adoptando los estándares ISI y eligiendo los circuitos mainstream.

La conformación estructural del campo científico argentino indica, entonces, que el financiamiento, la promoción y ejecución de las actividades de investigación científica se han sostenido históricamente en base a dos pilares institucionales: el CONICET y las universidades nacionales. El primero, creado en febrero de 1958 (Por medio del Decreto-Ley N° 1291/58), priorizó desde sus comienzos la promoción científica elaborando un sistema de evaluación a través de comisiones disciplinares y regionales designadas por su comité ejecutivo. Además, implementó tres instrumentos de promoción de la investigación científica: la carrera de investigador científico y tecnológico (CIC) creado en 1961, el sistema de becas internas y externas para la formación de investigadores y la creación de institutos y centros regionales (FELD, 2015). Posteriormente, en 1965, se creó la Carrera de Personal de Apoyo (CPA) cuyo objetivo era jerarquizar y estimular la tarea de asistencia técnica a la investigación y desarrollo, favoreciendo la formación y dedicación de profesionales y técnicos de diferente nivel. Por su parte, las universidades nacionales fueron escenario a inicios de la década del noventa del lanzamiento de un programa orientado a estimular a los docentes en las tareas de investigación. En un contexto de crisis salarial del sector universitario y un diagnóstico negativo en relación al desarrollo de la investigación en ese ámbito, se creó en 1993 el programa de Incentivos a los Docentes-Investigadores (PROINCE), Por Decreto N°2427 del PEN, noviembre de 1993, que consistía en un plus salarial para los docentes universitarios que desarrollaran actividades de investigación.

En ambas instituciones – CONICET y universidades públicas – se han ido configurando dos culturas evaluativas que coexisten mostrando tensiones y conflictos. Son dos carreras científicas que fueron forjando perfiles diferentes de producción y circulación de conocimiento

en base a capitales disimiles (BEIGEL, 2017). Uno de ellos, sostenido sobre un prestigio científico internacional, nacionalmente reconocido, nutrido de saberes propios del oficio del investigador/becario de una institución como el CONICET y un tipo particular de capital social (relaciones con equipos de investigación reconocidos, participación en comisiones asesoras, asociaciones académicas, revistas científicas), cuya carrera depende de una competencia nacional sujeta a los criterios del sistema académico mundial, tales como publicar en revistas indexadas, preferentemente en inglés y en circuitos mainstream, medidas según su factor de impacto y los rankings. El otro, basado en un prestigio académico local, institucionalmente reconocido, nutrido de saberes propios de la cultura universitaria y de otro tipo de capital social (relaciones con el poder universitario, participación en comités y redes universitarias) cuya carrera está regida por reglas de cada universidad y depende de la trayectoria docente, la participación en la gestión institucional y, en menor medida, de la investigación o las publicaciones que pueden ser en español y en revistas no indexadas. Beigel (2017) sostiene que

ambos perfiles concentran poder de instituir y consagrar, pero detentan capitales poco transferibles: un profesor titular de una universidad de provincia con antecedentes de gestión y de docencia perdería seguramente un concurso para ingresar al CONICET, mientras que un investigador de CONICET con muchas publicaciones internacionales (pero sin antecedentes docentes) puede perder un concurso en una universidad de provincia (BEIGEL, 2017, p. 11).

En el mismo sentido, podemos pensar que, un investigador formado de CONICET que se postula en el PROINCE pero no tiene los requisitos docentes exigidos (cargo regular o interino con más de 3 años de antigüedad) podría quedar excluido de la categoría III (y en consecuencia quedaría inhabilitado para dirigir proyectos de investigación en la universidad); al tiempo que un docente con categoría alta en el PROINCE (debido a su abultada trayectoria en docencia y con publicaciones en revistas locales o no indexadas) seguramente no accedería a la carrera de investigador en el CONICET.

Sin embargo, si bien el campo científico-universitario sostiene esta heterogeneidad, al mismo tiempo presenta características que muestran una marcada integridad. Tres hechos concretos lo confirman:

En primer lugar, los/as investigadores de CONICET desean tener un puesto de profesores en una Universidad nacional, tanto como los/as profesores de la Universidad aspiran ser considerados como iguales a un investigador del CONICET. De hecho, la gran mayoría de los/as investigadores del CONICET tienen lugar de trabajo y cargo docente en una Universidad nacional, con lo cual aquellos “oficios” opuestos se enfrentan en un mismo locus. En segundo lugar, ambos perfiles participan de la clasificación nacional del PROINCE y comparten espacios en la más alta categoría (I). En tercer lugar, la Universidad de Buenos Aires, tiene un papel determinante en la morfología y estilos de producción y circulación del CONICET (BEIGEL, GALLARDO; BEKERMAN, 2018, p. 6-7).

En suma, la gran mayoría de los/las investigadores/as del CONICET tienen cargo docente con lo cual se desenvuelven en ambas instituciones y muchos de ellos comparten el espacio cumpliendo el rol de evaluadores/as en las comisiones evaluadoras del PROINCE porque detentan las categorías más altas (I o II).

Alcances y límites de la evaluación por pares y singularidades del PROINCE

En trabajos previos (BEIGEL; BEKERMAN, 2019) mencionamos que las prácticas de “evaluación” en el ámbito científico se instalaron en paralelo al proceso de institucionalización de esos campos en el Siglo XVII. La bibliografía disponible sostiene que el momento fundacional de la evaluación conocida como “revisión por pares expertos” fue en 1665 cuando la revista *Philosophical Transactions* sometió los trabajos presentados para su publicación al informe de un miembro de la Royal Society (SANZ MENÉNDEZ, 2004; ALBORNOZ, 2003). A partir de ese momento, la evaluación fue extendiéndose a diversos ámbitos hasta llegar a ser utilizada como herramienta para la asignación de fondos para la investigación, para evaluar los resultados de las organizaciones o de investigadores individuales en el ingreso o promoción de sus carreras (HACKETT; CHUBIN, 2003). Recientemente ha ido instalándose como herramienta para evaluar los artículos de revistas académicas, mediante pares, e incluso las propias revistas a través de sistemas bibliométricos. Esto último es un punto muy importante porque se fue generando una especie de círculo cerrado donde la evaluación de los individuos o instituciones pasó a estar cada vez más atada a las publicaciones y éstas cada vez más dependientes de la categorización de las revistas. Todo esto en un sistema académico mundial profundamente jerárquico donde se distribuye desigualmente el poder de entre los centros y las periferias.

Ahora bien, cuando hablamos de revisión por pares nos referimos al juicio del mérito científico elaborado por otros científicos que trabajan en el campo disciplinar, que fundamentan su juicio en su experticia, su conocimiento sobre el desarrollo del campo y su agenda de investigación. Pero esa legitimidad del juicio científico no es objetiva en el sentido que es resultado de valoraciones individuales que están atravesadas por factores cognitivos, pero también por factores extracognitivos, tales como la identidad social de los evaluadores, sus subjetividades, sus identidades y trayectorias intelectuales y sociales, su impronta disciplinar, sus autopercepciones, sus definiciones de excelencia y sus propias trayectorias (LAMONT, 2009).

Efectivamente, esa autora se opone a una visión que ve a los evaluadores sólo impulsados por una lógica competitiva y sugiere que el peer review o el proceso de evaluación es emocional e interactivo y que los factores extracognitivos en lugar de corromper, forman parte de ese proceso, la evaluación – sostiene – es imposible sin ellos. En una línea similar, Karin Knorr Cetina (1999) habla de culturas epistémicas que modelan las formas de definir la calidad y de reconocerla, las creencias en la investigación, las nociones sobre la excelencia, los estándares y el rol de la teoría, la importancia de los límites disciplinares, etc. Desde la perspectiva de Pierre Bourdieu (2003) las prácticas y representaciones de los agentes sólo pueden explicarse a condición de vincular las condiciones sociales en las que se ha ido constituyendo el habitus que las engendra con las condiciones sociales en las que ese habitus se desarrolla. Esto trasladado al campo científico supone que el *oficio del científico* (oficio del investigador y del evaluador) proviene de la adquisición de saberes que se incorporan a lo largo de la trayectoria de formación y de la práctica científica en ciertos equipos e instituciones. Así, las posiciones de los agentes (científicos aislados, equipos o laboratorios) son definidas por los capitales específicos que poseen, es decir, el volumen y estructura de capital científico, capital social, capital simbólico (de reconocimiento). Y esas posiciones determinan una estructura del campo, o sea, una relación de fuerzas que se ejercen sobre la producción científica, sobre las prácticas de los científicos. Para Bourdieu, la estructura de la distribución de fuerzas específicamente en el campo científico está definida por dos especies de capital: uno, temporal referido al poder sobre el mundo científico (cargos de gestión, por ejemplo) y otro, científico vinculado a la autoridad, el reconocimiento basado en logros académicos o científicos.

Desde nuestra perspectiva -y en base al estudio sobre culturas evaluativas que desarrollamos en el CECIC- sostenemos que los criterios extracognitivos que destaca Lamont (experiencia, trayectoria, subjetividad o emocionalidad de los evaluadores) tienen un peso importante en las prácticas evaluativas. Efectivamente la experiencia, trayectoria y emociones son elementos fundamentales en los juicios que los evaluadores emiten sobre una postulación para una categoría de investigación. Sin embargo, esto es compatible con la idea del *habitus* de Bourdieu en tanto internalización de un oficio, es decir, intervienen también de manera muy fuerte saberes institucionales y disposiciones largamente estructuradas en institutos, cátedras, departamentos, equipos de investigación, es decir, lógicas del campo, que van forjando determinadas culturas evaluativas. Y esas disposiciones o *habitus* científico, han ido cambiando con el tiempo y actualmente están cada vez más moldeadas por el prestigio de la ciencia mainstream, es decir, de la ciencia que se produce y evalúa en los centros científicos.

Nuestras observaciones empíricas nos han permitido afirmar que la intervención de la opinión experta de los especialistas -evaluación por pares- tiene un peso importante en la evaluación de artículos en una revista, de proyectos de investigación, de ingresos o promociones de las carreras científicas. Pero existe una estructura intermedia de comisiones evaluadoras compuestas por pares pero que no cumplen el rol de expertos para analizar la originalidad de las contribuciones científicas sino para analizar perfiles y construir un orden de méritos que se resolverá en función de los cupos o cargos disponibles. Esa estructura institucional reduce la incidencia de las emociones moldeando los perfiles de los/las evaluadores/as en función de las tensiones y los márgenes de autonomía de sus instituciones. Con lo cual, las posibilidades de las comisiones evaluadoras de pares para modificar criterios establecidos y refractar criterios heterónomos son limitadas. Así, la adopción de los criterios “universales” o Rankings universitarios difiere según el país y la institución y establece el espacio de posibilidades que tienen las culturas evaluativas, así como la libertad de los evaluadores para resolver los casos que analizan.

En definitiva, los procesos de evaluación no sólo están atravesados por las autopercepciones, las culturas disciplinares y las creencias de los evaluadores. Nuestros estudios nos indican que estos se desarrollan en un “espacio de posibilidades” marcado por tres factores relevantes:

En primer lugar, un locus que relaciona las valoraciones de los evaluadores con los principios de legitimación que operan en su contexto inmediato: las culturas institucionales, con sus saberes y estilos de producción peculiares. En segundo lugar, las creencias ligadas a distintas escalas de categorización/clasificación que son cada vez más dependientes de criterios “universalizados” para clasificar las publicaciones, antes que la originalidad de los trabajos. En tercer lugar, las resistencias, que también juegan un papel en los procesos de evaluación, cuya incidencia depende en buena medida del margen de maniobra que ofrezca la política evaluativa institucional (BEIGEL; BEKERMAN, 2019, p. 18).

Habíamos mencionado que en nuestro sistema científico-universitario conviven conflictivamente dos culturas evaluativas principales a nivel nacional. Una, anclada en el CONICET donde se estimulan las trayectorias internacionalizadas, se valora la publicación indexada y se “categoriza” según los estándares impuestos por las ciencias exactas y naturales; esta cultura evaluativa es mucho más homogénea y meritocrática que la de las universidades nacionales: el ingreso y promoción se obtienen básicamente a través de las publicaciones internacionales en revistas indexadas, el circuito de publicación dominante es el mainstream y la lengua mayoritaria de escritura es el inglés. Otra, con base en las universidades nacionales (públicas) donde se estimula investigadores con un *habitus* más local, donde se recompensa el

prestigio docente y tienen mayor incidencia las ciencias sociales y humanas; esta cultura evaluativa evalúa una población muy heterogénea, con fuertes diferencias intra-institucionales, intra-disciplinarias y regionales. En ese sentido es más abarcativa y más solidaria porque distribuye los recursos entre más variados y diversos perfiles de docentes-investigadores.

Además, una de las características principales de la cultura evaluativa universitaria es que nunca incorporó un criterio de evaluación de la producción basada en la clasificación de la indexación de las revistas, y mucho menos en el impacto o el índice de citas, cosa que sí hicieron en otros países (como México, Colombia, Chile donde las elites académicas son incentivadas bajo diferentes formas para publicar exclusivamente en circuitos mainstream) y que es habitual en el CONICET. Allí, la indexación de las revistas ha reemplazado la evaluación y discusión de la originalidad de los trabajos, y este fenómeno es común a todas las áreas científicas. La sobrevaloración de la indexación está acompañada de la sobrevaloración de las publicaciones internacionales y el desprecio por las publicaciones nacionales. Por el contrario, en el Programa de Incentivos (PROINCE) se categoriza nacionalmente los investigadores/as en base a un conjunto de criterios entre los cuales las publicaciones son un porcentaje menor y solo se exige que las mismas sean “preferentemente indexadas”.

Estas dos culturas evaluativas en pugna, con singularidades y distinciones, parecen estar distanciadas. Sin embargo, existen elementos empíricos que dan cuenta de la integridad del campo científico-universitario y que demuestran que es un error separar las universidades nacionales del CONICET por sus modos de producción y por sus culturas evaluativas porque en las universidades y en el Programa de Incentivos, muchos investigadores de CONICET y docentes-investigadores conviven: son objeto y sujetos de la categorización.

La categorización en el PROINCE: principales hallazgos empíricos

En este apartado retomamos y presentamos de manera sintética los principales hallazgos de nuestra investigación²² que permiten conocer algunas especificidades de la evaluación en las universidades a través del análisis de las prácticas evaluativas concretas desarrolladas en el marco del PROINCE.

En primer lugar, la génesis del Programa formó parte de una tendencia global conocida como “Estado evaluador” y en sus inicios fue planteado con el objetivo de instaurar mecanismos externos de evaluación para estimular la investigación en las universidades (aunque también como un procedimiento para mejorar las remuneraciones de parte de sus docentes) y se instaló en simultáneo con otros sistemas similares en países latinoamericanos. Sin embargo, nuestro estudio demostró que se fue configurando como un modelo original y no como una simple aplicación de un modelo foráneo. Y esto estuvo fuertemente marcado por el rol ejercido por el CIN tanto en el diseño como la implementación del programa. Por eso, a pesar de las resistencias iniciales, la docencia universitaria se volcó masivamente a la categorización: en 1994 se postularon 14.727 docentes y en la última categorización fueron más de 23.000.

En su versión inicial de 1993, el programa buscaba instalar un sistema de evaluación análogo al del CONICET. De hecho, el Decreto fundacional contemplaba un mecanismo de equivalencia automática de las categorías CONICET a las del PROINCE. Así, a los investigadores Superiores y Principales se les adjudicaba la categoría A, a los Independientes y Adjuntos sin director la B, en tanto la C correspondía a los Adjuntos con director y Asistentes, y la D a los becarios. Pero este mecanismo fue considerado inaceptable por el CIN, con el argumento de que vulneraba la autonomía universitaria y a raíz de esa resistencia en 1997 se

²² Los resultados amplios fueron publicados en el libro “Culturas evaluativas. Impactos y dilemas del Programa de Incentivos a Docentes-Investigadores en Argentina (1993-2018)”, coordinado por Beigel, Fernanda y Bekerman, Fabiana y publicado en 2019 por CLACSO/IEC-CONADU.

propone una nueva versión del programa con la creación del primer Manual de Procedimientos que estableció las cinco categorías que regirían en adelante (de la I hasta la V) eliminando el mecanismo automático de equivalencia e implementando requisitos cuantitativos y cualitativos para acceder a cada categoría. Este desarrollo demuestra que con anterioridad al PROINCE ya existía en las universidades nacionales una cultura evaluativa, de forma menos sistemática y más rudimentaria que la actual, pero que dio origen a un estándar de producción científica propiamente universitario y diferenciado del CONICET. De manera que, con la creación del PROINCE comienzan a convivir conflictivamente dos culturas evaluativas de carácter nacional.

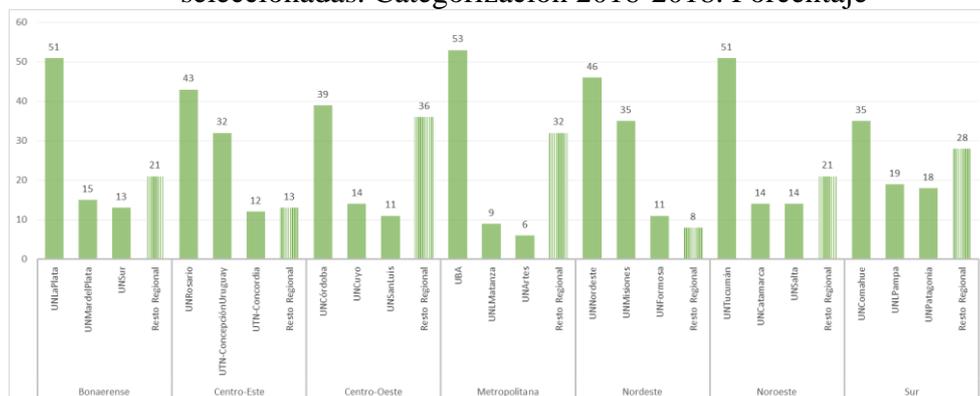
Estas dos “carreras” de investigación promueven dos “tipos ideales” de investigador que conviven cada vez más en todas las universidades nacionales porque el crecimiento del CONICET en la última década y la política de federalización radicó investigadores del organismo en todo el país y con especial concentración en la UBA. Por una parte, investigadores altamente internacionalizados, que construyen sus carreras en el CONICET, pero participando de la vida universitaria en distintos niveles, desde el desempeño en un cargo docente simple hasta la dirección de institutos de investigación y carreras de posgrado. Por otra parte, investigadores con un habitus local que han alcanzado importantes niveles de reconocimiento institucional en su propia universidad, categorizados en el PROINCE, y ajenos a la carrera del CONICET, cuya identidad se basa en el conocimiento de la agenda local de discusión, la participación en la construcción de las instituciones, el dominio pedagógico y la experiencia docente, que es considerada la función básica de la universidad. Una conjunción entre el prestigio docente, un saber-hacer construido en una experiencia institucional, refractaria a la influencia externa y una especie de capital social que se adquiere en la dinámica política de las facultades.

Comparada con CONICET, la evaluación en PROINCE tiende a ser más permeable a la diversidad de estilos de producción y circulación; en ella conviven y alcanzan la categoría solicitada tanto el Físico que publica solo en revistas mainstream como el cientista social que publica libros solo en español. Además, esa cultura evaluativa se ha extendido a todas las universidades y se ha adaptado a distintos estilos institucionales de investigación. Es, en este sentido, más abarcativa y más solidaria.

Desde los comienzos del PROINCE se ha ido incrementando la cantidad de docentes categorizados y que reciben el incentivo. Sin embargo, la distribución de estos recursos ha sido desigual y muestra asimetrías regionales, disciplinares e institucionales. En relación con la distribución regional de estos docentes-investigadores (Gráfico 1) y según datos provisorios de la última categorización²³, encontramos que las regionales que mayor proporción tienen son: Metropolitana que concentra el 24% de los docentes categorizados en el país; Bonaerense que aglutina el 22% al igual que Centro-Oeste con la misma proporción. Si miramos al interior de cada regional cuáles son las universidades que más docentes categorizados aportan encontramos fuertes asimetrías: en la regional metropolitana, la UBA concentra el 53% y algo similar ocurre en dos regionales: Bonaerense que tiene un 51% de categorizados en la UNLP y noroeste que aglutina un 51% de categorizados en la UNTucumán. En el resto de las regionales también encontramos una universidad que lidera la proporción de docentes categorizados pero el grado de concentración es menor.

²³ Son datos provisorios porque aún algunas regionales tienen pendientes evaluaciones y no han dado por finalizada la convocatoria. Los datos que presentamos los obtuvimos directamente a través de los presidentes de las distintas regionales donde se realizaron las evaluaciones.

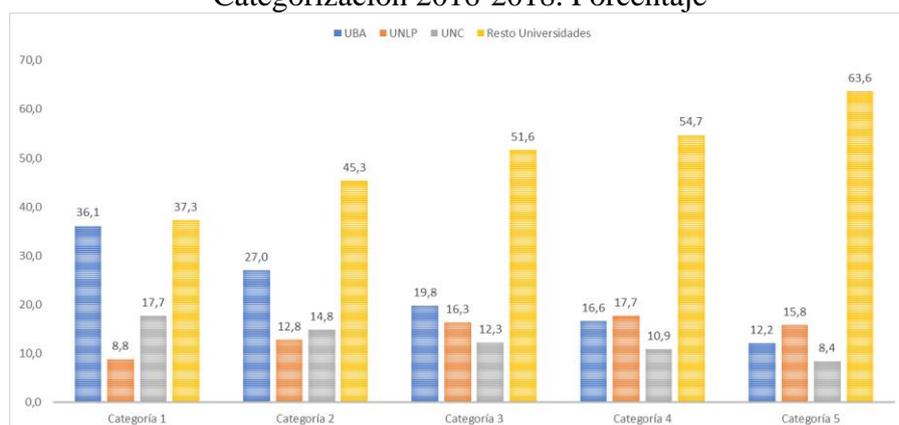
Gráfico 1 - Docentes-investigadores categorizados, por regional y universidades seleccionadas. Categorización 2016-2018. Porcentaje



Fuente: Bekerman, 2019a, p. 77.

El análisis de los docentes-categorizados según categoría obtenida muestra distintas tendencias. Primero, una distribución piramidal donde las categorías inferiores -V, IV y III- tienen mayores proporciones (35%, 21% y 26% respectivamente) y las categorías superiores -II y I- disminuyen notablemente (10% y 8% respectivamente). Segundo, en la Regional Metropolitana (donde está incluida la UBA) observamos los porcentajes más altos de categorizados I y II en relación al resto. Tercero, advertimos que en la UBA -contrariamente a lo que ocurre para el resto de las universidades- a medida que disminuye la jerarquía de investigación en el PROINCE, también disminuye su proporción, lo cual indica que concentra principalmente docentes en las categorías superiores: el 36% de los docentes con categoría I y el 27% con la II, de todo el país, pertenecen a esta universidad. Algo similar ocurre con la UNC, pero en menor proporción, mientras que la UNLP presenta una tendencia inversa: disminuye la proporción de categorizados a medida que aumenta la categoría de investigación (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Docentes categorizados, por categoría y universidades seleccionadas. Categorización 2016-2018. Porcentaje

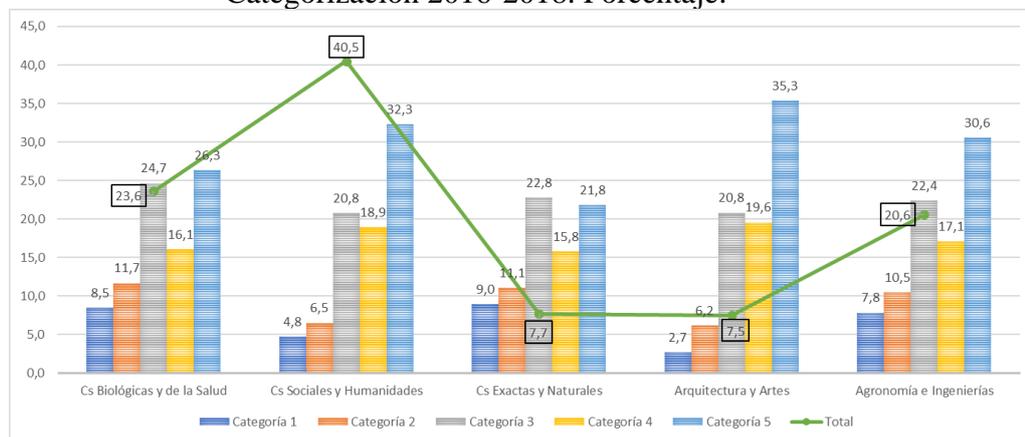


Fuente: Bekerman, 2019a, p. 80.

La distribución disciplinar (Gráfico 3) muestra una fuerte concentración de las Ciencias Sociales y Humanidades que representan el 40% de los categorizados. Esta tendencia contrasta con la estructura del CONICET y de otros organismos de otros países en los que estas disciplinas quedan relegadas de las promociones o el acceso a subsidios por la sobreutilización de criterios bibliométricos y la aplicación del factor de impacto en las evaluaciones. Luego Ciencias Biológicas y de la Salud (24%), Agronomía e Ingeniería (21%), Ciencias Exactas y

Naturales (8%), Arquitectura y Artes (7%). Además, si analizamos la distribución entre categorías en cada una de las disciplinas vemos que, por ejemplo, entre las Ciencias Sociales sólo el 5% son categoría I mientras que las Ciencias Exactas y Naturales esa categoría alcanza el 9%.

Gráfico 3 - Docentes-investigadores categorizados, por área disciplinar y categoría. Categorización 2016-2018. Porcentaje.



Fuente: BEKERMAN, 2019a, p. 81.

Si retomamos los hallazgos del trabajo empírico realizado en relación a la práctica evaluativa concreta en el marco de los comités evaluadores del PROINCE (BEKERMAN, 2019b), advertimos que asume características *sui generis* que no se ajustan estrictamente a lo que la literatura disponible define como evaluación por pares (peer review). Si bien, algunos elementos están presentes, en las evaluaciones observadas aparecen varias diferencias que sintetizamos en cuatro puntos: 1) los pares que evalúan no son expertos en la temática o línea disciplinar, sino que comparten las grandes áreas disciplinarias; 2) el reglamento exige la presencia de un evaluador extra disciplinar que, sin pertenecer siquiera al mismo entorno académico, evalúa junto a los pares disciplinares; 3) el anonimato se ve alterado porque el sistema establecido es de un “solo ciego”, es decir, el evaluador conoce el nombre del postulante y no al revés; esto puede alterar el juicio sobre todo cuando el evaluado representa una autoridad en la disciplina; 4) los/las evaluadoras no tienen acceso a los contenidos de las publicaciones ni tienen manera de evaluar los avances cognitivos o epistemológicos del postulante lo cual convierte la evaluación en un acto más administrativo que cognitivo: van puntuando en la Grilla de puntajes los ítems que evalúan pero no hacen una evaluación global del perfil o la trayectoria del postulante. Así, en comparación con las condiciones de la evaluación en el CONICET, el PROINCE ha dejado cada vez menos espacio para la intervención del elemento carismático en el proceso. Es decir, la tarea de evaluación es cada vez más una cuestión administrativa, ajena a cualquier interés propiamente científico. Si le sumamos a ello el gran volumen de trabajo que implica jornadas agotadoras, la falta de tiempo para realizar un examen a conciencia de cada caso, y el exiguo monto de los viáticos, no puede sorprender que esta evaluación aparezca como escasamente atractiva para ser encarada por los investigadores de mayor nivel.

A pesar de esto, en cada convocatoria se conforman los comités evaluadores necesarios, distribuidos según regionales y áreas disciplinares. Los evaluadores se trasladan a la provincia que oficia de anfitriona que coincide con el lugar de pertenencia del/la presidente de la comisión regional y durante 2 o 3 días evalúan las carpetas de los postulantes en grupos de 3 o 4 evaluadores, dependiendo de la cantidad de carpetas a evaluar. Nuestras observaciones etnográficas *in situ* del funcionamiento de los comités nos han permitido advertir que las prácticas de evaluación oscilan entre dos modalidades. Por un lado, una práctica evaluativa

“vertical-estandarizada” referida a situaciones en las que alguno de los miembros del comité, habitualmente aquel que conjuga conocimiento disciplinar y experiencia previa en evaluaciones, logra imponer casi con exclusividad sus impresiones, sugerencias y razonamientos al conjunto de los pares evaluadores. Las carpetas son distribuidas entre los diferentes evaluadores y el trabajo resulta por lo general solitario y en silencio, sin mayores intervenciones. Por otro lado, una práctica de tipo “horizontal-interpretativa”, referida a situaciones en las que el conjunto o la mayoría de los pares evaluadores intervinientes en la mesa de trabajo, discuten y reflexionan colectivamente la asignación de puntajes para cada una de las postulaciones. En estas mesas de trabajo cada carpeta era comentada y consensuada entre todos los pares. No se trata de prácticas evaluativas contrapuestas sino diversas que en gran medida podían arribar a resultados semejantes, aunque vale la pena aclarar que fue más común encontrar la primera modalidad (ALGAÑARAZ, 2019).

El conjunto de evaluadores dispone de una grilla de evaluación (Ver Acta Dictamen de Categorización) con puntajes máximos en cada uno de los aspectos considerados. Este puntaje es el que finalmente, junto con los requisitos cualitativos que la normativa establece, define el otorgamiento de las categorías. Este conjunto de requisitos va ponderando ciertos perfiles de docentes-investigadores y relegando otros. En ese sentido, hemos podemos decir que el PROINCE se fue configurando como un espacio en el cual conviven analíticamente al menos cuatro perfiles de docentes-investigadores/as: 1) docentes “puros”; 2) docentes con perfil de “gestión”; 3) docentes abocados a la “transferencia” y 4) docentes inclinados a la investigación, que denominamos perfil “CONICET”. Todos ellos atraviesan el proceso de evaluación cualitativa (requisitos para cada categoría) y cuantitativa (grilla con puntajes máximos establecidos para cada una de las unidades de evaluación) y como resultado obtienen una categoría de investigación (de la I a la V). Estos criterios y el conjunto de modificaciones que sufrieron a lo largo del tiempo, fueron constituyendo una cultura evaluativa propia del PROINCE cuyas características van moldeando las prácticas de los/as docentes que participan del programa.

Esa práctica evaluativa tiende a otorgar las categorías máximas a quienes tienen abultadas trayectorias docentes (y, lógicamente, realizan algo de investigación porque es un requisito del programa) y a los investigadores/as de CONICET con algún cargo docente, cuyos antecedentes en producción científica les permite acceder rápida y fácilmente a esas posiciones. Pero, entonces, nos preguntamos: ¿qué tipo de prestigio legitima el programa? Si analizamos la Grilla de puntajes y retomamos nuestras observaciones en los comités de pares, encontramos que se legitima el prestigio basado en la formación de recursos humanos que tiene 360 puntos y es el ítem que mayor puntaje tiene. Un dato relevante a considerar es que se equipara la tarea de dirección con la co-dirección de investigaciones; lo cual fue motivo de debate y cuyo resultado quedó plasmado en el último Manual de Procedimientos donde se incluyó una modificación en los requisitos cualitativos para acceder a las categorías superiores: para la categoría I anteriormente se requería haber dirigido como mínimo dos tesis de posgrados mientras que el nuevo Manual exige haber dirigido una y dirigido o co-dirigido otra; además, permite reemplazar este requisito por una labor continuada de 12 años de formación de recursos humanos acreditada mediante un informe. Para la categoría II que anteriormente era un requisito haber dirigido una tesis de posgrado, la nueva norma estipula haber dirigido o co-dirigido una tesis o acreditar una labor continuada de formación de recursos humanos durante 8 años.

Además, pudimos observar que la Producción en Investigación, otro de los pilares en la construcción del prestigio, encierra una multiplicidad de perfiles, conformando un espacio donde docentes-investigadores que publican en circuitos mainstream y en inglés conviven con docentes-investigadores con una orientación más local, nacional o regional. En relación a las actividades de Transferencia, advertimos cierta controversia o contradicción entre las señales explícitas del programa de incentivos (ponderar de igual modo la transferencia y la producción

científica, lo cual refleja un intento por premiar dos modos diferentes de producir ciencia) y los criterios implícitos desplegados por los/las evaluadores que continúan valorando mayormente actividades científicas ancladas en una concepción más tradicional o clásica de la ciencia. Sumado a esto, son incipientes los perfiles de docentes orientados a desarrollar PDTs o proyectos de vinculación, lo cual no ha generado todavía la necesidad real de modificar o acomodar este bloque de evaluación.

"2016 - Año del Bicentenario de la Declaración de la Independencia Nacional"

ACTA DICTAMEN DE CATEGORIZACIÓN

Comisión Evaluadora: _____
 Comité: _____
 Apellido y Nombre del Evaluado: _____
 CUIL: _____ Universidad: _____

	P.MÁX.	PUNTOS
2 FORMACIÓN ACADÉMICA	200	
3 DOCENCIA	200	
4 ACTIVIDAD y PRODUCCIÓN EN DOCENCIA	250	
5 INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA, ARTÍSTICA o DESARROLLO TECNOLÓGICO	200	
6 ACTIVIDAD y PRODUCCIÓN en INV. CIENTÍFICA o DESARROLLO TECNOL.	300	-
7 PRODUCCIÓN ARTÍSTICA	300	-
8 TRANSFERENCIA	300	-
9 FORMACIÓN DE RR.HH.	360	
10 GESTIÓN	150	
TOTAL (*)	1960	

(*) Los puntos 6 y 7 se excluyen mutuamente para la asignación de puntaje (no pueden sumar más de 300 puntos)

CATEGORÍA RECOMENDADA:

Fundamentación de la categoría recomendada: (con especial énfasis en los Puntos 4, 5, 6, 7, 8 y 9 de las pautas de evaluación y los aspectos cualitativos del Artículo 18 del Manual de Procedimientos)

Se recomienda la categoría _____ porque cumple con los requisitos del artículo 18 inciso _____ del manual de procedimientos y el puntaje establecido en la resolución SPU N°3564 SACT N°79/14 para esa categoría.

En caso de no recomendarse la categoría solicitada, fundamentar:

No se recomienda la/s categoría/s _____ porque no cumple con los requisitos del artículo 18 inciso/s _____ del manual de procedimientos y/o el puntaje establecido en la resolución SPU N°3564 SACT N°79/14 para esa categoría.

Firma y Aclaración Evaluador	Firma y Aclaración Evaluador

Fecha: _____

Durante nuestras observaciones advertimos que el quiebre o el punto de inflexión se produce en el paso entre la categoría IV y la III, es allí donde comienzan a diferenciarse los perfiles más orientados a la investigación que finalmente llegarán a las categorías superiores (I y II) de aquellos más orientados a la docencia que podríamos ubicarlos entre las categorías V y III. Entre una y otra categoría la diferencia cuantitativa en el puntaje aumenta: 150 entre la V y la IV; 200 entre la IV y la III; 250 entre la III y la II y 450 puntos de diferencia entre la II y la I.

Retomando las percepciones de los/las evaluadores/as (jueces y parte en el sistema) y nuestro propio análisis en relación a la distribución de los puntajes en la grilla, podemos decir que la formación de recursos humanos es un capital que legitima y otorga prestigio basado, precisamente, en la capacidad para formar discípulos (la distribución interna de la unidad de evaluación "Formación de recursos humanos" otorga a la dirección o co-dirección de doctorandos los puntajes más altos) y eso queda plasmado en la ponderación que alcanza en la grilla y las posibilidades que otorga para acceder a las categorías superiores del PROINCE. Ahora bien, ese aspecto es propio de las actividades docentes, tanto la dirección de tesis de grado como de posgrado forman parte de las tareas que deben hacer y efectivamente realizan

los docentes y aún si pensamos en la posibilidad que otorga el programa de reemplazar la dirección o codirección de tesis por la acreditación de 8 o 12 años de trayectoria en investigación, estaríamos refiriéndonos a docentes que dirigen proyectos, coordinan grupos de trabajo, es decir, realizan tareas típicamente docentes. De manera que, los docentes que son “premiados” o legitimados en el programa son aquellos que podríamos denominar “docentes puros”, cuyas trayectorias se diferencian de por lo menos dos tipos de perfiles. Uno de ellos, vinculado a quienes desarrollan tareas de gestión, “docentes-gestores”, que, si bien en los inicios del programa obtenían beneficios derivados de un puntaje alto en este ítem, actualmente con la normativa vigente, no son quienes efectivamente alcanzan las categorías más altas y, además, las observaciones que realizamos en los comités evaluadores nos mostraron que son combatidos por aquellos docentes evaluadores que no ocupan esos cargos en los espacios universitarios. El otro perfil que se diferencia del docente-puro está constituido en base a las trayectorias más orientadas a la investigación, generalmente, coincidente con docentes que tienen cargos en otros organismos científicos y que hemos denominado “docentes-CONICET”, quienes también aparecen fuertemente resistidos entre los evaluadores que participaron en la categorización-objeto de nuestro estudio.

Una mirada rápida a las trayectorias de esos evaluadores (recordemos que son docentes-investigadores con categorías I y II del PROINCE de todas las universidades del país) nos muestra que la mayoría de ellos pertenece al grupo de los docentes-investigadores “puro”. Son muy pocos los que tenían un perfil de gestión y en el caso de quienes formaban parte del perfil investigador detectamos que asumieron un rol diferente al que asumen en las comisiones evaluadoras del CONICET, adoptando los criterios explícitos establecidos en la grilla de puntajes del Programa de Incentivos como los juicios válidos para evaluar a los postulantes y haciendo consciente las diferencias respecto de la cultura evaluativa predominante en las evaluaciones que realizaban en aquel organismo.

De manera que, los docentes-investigadores que aceptan participar como evaluadores (y desde ese lugar asumen el poder de legitimar determinado perfil) son, mayoritariamente, docentes-investigadores “puros”, y sus criterios implícitos (emergentes en la práctica evaluativa) sumados a los criterios explícitos (reflejados en la normativa y la grilla) van contribuyendo a legitimar determinado prestigio que está vinculado y, a su vez, tiende a reforzar los perfiles de docentes investigadores-puros, aquellos que desarrollan actividades docentes, de extensión, de transferencia que alcanzan puntajes en los diversos aspectos de la grilla y en función de eso alcanzan las categorías superiores. Son ellos quienes mayoritariamente postulan al programa, participan como evaluadores y, en definitiva, buscan posicionarse como destinatarios del programa²⁴.

Comentarios finales

Al inicio de este trabajo mostramos que el desarrollo histórico del campo científico-universitario argentino ha dado como resultado una estructura caracterizada principalmente por dos elementos. El primero, se refiere a que el sistema científico está sostenido por dos pilares conformados por el conjunto de universidades nacionales públicas y el CONICET; esas dos instituciones son las que mayoritariamente promocionan, ejecutan y financian (a través de fondos públicos) las actividades de investigación. El segundo, tiene relación con lo anterior y se refiere a la conformación de dos culturas evaluativas; dos carreras científicas -una, en el CONICET y otra, en las universidades- que fueron forjando perfiles diferentes de producción

²⁴ Un análisis profundo y pormenorizado de los puntajes de todas las unidades de evaluación que la Grilla contempla puede verse en Bekerman, F. (2019b) “El PROINCE como instancia de legitimación de una cultura evaluativa. Capitales, inversiones y controversias”, en Beigel y Bekerman (2019), p. 239.

y circulación de conocimiento en base a capitales disimiles; aunque esta heterogeneidad presenta, al mismo tiempo, características que muestran una marcada integridad. Por ese motivo, describimos elementos que confirman que esas culturas evaluativas conviven o coexisten en el mismo espacio, mostrando tensiones y conflictos.

Nuestro foco de análisis estaba puesto específicamente en la cultura evaluativa universitaria, que analizamos a través del único programa que promueve y evalúa las actividades de investigación de los docentes (el PROINCE) mostrando que presenta características *sui generis* que no se ajustan estrictamente a la definición de evaluación por pares. Por ejemplo, en el PROINCE, los comités evaluadores no son expertos en la temática o línea disciplinar de los candidatos/as sino que pertenecen a las grandes áreas científicas y pueden no compartir siquiera la disciplina; además, el reglamento exige la presencia de un componente extra disciplinar que evalúa junto a los pares “disciplinares”; el anonimato se ve alterado porque el sistema establecido es de un “solo ciego”, es decir, el evaluador conoce al autor de la postulación lo cual altera, inevitablemente, la evaluación; los evaluadores/as no tienen acceso a los contenidos de las publicaciones ni tienen manera de evaluar los logros cognitivos o epistemológicos del postulante lo cual convierte la evaluación en un acto más mecánico-administrativo que interpretativo-cognitivo.

Sin embargo, aún con imperfecciones y considerando todos estos elementos que intervienen en la práctica evaluativa, la categorización como tal está ampliamente aceptada. Desde sus inicios y durante estos 27 años de vigencia el PROINCE ha ido forjando un tipo particular de prestigio, ha distribuido capital simbólico, cuyo poder de consagración depende de la acumulación y anclaje de otros capitales (científicos, de poder universitario, etc.) en los perfiles de los/las docentes postulantes. Así, por ejemplo, los docentes-investigadores “puros” fortalecen su posición en base a los ítems de la grilla vinculados a la docencia, tales como formación de recursos humanos, producción en docencia, extensión o transferencia. Los perfiles de docentes “gestores” sobreviven en el sistema en base a cargos ejecutivos en las universidades (que sufrieron una devaluación y ocupan hoy el menor puntaje en la grilla). Opuesto a ambos, encontramos el perfil de “docentes-investigadores del CONICET” que también es puro en el sentido de que va construyendo su prestigio y accediendo a las jerarquías del programa en base a la producción científica, pero con ciertos límites dados por sus cargos docentes, generalmente de dedicación simple, y en muchos casos de Jefes de Trabajos prácticos o adscriptos ad-honorem.

Si bien estos perfiles conviven y disputan, nuestras observaciones indican que el programa tiende a reforzar el perfil de docente-investigador “puro”. Efectivamente, la formación de recursos humanos (o, su intercambiable: acreditación de una trayectoria en investigación) tiene un peso fundamental asumiendo el mayor puntaje otorgado en la grilla. En este sentido, podemos pensar que el PROINCE aplica un instrumento que tiende a ser conservador o reproductivo porque contribuye a profundizar las jerarquías existentes, pero a la vez, solidario, porque abre posibilidades a perfiles diversos y especialmente permeable a las asimetrías institucionales y regionales del campo científico-universitario. Este sistema de evaluación funciona como un corseé paradójicamente laxo. Es decir, por un lado, encorseta la práctica evaluativa estableciendo una grilla de puntajes y dejando escaso margen de autonomía a los y las evaluadores para incorporar criterios propios de evaluación, pero, al mismo tiempo, admite la incorporación de variados perfiles de docentes-investigadores.

Para finalizar, decimos que inicialmente el PROINCE funcionó como resultado de su alto impacto en el salario docente, pero el incentivo perdió completamente su poder adquisitivo y hoy no representa nada monetariamente. A pesar de esto, esta cultura evaluativa está legitimada, extendida y aceptada en todas las universidades nacionales: la Matrix nos involucra a todos/as. El sistema de evaluación es percibido como garante del principio meritocrático de las categorías y distribuye capital simbólico, es decir, sirve como estímulo para la

jerarquización del profesorado. Las entrevistas y observaciones que realizamos demuestran que el estímulo de los docentes que buscan ingresar al PROINCE o re-categorizarse en el programa está basado en la búsqueda de reconocimiento académico pero también está ligado a su carácter "habilitante" para dirigir proyectos de investigación acreditados por las universidades, dirigir tesis, formar parte de comités evaluadores y jurados, así como del propio proceso de categorización (recuérdese que sólo los docentes investigadores con categorías I o II pueden formar parte de los comités de pares).

Bibliografía citada

ALBORNOZ, M. **Evaluación en ciencia y tecnología**. Perspectivas metodológicas. Universidad de Lanús, Buenos Aires, noviembre Año III n. 3, 2003, p. 17-34.

ALGAÑARAZ, V. Las prácticas evaluativas del programa incentivos in situ. Geografía y geología del proceso de categorización. In: BEIGEL, F. BEKERMAN, F. (Coord.). **Culturas evaluativas**. Impactos y dilemas del Programa de Incentivos a Docentes-Investigadores en Argentina (1993-2018). Buenos Aires: CECIC/IEC-CONADU, 2019, p. 141-184.

ARAUJO, S. **Universidad, investigación e incentivos**. La cara oscura. La Plata: Ediciones Al Margen; Barcelona: Anagrama, 2003.

BEIGEL, F. Científicos Periféricos, entre Ariel y Calibán. Saberes Institucionales y Circuitos de Consagración en Argentina: Las Publicaciones de los Investigadores del CONICET, **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 3, 2017, p. 825-865.

BEIGEL, F.; BEKERMAN, F. (Coord.). **Culturas evaluativas**. Impactos y dilemas del Programa de Incentivos a Docentes-Investigadores en Argentina (1993-2018), Buenos Aires: CECIC/IEC-CONADU, 2019.

BEIGEL, F.; GALLARDO, O.; BEKERMAN, F. Institutional expansion and scientific development in the periphery. The structural heterogeneity of Argentina's academic field (1983-2015). **Minerva**. A Review of Science, Learning and Policy, v. 56, n. 3, 2018, p. 305-331.

BEKERMAN, F. **La investigación científica argentina en dictadura**. Transferencias y desplazamientos de recursos (1974-1983). Mendoza: EDIUNC, 2018.

BEKERMAN, F. Un sistema de evaluación homogéneo para un espacio universitario heterogéneo. Estructura del PROINCE y características de la categorización 2016-2018. In: BEIGEL, F.; BEKERMAN, F. (Coord.) **Culturas evaluativas**. Impactos y dilemas del Programa de Incentivos a Docentes-Investigadores en Argentina (1993-2018). Buenos Aires: CECIC/IEC-CONADU, 2019a, p. 61-84.

BEKERMAN, F. El PROINCE como instancia de legitimación de una cultura evaluativa. Capitales, inversiones y controversias. In: BEIGEL, F.; BEKERMAN, F. (Coord.) **Culturas evaluativas**. Impactos y dilemas del Programa de Incentivos a Docentes-Investigadores en Argentina (1993-2018), Buenos Aires: CECIC/IEC-CONADU, 2019b, p. 239-284.

BOURDIEU, P. **El oficio del científico**. Ciencia de la ciencia y reflexividad. Barcelona: Anagrama, 2003.

FELD, A. Ciencia, tecnología y política(s) en la Argentina y en Brasil: un análisis histórico-comparativo de sus sistemas públicos de investigación (1950-1985). In: CASAS, R.; MERCADO, A. (Coord.). **Mirada Iberoamericana a las Políticas de Ciencia, Tecnología e Innovación**. Perspectivas comparadas. Madrid-Buenos Aires: CLACSO-CYTED, 2015, p. 39-71.

FERNÁNDEZ BERDAGUER, L.; VACCAREZZA, L. Estructura social y conflicto en la comunidad científica universitaria: la aplicación del programa de incentivos para docentes investigadores en las universidades argentinas. In: FOLLARI, R. (2000). **Aspectos teóricos y metodológicos sobre evaluación de la función investigación en las universidades**. Buenos Aires: CONEAU, 1996.

HACKETT, E.; CHUBIN, D. **Peer Review for the 21st Century**: Applications to Education Research. Prepared for a National Research Council Workshop Washington, D.C., February 25, 2003.

KNORR-CETINA, K. **Epistemic Cultures**. How the sciences make knowledge. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LAMONT, M. **How professors think**: inside the curious world of academic judgment. Boston: Harvard University Press, 2009 [1957].

PRATI, M. **El impacto del Programa de Incentivos a partir de las percepciones de los académicos**. Trabajo final de grado. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2003. Disponible en: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.536/te.536.pdf>

PRATI, M. **El Programa de Incentivos como caso representativo de las políticas universitarias de los 90 en Argentina**. Ponencia presentada en las V Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, La Plata, 2008.

PREGO, P.; PRATI, C. **Actividad científica y profesión académica**: transiciones en el marco de las políticas de incentivos. Un enfoque comparado de ciencia básica y humanidades en la Universidad argentina, VI ESOCITE, 2006.

SANZ-MENÉNDEZ, L. Evaluación de la investigación y sistema de ciencia, **Boletín de la Sociedad Española de Bioquímica y Biología Molecular** (SE-BBM), n. 140, 2004, p. 6-10.

SARTHOU, N.; ARAYA, J. M. El Programa de Incentivos a Docentes Investigadores/as en Argentina: a dos décadas de su implementación. **Ciencia, Docencia y Tecnología**, v. 26, n. 50, 2015, p. 1851-1716. Disponible en: <http://www.pcient.uner.edu.ar/cdyt/article/view/36>

SARTHOU, N. Los sistemas de evaluación de la investigación y la universidad en América Latina: ¿distintos sistemas para un mismo fin. **Gestión Universitaria**, v. 6, n. 1, 2013, p. 1-20. Disponible en: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/1117>

SARTHOU, N. Entendiendo la política pública a través de sus instrumentos: el Programa de Incentivos a Docentes Investigadores de Universidades Nacionales. **Documentos y Aportes en**

Administración Pública y Gestión Estatal, v. 22, n. 14, 2014, p. 71-102. Disponible en: <https://doi.org/10.14409/da.v1i22.4254>

SARTHOU, N. ¿Que veinte años no es nada? Cambios y continuidades en los criterios de evaluación del Programa de Incentivos a Docentes-Investigadores/as en la universidad argentina (1994-2014). **Revista Ciencia Tecnología y Sociedad**, v. 32, n. 11, 2016, p. 85-110. Disponible en: <https://www.redalyc.org/journal/924/92445928006/>

VASEN, F. Las políticas científicas de las universidades nacionales argentinas en el sistema científico nacional. **Revista Ciencia, Docencia y Tecnología**, año XXIV, n. 46, 2013, p. 9-32. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14527692001>

Fuentes documentales citadas

Acta Dictamen de Categorización 2016-2018, SPU.

Decreto-Ley N. 1291 del PEN, 5 de febrero de 1958.

Decreto N. 2427 del PEN, noviembre de 1993.

MinCyT (2021) Indicadores de I + D Argentina 2019. <https://www.argentina.gob.ar/ciencia/indicadorescti/indicadores-de-id-argentina-2019>

Resolución conjunta SACT N. 079 y SPU N. 3564.

Resolución conjunta N. 3564/14, Ministerio de Educación, SPU, y N. 0794, SACT. Boletín Oficial de la República Argentina n. 32994, 1ª Sección, 2 de octubre de 2014.

SPU. Anuario de Estadísticas Universitarias. Argentina 2013 y 2015. Buenos Aires.

12. CAUSAS DA EVASÃO NO IFPR: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Debora da Costa Pereira
Fábio André Hahn

Introdução

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) foi criado em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei n. 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – a partir da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR). Trata-se de uma instituição pública ligada à rede federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e regido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Além de oferecer Educação Básica, Técnica e Tecnológica, cabe também aos Institutos Federais desenvolver propostas de cunho socioeconômico, cultural, esportivo, apoiadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, a fim de que essas ações propiciem desenvolvimento tanto para os estudantes quanto para a sociedade como um todo.

De acordo com a Lei 11.892/08, os institutos federais devem reservar, no mínimo, 50% de suas vagas para os cursos de nível médio, 20% para os cursos de licenciatura e 30% para os demais cursos, sendo que, pelo seu caráter inclusivo, 80% do total de vagas é destinado para cotas de políticas de inclusão.

Considerando que o IFPR possui vários campi, não sendo possível uma análise aprofundada sobre a evasão se o tomarmos como um todo, em um curto prazo, apresentaremos neste capítulo os resultados obtidos na pesquisa realizada nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFPR – Campus Ivaiporã, no concernente às causas da evasão no universo pesquisado.

Localizado na região Norte Central do Paraná, o Campus Ivaiporã é um dos 26 *campi* do IFPR, inaugurado em agosto de 2010. A partir daí, a unidade vem expandindo gradativamente em estrutura física, pedagógica e recursos humanos. À medida que a unidade se amplia, alguns desafios educacionais vão ganhando corpo no processo formativo. Os altos índices de evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio é um deles. Nessa modalidade, os números chegam a pouco mais de 40%²⁵ no *campus*.

A evasão é um dos assuntos centrais nas discussões sobre os problemas que a educação brasileira enfrenta e um grande desafio a ser superado pelas instituições de ensino, para que ocorra a efetividade do processo formativo.

Em termos oficiais, esse fenômeno se caracteriza em suas dimensões concretas quando o estudante deixa o curso, ou a instituição, ou quando ele não conclui o nível de ensino (BRASIL, 1996). Esse problema se apresenta enquanto um desafio a ser superado pelas instituições públicas de ensino. Não basta apenas garantir o acesso dos estudantes, mas também, e, principalmente, propiciar condições de permanência e êxito deles, nos estudos. Presente nas mais variadas modalidades e níveis de ensino, a evasão apresenta índices e causas diferenciadas dentro de cada contexto.

É importante destacar que há uma diferença entre evasão e abandono escolar. O abandono está relacionado à situação em que o estudante deixa de frequentar a escola por um determinado período, sem um pedido formal de transferência, retornando posteriormente, ao passo que a evasão se caracteriza pelo fato do estudante deixar a escola e não dar continuidade

²⁵ Resultado obtido por meio de dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic), em 29 de abril de 2019, referentes ao Campus Ivaiporã.

aos estudos nos anos seguintes (SHIRASU; ARRAES, 2015).

Seguindo essa definição, é importante constar que, o índice de evasão apresentado acima, se baseia em estudantes evadidos especificamente dos cursos técnicos integrados do IFPR – Campus Ivaiporã, contudo, não evadidos do sistema escolar, uma vez que deram continuidade aos seus estudos, em outras instituições de ensino, sem concluir somente o curso técnico.

Compreendendo a evasão escolar enquanto um fenômeno complexo, “influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive” (DORE; LUSCHER, 2011, p. 776), não sendo possível, portanto, compreendê-la de modo unilateral, sem levar em conta suas diferentes variáveis, é evidente a necessidade de estudar esse tema de modo interdisciplinar, ou seja, observar o objeto como um todo e não apenas como um fragmento isolado. O fenômeno da evasão precisa ser observado para além das fronteiras criadas pela disciplinaridade, buscando diferentes percepções que se complementam (Cf. HAHN, 2020).

Tendo em vista a relevância da temática e a escassez de produções sobre evasão no Ensino Técnico no Brasil, tanto em termos de referencial teórico quanto empírico, destacada por Dore e Luscher (2011) e reforçada por Narciso (2015, p. 69), ao salientar que “pesquisas sobre a evasão na educação profissional de nível técnico na Rede Federal constata um ‘silenciamento’ da produção científica e intelectual”, objetivamos nesse capítulo, apresentar alguns resultados da pesquisa sobre a evasão no Instituto Federal do Paraná (PEREIRA, 2020).

O estudo em questão se pautou em uma abordagem quanti-qualitativa, realizada a partir de referências bibliográficas, análise documental e aplicação de questionário *online*, via Formulários Google, junto aos estudantes evadidos, das turmas já concluídas, no período de 2012 a 2018. Dos 94 estudantes evadidos, 72 responderam o questionário, o que corresponde a 76,6% do público, sendo 44 do Curso Técnico em Informática, 15 do Curso Técnico em Eletrotécnica e 13 do Curso Técnico em Agroecologia. Trata-se de estudantes oriundos de Ivaiporã, Jardim Alegre, Ariranha do Ivaí, Arapuã, Lidianópolis e São João do Ivaí, sendo a maioria de Ivaiporã (74,46%). A coleta dos dados se refere ao ano de 2019.

Levando em conta o elevado índice de evasão da unidade, bem como a quantidade e a variedade dos cursos e turmas já concluídas no campus, esta pesquisa visou contribuir de modo relevante para a ampliação do *corpus* de estudos teóricos e empíricos sobre a temática, que poderão facilitar a compreensão desse fenômeno tão complexo.

A evasão e o IFPR: as causas evidenciadas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Ivaiporã

Considerando o que salienta Maria Minayo (2009, p. 27), que “o ciclo nunca se fecha, pois, toda pesquisa produz conhecimentos afirmativos e provoca mais questões para aprofundamento posterior”, é importante apresentarmos alguns aspectos nacionais relacionados às causas da evasão e os motivadores da permanência, a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca da evasão nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, com base em 13 dissertações defendidas entre 2014 e 2019, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, para compreendermos de modo mais amplo os resultados do universo pesquisado.

Trata-se das pesquisas realizadas por Novais (2014), Neves (2014), Yokota (2015), Veiga (2016), Zibenberg (2016), Silva (2017), Balta (2017), Almeida (2017), Marques (2017), Santos (2017), Matos (2018), Frighetto (2018) e Almeida (2019), todas pautadas em estudos relacionados a cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

A opção por essa base se deu pelo fato desse repositório representar, em certa medida, o atual estado de produção dos estudos e pesquisas realizadas no ambiente acadêmico. Vale constar, portanto, que se trata de um estudo parcial sobre as investigações acerca da temática,

uma vez que as dissertações não sintetizam toda a produção da área. Dito isto, apresentamos no Quadro 1, os resultados obtidos.

Quadro 1 - Motivadores da evasão e permanência na literatura referenciada

Motivadores individuais para a evasão	Dificuldade de aprendizagem
	Vulnerabilidade socioeconômica
	Dificuldade de adaptação no curso técnico integrado
	Escolha dos pais quanto ao ingresso e saída da instituição
	Interesse em cursar somente o Ensino Médio
	Distância entre a residência e a escola
	Não identificação com o curso
	Defasagem de aprendizagem no Ensino Fundamental
	Falta de compromisso por parte dos estudantes
	Medo de reprovar
	Cansaço e sensação de desamparo por parte dos estudantes
Motivadores individuais para a permanência	A formação em uma instituição federal
	Melhor preparo para o vestibular
	Não ter reprovado ou ficado em dependência
	Poder se dedicar somente aos estudos
	Ter acesso a computador e internet em casa
	Apoio familiar e de amigos
	Esforço individual
	Influência do capital cultural e socioeconômico
Motivadores institucionais para a evasão	Currículo sobrecarregado de disciplinas
	Não integração entre disciplinas técnicas e do núcleo comum
	Excesso de atividades
	Falta de tempo para atividades de pesquisa e extensão
	Extensa carga horária dos cursos
	Reprovação
	Alto nível de exigência dos professores
	Ausência de aulas práticas
	Greves
	Fragilidade no atendimento diversificado ao perfil dos estudantes
	Falta de comunicação e integração entre instituição e estudantes
	Falta de envolvimento com a realidade dos estudantes
	Relação conflituosa entre servidores e estudantes
	Problemas relacionados à infraestrutura da instituição
	Docentes que se sentem cansados e desamparados para o exercício da atividade profissional
	Questões didático-pedagógicas
	O discurso da qualidade do ensino que acaba por excluir quem não acompanha
Problemas relacionados ao trabalho docente	
Motivadores institucionais para a permanência	Qualidade do ensino
	Estrutura física e recursos tecnológicos de alta qualidade
	Bolsas e auxílios estudantis
	A formação dos servidores e sua relação com os estudantes
	O acesso à direção da instituição
	A proposta de formação voltada à autonomia dos estudantes
	Projetos de pesquisa e extensão
	Viagens e visitas técnicas
	A participação dos estudantes nas decisões
	Oferta de alimentação e transporte gratuitos

	Atendimento individual praticado pelos docentes
	Orientação educacional
	Acompanhamento pedagógico
	Comprometimento docente com o processo formativo

Fonte: PEREIRA, 2020, p. 26-27.

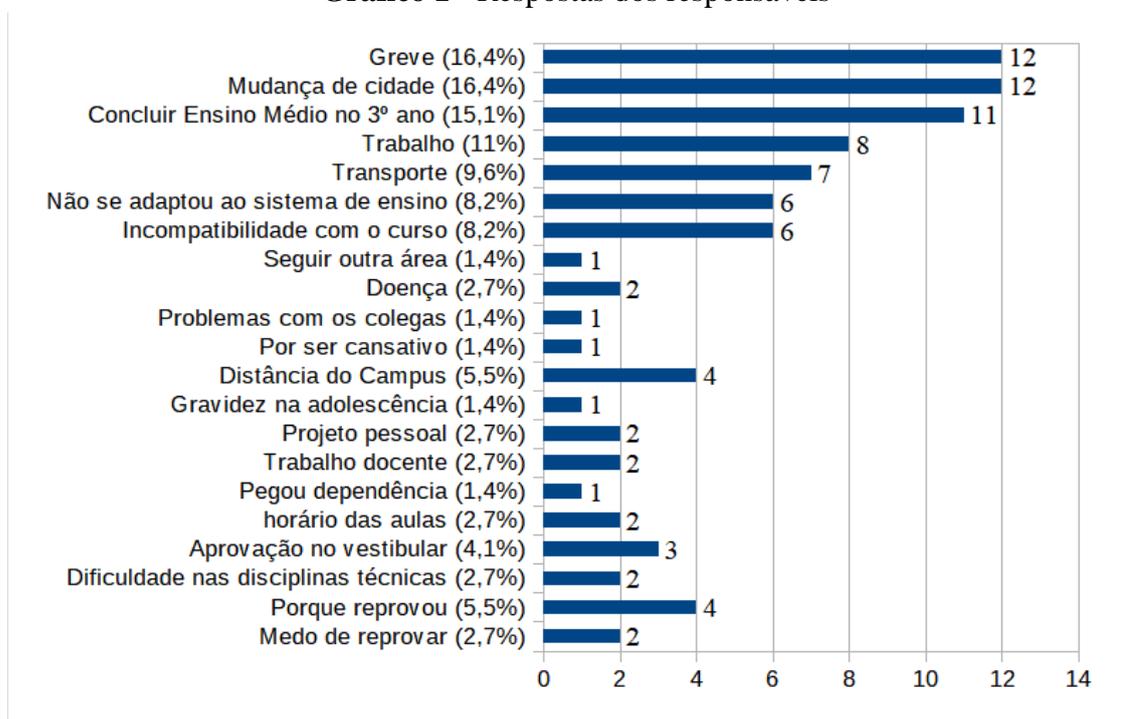
As leituras realizadas possibilitaram uma visão do fenômeno da evasão em várias instituições de ensino, porém, dentre as pesquisas analisadas, não havia nenhuma desenvolvida no âmbito do Instituto Federal do Paraná (IFPR), instituição que possui uma média de evasão de 34,15%²⁶, nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Além desse elevado índice, é importante compreender que cada instituição tem uma realidade diferente a ser considerada e quanto mais investigações acerca do fenômeno da evasão forem conhecidas, mais possibilidades de intervenção podem ser identificadas.

Sendo assim, apresentaremos agora as causas da evasão nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFPR – Campus Ivaiporã. Os resultados da pesquisa estão divididos em duas partes: causas elencadas pelos responsáveis e pelos evadidos. Os dados foram coletados por meio da análise dos relatórios de intervenção sobre pedido de transferência, dos requerimentos de solicitação de transferência para outra instituição de ensino e das respostas obtidas pelo questionário *online*.

Causas elencadas pelos responsáveis

Com relação às causas elencadas pelos responsáveis dos estudantes, destacam-se os seguintes motivadores:

Gráfico 1 - Respostas dos responsáveis



Fonte: PEREIRA, 2020, p. 61.

²⁶ Resultado obtido por meio de dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic), em 29 de abril de 2019, referentes ao IFPR.

Observando isoladamente as causas expostas no Gráfico 1, são perceptíveis três motivadores principais: greve, mudança de cidade e concluir o Ensino Médio no 3º ano. Porém, é importante lembrar que a evasão não se justifica por questões isoladas, mas por vários aspectos, que se interligam dentro de um determinado contexto. Sendo assim, categorizamos as causas apresentadas no Gráfico 1, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Motivadores internos e externos: responsáveis

Motivadores internos (41,07%)	Motivadores externos (58,93%)
Greve (13,31%)	Mudança de cidade (13,31%)
Não se adaptou ao sistema de ensino (6,65%)	Concluir o Ensino Médio no 3º ano (12,26%)
Incompatibilidade com o curso (6,65%)	Trabalho (8,93%)
Problemas com os colegas (1,14%)	Transporte (7,79%)
Por ser cansativo (1,14%)	Seguir outra área (1,14%)
Trabalho docente (2,19%)	Doença (2,19%)
Pegou dependência (1,14%)	Distância do campus (4,46%)
Dificuldade nas disciplinas técnicas (2,19%)	Gravidez na adolescência (1,14%)
Porque reprovou (4,46%)	Projeto pessoal (2,19%)
Medo de reprovar (2,19%)	Aprovação no vestibular (3,33%)
	Horário das aulas (2,19%)

Fonte: PEREIRA, 2020, p. 62.

Os números sugerem que os motivadores externos à instituição são a maioria dentre as causas destacadas pelos responsáveis. Quanto à questão de mudança de cidade, foge à alçada da instituição uma intervenção pontual. Porém, em um momento oportuno, cabe refletir sobre quais fatores podem estar interferindo para que essas famílias precisem mudar e analisar se há possíveis ações que a instituição possa realizar, que contribuam para a permanência das pessoas no município, uma vez que o IFPR traz consigo a proposta de transformação socioeconômica da região de abrangência.

No concernente à conclusão antecipada do Ensino Médio no 3º ano, que pode ser associada à aprovação no vestibular e querer seguir outra área, totalizando 16,73%, é perceptível uma questão cultural de nossa sociedade. Cobra-se muito dos jovens o ingresso na universidade, a definição da carreira a seguir, o sucesso profissional, entre outras responsabilidades, que acabam pressionando, de certa forma, estudantes e familiares, ao ponto que, cursar um Ensino Médio com duração de quatro anos pode significar para essas famílias o “atraso” de um ano para o ingresso no curso superior e não a compreensão de que esse ano a mais pode preparar melhor o estudante para o sucesso acadêmico e profissional.

Esse desejo de conclusão antecipada possibilita a reflexão sobre uma reformulação nos PPC's, readequando a distribuição da carga horária, não com a intenção de reduzir, mas de condensar em três anos, o que poderia ser uma das possibilidades de diminuição nos índices de evasão.

Por outro lado, pedagogicamente, o curso ficaria ainda mais cansativo, uma vez que, em alguns dias, as aulas teriam que ocorrer em tempo integral para que essa adequação ocorresse e isso desencadearia outros problemas como a questão da alimentação, por exemplo, já que o IFPR não oferece refeição gratuita aos estudantes. De todo modo, é importante refletir sobre essa questão junto aos *campi* que já oferecem os cursos em três anos e analisar os prós e os contras desse modelo.

Quanto ao transporte que, associado à distância do *campus* somam 12,25%, conforme dito anteriormente, trata-se de um problema de política pública que não oferece transporte escolar gratuito até o Instituto. Devido à disponibilidade de um terreno público compatível com o espaço necessário para a implantação da unidade de ensino ter sido o antigo parque de exposição do município de Ivaiporã, que fica fora da área central da cidade, localizado na

rodovia, o deslocamento dos estudantes até lá fica prejudicado, principalmente para os estudantes de outros municípios.

Apesar de aparecer em menor número, urge que seja considerado a relevância dos aspectos internos à instituição. As greves ocorridas em 2012 e 2015 foram bem impactantes nesse contexto. A instituição havia iniciado as atividades pedagógicas em 2010 e, em 2012, acabava de iniciar a primeira turma de curso técnico integrado. Era tempo de solidificar a identidade institucional do IFPR em Ivaiporã e, como é sabido, as greves, apesar de necessárias contra os ataques à educação, nem sempre são bem-vistas e compreendidas pela população.

Partindo de algo nacional para questões locais, a situação fica mais complexa quando agrupadas as opções: não se adaptou ao sistema de ensino, incompatibilidade com o curso, trabalho docente, ficou em dependência, dificuldade nas disciplinas técnicas, porque reprovou e medo de reprovar, totalizando 25,47%, evidenciando, conforme salientam Santos (2017) e Balta (2017), que questões didático-pedagógicas contribuíram com a evasão escolar, chamando a atenção para a necessidade de uma reflexão sobre quais medidas institucionais devem ser tomadas diante disso.

Quando o estudante ingressa no IFPR para fazer um curso técnico integrado, ele se depara com uma realidade diferente a que está acostumado, seja oriundo de escola pública ou privada. Se esse estudante chegar com defasagem de conteúdo, a situação fica ainda mais delicada. É essencial, portanto, que docentes e equipe pedagógica compreendam a situação de cada ingressante e façam um acompanhamento, principalmente no primeiro ano, a fim de ambientá-lo da melhor forma possível, propiciando uma boa adaptação a essa nova proposta de ensino que lhe é oferecida, motivando-o a permanecer no curso, assim como citou Almeida (2019).

É perceptível que uma causa promova outra, ao considerar o caso de um estudante que não consegue se adaptar à rotina de estudos e começa a ter dificuldades nas disciplinas técnicas, caso ele reprove ou fique em dependência, a cada ano ele gostará menos do curso e a situação dele ficará ainda mais difícil e cansativa. Se, porventura, ele conseguir chegar ao 3º ano, carregando todo esse fardo e com medo de reprovar novamente, é bem possível que esse estudante desista do curso técnico e vá para outra instituição de ensino, na qual se formará no 3º ano. Por isso, é importante que os estudantes entendam que, mesmo sendo difícil, o *campus* dispõe de profissionais dispostos e capacitados para ajudá-los.

Tendo em vista que, não foi possível separar as causas destacadas pelos responsáveis, por curso, para uma melhor e mais ampla discussão sobre o assunto, é importante apreender a percepção dos estudantes quanto aos principais motivadores da evasão em seus respectivos cursos.

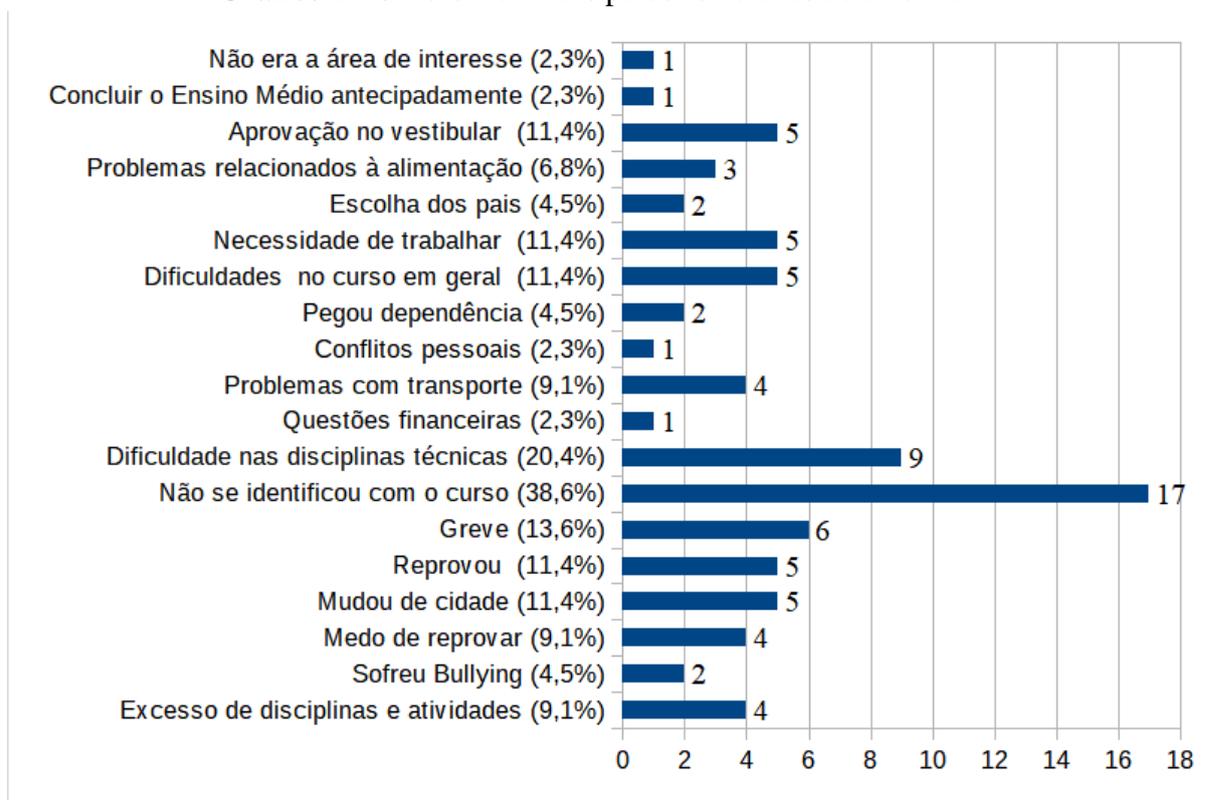
Motivadores elencados pelos estudantes

Nesta parte, apresentaremos as discussões pela ordem cronológica de criação dos cursos. Sendo assim, iniciamos com o Curso Técnico em Informática, seguido por Eletrotécnica e finalizamos com Agroecologia.

Curso Técnico em Informática

O Curso Técnico em Informática iniciou sua primeira turma em 2012, tendo, portanto, quatro turmas concluídas até 2018. Dos 57 evadidos, 44 responderam à pesquisa (77, 2%) e elencaram as seguintes causas, conforme Gráfico 2:

Gráfico 2 - Causas elencadas pelos estudantes de Informática



Fonte: PEREIRA, 2020, p. 65.

Observando o Gráfico 2, é notório que, assim como os resultados apresentados por Veiga (2016), Matos (2018) e Neves (2014), no Curso Técnico em Informática, a não identificação com o curso foi apresentada como a maior causa da evasão, seguida da dificuldade nas disciplinas técnicas. De todo modo, conforme já citado anteriormente, não se deve pensar nas causas somente de modo isolado. É importante compreender o que mais se soma ou que acaba por impactar nesses problemas. Sendo assim, categorizamos os motivadores de acordo com Quadro 3.

Quadro 3 - Motivadores internos e externos: Informática

Motivadores internos (65,77%)	Motivadores externos (34,23%)
Dificuldades no curso em geral (6,11%)	Não era a área de interesse (1,23%)
Pegou dependência (2,41%)	Concluir o Ensino Médio antecipadamente (1,23%)
Dificuldade nas disciplinas técnicas (10,94%)	Aprovação no vestibular (6,11%)
Não se identificou com o curso (20,71%)	Problemas relacionados à alimentação (3,65%)
Greve (7,30%)	Escolha dos pais (2,41%)
Reprovou (6,11%)	Necessidade de trabalhar (6,11%)
Medo de reprovar (4,88%)	Conflitos pessoais (1,23%)
Sofreu <i>bullying</i> (2,41%)	Problemas com transporte (4,88%)
Excesso de disciplinas e atividades (4,88%)	Questões financeiras (1,23%)
	Mudou de cidade (6,11%)

Fonte: PEREIRA, 2020, p. 65-66.

Ao contrário do que indicaram os responsáveis, no Curso Técnico em Informática, a maioria das causas da evasão citadas são relacionadas a motivadores internos à instituição. Considerando a não identificação com o curso na condição de causa principal, é importante compreender que aparecem outros motivadores que podem culminar nessa incompatibilidade,

que são: excesso de disciplinas e atividades, medo de reprovar, reprovou, dificuldade nas disciplinas técnicas, ficou em dependência e dificuldades no curso em geral, totalizando 56,04%, tornando o problema ainda maior.

Analisando os fatores supracitados, é evidente que, conforme Matos (2018), Santos (2017), Almeida (2017), Silva (2017), Balta (2017), Almeida (2019) e Novais (2014), as questões relacionadas ao currículo e acompanhamento pedagógico estão influenciando na evasão e precisam ser repensadas de maneira a atender melhor à missão, visão e valores do IFPR, sem perder a qualidade da formação ofertada.

De acordo com a bibliografia referenciada, sete, das treze pesquisas, apontam para as questões curriculares, alertando para a relevância do problema e para o fato de que, certamente, não é exclusivo do IFPR – Campus Ivaiporã. Isso reforça a ideia de que a evasão não é um fenômeno isolado e que suas causas permeiam variáveis e realidades distintas, sendo necessário engajamento e compromisso de toda comunidade escolar em seu enfrentamento.

Pensando ainda na não identificação com o curso e na dificuldade em disciplinas técnicas enquanto maiores motivadores da evasão no Curso Técnico em Informática, cabe, também, uma reflexão sobre duas questões pontuais: 1) Por que a identificação com a área técnica do curso aparece entre os principais motivadores para o ingresso dos estudantes, conforme visto no Gráfico 6, e, por outro lado, a não identificação com o curso e a dificuldade nas disciplinas técnicas agora são as principais justificativas para a evasão no Curso Técnico em Informática? E 2) Quais medidas a instituição pode adotar para sanar esse problema?

Com relação à primeira pergunta, é presumível que uma das possibilidades é que os estudantes estão chegando ao Instituto sem saber ao certo o que se faz no curso em questão e como funciona um Curso Técnico Integrado. Ao contrário dos cursos que focam mais na questão de *hardwares* e utilização de pacotes operacionais, que já são mais conhecidos pela população, de acordo com o PPC do Curso Técnico em Informática do IFPR – Campus Ivaiporã, espera-se que o egresso seja capaz de:

Manipular computadores e sistemas operacionais; Desenvolver sistemas computacionais que auxiliem na rotina de trabalho das organizações; Realizar manutenções em sistemas; Conceber e implementar soluções baseadas em banco de dados; Desenvolver aplicações e portais para Internet; Elaborar e documentar projetos de software; Identificar e entender o funcionamento de tecnologias empregadas nas redes de computadores; Integrar-se com facilidade a grupos de trabalho, atuando de forma ética e responsável. Desenvolver trabalhos de consultoria na área tecnológica. (PPC – INFORMÁTICA, 2013, p. 9).

Observando as competências mencionadas, é notório tratar-se de algo complicado para quem não tem afinidade, de fato, com a área. Portanto, é imprescindível que o ingressante tenha pleno conhecimento disso.

Uma possibilidade para sanar essa questão, já em resposta à segunda indagação, é aproximar mais a instituição dos estudantes dos 9º anos do Ensino Fundamental, que almejam estudar no IFPR. Atualmente, é feita, uma vez por ano, a chamada Mostra de Cursos, que consiste basicamente em um evento de curta duração, no qual estudantes dos 9º anos vão até o *campus* para conhecer o Instituto e saber um pouco do que se faz em cada curso. É uma ação válida, porém, não é suficiente se realizada unicamente, haja vista que o tempo dispensado para essa atividade não é o bastante para um contato efetivo entre estudantes e instituição/cursos.

Em complemento à Mostra de Cursos, proponho a realização de minicursos de extensão voltados especificamente aos estudantes dos 9º anos, que visem apresentar a esse público o que se faz em cada curso oferecido no IFPR – Campus Ivaiporã, por meio de atividades teóricas e práticas/oficinas. Devido ao fato de que as inscrições para o processo seletivo ocorrem já no

início do segundo semestre, seria interessante que os cursos fossem desenvolvidos no primeiro semestre de cada ano.

Tendo em vista que um dos motivadores para o ingresso dos estudantes no IFPR – Campus Ivaiporã é a indicação de amigos, alguns veteranos dos cursos poderiam participar dessa atividade de extensão, desse modo, os possíveis calouros se aproximariam da instituição, dos veteranos, dos docentes e se familiarizariam com as áreas técnicas de interesse, diminuindo as chances de evadirem-se.

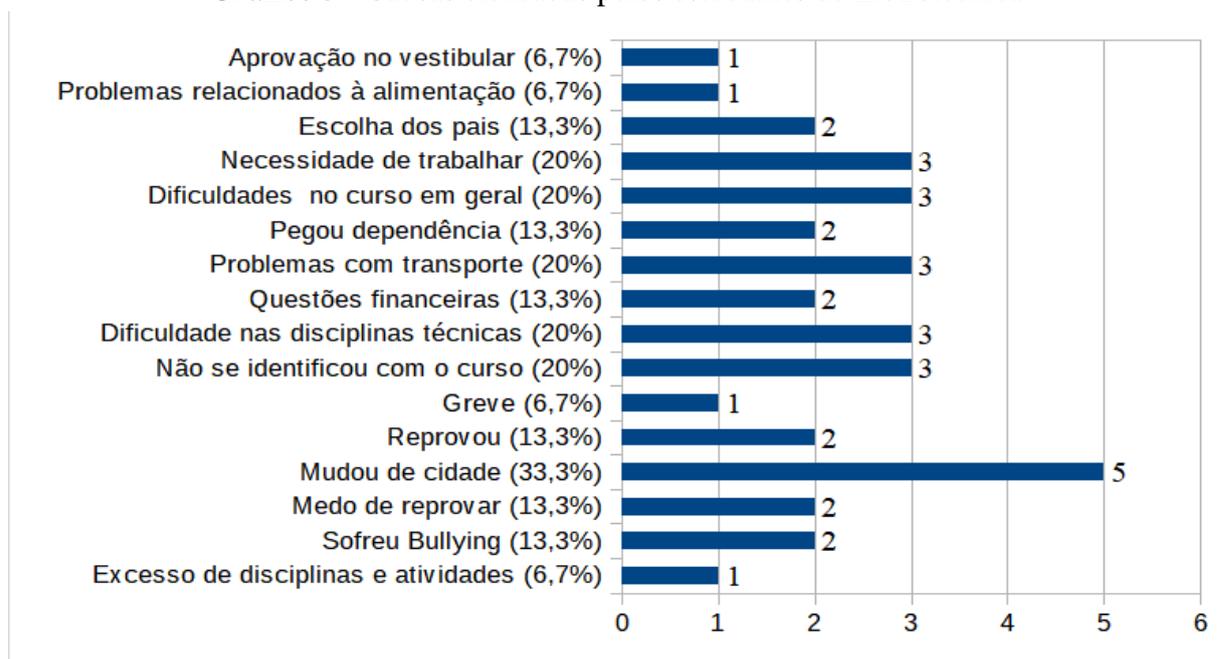
Outro fator que deve ser levado em conta, quanto à não identificação com o curso, é o fato de que, nos anos de 2012 e 2013, o Curso Técnico em Informática era a única opção de curso integrado oferecido pelo Campus Ivaiporã. Diante disso, é possível considerar que, mesmo não tendo afinidade com a área, mas pensando na qualidade do ensino ou, conforme citado por Almeida (2019), com desejo de obter um certificado de uma instituição pública federal e um melhor preparo para o vestibular, alguns estudantes escolheram fazer o curso por falta de opção em outras áreas.

Além disso, vale constar que, muitos desses estudantes estão familiarizados a um modelo de formação técnica que representa a profissionalização concluída do indivíduo. Isso propicia uma reflexão no sentido de pensar se esses estudantes evadidos, por não se identificarem com o curso, tinham clara a diferença da proposta de formação humana, de ensino técnico e tecnológico, oferecida pelo IFPR enquanto formação profissional, em comparação à formação profissionalizante, puramente tecnicista. Essa reflexão abre espaço para amplo debate em um momento oportuno. Para o momento, portanto, consideramos que a não assimilação dessa diferença pode ser uma das hipóteses para evasão, nesse caso.

Curso Técnico em Eletrotécnica

O Curso Técnico em Eletrotécnica iniciou a primeira turma em 2014, possuindo duas turmas concluídas até 2018. Dos 22 evadidos, 15 responderam à pesquisa (68,2%) e elencaram os seguintes motivadores:

Gráfico 3 - Causas elencadas pelos estudantes de Eletrotécnica



Fonte: PEREIRA, 2020, p. 70.

O fato de terem mudado de cidade aparece como a principal justificativa para a evasão dos estudantes do Curso Técnico em Eletrotécnica. Conforme mencionado anteriormente, essa é uma questão externa à instituição, não estando em sua alçada resolvê-la. Porém, é perceptível, de acordo com o Gráfico 3, que as demais causas apresentadas são tão relevantes quanto a principal, uma vez que a diferença da quantidade de estudantes que assinalaram cada opção é bem pequena. Apresentamos, então, os motivadores por categorias:

Quadro 4 - Motivadores internos e externos: Eletrotécnica

Motivadores internos (52,77%)	Motivadores externos (47,23%)
Dificuldades no curso em geral (8,34%)	Aprovação no vestibular (2,79%)
Pegou dependência (5,54%)	Problemas relacionados à alimentação (2,79%)
Dificuldade nas disciplinas técnicas (8,34%)	Escolha dos pais (5,54%)
Não se identificou com o curso (8,34%)	Necessidade de trabalhar (8,34%)
Greve (2,79%)	Problemas com transporte (8,34%)
Reprovou (5,54%)	Questões financeiras (5,54%)
Medo de reprovar (5,54%)	Mudou de cidade (13,88%)
Sofreu <i>bullying</i> (5,54%)	
Excesso de disciplinas e atividades (2,79%)	

Fonte: PEREIRA, 2020, p. 70.

Assim como no Curso Técnico em Informática, porém, com uma diferença menor, no Curso Técnico em Eletrotécnica, os motivadores internos somam a maioria das causas da evasão e corroboram também com os resultados apresentados por Matos (2018), Santos (2017), Almeida (2017), Silva (2017), Balta (2017), Almeida (2019) e Novais (2014), de que há um problema de ordem curricular que precisa ser repensado, uma vez que os estudantes são exigidos dentro de um modelo ideal e nem sempre têm condições de responder a ele.

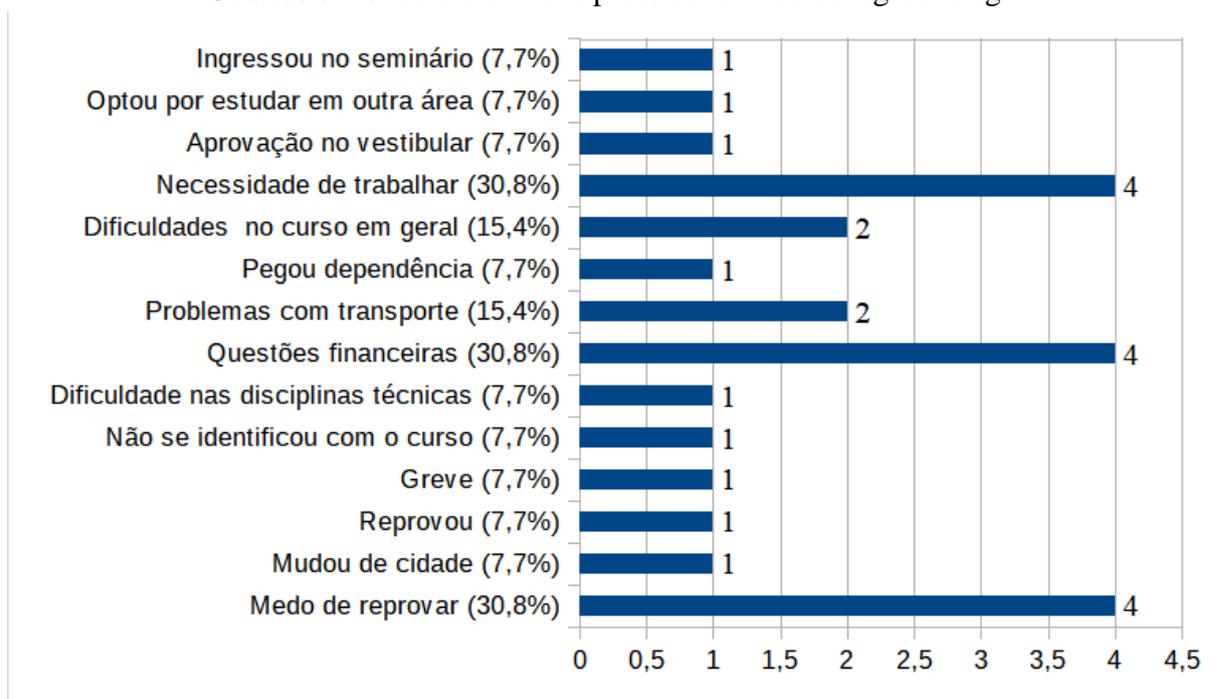
Novais (2014) alerta para a falta de envolvimento da escola com a realidade dos estudantes, sendo complementada por Frighetto (2018), ao salientar que existe fragilidade no atendimento diversificado ao perfil dos discentes. No caso do Curso Técnico em Eletrotécnica, somando os agravantes relacionados ao currículo e ao acompanhamento pedagógico, totaliza-se 44,43%. É fundamental ressaltar que o público dessa pesquisa trata de estudantes de Ensino Médio, na faixa etária de 14 a 18 anos, que advêm de realidades distintas, que precisam ser compreendidas e respeitadas dentro de uma proposta curricular e prática didático-pedagógica inclusiva de fato.

Conforme referido anteriormente, quando chegam ao IFPR, os estudantes se deparam com uma quantidade de componentes curriculares bem maior ao que estavam acostumados, com disciplinas técnicas somadas às do núcleo comum, que nem sempre se integram como deveriam e uma carga horária extensa que precisa ser cumprida. Considerando a defasagem de conteúdo que alguns estudantes apresentam ao ingressarem no Ensino Médio; a dificuldade de adaptação que os adolescentes têm de se organizar para estudar fora da escola, uma vez que esse é um hábito que muitos não têm e que, para cumprir esse currículo, eles precisam ter; a complexidade das disciplinas técnicas, entre outros, é notório que a proposta curricular nem sempre favorece a permanência e êxito dos estudantes.

Curso Técnico em Agroecologia

O Curso Técnico em Agroecologia passou a ser oferecido em 2015, com uma turma concluída somente, até 2018. Dos 15 evadidos, 13 responderam ao questionário (86,7%) e destacaram as seguintes causas:

Gráfico 3 - Causas elencadas pelos estudantes de Agroecologia



Fonte: PEREIRA, 2020, p. 74.

Observando as questões pontuais, o medo de reprovar, as questões financeiras e a necessidade de trabalhar aparecem como as principais causas para a evasão do Curso Técnico em Agroecologia. Agregando a necessidade de trabalhar com as questões financeiras, que são diretamente ligadas, totaliza-se 32%, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Motivadores internos e externos: Agroecologia

Motivadores internos (44%)	Motivadores externos (56%)
Dificuldades no curso em geral (8%)	Ingressou no seminário (4%)
Pegou dependência (4%)	Optou por estudar em outra área (4%)
Dificuldade nas disciplinas técnicas (4%)	Aprovação no vestibular (4%)
Não se identificou com o curso (4%)	Necessidade de trabalhar (16%)
Greve (4%)	Problemas com transporte (8%)
Reprovou (4%)	Questões financeiras (16%)
Medo de reprovar (16%)	Mudou de cidade (4%)

Fonte: PEREIRA, 2020, p. 74.

Ao contrário dos cursos de Informática e Eletrotécnica, no Curso Técnico em Agroecologia, os motivadores externos representam a maioria das causas da evasão, assim como nos motivadores elencados pelos responsáveis. Todavia, enquanto, no Gráfico 1, as principais questões relacionadas se caracterizavam mais por fatores pessoais e culturais, no Gráfico 4, há algumas possibilidades de mediação por parte da instituição, até certo ponto.

Conforme citado por Santos (2017), Almeida (2017) e Silva (2017), os fatores relacionados à vulnerabilidade socioeconômica contribuem com a evasão, porém, apesar de serem motivadores externos, a instituição pode agir por meio da Assistência Estudantil, que se caracteriza por um conjunto de programas de bolsas e auxílios estudantis, concedidas pelo Governo Federal, voltados, em sua maioria, para atender estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de possibilitar sua permanência e êxito acadêmico, contribuindo com as despesas com alimentação, transporte, entre outros.

Porém, existem dois desafios a serem superados quanto a isso. O primeiro foge à alçada

do *campus* e até mesmo do IFPR, pois se trata do valor repassado pelo Governo Federal para a concessão desses auxílios e bolsas. A cada ano, ocorrem cortes e contingenciamentos financeiros nos repasses, enquanto o número de estudantes aumenta, fazendo com que os valores não sejam suficientes para todos os estudantes que precisam.

Outro problema quanto à Assistência Estudantil é a complexidade e os prazos dos editais de inscrição nos programas e, nisso, o IFPR pode intervir diretamente. É preciso simplificar as informações contidas nos editais e dar maior prazo para as inscrições. É sabido que o IFPR deve promover a autonomia dos estudantes, porém, é importante ter sensibilidade com relação às suas potencialidades e limitações.

Os estudantes precisam de tempo e orientação para adaptarem-se às normas do IFPR. Eles acabam de ingressar na instituição e já se deparam com o extenso edital da Assistência Estudantil, com um prazo curto para inscrições. Alguns deles ainda nem sabem do que se tratam os programas e muito menos como funciona cada um e, como agravante, desde 2019, as inscrições passaram a ser feitas diretamente no Sistema de Gerenciamento da Assistência Estudantil (SIGAE), complicando ainda mais o processo para os ingressantes e dificultando que os servidores da SEPAAE os auxiliem.

Tendo em vista a baixa escolaridade dos responsáveis e a condição de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, a complexidade dos editais, o curto prazo para as inscrições, o fato de ser totalmente digital e de responsabilidade dos estudantes e de seus familiares, dificulta-se demasiadamente o processo, resultando, muitas vezes, no indeferimento das inscrições, ou até mesmo impossibilitando que alguns estudantes consigam inscrever-se pela falta de compreensão do edital, dos documentos necessários, sobre como inscrever-se, por não ter acesso à internet, entre outros.

No caso do acesso à internet, os estudantes podem utilizar os computadores do *campus*, nos horários em que os laboratórios não estejam sendo utilizados para aulas, porém, as máquinas nem sempre são suficientes devido à grande demanda e pouco prazo. É sabido que, se aumentar o período para as inscrições pode acontecer de postergar um pouco o início do pagamento dos auxílios e bolsas, porém, talvez seja mais importante garantir o direito mais amplo de participação de todos no processo, que o adiantamento do pagamento.

No concernente ao medo de reprovar, também elencado por Matos (2018) e Silva (2017), mais uma vez é notável a necessidade de que seja feito um acompanhamento maior por parte dos docentes e equipe pedagógica aos estudantes. Somando os motivadores: dificuldades no curso em geral, medo de reprovar, reprovou, “pegou” dependência, dificuldade nas disciplinas técnicas e não se identificou com o curso, totaliza-se 40% das causas. Apesar do Campus Ivaiporã contar com uma equipe pedagógica multidisciplinar e professores com dedicação exclusiva, os estudantes precisam familiarizar-se a isso para poderem usufruir desse direito.

A criação de um projeto de ambientação para os ingressantes, que vise explicar-lhes como é composta a equipe multidisciplinar, em que áreas atua, qual seu papel no auxílio aos estudantes, o que significa ter professores com dedicação exclusiva, como funcionam os atendimentos ao aluno, enfim, que contribua para aproximar os estudantes da instituição como um todo, mostrando-lhes que, quando surgirem as dificuldades eles têm a quem recorrer, poderia ser uma medida para sanar esse problema.

Outro projeto que pode contribuir é um que tenha o objetivo de acompanhar individualmente os estudantes com dificuldades, conforme já sugerido anteriormente. Porém, para isso funcionar, é preciso que o diálogo entre docentes e equipe pedagógica aconteça com mais fluência, uma vez que esse trabalho necessita ser realizado em conjunto e continuamente.

Muitas vezes, a equipe pedagógica só fica sabendo dos estudantes que estão com dificuldade no dia do conselho de classe, quando o bimestre já acabou e a recuperação fica mais difícil. Frighetto (2018) já alertou para esse problema que é a falta comunicação e integração

entre a escola e os estudantes. É preciso que, assim que o docente observar o baixo rendimento dos estudantes, repasse a informação à coordenação do curso, que, por sua vez, deve encaminhar o caso para a equipe pedagógica, para que, junto com esses estudantes, seja elaborado um planejamento de estudos e um acompanhamento na execução desse plano, a fim de que, unindo os atendimentos oferecidos pelos docentes no contraturno e o acompanhamento da equipe pedagógica, as dificuldades dos estudantes sejam sanadas o quanto antes possível, evitando os conceitos insuficientes e o perigo de reprovação.

Considerações finais

Vivemos, atualmente, um contexto atípico no concernente às atividades escolares e que certamente refletirá no fenômeno da evasão. A pandemia do Covid-19, que alterou mundialmente a rotina da população, em seus mais variados aspectos, faz-nos refletir que se a evasão já era um problema com o fluxo educacional costumeiro, por meio de atividades presenciais, imaginemos o impacto que terá a realização de atividades exclusivamente remotas. Questões como essas reforçam a ideia da necessidade de constantes estudos sobre esse fenômeno que, conforme já dito, não é estático e muito menos unidimensional e precisa ser observado sob uma perspectiva interdisciplinar.

Pensar a evasão enquanto um fenômeno complexo implica considerar que a pesquisa ora realizada é de suma importância para a Rede Federal de Ensino, bem como para a educação básica em geral e que outros estudos dessa natureza são fundamentais para a superação desse desafio e a efetividade da educação brasileira. Este estudo representa a primeira pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* sobre evasão escolar em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, no âmbito do IFPR e poderá servir de motivação e base para outras pesquisas, devido à relevância da temática.

Com base nos dados obtidos, elencamos como motivadores da evasão no universo pesquisado, as causas descritas no Quadro 6.

Quadro 6 - As causas da evasão no universo pesquisado

Motivadores internos à instituição	Motivadores externos à instituição
Greve	Mudou de cidade
Não se adaptou ao sistema de ensino	Concluir o ensino médio no 3º ano
Não se identificou com o curso	Necessidade de trabalhar
Problemas com os colegas	Problemas com transporte
Por ser cansativo	Optou por seguir outra área
Problemas relacionados ao trabalho docente	Doença
Pegou dependência	Distância do campus
Dificuldade nas disciplinas técnicas	Gravidez na adolescência
Porque reprovou	Projeto pessoal
Medo de reprovar	Aprovação no vestibular
Dificuldades no curso em geral	Horário das aulas
Sofreu Bullying	Não era a área de interesse
Excesso de disciplinas e atividades	Problemas relacionados à alimentação
	Escolha dos pais
	Conflitos pessoais
	Questões financeiras
	Ingresso no seminário

Fonte: PEREIRA, 2020, p. 84.

De modo geral, constatamos que, corroborando com a literatura referenciada, as causas da evasão destacadas pelos responsáveis e estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino

Médio do IFPR – Campus Ivaiporã são multifatoriais, pois cingem questões individuais, institucionais, sociais, econômicas, culturais, políticas, estruturais, didático-pedagógicas, entre outras, não sendo possível uma análise unidimensional sobre a temática, devido às variáveis que influenciam no processo e que resultam dele.

A partir dos dados gerais, algumas semelhanças e peculiaridades podem ser percebidas, dentre as causas apresentadas pelos responsáveis e em cada curso, conforme Quadro 7.

Quadro 7 - Semelhanças e peculiaridades entre as causas apresentadas pelos responsáveis e pelos estudantes

Motivadores Internos à instituição				
Motivadores	Resp.	Info.	Eletro.	Agro.
Greve	X	X	X	X
Não se adaptou ao sistema de ensino	X			
Não se identificou com o curso		X	X	X
Problemas com os colegas	X			
Por ser cansativo	X			
Problemas relacionados ao trabalho docente	X			
Pegou dependência	X	X	X	X
Dificuldade nas disciplinas técnicas	X	X	X	X
Porque reprovou	X	X	X	X
Medo de reprovar	X	X	X	X
Dificuldades no curso em geral		X	X	X
Sofreu <i>bullying</i>		X	X	
Excesso de disciplinas e atividades		X	X	
Motivadores Externos à instituição				
Mudou de cidade	X	X	X	X
Concluir o Ensino Médio no 3º ano	X	X		
Necessidade de trabalhar	X	X	X	X
Problemas com transporte	X	X	X	X
Optou por seguir outra área	X			X
Doença	X			
Distância do campus	X			
Gravidez na adolescência	X			
Projeto pessoal	X			
Aprovação no vestibular	X	X	X	X
Horário das aulas	X			
Não era a área de interesse		X		
Problemas relacionados à alimentação		X	X	
Escolha dos pais		X	X	
Conflitos pessoais		X		
Questões financeiras		X	X	X
Ingresso no seminário				X

Fonte: PEREIRA, 2020, p. 84-85.

No concernente aos motivadores internos à instituição, a não identificação com o curso, as dificuldades no curso em geral, o fato de ter ficado em dependência, a dificuldade nas disciplinas técnicas, a reprovação, o medo de reprovar e as greves, são causas elencadas nos três cursos, sendo que as cinco últimas também foram elencadas pelos responsáveis.

Nota-se, portanto, que as questões relacionadas ao currículo, às ações didático-pedagógicas e à falta de conhecimento da comunidade acadêmica com relação ao *campus* e aos cursos, contribuíram para a evasão escolar. Diante disso, apresento possíveis sugestões de ações que podem auxiliar na superação desses problemas.

Acreditamos que é preciso uma aproximação maior entre o IFPR – Campus Ivaiporã e os possíveis ingressantes, quando estes ainda estão no Ensino Fundamental, para o fortalecimento da identidade institucional e dos cursos técnicos. Faz-se necessário também um trabalho conjunto entre docentes, estudantes e equipe pedagógica, no qual o diálogo seja alinhado e constante, para que as dificuldades sejam detectadas e sanadas o mais rápido possível, por meio de ações de intervenção conjuntas, além da realização periódica de cursos de formação continuada para todos os servidores, principalmente docentes e equipe pedagógica.

Constatamos também a necessidade de uma adaptação curricular, que vise promover a integração das disciplinas técnicas às do núcleo comum de fato, bem como a inclusão e permanência dos estudantes, respeitando as questões legais e as diferentes realidades a que estão sujeitos. Com relação à inclusão e permanência, destacamos ainda que é preciso uma simplificação nos editais do IFPR, tanto do processo seletivo quanto dos programas da Assistência Estudantil, de modo que fique compreensível a todos o entendimento sobre as informações contidas neles e que os prazos sejam estabelecidos em tempo hábil para seu cumprimento, sem prejuízo aos estudantes.

No que se refere às greves especificamente, o lançamento de programas como o Future-se, que vai em direção contrária aos objetivos dos Institutos Federais, os cortes e contingenciamentos sofridos nos repasses para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, são ações do Governo Federal que acabam por resultar em manifestações, paralisações, até chegar no ponto extremo da greve, que não é desejada, mas necessária nesses casos de ataques à educação. É preciso, portanto, que a comunidade acadêmica compreenda que a luta, nesses casos, é em favor da instituição como um todo e não em benefício próprio dos servidores. Para tanto, reforço a ideia da importância de aproximação entre instituição e público externo, para que a comunidade tenha conhecimento das pautas defendidas.

Quanto aos motivadores externos à instituição, observamos que as questões financeiras, a aprovação no vestibular, os problemas relacionados ao transporte, a necessidade de trabalhar e a mudança de cidade, são causas comuns aos três cursos, sendo que as quatro últimas também são apontadas pelos responsáveis.

A partir disso, afirmamos que fatores culturais, familiares e questões ligadas à vulnerabilidade socioeconômica interferiram diretamente no processo de evasão. Com exceção à mudança de cidade, que é um aspecto familiar e a aprovação no vestibular, no 3º ano do Ensino Médio, que é um motivador cultural, conforme já salientado anteriormente, nos outros casos, as políticas públicas propostas aos Institutos Federais estão relativamente ligadas.

Os cortes e contingenciamentos afetam a Assistência Estudantil que resulta em menos bolsas e auxílios para os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando a evasão nos casos relacionados a questões financeiras, problemas com transporte e necessidade de trabalhar. É preciso, portanto, o fortalecimento dessas políticas e não seu desmantelamento, como vem ocorrendo. Infelizmente, isso independe do *campus*, mas cabe a todo cidadão auxiliar nessa cobrança.

Apesar da pesquisa ora realizada ter como foco as causas da evasão, que é um aspecto negativo para as instituições de ensino, durante a investigação, foi possível identificar também fatores positivos quanto ao IFPR – Campus Ivaiporã que merecem ser evidenciados. Dos respondentes, mais de 80% afirmaram ter gostado de estudar no IFPR, elencando como principal motivo para isso, a qualidade do ensino ofertado.

É importante salientar que este estudo não esgota as discussões acerca da evasão escolar no universo pesquisado, uma vez que a produção e a apropriação conhecimento não é algo estanque e acabado, mas dinâmico, sempre podendo ser complementado. Sendo assim, a realização de outros estudos que analisem outras realidades é essencial para a compreensão do fenômeno da evasão como um todo.

Pesquisar sobre os problemas da educação brasileira, analisando os diferentes contextos,

é o primeiro passo para a compreensão da situação como um todo e a viabilidade de tomada de decisões assertivas sobre o assunto. Daí a importância do incentivo à pesquisa, pois, quanto mais estudos forem realizados sobre uma temática, mais ampla serão as discussões e as possibilidades de ganhos para toda população, uma vez que a educação é direito de todos, garantido constitucionalmente e, assim sendo, também é responsabilidade de todos zelarem por ela.

Referências

ALMEIDA, F. A. **A evasão escolar em uma unidade do IFSP no curso Técnico em Informática integrado na visão dos discentes evadidos:** um estudo de caso da parceria IFSP e SEE-SP. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara (UNIARA), Araraquara, 2017.

ALMEIDA, M. D. B. **Permanência e êxito no Ensino Médio integrado do IFG Uruaçu:** orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes. Dissertação – Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Goiânia, 2019.

BALTA, O. S. **Oportunidade versus evasão no Ensino Médio integrado na perspectiva dos estudantes.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, Paranaíba, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas.** Brasília, 1996.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, dez. 2011a, 172 – 189. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf> Acesso em: 10 jun. 2021.

FRIGHETTO, F. A. F. **Os desafios da eficácia e o problema da evasão na formação técnica:** um estudo sobre o IFSP Sertãozinho/SP. Dissertação Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, São Carlos, 2018.

HAHN, F. A. O desafio da interdisciplinaridade: possibilidades de leitura para um jovem pesquisador. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antônio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira (Orgs). **Interdisciplinaridade: perspectivas e desafios.** Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020.

IFPR – Campus Ivaiporã. **PPC Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.** Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/Inform%c3%a1tica-Integrado-.pdf> Acesso em: 18 jun. 2021.

Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: L11892 (planalto.gov.br) Acesso em: 07 jul. 2021.

MARQUES, J. L. N. **Um estudo sobre a evasão no ensino integrado do Instituto Federal**

do Amapá, Campus Laranjal do Jari. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

MATOS, L. A. **Permanência no Ensino Médio Profissional:** o caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2018.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NARCISO, L. G. S. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos:** exclusão da escola ou exclusão na escola? Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), Florianópolis, 2015.

NEVES, C. **Ensino Médio Integrado e Fracasso Escolar: um estudo a partir do curso profissionalizante em informática no Instituto Federal do Acre – Câmpus Rio Branco.** Dissertação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação Agrícola, Seropédica, 2014.

NOVAIS, L. F. **Educação profissional: uma análise sobre a evasão e a permanência no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia – Câmpus Colorado do Oeste.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

PEREIRA, D. C. **Evasão no Instituto Federal do Paraná: uma análise dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Campus Ivaiporã.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020.

SANTOS, M. F. P. **Evasão e reprovação escolar nos cursos integrados do IFBA campus Eunápolis.** Dissertação – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica – PPGE, Mestrado Profissional em Educação, Ilhéus, 2017.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. **Determinantes da evasão e repetência escolar. 43º Encontro Nacional da ANPEC, Florianópolis, 2015. Disponível em:** https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i12-85f3c3774c3d65741cb278e01e61db39.pdf Acesso em: 12 jun. 2021.

SILVA, A. M. **Evasão na educação profissional: perfil e motivações dos evadidos.** Dissertação – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, Montes Claros, 2017.

VEIGA, C. R. **Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado: uma proposta de estratégia de prevenção para o CEFET/RJ.** Dissertação – Universidade Federal Fluminense. Escola de Engenharia, Niterói, 2016.

YOKOTA, M. S. F. **Evasão no ensino técnico e técnico integrado ao Ensino Médio: um estudo de caso nos cursos técnicos em Eletrônica, Informática e Mecatrônica da ETEC Jorge**

Street do Centro Paula Souza. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora, CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, 2015.

ZIBENBERG, I. G. S. **Permanência e êxito na passagem pelo Ensino Médio Integrado:** implicações do capital cultural e do ofício de aluno na seletividade escolar. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

13. A DIALOGICIDADE DE PAULO FREIRE DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES E DOS ESTUDOS DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO ESCOLAR

Fabiane Freire França

Introdução

O envolvimento com a produção científica e reflexões sobre as questões de gênero, interrogações sobre a possibilidade de articulação de vertentes teórico-metodológicas, tão pouco associadas, foram constantes e, ao mesmo tempo, instigantes para a produção dessa pesquisa, oriunda de uma tese de doutorado concluída em 2014. Uma das indagações foi: a utilização de um grupo de estudos com elementos do círculo de cultura freiriano seria um recurso compatível com a abordagem de gênero e a Teoria das Representações Sociais?

Ao buscar responder estas questões, encontramos no livro *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*, da autora Sandra Jovchelovitch (2008), maiores discussões sobre a pesquisa como um ato dialógico, bem como a relevância dos saberes da vida cotidiana e pistas para a interlocução desta pesquisa com o conceito de dialogicidade de Paulo Freire.

Do ponto de vista empírico, as respostas a estas questões foram buscadas em observações participantes e em grupos de estudos, configurados como círculos dialógicos, realizados com 18 participantes – 14 professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 4º ano) e quatro funcionárias da Rede Estadual de Ensino do município de Campo Mourão (PR). Em um processo dialógico, essas profissionais manifestaram suas representações e foram incitadas a refletir sobre outras maneiras de perceber as relações de gênero e de sexualidade. A escola, *lócus* desta investigação, indicada pelo Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão/PR, foi selecionada após seu aceite para o desenvolvimento da pesquisa em suas dependências.

Com base em Jovchelovitch (2008) e Accorssi (2011), que se ancoraram em estudos freirianos, foram sistematizados e desenvolvidos os círculos dialógicos. Durante esse processo, problematizamos os “modos”, “as formas pelas quais”, “do que”, “quais são”, “o que é” e o “porquê” das representações sociais que cada participante tinha sobre gênero e sexualidade.

Na sequência, apresentamos o desenrolar dos caminhos investigativos da pesquisa com o intuito de responder às questões levantadas e atender ao objetivo deste artigo: investigar quais as possibilidades de articulação teórico-metodológica entre os Estudos de Gênero, a Teoria das Representações Sociais e a dialogicidade freiriana.

Em busca de uma trajetória de pesquisa: qual(is) caminho(s) seguir?

No Brasil há um número considerável de estudos na área denominada “Estudos de Mulheres” até a década de 1980 (FRASER, 1987; LOURO, 1986). Estes estudos foram caracterizados por pesquisar a posição da mulher contra a posição hegemônica do homem. Nesse mesmo contexto histórico nasceu o campo conhecido como “Estudos de relações de Gênero” (SCOTT, 1995; LOURO, 1997), no qual foram realizadas muitas pesquisas voltadas à mulher enquanto vítima de violência e sobre a necessidade por igualdade de tratamento entre homens e mulheres. Esta perspectiva refere-se ao campo teórico *Gender Studies*, nascido principalmente na Europa, Estados Unidos e Canadá, cujas pesquisas chegaram e cresceram no Brasil. Uma das características deste campo é problematizar as relações entre homens e mulheres e entender o gênero como uma categoria multidisciplinar de análise (GALINKIN; ISMAEL, 2011).

O que significa ser homem ou mulher na sociedade? As análises pautadas nas “Relações de Gênero” não têm pretensão em substituir os “Estudos de Mulheres”, mas acrescentar novos olhares às práticas consideradas femininas e masculinas. Os estudos nas áreas de ciências humanas e sociais contribuíram às diversas discussões e pesquisas sobre a representação da mulher, a identidade de gênero, dentre outras temáticas (LOURO, 1997; FRANÇA, 2009; 2016).

No que se refere à Teoria das Representações Sociais (TRS), Nogueira (2001) aponta como um dos campos profícuos para as pesquisas de gênero. A TRS nasceu na Europa, sendo a obra *La Psychanalyse: son image et son public* do psicólogo social Serge Moscovici (1961) um marco dessas discussões no campo da Psicologia Social. Duveen (2011) expressa que Moscovici chamou a atenção para os conceitos psicológicos e sociológicos para a compreensão da relação entre o “eu”, o “outro” e o “mundo”.

A escolha por esta articulação vai ao encontro do postulado por Jovchelovitch (2008, p. 285) em compreender a pesquisa como um ato dialógico. A autora expõe contribuições dos estudos de Paulo Freire e da Teoria das Representações Sociais para repensar as práticas cotidianas. De modo semelhante e com base na premissa freiriana, Accorssi (2011) e Romão, Cabral e Carrão (2006) salientam que um círculo epistemológico se constitui de um recurso no qual pesquisados/as tornam-se pesquisandos/as, enquanto o/a pesquisador/a é desafiado/a a questionar suas próprias representações. As discussões do círculo epistemológico produzido por Accorssi (2011, p. 90) e a sugestão de Jovchelovitch (2008) em pensar a pesquisa como um ato dialógico, ambas ancoradas em Paulo Freire, permitiram-nos a organização de um recurso metodológico: o círculo dialógico.

Jovchelovich (2008, p. 252) pauta-se em Paulo Freire e sua metodologia de alfabetização de adultos como um exemplo metodológico de encontros dialógicos entre diversos conhecimentos. Segundo a autora, “A Pedagogia do Oprimido” de Freire, cuja contrapartida é uma pedagogia da autonomia, constitui um *corpus* teórico e prático sobre a estrutura dos encontros entre diferentes saberes, expresso no encontro entre educador e educando”.

De acordo com Dantas e Linhares (2014) e Cavalcanti (2012) os círculos de cultura, sistematizados por Paulo Freire, nasceram na envergadura de uma proposta de alfabetização, “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, implementada em Natal – RN na década de 1960 em uma gestão municipal. Essa proposta promoveu a alfabetização de adultos em apenas 40 horas, sem cartilha ou material didático. Os círculos eram compostos por trabalhadores populares que se reuniam sob a coordenação de um educador, com o objetivo de discutir assuntos temáticos, do interesse dos próprios trabalhadores, cabendo ao educador/a-coordenador/a tratar a temática trazida pelo grupo.

Neste contexto, em Recife e Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular (MCP), alojou as “praças de cultura” e os “círculos de cultura”, com o objetivo de contribuir para humanização, ou seja, que as pessoas se percebessem construtoras e detentoras de sua história e de sua cultura. Freire (1987) ressalta que o sujeito que acredita em si mesmo é capaz de dominar os instrumentos de ação à sua disposição, incluindo a leitura.

No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo (FIORI, 1987, p. 6).

Para Dantas e Linhares (2014), Freire nota a possibilidade de acrescentar aos temas apresentados pelos grupos, outros que ele chama de “temas de dobradiça”. Estes temas demonstram a contribuição do educador-coordenador, que insere outros temas que possam

auxiliar o entendimento do grupo. Freire evidencia que os círculos de cultura possibilitam outros olhares sobre a realidade dos participantes, o que o instigou a propor esta metodologia ao processo de alfabetização de adultos. As autoras compreendem esta metodologia como uma das grandes contribuições do autor ao possibilitar outras concepções e olhares do educando/a, educadores/as por meio do diálogo.

Paulo Freire (1996, p. 17) em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, além do conceito de dialogicidade, apresenta algumas discussões sobre classe e gênero que tratam de questões relacionadas à articulação teórico metodológica da presente pesquisa.

A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da *pureza em puritanismo*. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles. Na maneira como lidamos com os conteúdos que ensinamos, no modo como citamos autores de cuja obra discordamos ou com cuja obra concordamos (grifo do autor).

O posicionamento do autor em abordar discussões éticas nos remete à ideia de que suas contribuições teóricas e metodológicas vão para além das discussões polarizadas entre dominantes e dominados. O autor evidencia uma postura política que favorece grupos considerados inferiores pelas representações hierárquicas de poder, tal atitude requer uma reflexão e ação diferenciadas dos sujeitos sociais.

Bell Hooks (2017) considera que Paulo Freire apresenta em suas obras uma “mente aberta” pouco presente na academia norte-americana e mesmo nos círculos feministas. Para a autora, à medida que Paulo Freire envelhece ele apresenta maior disposição em receber críticas, sobretudo acerca da linguagem sexista presente em algumas de suas obras. E para o autor, refletir significa agir contra ações de preconceito e exclusão.

A prática preconceituosa de raça, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujaram a branquitude das orações... A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagogia da democracia (FREIRE, 1996, p. 39-40).

As teorizações freirianas mostram-se cada vez mais atuais e necessárias, sobretudo em um contexto de retorno a discursos e ações conservadoras e preconceituosas. Com efeito, tais atitudes têm aventado frentes contrárias à figura do pensador Paulo Freire, que evidenciam, no entanto, o não conhecimento de suas obras, tampouco sua contribuição social.

Em matéria publicada pela Folha de São Paulo em 2019 intitulada “Por que o Brasil de Olavo e Bolsonaro vê em Paulo Freire um inimigo” escrita por Sergio Haddad (2019, s/p), biógrafo de Paulo Freire, evidencia que o educador, responsável pela produção de método de alfabetização que incentiva a reflexão de estudantes sobre sua própria realidade, passou a ser culpabilizado por maus resultados educacionais do Brasil. A saber “a tentativa de banir Freire das escolas angariou forte apoio nas redes sociais desde a campanha (do então presidente eleito

no Brasil). Grupos atacam a qualidade literária dos textos e da pedagogia de Freire, acusando-a de proselitismo político [...]. (FOLHA, 2019).

Na matéria, Haddad (FOLHA, 2019, s/p) refuta que não há comprovações científicas para tais afirmações de que Freire defendeu uma educação partidária nas escolas, que é comunista ou que suas obras não têm qualidade. Para o biógrafo, Freire defende o “diálogo como método de apreensão do conhecimento e aumento da consciência cidadã”, bem como a escuta dos/as educandos/as como “exercício democrático e de construção de autonomia, de preparação para a vida. Propunha o diálogo efetivo, crítico, respeitoso, sem que o professor abrisse mão de sua responsabilidade como educador no preparo das aulas e no domínio dos conteúdos”.

Dantas e Linhares (2014) frisam que um dos princípios da proposta freiriana é sua metodologia que envolve a politicidade do ato educativo. Tanto os estudos de gênero quanto as teorizações das representações sociais partilham deste pressuposto de politização, sendo a educação - no prisma de Freire ação educativa - vista como uma possibilidade de repensar conceitos e concepções dogmáticas. Este processo de problematização dos conceitos é chamado por Freire de *ação-reflexão-ação* sobre uma determinada realidade que pode possibilitar a superação da consciência ingênua e fatalista da realidade - também conhecida como consciência mágica - para a consciência crítica (conscientização).

Paulo Freire (1987) tem como base de seus estudos o diálogo como ferramenta para a construção do conhecimento, bem como para repensar os problemas referentes à educação. Nesta proposta podemos nos questionar: qual a finalidade do diálogo? Dialogar com quem e para quê? Freire (1987; 1996; 2001) destaca que o diálogo deve estar presente em todas as instâncias, pois é comunicação e possibilita colaboração. Em sua teoria da ação dialógica, não há imposição, domesticação, pelo contrário, propõe novos encontros que permitam outros saberes. O diálogo proposto por Freire (1987) baseia-se em um respeito mútuo entre os interlocutores possibilitando a coexistência dos saberes, não há um saber melhor ou maior que o outro, ambos são saberes que podem ser ou não diferentes.

Giroux (1997) e hooks (2017) compreendem esta coexistência como o reconhecimento da partilha de experiências de narrativas e de vozes que por muito tempo foram silenciadas, mas que podem ser reconhecidas e ouvidas, inclusive nos espaços das salas de aula, quando docentes problematizam as relações de poder que envolvem diferentes lembranças e afetos. O diálogo não se finda com as narrativas, pois falar sobre experiências é apenas o ponto de partida para se repensar criticamente os lugares que estes sujeitos ocupam. Afinal, “as pedagogias críticas da libertação [...] abraçam a experiência, as confissões e os testemunhos como modos de conhecimentos válidos, como dimensões importantes e vitais de qualquer processo de aprendizado” (HOOKS, 2017, p. 120).

Tal proposta vislumbra uma comunicação entre os diferentes sujeitos que apresentam visões e experiências de vidas distintas também. Considera a educação institucionalizada como meramente depositária ou bancária ao não possibilitar um diálogo entre os interlocutores e sim imposição de valores e conceitos. Esta educação é vista por Freire como antidialógica e classificada em três tipos: sociais (impossibilidade de intercâmbios com outros ambientes sociais); culturais (desqualificação da população considerada incapaz de comunicação com saberes dominantes) e pessoais (internalização e aceitação dos dois tipos de antidialogismos) (FRANÇA, 2014; FRANÇA; CALSA, 2015).

O analfabetismo, por exemplo, um dos focos do trabalho freiriano, é visto como um muro antidialógico que apresenta as características supracitadas. Ao expor a constituição dos grupos de estudos que nominamos círculos dialógicos pretendemos trabalhar na direção da proposta freiriana, romper com os muros antidialógicos, sobretudo, quando se referem à formação da identidade de meninos e meninas no contexto escolar. Afinal, “só educadoras e educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de serem educados pelos educandos; [...] (FREIRE, 2001, p. 27).

O objetivo do círculo de cultura foi o de instituir reflexões em grupo, mediante o estabelecimento de diálogos em um espaço de circulação e expressão de cada sujeito presente. Considerado um espaço de reflexão e participação, o círculo de cultura priorizava tanto o diálogo de quem exercia a função de educador(a)/coordenador(a) quanto o de quem exercia a função de educando(a). Esta metodologia implicaria mudanças em aspectos metodológicos da produção educacional até então, pois rompia com a ênfase na técnica e na objetividade da pesquisa ao possibilitar novos caminhos investigativos.

Do universo vocabular dos participantes eram levantadas palavras geradoras, retiradas do cotidiano, para a incitação do diálogo entre o grupo para provocar reflexão e ação da prática vivenciada por cada sujeito. Ao encerrar o círculo de cultura não se fazia uma conclusão, mas uma síntese, pois para Freire (1987) a reflexão propiciada e a troca de saberes poderiam gerar vários desdobramentos para a vida de cada participante.

Dantas e Linhares (2016) apresentam os círculos de culturas propostos pelo educador Freire como estratégias de problematização da realidade. De acordo com as autoras, Paulo Freire contribuiu no campo educacional brasileiro e na América Latina ao sistematizar a proposta pedagógica da educação popular, com uma proposta democrática e libertadora. Freire (1974; 1987; 1991; 2001) propõe a horizontalidade na relação educador-educando, bem como a valorização de culturas locais contrapondo-se à visão elitista de educação. Mediante estas teorizações e percepções, consolidamos a nossa trajetória metodológica descrita no tópico a seguir.

Caminhos metodológicos da pesquisa: reinventando o círculo de cultura como círculo dialógico

Nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2011, coletamos os dados durante oito encontros coletivos às terças-feiras, das 17h15min às 19h, com discussões de gênero e sexualidade, e observações participantes das aulas das professoras, sujeitos da pesquisa.

Contamos com a colaboração das seguintes participantes da pesquisa: 11 professoras, duas orientadoras, duas auxiliares de serviços gerais, uma diretora, uma auxiliar de cozinha e uma servente geral funcionárias da escola, *locus* da pesquisa. O convite foi feito à direção da escola e aos(as) docentes, e, posteriormente, estendido a toda equipe escolar, ao percebermos os interesses das funcionárias da escola em fazer parte das discussões. E como já anunciou Freire (1997, p. 18) é necessário considerar “a participação real dos e das que fazem a escola, dos zeladores e cozinheiras às diretoras, passando pelos alunos, pelas famílias e até pelos vizinhos da escola [...]”. Após o aceite de todas, iniciamos as observações e os grupos de estudos como círculo dialógico. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo conselho do Comitê de Ética em Pesquisa cadastrado na Plataforma Brasil²⁷.

Arruda (2002, p.132) evidencia pontes de articulação teórica entre as TRS e os Estudos de Gênero, sendo que ambas nasceram na mesma conjuntura e tiveram necessidades de novos instrumentos conceituais para pensar seu tempo. A autora argumenta a respeito da convergência destas áreas ao alegar que tanto as teorias de gênero quanto as TRS nascem em um bojo de conflitos, disputas e negociações para serem aceitas e incorporadas nas Ciências Sociais.

Para Bogdan e Biklen (1999), a pesquisa qualitativa permite a elaboração de uma atividade que localiza o/a observador/a por meio de práticas e representações sociais que evidenciam uma visão de mundo. Reverberamos que esta é uma das maneiras de se fazer pesquisa, dentre tantas outras. Desse modo, os encaminhamentos metodológicos desta pesquisa apresentam um caráter qualitativo, com o intuito de compreender as representações sociais de gênero dos sujeitos investigados em sua relação com os alunos e alunas no espaço escolar.

No Quadro 1 são sintetizadas as imbricações que encontramos entre as perspectivas teórico-metodológicas presentes em nossa pesquisa: os Estudos de Gênero, a Teoria das Representações Sociais e os Círculos de Cultura, proposto por Paulo Freire (1987). As três primeiras colunas indicam conceitos de cada conjunto teórico, enquanto a última assinala as possíveis articulações teóricas apontadas durante a presente pesquisa. Na primeira linha da

²⁷ A pesquisa cumpriu as normas do Conselho Nacional de Saúde e do Comitê de Ética da universidade e deixou para o editor da revista o número de aprovação do comitê para manter a avaliação às cegas. As participantes não são identificadas em nenhum momento do texto e foram informadas sobre a pesquisa e seus procedimentos, considerando a participação facultativa.

coluna, anunciamos os conceitos de feminismo/mulher, senso comum e oprimido referente aos estudos de gênero, a TRS e ao círculo de cultura, respectivamente. As possíveis aproximações destas vertentes corroboram com o reconhecimento das minorias²⁸ em pesquisas científicas.

Além do reconhecimento das minorias como aproximação teórica das tendências, apresentamos, ainda, em quais paradigmas estão situadas. Os Estudos de Gênero e a TRS, no contexto da Psicologia Social, nasceram em um momento social propício ao reconhecimento de outras possibilidades de pesquisas. Tal contexto histórico é analisado por alguns autores como um paradigma pós-moderno (NOGUEIRA, 2001; HALL, 2005) e pós-colonialista (GIROUX, 1987, 1997, 1999). O sentido pós-colonialista está mais relacionado às produções de Paulo Freire mediante suas posições anticolonialistas em oposição a todas as formas de exclusão e opressão de grupos menos favorecidos cultural e economicamente. Neste sentido, Giroux (1997) salienta que, para além do método proposto por Freire, temos a relação de diálogo como processo de contradiscurso da imposição dominante de uma única maneira de ser e ver o mundo, promovendo a produção e o reconhecimento de outras culturas.

A três tendências teóricas criticam ainda as categorias fixas como o binarismo, a ciência produtora de verdades e a educação bancária que priorizam determinado saber em detrimento de outros. Tais críticas podem ser analisadas como maneira de contestar o poder de alguns grupos sociais como homens, ricos, brancos e produtores de ciências. A problematização deste saber reificado não propõe em nenhuma das vertentes uma inversão de poder, mas o reconhecimento de que os sujeitos são relacionais, ou seja, necessitam uns dos outros para se constituírem enquanto indivíduos sociais e culturais. Ocorre que os saberes do espaço privado, do senso comum e dos sujeitos oprimidos não são contados pela considerada “história oficial”. Por isso, as teorias anunciadas promovem trabalhos sobre alteridade, produções dialógicas e o reconhecimento do “outro” e da diversidade como novas possibilidades de visibilidade e aceitação das diferenças.

Sintetizando o exposto sobre o processo de círculo dialógico, estabelecemos um quadro da nossa proposta teórico-metodológica:

Quadro 1 - Articulação teórico-metodológica

Estudos de Gênero	Teoria das Representações Sociais	Círculo de Cultura	Possíveis Aproximações
Feminismo/mulher	Senso comum	Oprimido	Minorias
Pós-Modernismo, Pós-Estruturalismo	Psicologia Social, Psicologia Feminista, Pós-modernismo	Tendência Progressista, Pós-colonialismo	Problematização
Crítica ao binarismo	Crítica à ciência que contesta o senso comum	Crítica à educação bancária	Formas de contestar o poder
Relação entre homens e mulheres	Relação entre o eu, o outro e o objeto mundo	Relação entre opressor e oprimido	Teorias relacionais
Reconhecimento da esfera privada	Saberes locais	Saberes práticos	Diversidade do saber
Alteridade e comunicação entre os	Relação dialógica entre o Eu, ou o Outro e o Objeto mundo;	Valorização de Culturas por meio da dialogicidade;	Sugestões de novas possibilidades;

²⁸ As minorias representam sujeitos que são inferiorizados, subordinados e discriminados por não corresponderem a determinados padrões sociais, tais como, as mulheres, homossexuais, negros/as, indígenas, moradores/as de rua, pessoas com necessidades especiais, dentre outros/as (LOURENÇO, 2009; MOSCOVICI, 2011).

diferentes sujeitos do saber;	Coexistência dos saberes;		
Questionamento sobre a visão de dominância do masculino sobre o feminino.	Crítica à representação hierárquica do Eu e do saber científico.	Proposta democrática.	Grupo/Círculo dialógico sobre a diversidade do saber.

Fonte: As pesquisadoras.

Este quadro representa algumas das imbricações das teorizações selecionadas para constituir a presente pesquisa. Estes pontos de encontro nos permitiram construir um diálogo entre o “eu” pesquisadora e as “outras” participantes evidenciando os nossos pontos de vista acerca das temáticas gênero e sexualidade. Este processo não foi harmonioso, tampouco consensual, esteve carregado de conflitos e contradições.

Em cada encontro, buscamos problematizar os saberes considerados verdades absolutas, o que significou interrogá-los acerca dos vieses histórico, social e cultural, como também discutir a possibilidade de reorganizá-los a partir dos novos elementos expostos pela coordenadora e originados da própria interação do grupo.

Cada círculo dialógico seguiu um roteiro de referência com possibilidades de ajustes conforme as necessidades e condições do grupo.

- a. Apresentação de diferentes conceitos e situações cotidianas a serem discutidas e debatidas pelo grupo;
- b. Exposição dos conceitos, ideias, valores, atitudes e convicções das participantes que quiseram se manifestar;
- c. Discussão das afirmações apresentadas (problematização do tema a partir de suas condições históricas e de poder);
- d. Levantamento de outras possibilidades e alternativas expressas até aquele momento pela coordenadora e pelo grupo.

Os encontros tiveram como base alguns dos pressupostos do círculo de cultura de Paulo Freire: levantamento de questões, dialogicidade, disposição do grupo em círculo, troca de saberes. Cabe localizar que o processo de dialogicidade não é neutro, tampouco consensual, envolve conflitos, tensões e articulação de diferentes perspectivas.

(Re)pensando o círculo de cultura de Freire no contexto dos estudos de gênero e da Teoria das Representações Sociais: algumas implicações

Em um dos círculos dialógicos, propusemos ao grupo de participantes repensar como as representações sociais sobre gênero são produzidas e como poderiam ser reavaliadas. Sandra Jovchelovitch (2008, p. 178) lembra que neste processo é fundamental questionar-se “como as pessoas falam umas com as outras, em que tipo de contexto e com que poderes?”.

Os dados obtidos nas observações em sala de aula e nos círculos dialógicos corroboram com representações sociais hegemônicas de como devem se comportar meninos e meninas. Ao mesmo tempo, observamos indícios de contradição e ambivalência nas falas e práticas das participantes. A professora Maria²⁹ solicitou que abordássemos uma das situações ocorridas na escola:

Pesquisadora: hoje na sala da professora Maria nós nos deparamos com a situação de dois alunos do 4º ano [...]. Surgiu uma questão da

²⁹ Todos os nomes das participantes são fictícios em consonância com a aprovação do comitê de ética.

homossexualidade e um dos alunos falou que se tivesse um filho *gay* espancaria, bateria com fivela, que deveria ser macho igual a ele. O colega ao lado concordou. Eu aproveitei a ocasião e perguntei: por que você espancaria? E ele me respondeu: “porque tem que ser macho, professora, tem que ser homem”. Novamente o colega também concordou (risos das participantes do grupo).

Professora Maria: e assim [...] quando você saiu, eles começaram a falar de roupa, aí deu impressão, aí eu senti, que o outro falou, porque tem que ser macho igual ao pai, aí o outro falou: “mas quem disse que você vai ser macho? Depois dos 24 anos você não vai virar? Virar veado” (risos das participantes) né, quer dizer que até 24 é homem depois dos 24 pode virar veado, é que todo mundo fala do 24 né.

Para comentar este relato relembramos às participantes que as representações das crianças são constituídas pelas tradições que lhes são apresentadas nas instituições sociais, entre elas, a escola. Tais tradições são legitimadas como verdades e podem ser questionadas se as crianças têm a oportunidade de entrar em contato com práticas não familiares. As falas dos alunos acerca do homossexual estão situadas no campo normatizador. O homossexual considerado o “outro”, o anormal que contrasta a figura do pai, aquele que ensina a norma de ter que ser macho.

Enquanto isso, os estudantes seguem aprendendo o que é “normal” e “anormal”, sendo o “anormal” acompanhado por expressões de repulsa, ódio e agressividade. Corroborando a realidade comentada pela professora Maria, de acordo com Maio (2011, p.182), as “manifestações sexuais que aparecem na escola demonstram, a cada momento, as dificuldades que as instituições educativas apresentam quando tratam da temática sexualidade em seu cotidiano [...]”. No contexto desta discussão, a professora Marta relata uma situação semelhante:

Professora Marta: um dia isso ocorreu comigo quando eu fiquei na sala da Maria [...]. O aluno falou para o outro “ô seu *gay*”, aí do 2º ano. Aí eu falei para ele “Ué, o que é *gay*? Responde pra mim o que é *gay*?”, “Ué homem que se veste de mulher”. “Mas você já viu ele vestido de mulher?” “Não!” “Onde você viu então?” “Ué na novela e na vila rural!” Aí eu falei assim “o quê que tem é a opção dele”. Aí eu pensei que ele não soubesse o que fosse, aí ele falou “viado”. Eu [falei] “pra mim [veado] é aquele bichinho”. Ele [respondeu] “é aquele que se veste de mulher” (grifo nosso).

Ao questionar seus/suas alunos/as em suas práticas sobre o que significa ser *gay*, a professora Marta evidencia que a representação de homossexual que os alunos têm está limitada a “um homem vestido de mulher”. Em grupo, consideramos possível que a representação de *gay* que os alunos manifestaram esteja relacionada às personagens midiáticas que caricaturizam homens *gays* usando maquiagens, saias e jeitos afeminados.

Com base na literatura acadêmica sobre o tema, assinalamos ao grupo que a atitude de Marta ao questionar os/as alunos/as sobre os significados de suas falas e suas condutas pode ampliar sua compreensão sobre o tema. Além de compreender e aceitar a pluralidade de significados, é fundamental entenderem como foram construídos. Weeks (2007, p. 65) explica que, embora a homossexualidade existisse, “somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais” o/a “homossexual” passa a existir. A criação do “terceiro gênero” fez emergir uma política especificamente *gay* entre os anos de 1960 e 1970 e, desde então, nasceram novas subcategorias que buscam expressar o sujeito que não se enquadra na norma heterossexual.

As falas das professoras durante os círculos dialógicos evidenciaram o quanto mudanças no âmbito do gênero e da sexualidade são sentidas como difíceis de serem enfrentadas e aceitas,

sobretudo quando se trata da homossexualidade em suas famílias. A professora Márcia explica que sua dificuldade está relacionada à maneira como construiu os parâmetros de homem e mulher; enquanto a professora Mirtes afirma que só pode responder o que pensaria e como agiria se convivesse com a situação da homossexualidade dentro de sua própria família; enquanto a professora Mercedes demonstra ser mais resistente às mudanças, referindo-se à homossexualidade como um pecado, o que justifica sua intolerância.

Como pensar estas representações no círculo dialógico? Ora, se são representações, estão ancoradas em uma história, uma cultura que foi institucionalizada como uma verdade, portanto, faz-se necessário mostrar ao grupo essa construção. Como Britzman (2007, p. 98), pensamos que “os adultos se baseiam em imperativos culturais, em suas próprias ansiedades e são afetados por discursos culturais mais amplos, justamente aqueles discursos que se confundem com a história da sexualidade” e que precisam ser explicitados em sua genealogia.

A retomar as falas das professoras em cada círculo dialógico, evidenciamos ao grupo que as representações sociais “podem transformar-se ou divergir, mas estão sempre estreitamente ligadas ao poder. Na verdade, são construídas no interior das relações de poder e os seus significados expressam sempre essas relações” (LOURO, 2000, p. 32). Por isso, tensão, desequilíbrio, conflito e negociação são os mecanismos responsáveis pela desconstrução e construção de representações sociais produzidas pelo grupo.

O conjunto dos dados obtidos nos círculos dialógicos revela a ocorrência dessas situações ao evidenciar a crescente percepção do crescimento coexistencial dos saberes do grupo. Consideramos que refletir e discutir, produzir conflitos, negociações acerca das representações sociais de gênero dos sujeitos nos possibilitou repensar o nosso ponto de vista e a maneira de ver a nós mesmas e ao “outro”. Os dados obtidos nesta pesquisa nos fazem supor que a exposição e o confronto de posições diferentes sobre o mesmo tema tenham desestabilizado algumas certezas das participantes.

Algumas considerações dialógicas

A estratégia de fazer com que os sujeitos se questionassem todo o tempo e saíssem de cada encontro com mais dúvidas do que chegassem foi um recurso que nos pareceu interessante para a pesquisa. Este processo de discussão não buscou uma receita e/ou respostas prontas sobre como trabalhar o gênero e a sexualidade em sala de aula, pelo contrário, no círculo dialógico foram levantadas possibilidades para que as participantes refletissem e permitissem a si e, posteriormente, aos seus alunos e alunas fazerem o mesmo processo, repensem suas atitudes e seus valores.

O círculo de cultura de Paulo Freire nos propiciou pensar e articular as discussões de gênero e da Teoria das Representações Sociais em uma ação de intervenção. Ao realizarmos o que nominamos de círculo dialógico, tivemos como intuito abrir possibilidades, evidenciar outras abordagens destes conceitos em suas práticas e vivências. Em vista disso, este trabalho não teve pretensão de transformar crenças e valores apresentados pelas educadoras, mas sim problematizá-las e repensá-las em um movimento dinâmico de questões acerca dos padrões e normas sociais.

Tendo em vista a atual conjuntura política em que almejamos maiores espaços para as discussões de gênero e sexualidade na educação, bem como as teorizações freirianas, reforçamos que pesquisas como essas, com a utilização do círculo dialógico, comprovam a necessidade de uma formação continuada e efetiva. Os resultados evidenciam que mesmo os/as professores/as que querem trabalhar esses temas em sala de aula sentem-se desamparados pela falta de formação e diálogo.

Esta experiência foi um caminho interessante para a observação dos desafios e possibilidades com o trabalho de representações sociais de gênero e dialogicidade na escola.

Problematizar valores, preconceitos e crenças nos permite repensar, evidenciar e, quem sabe, romper com alguns preconceitos no cotidiano escolar.

Referências

ACCORSSI, Aline. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. 2011. 184 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia Social, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e métodos. Porto: Porto Editora, 1999.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 83-111.

CAVALCANTI, Eduardo A. G. A Campanha de pé no chão também se aprende a ler: uma extraordinária experiência pedagógica e política. **QUIPUS**, Natal-RN, N 1 V. (2), p. 41-56. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/155>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

DANTAS, Vera; LINHARES, Ângela. Os círculos de cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 7- 29.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-21.

FOLHA de São Paulo. Por que o Brasil de Olavo e Bolsonaro vê em Paulo Freire um inimigo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2019. Cotidiano. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/abril/19.04-Alvo-de-ataques.pdf> Acesso em 30 jul. de 2020.

FRANÇA, Fabiane Freire. **A contribuição dos estudos de gênero à formação docente: uma proposta de intervenção**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2009.

FRANÇA, Fabiane Freire. **Representações Sociais de gênero na escola: diálogo com educadoras**. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. A contribuição da dialogicidade de Paulo Freire aos Estudos de Gênero e à Teoria das Representações Sociais: um relato de experiência.

In: MILITÃO, S. C. N.; DI GIORGI, C. A. C.; MILITÃO, A. N.; FRANCISCO, M. V.; LIMA, M. R. C. (Orgs.). **A atualidade de Paulo Freire frente aos desafios do século XXI**. Curitiba: CRV, 2015. p. 153-163.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: FRASER, Nancy; BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 38-65.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática a liberdade**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: Em três artigos que se completam**. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALINKIN, Ana Lucia; ISMAEL, Eliana. Gênero. In: TORRES, Ana Raquel Rosas, *et al* (orgs). **Psicologia Social: Temas e Teorias**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 503 - 557.

GIROUX, Henry A. **Escola crítica e política cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIROUX, Henry A. Paulo Freire e a Política do Pós-Colonialismo. **Pátio**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 15-19, ago./out. 1997.

GIROUX, Henry A. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Ed WMF Martins Fontes, 2017.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Psicologia Social).

LOURENÇO, Amanda Nogueira. **Travesti: a construção do corpo feminino perfeito e suas implicações para a saúde**. 2009. 80 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)—Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 25-56 jul./dez. 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

MAIO, Eliane Rose. **O nome da coisa**. Maringá: Unicorpore, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse: son image et son public**. Paris: PUF, 1961.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectiva crítica na psicologia social**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2001.

ROMÃO, José Eustáquio; CABRAL, Ivone E.; CARRÃO, Eduardo Vítor de M.; COELHO, Edgar P. Círculo epistemológico, círculo de cultura como metodologia de pesquisa. **Revista Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 9, n. 13, p. 173-195, jan./jun. 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO. G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7-34.

14. POR QUE GAVIÃO NÃO VOTA EM BOLSONARO? UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR E DIALÓGICA DE COMO CORINTHIANOS MANIFESTAM CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Larissa Bezerra
Adriana Delmira Mendes Polato
Frank Antonio Mezzomo

Considerações iniciais

Neste trabalho, pretendemos analisar como se constitui o discurso pró-democracia e liberdade, que se firma em torno dos ideais vinculados às classes menos favorecidas e que encontram representação organizada na torcida corinthiana. Tal objetivo requer compreender como a história do clube e da própria Gaviões da Fiel influenciam no posicionamento axiológico e ideológico dos torcedores filiados à torcida organizada. Para tanto, valemo-nos dos pressupostos de pesquisadores da Comunicação, das Ciências Sociais e da teoria do Círculo de Bakhtin, para entender como se dá a manifestação da “consciência de classe” nos atos e práticas discursivas da torcida corinthiana, a considerar as tensões que envolvem a não unanimidade de seus posicionamentos políticos. Assim, retomamos alguns elementos que permeiam a formação histórica, cultural e ideológica do clube e da torcida, a partir da compreensão da relação tensa e bilateral entre o que o círculo de Bakhtin denomina como ideologia cotidiana e ideologia formal.

Para desenvolver essa proposta, construímos o texto destacando três momentos: no primeiro, apresentamos aspectos da história do Corinthians e de suas origens populares, a apontar como a política esteve presente no clube ao longo dos anos, bem como recuperamos parte da história da Gaviões e de como a torcida organizada nasceu cheia de reivindicações, em plena Ditadura Civil-Militar Brasileira. Essa recuperação histórica envolve análises preliminares de vozes e enunciados que refletem e refratam práticas discursivas da torcida e relações sociais, o que analisamos a partir dos conceitos do dialogismo. No segundo momento, nos aprofundamos na análise de perspectiva dialógica de uma nota publicada pelo presidente da torcida, questionando os sócios dispostos a votar em Bolsonaro, a considerar outros enunciados que se constituem como elos anteriores e posteriores do discurso pró-democracia manifestado. No terceiro momento, refletimos sobre as tensões e lutas ideológicas que se estabelecem no interior da torcida, como reflexo de sua atual composição por classes sociais diversas. A nota que tomamos como enunciado unidade de análise foi divulgada em primeira mão pelo jornalista Juca Kfoury, em seu blog, no portal UOL, em 19 de setembro de 2018. E as demais manifestações foram recolhidas no *Facebook*. Em seu conteúdo, Rodrigo Gonzalez Tapia, conhecido como Digão, o presidente da Gaviões da Fiel, maior torcida organizada de futebol do Brasil, argui ser contraditório para um membro da torcida corinthiana votar no então candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, visto a torcida defender os direitos do povo, não podendo compactuar que o maior representante político do país fosse contra essas lutas³⁰.

³⁰ No ano de 2018, ocorreram oficialmente as eleições presidenciais no Brasil. Jair Bolsonaro, então candidato do Partido Social Liberal (PSL), derrotou o petista Fernando Haddad no segundo turno, com 55% dos votos. Capitão reformado do Exército e deputado federal desde 1991, Bolsonaro se elegeu com promessas de reformas liberais na economia e um discurso social conservador. Este artigo foi produzido a partir das discussões realizadas no primeiro semestre de 2020 na disciplina “Dialogismo, Língua(gem) e Relações Sociais”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão, Paraná.

As lutas às quais Rodrigo se refere acontecem desde a fundação da torcida, que nasceu com o objetivo de derrubar um dirigente do Corinthians, considerado ditador dentro do clube e que também era deputado e fazia parte da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político alinhado à Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1985). Estudiosos do jornalismo esportivo discutem que, desde a sua criação, a Gaviões da Fiel esteve envolvida em trabalhos sociais e manifestações políticas, como em 2016, ano em que a torcida se manifestou para que houvesse uma “CPI da Merenda”, a reivindicar investigação e punição dos envolvidos em atos de corrupção, no que ficou conhecido como a “máfia da merenda” em São Paulo, um suposto esquema de fraudes na compra de produtos agrícolas destinados à merenda escolar (LOPES; HOLLANDA, 2018).

O próprio Corinthians, chamado de time do povo, precisou travar uma luta contra o preconceito por suas origens operárias. Quando o futebol chegou ao Brasil, na segunda metade do século XIX, não atingiu todas as classes sociais desde o início. Aqui, apenas os ingleses e a elite jogavam: “Estes [os clubes mais antigos] não gostavam de jogar e de perder para o Corinthians, clube de operários e gente do povo. O elitismo e o preconceito social predominavam” (ANTUNES, 1998, p. 93).

Atualmente, a torcida corinthiana tem uma formação heterogênea do ponto de vista das classes sociais que a compõem. De forma consequente, o discurso político pró-democracia e liberdade ligado ao Corinthians e seus torcedores nem sempre é visto com bons olhos por todos os corinthianos, tampouco por torcedores de outros clubes esportivos e mesmo por outros grupos e classes sociais. Como uma das maiores do país, a própria torcida corinthiana carrega uma enorme gama de características econômicas e de orientações culturais, ideológicas e políticas.

Embora haja a crença social de que os estudos sobre futebol são menos importantes ou menos interessantes e considerem o esporte como alienante, as pesquisas sobre o tema têm crescido e ajudado a entender melhor os problemas da sociedade brasileira. De acordo com Roberto DaMatta,

O esporte faz parte da sociedade, tanto quanto a sociedade também faz parte do esporte. Impossível compreender uma atividade (ou um plano de atividades) sem referência à totalidade na qual está inserida. Esporte e sociedade são como as duas faces de uma mesma moeda e não como o telhado em relação aos alicerces de uma casa (DAMATTA, 1982, p. 23).

E é justamente nessa faísca poderosa que se ascende no contato entre esporte, sociedade e vivências cotidianas, que encontramos a resposta para o fascínio que o futebol causa em muitas pessoas: “Este deve ser buscado na apreensão intuitiva e emotiva daquilo que o futebol transmite a cada um de seus adeptos: o reconhecimento velado e indireto de que o futebol fala da própria vida” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 165). Trata-se de um esporte ligado ao cotidiano e, logo, às ideologias dessa natureza, que por vezes se constroem dispersas, fluidas em meio à heterogeneidade dos sujeitos envolvidos na organização e na recepção social do esporte. Assim, as manifestações discursivas que se dão vinculadas aos temas futebolísticos se dão permeadas por tensões sociais próprias das relações sociais.

Time do povo: origens do Corinthians e da Gaviões da Fiel

Grandes clubes brasileiros como Corinthians e Flamengo carregam consigo uma marca popular, de times do povo, de trabalhadores. Mesmo com a enorme torcida que têm, o que acaba congregando gente de todas as idades, lugares do país e classes sociais, essa mística de suas origens é tratada com orgulho por grande parte de seus torcedores, principalmente os pertencentes às torcidas organizadas.

No ano de 1977, o Corinthians conquistou o campeonato paulista e quebrou um jejum de 23 anos sem títulos e, em uma narração icônica, Osmar Santos resumia o sentimento dos corinthianos: “Corinthians, você, acima de tudo, é a alma desse povo. Você vem da imagem de sorriso e de felicidade das raízes do povo, Corinthians! (...) Inexplicável Corinthians! Vai buscar a alegria no fundo da alma do povo” (RÁDIO GLOBO, 2016). Na voz do narrador, estão compartilhados valores refratários de sentimentos exacerbados, que evocam a emoção e a alegria populares.

Fundado por cinco operários, o Corinthians teve, desde o início, forte ligação com as classes mais populares. O primeiro presidente, Miguel Battaglia, afirmou à época: “O Corinthians vai ser o time do povo e é o povo quem vai fazer o time” (CORINTHIANS, 2020). Por ser ligado às classes populares, o Corinthians carrega até hoje alguns estigmas, como ter seus torcedores chamados de “bandidos” (UOL ESPORTE, 2018).

Para além da atuação nos campos, os acontecimentos mais importantes da história do clube têm pouco a ver com a bola rolando. A “Democracia Corinthiana”, movimento surgido no início da década de 1980 no Corinthians e liderado pelo sociólogo e diretor de futebol do clube, Adilson Monteiro Alves e pelos jogadores Sócrates Brasileiro, Wladimir Rodrigues e Walter Casagrande, tinha um modelo alternativo de organização dos atletas e demais funcionários do clube, em que todos tinham direito ao voto, mantinham uma postura democrática, crítica, de liberdade de expressão e participavam nas questões sociais do país (FLORENZANO, 2010).

Com base em ideais similares, nasceu a maior torcida organizada do Corinthians, a Gaviões da Fiel (doravante GDF). De acordo com Lopes (2018), os GDF foram fundados oficialmente em 1969 (embora tivessem começado a se articular desde 1965), época em que o Brasil vivia uma Ditadura Civil-Militar. O momento do Corinthians também não era dos melhores, pois o presidente Wadih Helu, considerado um ditador dentro do clube, chegou a tentar impedir o surgimento da torcida, que era contra ele (PIVA, 2015).

A contextualização realizada nos permite compreender o porquê de vozes como: “Contra todo ditador que no timão quiser mandar, os gaviões nasceram pra reivindicar”, integrarem canções entoadas pela GDF.

Se analisarmos essas vozes que participam da constituição histórica dos discursos fundantes da torcida do Corinthians, compreendemos que, desde o início, representam anseios de grupo organizado que reivindica por valores democráticos no chão da ideologia do cotidiano, lugar onde se testa nas vivências as imposições das ideologias formais (VOLÓCHINOV, 2018 [1929]. Para Volóchinov (2018) e Bakhtin (2014) este é um movimento sempre tenso. Conforme explica Faraco (2009), para Bakhtin, importa menos a heteroglossia como tal e mais a dialogização dessas diferentes vozes sociais e a dinâmica que se estabelece entre elas, se vão se apoiar, interiluminar, se contrapor ou se parodiar, arremedar, polemizar. Em outras palavras, “o verdadeiro ambiente de um enunciado é o plurilinguismo dialogizado (são as fronteiras) em que as vozes sociais se entrecruzam continuamente de maneira multiforme, processo em que se vão também formando novas vozes sociais” (FARACO, 2009, p. 58). Assim, os discursos refletem e refratam as tensões das relações sociais que se organizam, em última instância, sob as bases socioeconômicas.

De acordo com Florenzano (2010), o Regime Militar Brasileiro travava uma batalha cultural para inculcar nos torcedores uma visão de mundo autoritária, hierárquica e imutável para obter o consentimento dos grupos subalternos, por meio da figura do “jogador máquina”, disciplinado e restrito ao mundo futebolístico, embora muitas vezes não tenham conseguido controlar torcedores e jogadores dessa maneira, e um bom exemplo disso é o surgimento de várias torcidas organizadas nos anos da ditadura. Em 1979, a Gaviões chegou a abrir uma faixa nas arquibancadas com a frase “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” (PIVA, 2015).

Aqui, então, a torcida começa a surgir como um estrato superior da ideologia do cotidiano que testa nas vivências as imposições de uma ideologia formal, neste caso, representadas pelas instituições de um governo ditatorial. Como atesta Bakhtin (2014), uma ideia só é forte e verdadeira se representa anseios de um grupo social. Em coerência enunciativa, Volochinov (2013) explica que a ideologia cotidiana é o conjunto de sensações cotidianas que refletem e refratam a realidade social objetiva e dá significado a cada ato nosso e a cada um de nossos estados conscientes: “Os objetivos surgidos na ideologia do cotidiano constituem o material sobre o qual trabalham os sistemas ideológicos visando a sua sistematização, estabilização e acabamento” (NARZETTI, 2013, p. 375). Por outro lado, a ideologia formal se constitui como aquela que tenta regular a organização da vida, do ponto de vista político, moral, legal. Por isso, se manifesta nas superestruturas sociais, no direito, nas religiões, na política oficial, por exemplo. Seu objetivo, em termos de linguagem, é manter a estabilidade do valor dos signos, porque estes são mediadores da formação da consciência socioideológica dos sujeitos que participam das interações discursivas no bojo das relações sociais. Os signos são ponte para o diálogo interior e exterior do homem e a manutenção de seu valor pelas ideologias formais representa a estabilidade da organização da vida, a estaticidade das relações sociais (VOLÓCHINOV, 2018), a manutenção do *status quo*. Nesse caso, a palavra/discurso, a palavra em seu estatuto de funcionamento no enunciado, é sempre valorada, sempre ideologicamente preenchida (VOLÓCHINOV, 2018; BAKHTIN, 2015).

O que afirmam Volóchinov e Bakhtin, não destoa do que propõe, de outra perspectiva, Murad (2012), para quem são as práticas e ideologias comunitárias, culturais, educacionais e esportivas que acontecem nos espaços e contraespaços das instituições formais e não formais que podem pressionar a política oficial e melhorar sua prática, imagem, objetivos e projetos. Por isso, para o sociólogo, a política pode ser muito mais ampla e universal, se exercida além do poder “oficial”, porque inclui mais pessoas participantes e, portanto, constitui-se mais democrática.

O discurso antiditatorial e politizado da GDF nunca deixou de fazer parte dos princípios dos torcedores: a “retórica nativa se estende até hoje na verve de suas lideranças, sendo assimilada e compartilhada pelos demais integrantes” (HOLLANDA, 2015, p. 26).

No ano de 2016, mais uma manifestação significativa foi realizada pela Gaviões. Em um ato público em 15 de abril, que contou com mais de três mil torcedores, a torcida protestou contra o que ficou conhecido como “máfia da merenda” (LOPES; HOLLANDA, 2018). O grupo cobrava investigação e punição dos culpados envolvidos num suposto esquema de corrupção e superfaturamento no fornecimento de alimentos para merenda escolar no Estado de São Paulo. Cantos como “eu não roubo merenda, eu não sou deputado, trabalho todo dia, não roubo meu estado”, foram entoados como se fossem gritos de guerra de torcida. Neles as entonações da torcida se amalgamam à de reivindicação política. Como nos explica Volóchinov (2013), “é na entonação que a valoração encontra sua expressão mais pura. A entonação estabelece um vínculo estreito entre a palavra e o contexto extraverbal: a entonação viva parece conduzir a palavra além das fronteiras verbais” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 81), porque encerra compartilhamentos valorativos no meio social.

O referido protesto teve bastante repercussão nos meios de comunicação e apoio por parte dos movimentos da esquerda política. Na Figura 1, vemos uma das charges emergentes das tensões político-sociais desse contexto. Naquela situação extraverbal imediata (VOLÓCHINOV, 2013) que envolvia o escândalo já descrito, a charge intitulada “Tucano e Gavião” foi publicada na conta do *Facebook* da mídia alternativa Jornalistas Livres. Na figura 1, a apresentamos para posterior análise valorativa.

Figura 1 - Charge “Tucano e Gavião”



Fonte: Jornalistas Livres³¹.

Como analisamos pela perspectiva dialógica, na charge de autoria do artista Vitor Teixeira, manifesta-se posicionamento axiológico e, logo, ideológico de apoio ao protesto da torcida corinthiana. Em seu conteúdo, a charge mobiliza, por meio das semioses verbo-visuais, um gavião imponente, com escudo do Corinthians alocado no centro do peito, o que sugere claramente que o gavião representa a torcida corinthiana, em posição de vigília e intimidação.

O gavião observa um tucano com o bico sujo do que seria a comida que estava em recipientes nos quais é possível ler a palavra “merenda”. O tucano representa o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), do então deputado Fernando Capez, um dos alvos das investigações e dos protestos, e também do governador da época, Geraldo Alckmin. Aqui, ambas as aves são signos ideológicos que representam valorações vinculadas às instituições por elas representadas. Para Volóchinov (2018, p. 92), “a imagem artístico-simbólica de um objeto físico [da natureza ou da criação humana] já é um produto ideológico” e onde há signo há ideologia. Desse modo, os signos servem tanto ao diálogo entre consciências interindividuais quanto à sua manifestação exterior por meio da linguagem: “A própria consciência pode se realizar e se tornar um fato efetivo apenas encarnada em um material sígnico” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 95).

Ao retornarmos à análise da charge, visualizamos o fundo preto, que semioticamente relaciona-se à ausência de luz, a convocar os sentidos de seriedade, silêncio, luto e terror. O preto, ainda, tanto permite compartilhar valorações e entonações de rebeldia social, marginal, quanto de autoridade, tradição, responsabilidade e poder (BARROS, 2017, p. 88). Assim, se constrói o sentido de que a torcida do Corinthians, representada pelo signo ideológico gavião, se aproxima e se interpõe aos atos do tucano – ave que representa o partido, cujos filiados políticos são acusados de corrupção. Dessa forma, o chargista manifesta seu posicionamento axiológico pró-ação da torcida corinthiana e o discurso da charge passa a encorpar o próprio ato político responsável dessa torcida.

O mais recente ato dos torcedores, em 2020, contou com membros da torcida, mas não foi convocado oficialmente. Foi uma manifestação contra o racismo, contra o presidente Jair Bolsonaro e a favor da democracia. Essa manifestação gerou revolta por parte daqueles torcedores que apoiavam o presidente. Trataremos dela mais adiante.

³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalistaslivres/photos/a.292153227575228/344981465625737/?type=3&theater>

Por que Gavião não vota em Bolsonaro?

A recuperar essa origem popular do Corinthians e as lutas de sua maior torcida organizada, Rodrigo Gonzalez Tapia, presidente da Gaviões da Fiel, publicou uma nota em 2018 na qual apontava contradições por parte de quem fazia parte da torcida, mas apoiava politicamente o candidato Jair Bolsonaro. Com o título “Gavião não vota em Bolsonaro”, Digão, como é conhecido, afirma que como presidente precisa compartilhar com os demais membros a ideologia que a torcida carrega em quase 50 anos de história. No quadro 1, apresentamos o conteúdo da nota, como publicado no blog de Juca Kfourri.

Quadro 1 - Conteúdo da nota do presidente da Gaviões sobre as eleições de 2018

Rapaziada é o seguinte... não queria entrar no debate de política, mas o que estou acompanhando nas nossas redes sociais, de Gavião apoiar Bolsonaro – fez eu vir aqui pra passar um papo reto pra vocês... vocês aceitando ou não, eu como presidente dos Gaviões, tenho que passar o que a gente carrega na nossa ideologia dentro desses quase 50 anos de história.

Você que é associado dos Gaviões, sabe da história da sua Torcida? Você sabe que na nossa fundação, em 1969, vivíamos em plena Ditadura Militar? Você sabe que no período da nossa fundação tínhamos como principal objetivo derrubar um ditador dentro do nosso clube? Você sabe que os nossos fundadores sofreram muita opressão por levantar a bandeira em favor da democracia e dos direitos do povo?

Sei que hoje nos Gaviões da Fiel, uma torcida com mais de 112 mil sócios, tem sócios de diversas classes sociais, da hora, cada um fez por onde pra chegar onde está... só que é o seguinte rapaziada, vocês que apoiam um cara que vai contra todas as nossas ideias e joga no lixo o nosso passado de muitas lutas, por favor, se forem seguir apoiando esse cara, repense sobre sua caminhada dentro da Torcida. Ou seja, se está no Gaviões por interesses pessoais, status, para ostentar apenas uma camisa ou se beneficiar atrás de ingresso e pagar nas redes sociais que faz parte da maior torcida do Brasil, por favor, se retirem. Pode passar lá no Vip e assinar a carta de saída.

Somos uma torcida que defende os direitos do nosso povo e não podemos deixar que o nosso maior representante seja contra nós e contra tudo aquilo que lutamos.

Fonte: <https://blogdojuca.uol.com.br/2018/09/gaviao-nao-vota-em-bolsonaro/>

Posteriormente, a nota foi replicada em dezenas de sites e *blogs*, inclusive veículos de comunicação maiores como Infomoney, Catraca Livre, entre outros. Alguns deles, como a revista “Isto É” e a rádio “Jovem Pan”, trouxeram as repercussões do discurso entre a torcida: “Nas redes, enquanto alguns corintianos concordaram com o presidente, outros continuaram dizendo que votam no candidato e não vão mudar de opinião” (JOVEM PAN, 2018).

Embora quando questionada, a Gaviões tenha dito aos meios de comunicação que a publicação era uma opinião pessoal e que não havia posição oficial da torcida sobre o assunto, no dia 20 de setembro, um dia após a veiculação do texto de Digão, a GDF, enquanto agremiação, publicou em suas redes sociais uma segunda nota, reforçando o ponto de vista exposto pelo presidente. Nela a torcida relata que em 1969, jovens corinthianos fundaram o que viria a se tornar a maior torcida organizada do país, em uma época marcada pela Ditadura Militar e, ao declararem contrariedade ao regime, foram perseguidos. Afirma, também, que a abertura de faixas pela redemocratização do país e pela anistia dos presos políticos fez parte história da Gaviões, e que, por isso, “é importante deixar clara a incoerência que há em um Gavião apoiar um candidato que, não apenas favorável à ditadura militar da qual nascemos nos opondo, mas ainda elogia e homenageia torturadores que facilmente poderiam ter sido algozes de nossos fundadores” (GAVIÕES DA FIEL, 2018).

A considerar as relações dialógicas entre a nota emitida por Digão e outros enunciados que se constituem como elos antecedentes e posteriores do discurso mobilizado, passamos a análise do conteúdo ideológico presente nessa manifestação discursiva.

Do papel de representante de grupo socialmente organizado – o que para Bakhtin (2014) já representa um estrato superior da ideologia do cotidiano – lugar em que autoconsciência de classe se manifesta, Digão enuncia que não gostaria de entrar no debate de política, mas que ao ver membros da torcida apoiando Bolsonaro decide se manifestar e mostrar a ideologia que a torcida carrega. De acordo com Volóchinov (2013), quando há um problema que exige uma tomada de decisão, nossa consciência parece se dividir em duas vozes independentes: “sempre uma dessas vozes independentes de nossa vontade e de nossa consciência, coincide com a visão, as opiniões, e com as valorações da classe a que pertencemos. A segunda voz é sempre a voz do representante típico, ideal, de nossa classe (VOLÓCHINOV, 2013, p. 165).

Vemos, então, que a manifestação de Digão não encerra apenas uma opinião pessoal, isolada, pois não pertence somente a ele como sujeito isolado, mas aos ideais que constituem o grupo social do qual participa (BAKHTIN, 2014), principalmente, a parcela dele que se identifica como pertencente a um grupo que tradicionalmente luta de pela democracia. Por isso, Digão afirma: “Sei que hoje nos Gaviões da Fiel, uma torcida com mais de 112 mil sócios, tem sócios de diversas classes sociais, da hora, cada um fez por onde chegar onde está”. Assim, reconhece a heterogeneidade das classes sociais que compõem a torcida e se antecipa às possíveis respostas ativas de refutação por parte daqueles que pertencem às classes sociais que não valorizam tanto as questões por ele lembradas. O advérbio “hoje” deixa entrever que nem sempre a torcida foi tão heterogênea como se apresenta atualmente. Seria, então, dentro das palavras, que se dá discursivamente a luta de classes, em uma sociedade de classes. Essa ideologia, propagada pelo discurso, é a representação da sociedade e do mundo construída nas trocas entre grupos sociais (MIOTELLO, 2008). Segundo, Bakhtin (2014) esses conteúdos são determinados, sob todos os aspectos, por fatores socioeconômicos.

No discurso do presidente da torcida, aparece o argumento de que apoiar Bolsonaro é estar contra todas as ideias da torcida e representa jogar no lixo o passado de muitas lutas. Amplas relações dialógicas são constitutivas deste discurso, como a recuperação da história do clube e dos GDF, pela análise de vozes, enunciados e atos que a constituem, como já arrolamos. Como assinala Bakhtin sobre as relações dialógicas (2003, p. 409-410, grifos do autor), “eu ouço vozes e relações dialógicas entre elas. Eu também interpreto dialogicamente o princípio de complementaridade”. Assim, todo enunciado é um elo na ininterrupta cadeia do discurso, porque surge em resposta a outros, e, ao mesmo tempo, suscita outras respostas.

Ao recuperar as vozes constitutivas da história da torcida e reacentuá-las na nota, Digão demarca seu posicionamento axiológico e ideológico de embate a falas autoritárias e de apologia à ditadura, proferidas pelo então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, em ocasiões de manifestações públicas, como: “o erro da ditadura foi torturar e não matar”. Em 2016, na votação do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, fez uma homenagem ao coronel Brilhante Ustra, torturador durante a Ditadura: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim” (CARTA CAPITAL, 2018). Assim, vemos que as relações dialógicas entre enunciados não se estabelecem apenas a partir do princípio do reforço ou da concordância, mas podem se estabelecer a partir do princípio da refutação (BAKHTIN, 2003), o que acirra as tensões sociais pelo discurso.

No segundo parágrafo da nota, Digão estabelece uma visada dialógico-valorativa de direcionamento aos torcedores (ACOSTA-PEREIRA, 2013) e lança questionamentos que os convoca a revisitar a história da torcida. A vinculação de pertença e fidelização ao grupo se dá por meio da expressão “a gente”, pela presença do pronome “nossa”, como se nota: “tenho que passar o que a gente carrega na nossa ideologia”. Já as interrogativas dirigidas aos torcedores

interpelam a reflexão. Com as perguntas sempre iniciadas por “você sabe”, seguidas de conteúdos que rememoram valores e práticas históricas de combate a líderes e regimes arbitrários, ele questiona: “Você sabe que na nossa fundação, em 1969, vivíamos em plena Ditadura Militar? Você sabe que no período da nossa fundação tínhamos como principal objetivo derrubar um ditador dentro do nosso clube? Você sabe que os nossos fundadores sofreram muita opressão por levantar a bandeira em favor da democracia e dos direitos do povo?”

Ao final da nota, Digão interpela os torcedores novamente a reconhecerem a relação de pertença ao grupo pelo compartilhamento de condutas assentadas em valores democráticos. Assim, constrói o argumento de que apoiar um líder político que profere discursos anti-democráticos representa incoerência e dissociação da pertença. Por isso, condiciona: “Se forem seguir apoiando esse cara, repense sobre sua caminhada dentro da torcida (...) pode passar lá no Vip e assinar a carta de saída.”

Segundo Volóchinov apud Narzetti (2013), a ideologia da classe dominante tem caráter predominantemente falseado, porque o interesse é defender os privilégios de grupos que estão no poder e impedir a transformação da sociedade. Ao avaliar o discurso bolsonarista como um discurso de classe dominante, Digão reage como representante da “classe dominada”, com o suposto objetivo central de combater que a opressão de classe se perpetue e se intensifique. Em “somos uma torcida que defende os direitos do nosso povo e não podemos deixar que o nosso maior representante seja contra nós e contra tudo aquilo que lutamos”, revela-se o que Bakhtin (2014) denomina como autoconsciência de classe:

[...] toda motivação do comportamento do indivíduo, toda tomada de consciência de si mesmo (porque a autoconsciência sempre é verbal, sempre consiste em encontrar um determinado complexo verbal) é a colocação de si mesmo sob determinada norma social, é, por assim dizer, a socialização de si mesmo e do seu ato. Ao tomar consciência de mim mesmo, eu tento como que olhar para mim pelos olhos de outra pessoa, de outro representante do meu grupo social, da minha classe. Desse modo, a autoconsciência acaba sempre nos levando à consciência de classe (BAKHTIN, 2014 [1927], p. 87).

Outros torcedores do Corinthians, também se manifestaram contra Jair Bolsonaro. Em 21 de setembro de 2018, os membros do Coletivo Democracia Corinthiana (CDC) publicaram uma nota em que explicam as razões do coletivo de torcedores não apoiar o candidato, também se valendo de uma argumentação histórica, que resgata os valores sociais que, supostamente, deveriam ser compartilhados por torcedores do clube. Eles dizem em nota que o CDC nasceu para honrar a cultura popular, democrática e solidária criada pelos trabalhadores que fundaram o time em 1910 e repetida em 1980 pela Democracia Corinthiana. Assim, a nota se insere na cadeia dos discursos vinculados às torcidas do Corinthians como elo posterior de resposta ativa que mantém relações dialógicas de reforço à nota da GDF. Na dialogicidade dessa construção discursiva, a nota da CDC contempla o mesmo conteúdo enfatizado pela GDF e coloca em destaque outras valorações complementares. Assim o CDC afirma:

Fomos campeões e ajudamos a acabar com a Ditadura Militar que tanto censurou, prendeu, torturou, estuprou e matou. O CDC se coloca hoje na luta contra o fascismo, o machismo, o racismo, a LGTBfobia, a cultura da violência e o sistema de exploração que gera desigualdade e miséria. Consideramos que o elemento Jair Bolsonaro, do PSL, representa a antítese viva de todo esse pensamento fraterno e civilizado (COLETIVO DEMOCRACIA CORINTHIANA, 2018).

Quando diz que se coloca na luta contra o fascismo, o machismo e os demais tipos de preconceito e violências, o CDC se opõe aos discursos apoiados em valores defendidos por Jair Bolsonaro, para quem, por exemplo, ter uma filha, mulher, representa “fraquejar”. Em 2017, o político disse em uma palestra: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” (VEJA, 2017).

O mesmo CDC também se revolta quando Bolsonaro veste uma jaqueta do Corinthians em um evento em São Paulo em 2019. O coletivo chegou a fazer uma montagem em que usa a cabeça de Bolsonaro no lugar da de Mussolini – líder do Partido Nacional Fascista e que governou a Itália entre 1922 e 1943 – a afirmar que este seria o fardamento adequado ao presidente.

Em todos esses enunciados percebe-se um tom emotivo-volitivo e valores compartilhados entre membros das torcidas organizadas do Corinthians que remetem à luta de classes. As palavras escolhidas, como “time do povo”, “democracia”, “trabalhadores”, são signos compartilhados por quem está familiarizado com a história do clube. Assim,

a ideologia de classe entra para o interior (por meio da entonação, da escolha e da disposição das palavras) de qualquer construção verbal que se realiza não só com o conteúdo, mas expressa com a própria forma a relação existente do falante com o mundo e os homens, a relação com aquela situação específica e com aquele auditório específico (VOLÓCHINOV, 2013, p. 190).

Vemos, desse modo, que, além da ligação entre linguagem e contextos sociais, toda essa comunicação envolve as condições de existência dos falantes. “Nessa perspectiva, a linguagem é um processo sócio-histórico contínuo de produção de sentidos; é o espaço privilegiado de manifestação e confronto das diversas ‘vozes’ que constituem a sociedade” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 144).

Mas mesmo em dado grupo social – como na torcida corinthiana – que conta com mais de 30 milhões de torcedores espalhados pelo Brasil (número maior que os habitantes de vários países), nem todos compartilham do mesmo posicionamento axiológico político, de modo que a luta de classes, no seu sentido bakhtiniano, é sempre mediada pela língua(gem), e tem vida no interior dos signos que funcionam como uma miniarena de lutas (VOLÓCHINOV, 2018). Essa luta se faz presente na diversidade de acepções que compõem as consciências socioideológicas dos sujeitos pertencentes aos grupos, a gerar movimentos de tensão nas relações sociais, como discutimos na seção que segue.

Futebol e política não se misturam?

Ao serem confrontados pelos atos sociais e práticas de linguagem de torcedores mais progressistas, como expusemos anteriormente, corinthianos mais conservadores acreditam que não necessariamente devam compartilhar desses mesmos posicionamentos axiológicos para serem parte do universo do time. Por isso, são partidários da ideologia de que política e futebol não deveriam se misturar. Alguns chegaram a ameaçar o presidente da GDF pela nota publicada contra Jair Bolsonaro.

O Corinthians divulgou, em 2017, uma pesquisa que revela que a maior parte do público que frequenta a Arena Corinthians é das classes média e alta. Ainda, segundo a pesquisa, menos de dez por cento dos torcedores se enquadrariam naquilo que se chama “povão”. Alguns dos fatores que influenciam nesses números são a elitização dos estádios de futebol e o alto preço dos ingressos. Essa elitização também é pauta recorrente nos discursos da Gaviões da Fiel (e de outras torcidas organizadas):

Diante deste cenário adverso, assistimos aos protestos protagonizados pelas torcidas organizadas e a outras iniciativas coletivas de torcedores, que vêm encontrando formas de burlar mecanismos oficiais de segurança. Tais grupos logram assim entrar com faixas nos estádios, numa clara demonstração de insubordinação e capacidade de sobrevivência em meio à asfixia normativa e financeira de gentrificação dos estádios (TEIXEIRA; HOLLANDA, 2016, p. 23-24).

Desse modo, vemos que as questões socioeconômicas estão na base das tensões, porque a constituição histórica da torcida não deixa apagar a sua diversidade interna, ao passo que a nova constituição, assentada em valores econômicos, gera tensões em seu interior.

Por conta disso, os discursos, muitas vezes, constituem-se representações refratárias, pois “no processo de reflexo e refração da realidade, o signo (...) pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico” (VOLÓCHINOV, apud NARZETTI, 2013, p. 377).

A arguição pela dissociação entre política e futebol, portanto, concretiza-se como mais uma das tensões que se fazem sentir nas práticas e nos discursos. Seja para o bem, como para promover a inclusão, a educação, ou sendo para o mal, promovendo regimes autoritários e de exclusão social, a relações entre o futebol e política se constroem no seio das diversas lutas sociais, sendo impossível negar que as duas coisas mantêm ligações ideológicas. Para Franklin Foer (2005), o futebol é parte não só da comunidade, mas da economia e da política. Todavia, tudo isso tenta ser negado.

A classe dominante, de acordo com Volóchinov (2013), procura dar ao signo ideológico um caráter supraclassista, eterno, procura apagar da palavra as lutas de classe. Por isso, um enunciado pode fazer sentido para um grupo e não para outro. Conforme discutem Polato e Menegassi (2017),

um enunciado pode ser verdadeiro para uns e falso para outros que não compartilham dos valores sociais refratados e refletidos na palavra, na e pela língua, num processo contínuo de construção da linguagem e das relações sociais. Não é o signo abstrato, em si, que está em jogo quando o acolhemos participante de nosso diálogo interior. Nós acolhemos o seu valor como representativo de uma consciência social possível (POLATO; MENEGASSI, 2017, p. 19).

Para Couto (2010), o embate político pode se manifestar por meio de diversos conteúdos, formas, processos e ações, e o universo do futebol brasileiro seria um amplo espaço para o desencadeamento desse embate. O processo de lutas que se dá em torno dos valores que subsidiam a identidade da torcida corinthiana é, discursivamente, reflexivo de relações sociais. Trata-se de um processo contínuo e ininterrupto, tanto que alguns torcedores corinthianos se uniram, recentemente, no dia 10 de maio de 2020 na avenida paulista, para impedir uma manifestação de bolsonaristas. Eles carregavam uma faixa com os dizeres “somos democracia” e erguiam os punhos imitando o gesto que costumava fazer o jogador Sócrates, um dos líderes da Democracia Corinthiana e declaradamente de esquerda. Desse modo, vemos a utilização do gesto como um ato discursivo, como signo ideológico de luta aguerrida, permeada por entonações de força e convicção, para recuperação de sentidos historicamente construídos. Conforme discute Volochinov (2013),

a metáfora entonacional tem parentesco latente com a metáfora gestual (a própria palavra era inicialmente um gesto linguístico, um componente de um complexo gesto que tomava o corpo todo), entendendo por gesto tanto a

mímica como os gestos do rosto. O gesto, igual à entonação, necessita do apoio coral dos circundantes” (VOLOCHINOV, 2013, p. 84).

Logo depois da manifestação da torcida corinthiana, torcedores bolsonaristas do Palmeiras tiraram uma foto juntos e desafiaram os corinthianos a enfrentá-los, de modo que as manifestações de torcidas rivais passam a representar a própria rivalidade política.

Já no dia 31 de maio desse mesmo ano, em uma manifestação ainda maior, que ganhou destaque na mídia, membros da Gaviões, juntamente com outras torcidas organizadas e coletivos de torcedores, foram para as ruas novamente, desta vez em todo país, para protestar contra o racismo, o fascismo e contra o presidente Jair Bolsonaro. Isso gerou revolta nos torcedores do Corinthians que apoiavam o presidente, e desencadeou sua responsividade ativa em discursos e atos. Assim, muitos postaram nas redes sociais que deixariam de torcer para o clube. Alguns vídeos apresentavam torcedores queimando camisas, de modo que isso se reverberou em *fake News*, cujo conteúdo afirmava que depois do protesto o time teria perdido milhares de sócio-torcedores.

Assim, compreendemos que as tensões e as lutas sociais se reverberam no discurso, pois cada enunciação é uma espécie de palavra-chave compartilhada que pertence a um mesmo horizonte social. Desse modo,

aquele horizonte único no qual se apoia a enunciação pode ampliar-se tanto no espaço quanto no tempo: existe o “subentendido” da família, da tribo, da nação, da classe social, dos anos inteiros e inclusive de épocas totais. À medida que se amplia o horizonte geral e do grupo social que lhe corresponde, os aspectos subentendidos se tornam cada vez mais constantes. (VOLÓCHINOV, 2013, p. 80).

Sendo assim, como aponta também Volóchinov (2013), a palavra concebida mais amplamente deixa de ser uma coisa centrada em si mesma e já não pode ser compreendida independentemente da situação social que a tem engendrado, de modo, que os discursos, em toda a sua essência, refletem e refratam as tensões da própria vida social organizada sob as bases de uma ordem política e socioeconômica.

Considerações finais

Como vimos, o contexto extraverbal da enunciação se compõe a partir do horizonte espacial valorativo compartilhado pelos falantes, o conhecimento comum da situação e a valoração compartilhada (VOLÓCHINOV, 2013, p. 8). Por isso, nem sempre o discurso democrático e de luta social compartilhado por uma grande parcela da torcida corinthiana, com apoio na historicidade, é entendida da mesma forma por toda massa de torcedores. Alguns compartilham de um grupo social, que é a torcida do mesmo clube, mas não dos mesmos valores, classes sociais, comunidades e lutas, o que mostra tanto como os discursos importam às construções valorativas que sustentam atos organizados da torcida, quanto revelam que toda luta social de classe, de grupos, é permeada por tensões de ordem interna e externa, em grande parte, por razões econômicas.

De acordo com dados da Federação Internacional de Futebol (Fifa), mais de 3,5 bilhões de pessoas assistiram à Copa do Mundo de 2018, na Rússia. Só na final, entre França e Croácia, foram mais de 1,12 bilhão de telespectadores (FIFA, 2018). Em agosto de 2020, a final da *Champions League* entre PSG e Bayern de Munique, com transmissão do Esporte Interativo aqui no Brasil, chegou a ter 4,2 milhões de conectados, na maior audiência de uma transmissão na história da internet até então (TERRA, 2020).

Tão popular no mundo inteiro, o futebol tem uma ligação ainda mais especial com o Brasil, considerado “o país do futebol”. Mas os muitos problemas que existem aqui como violência, homofobia, machismo, elitismo, impedem que esse esporte seja para nós tão democrático quanto dizem. E, se tem um alcance tão grande com a população, por que não considerá-lo como uma via para tentar diminuir esses problemas? O futebol, como nenhum outro fenômeno social de massa, teve e continua tendo tanta abrangência, sendo um dos elementos mais representativos da cultura popular brasileira e mundial (SILVA, 2017, p. 97). A cultura popular, per si, para Bakhtin (2013) é o nascedouro das transformações sociais que se dão na base da ideologia do cotidiano, ao mesmo tempo em que provoca no povo uma sensação semelhante de sua unidade.

Desse modo, as lutas sociais ligadas ao esporte podem tornar o futebol um espaço de acolhimento para as pessoas. E podem estabelecer tensões que abrem importantes fissuras e prospectam rupturas no caráter de entretenimento com interesses econômicos que tentam vincular ao futebol, para que os torcedores possam se expressar política e culturalmente, livres de preconceitos e autoritarismo, fazendo com que os ambientes esportivos e sociais se tornem mais democráticos, mais tolerantes, mais humanos e, principalmente, cada vez mais conscientes de sua força de representação.

Referências

ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo. A reenunciação e as visadas dialógico-valorativas no gênero jornalístico notícia: projeções e discursividade. **Letra Magna**, ano 09, n. 16, 2013. Disponível em: http://www.letramagna.com/art_16_12.pdf. Acesso em: 10 set. 2013.

ANTUNES, Fátima Martins Rodrigues Ferreira. Do velódromo ao Pacaembu: o movimento esportivo em São Paulo e a trajetória do futebol, de esporte da elite à paixão nacional. **Revista Cidade**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura, ano V, n. 5, jan. 1998.

APRESENTADOR da Globo faz piada sobre assalto à Arena e revolta corintianos. **UOL Esporte**, São Paulo, 03 de setembro de 2018. Disponível em: <https://uol.esportevetv.blogosfera.uol.com.br/2018/09/03/comentario-de-jornalista-da-globo-sobre-assalto-a-arena-revolta-corintianos/> Acesso em 29 de out. de 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. O conteúdo da consciência como ideologia. In: **Freudismo: um esboço crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 85-92.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais**. Tradução Yara Frateskchi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Cor e sentido. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (Orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2017, p. 81-108.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, Brasília, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/> Acesso em 29 de out. de 2020.

CORINTIANOS reagem à declaração de presidente da Gaviões contra Bolsonaro. **Jovem Pan**, São Paulo, 19 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/eleicoes-2018/presidenciais/corintianos-reagem-a-declaracao-de-presidente-da-gavioes-contra-bolsonaro.html>> Acesso em 29 de out. de 2020.

COUTO, Euclides. A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978). **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 20-30, jan./abr. 2010.

DAMATTA, Roberto et al. **Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

EM 1977, Basílio fez o gol que tirou o Corinthians da fila. O Timão venceu a Ponte Preta por 1 a 0. Osmar Santos narrou. **Rádio Globo**, Rio de Janeiro, 28 de março de 2016. Disponível em: <<https://radioglobo.globo.com/media/audio/10898/em-1977-basilio-fez-o-gol-que-tirou-o-corinthians-.htm>> Acesso em 29 de out. de 2020.

FINAL da Liga dos Campeões quebra recorde de audiência mundial no Esporte Interativo. **Terra**, 23 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/lance/final-da-liga-dos-campeoes-quebra-recorde-de-audiencia-mundial-no-esporte-interativo,68746fb80cc521ca352318eb332d53eacy3gu4dl.html>> Acesso em 29 de out. de 2020.

FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: FAPESP EDUC, 2010.

FOER, Franklin. **Como o futebol explica o mundo: um olhar inesperado sobre a globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O rabo do foguete: civilização & barbárie em uma torcida organizada de futebol. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; LABRIOLA, Plínio (Org.). **Os Gaviões da Fiel: ensaios e etnografias de uma torcida organizada de futebol**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 21-48.

JAIR Bolsonaro faz piada sobre filha e provoca polêmica. **Veja**, São Paulo, 06 de abril de 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/jair-bolsonaro-polemica-palestra/>> Acesso em 29 de out. de 2020.

JÚNIOR, Hilário Franco. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, Felipe Tavares Paes. Futebol, comunicação e ideologia: um protesto da torcida organizada da Fiel na “imprensa alternativa” e na “imprensa tradicional”. **Revista Alterjor**, 18(2), p. 137-151. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/143888>> Acesso: jul. de 2020.

LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. “Ódio eterno ao futebol moderno”: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 206-232, Ago. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042018000200206&lng=e>

n&nrm=iso>. Acesso: 8 de jul. de 2020.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008, p. 167-176.

MORE than half the world wahtched record-breaking 2018 World Cup. **Fifa**, Suíça, 21 de dezembro de 2018. Disponível em: < <https://www.fifa.com/worldcup/news/more-than-half-the-world-watched-record-breaking-2018-world-cup>> Acesso em 29 de out. de 2020.

MURAD, Mauricio. **A violência no futebol**. São Paulo: Saraiva, 2012.

NARZETTI, Claudiana. A filosofia da linguagem de V. Voloshinov e o conceito de ideologia. **Alfa**, São Paulo, n. 57, v. 2, p. 367-388, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4646>. Acesso em: 12 de Ago. 2020.

NOTA oficial – posição dos Gaviões da Fiel sobre candidato antidemocrático. **Grêmio Gaviões da Fiel Torcida**, São Paulo, 20 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/gavioesoficial/posts/2054468881296713/>> Acesso em 29 de out. de 2020.

PIVA, Raphael. Apontamentos históricos da torcida corinthiana e dos Gaviões da Fiel. In: HOLLANDA, Bernardo B. B.; NEGREIROS, Plínio L (Org.). **Os Gaviões da Fiel: ensaios e etnografias de uma torcida organizada de futebol**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 296-312.

POLATO, Adriana Delmira Mendes.; MENEGASSI, Renilson José. Refratar e refletir: relações sociais e língua em práticas de análise linguística. In: FERNANDES, Eliane Marques da Fonseca (Org.). **Gêneros do discurso: refletir e refratar com Bakhtin**. Campinas: Pontes Editora, 2017, p. 13-44.

SILVA, Gustavo Santos da. **Os proletários da bola: the Bangu Athletic Club e as lutas de classes no futebol da Primeira República**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil: desafios e perspectivas das entidades representativas de torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo. **Esporte e Sociedade**. Niterói, n. 28, p. 1-26, 2016.

TIME do Povo, Corinthians completa 110 anos de glórias. **Corinthians**, São Paulo, 01 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.corinthians.com.br/noticias/time-do-povo-corinthians-completa-110-anos-de-glorias>> Acesso em 29 de out. de 2020.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

15. NA IGREJA, “UMA SÓ VOZ”; NA POLÍTICA, “LÍNGUAS DIVERSAS”: A MULTIPOSIÇÃO DE POLÍTICOS DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA BRASILEIRA

Frank Antonio Mezzomo
Fabio Alexandro Sexugi
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro

A mão esquerda segura firme o terço do qual pende um crucifixo bem menor que aquele reluzente ostentado no peito, enquanto o microfone na mão direita amplifica interjeições de louvor e brados indecifráveis diante do sacrário. A voz firme e os solos dedilhados no violão põem a assembleia numa comoção capaz de provocar, concomitantemente, êxtase e reverência profunda, riso e lágrimas: manifestações atribuídas à ação do Espírito Santo, um reteté que, pelas alusões fervorosas à intercessão de Nossa Senhora, não se verifica, senão, em ambiente estritamente católico, onde vem ganhando corpo e acentos distintos dos evangélicos, pelo impulso recebido junto às novas comunidades católicas.

O que chama a atenção na cena, porém, não tem tanto a ver com a eloquência da pregação ou com o fervor dos fiéis ou ainda a glossolalia ecoando, vez ou outra, no recinto carregado de imagens sacras – forças motrizes típicas de qualquer celebração de grupos de oração da Renovação Carismática Católica (RCC) – mas, sobretudo, o fato de que o orador não seja apenas um servo, nome que se dá às lideranças carismáticas leigas, mas um deputado federal – nosso primeiro personagem – bem conhecido desse segmento religioso no Paraná, eleito pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS) em 2014, com o apoio institucional e efusivo da hierarquia carismática do estado: Diego Garcia, um jovem pregador de 34 anos da Diocese de Jacarezinho, no Norte Pioneiro Paranaense, que, desde o período pré-eleitoral, ainda em 2013, tem percorrido paróquias, grupos de oração e grandes eventos de massa da RCC, protagonizando atos religiosos importantes e caríssimos aos católicos carismáticos: a pregação da Palavra – uma espécie de homilia laica com matizes pentecostais – e, até mesmo, a adoração eucarística: devoção que é, segundo Santo Afonso Maria de Ligório, “depois dos sacramentos, a primeira de todas as devoções, a mais querida por Deus, a mais útil para nós” (LIGUORI, 2007, p. 43, tradução nossa).

A mesma cena, no mesmo cenário, com o mesmo roteiro e tom de voz, é repetida à exaustão também pelo seu colega, o deputado estadual pelo PSC – segundo personagem – Evandro Araújo, 45 anos, do município de Marialva, igualmente eleito em 2014 pela RCC, com o suporte da subestrutura estadual chamada Ministério Fé e Política (MFP), que visa ao ingresso do pensamento dito cristão nas casas legislativas do Brasil para, na nossa leitura, religar a Terra de Santa Cruz ao paraíso papista.

Os deputados carismáticos eleitos pelo MFP do Paraná no pleito de 2014, após uma intensa campanha literalmente compartilhada – estavam juntos nos palanques, nos púlpitos e até nos santinhos –, seriam, assim, operários da (re)construção do extinto campanário estatal que abrigava, protegia e privilegiava privativamente as estruturas católicas brasileiras quando a língua da Igreja – o latim – roçava a língua do Estado, período encerrado pela promulgação da Constituição Republicana de 1891 que, ao menos oficialmente, divorciou as duas partes, instituindo a laicidade no Brasil (GIUMBELLI, 2008; ORO, 2011), embora sabemos que essa relação, não limitada à Igreja Católica, é complexa, contínua e efusiva, a depender do período histórico.

O ressalto que damos nesse introito ao inegável companheirismo desses dois pregadores da Bíblia Ave-Maria³², especialmente no período que antecedeu as eleições, servirá mais adiante para ajudar-nos a vislumbrar quão profunda é a discrepância entre suas pautas e entender que nem a estreita proximidade foi suficiente para desnivelar os caminhos alternativos que cada qual tem aberto, à sua maneira, rumo a Roma (LUNEAU; MICHEL, 1999), a Cidade Eterna.

Diego Garcia e Evandro Araújo, ambos pré-candidatos à reeleição em 2018 – este, pela mesma legenda partidária; aquele, agora, pelo “novo” Podemos –, amigos “mais chegados que irmãos” (Pr 18,24), percorrem lado a lado as mesmas bases eleitorais/eclesiais e, como se vê pelos registros pictográficos e audiovisuais fartamente disponíveis nas mídias eletrônicas, apresentam um jeito bem similar de fazer campanha e pregação, se é que, nesse contexto, se possa diferir uma coisa da outra. Seja como for, não seria exagero dizer que os deputados paranaenses da Igreja, em ambiente católico-carismático, falam “a mesma língua, com as mesmas palavras” (Gn 11,1).

Tal similaridade, no entanto, dá-se, ao que parece, apenas no altar, não ultrapassando as portas da igreja. É que, na tribuna do parlamento, lá para onde foram alçados pelos fiéis da RCC do Paraná, os deputados carismáticos têm adotado posicionamentos e discursos tão diferentes que parecem não se distinguir muito daqueles outros construtores, os bíblicos, a quem “o Senhor confundiu a linguagem” (Gn 11,9), enquanto edificavam uma torre para atingir os céus.

Desta característica multiposicional dos dois principais atores políticos do movimento carismático paranaense – que, no púlpito, politizam a Igreja “a uma só voz” (CNBB, 2010, p, 459), mas que, no palanque, catolicizam a política com “línguas diversas” (1Cor 12,30), isto é, mirando seu discurso político para alvos distintos – é que se ocupa nosso esmero neste artigo, sublinhada a partir de fontes empíricas disponibilizadas pelos deputados neste ano eleitoral de 2018 e colhidas da internet: de Diego Garcia, a edição de abril da revista que leva o seu nome (a primeira sob o Podemos); e o site oficial de Evandro Araújo, reformulado em janeiro de 2018, além de atas e registros audiovisuais da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP).

O exame das fontes aponta um distanciamento considerável, agudizado no exercício parlamentar, entre as pautas dos dois deputados carismáticos – as quais pormenorizaremos oportunamente –, sinalizando que as ações da RCC, ao contrário do que se possa imaginar, não possuem um posicionamento político uniforme, nem entre agentes conduzidos à vida pública pelo mesmo aparato eclesial, em condições análogas, na mesma circunscrição eleitoral: antes, tal multiposição faz alargar a abrangência das “línguas de fogo” (At 2,3) da RCC para que sejam acolhidas e acomodadas agendas tidas como conservadoras – no caso da defendida por Diego Garcia, na Câmara dos Deputados em Brasília – e aquelas mais progressistas – como têm demonstrado as pautas de Evandro Araújo, na Assembleia Legislativa do Paraná. O olhar que lançamos sobre o balanço das plataformas dos dois deputados não ignora – ressalvamos – o fato de que cada qual está inserido em conjunturas próprias e em âmbitos diferentes, os quais caracterizam distintamente as casas legislativas de Brasília e da capital paranaense: cenáculos do novo Pentecostes da RCC da terra dos pinheirais.

O mote que, pois, evocamos nessa análise insere-se, de alguma maneira, no catálogo daqueles que se tematizam pela vocação política do movimento carismático no Brasil (CARRANZA, 2000; MIRANDA, 1999, 2015; SILVEIRA, 2008; THEIJE, 2002), ainda que as discussões relativas à ousada eleitoralização da RCC, como no Paraná a partir de 2014, por meio do Ministério Fé e Política (SEXUGI; MEZZOMO; PÁTARO, 2018; PROCÓPIO, 2017) e que tangem esse artigo, sigam ainda pouco exploradas. Do mesmo modo, o

³² Bíblia publicada pela Editora Ave-Maria desde a década de 1950 e mais utilizada pelos carismáticos do Brasil: trata-se de uma versão pré-conciliar de linguagem mais erudita, traduzida da Vulgata de Jerônimo, e voltada ao uso devocional.

multiposicionamento político dos carismáticos paranaenses aqui abordado reverbera e aprofunda essa característica multifacetada do movimento eclesial na sua presença nos espaços públicos de poder (PROCÓPIO, 2015) e na consolidação de um projeto político próprio (ANDRADE, 2014; PORTELLA, 2011; PRANDI; VALENTIN, 1998; PROCÓPIO, 2012) que pressupõe a adoção de estratégias para o ingresso e permanência de seus líderes na vida pública pelo voto.

***Turrus cuius culmen pertingat ad caelum*³³: edificações eleitorais da RCC do Paraná nas eleições de 2014**

Para que Diego Garcia e Evandro Araújo³⁴ tomassem posse, em 2015 – respectivamente, de uma cadeira na Câmara dos Deputados em Brasília e na Assembleia Legislativa do Paraná –, foi preciso que a Renovação Carismática Católica no Paraná tomasse, ela própria, a sua cruz eleitoral e percorresse cada uma das penosas e abundantes estações de uma via sacra que se estendeu por todo território paranaense durante o período que antecedeu as eleições de 2014. Nessa jornada, o Ministério Fé e Política, da RCC, escolheu como suas quatro candidaturas oficiais: uma a deputado federal e três a estadual (RCC/PR, 2013). Assim, desde a escolha dos candidatos – todos homens, com histórico de liderança nesse movimento católico em suas respectivas dioceses e de diferentes regiões do estado – à confecção do material de campanha, logística e levantamento de estratégias eleitorais para canonizá-los nas urnas, a RCC do Paraná não apenas deu sua bênção, como foi protagonista ousada, misturando literal e criativamente o Santíssimo e os santinhos. Cada tijolo da construção do edifício eleitoral do movimento foi planejado pela sua coordenação estadual e executado, com relativo sucesso, pelas coordenações diocesanas e paroquiais, isto é, os leigos que, voluntariamente, levam à frente as atividades desenvolvidas pelos grupos de oração nas comunidades eclesiais (SEXUGI; MEZZOMO; PÁTARO, 2018).

Essa aventura sufrágica do movimento carismático fez com que Diego Garcia (com 61.063 votos) e Evandro Araújo (com 23.233 votos) se tornassem os primeiros parlamentares paranaenses eleitos pelo Ministério Fé e Política – e acompanhados por uma estrutura colegiada chamada de Conselho de Mandato (RCC/Brasil, 2015) que, ao menos teoricamente, direciona a própria atuação parlamentar de seus eleitos³⁵.

Ainda que, com o aval do Ministério Fé e Política, cada qual pertencesse a um partido político diferente, integrando coligações diversas, todos apoiavam candidatos do PSDB, seja para governador, senador e presidente da República, respectivamente, Beto Richa, Álvaro Dias e Aécio Neves. A aprovação pela RCC dos partidos e coligações aos quais seus candidatos estavam ligados, atende aos critérios de uma instrução normativa nacional da RCC que impõe às instâncias estaduais do movimento carismático que seja “observado o partido ao qual o candidato é filiado, para garantir a sua condição de defender os princípios da Doutrina Social da Igreja” (RCC/Brasil, 2015, p. 3), especialmente no que se refere à defesa da vida intrauterina, resistência à chamada ideologia de gênero e ao enfrentamento do matrimônio homoafetivo (RCC/Brasil, 2016b, p. 39). A proibição ao vínculo a partidos de esquerda, piamente acatado

³³ Excerto de Gênesis 11,4, na tradução latina de Jerônimo: “Torre cujo topo atinja o céu” (tradução nossa).

³⁴ Este último, tendo ficado como primeiro suplente, assumiu interinamente em fevereiro 2015 e efetivamente em dezembro do mesmo ano, após renúncia do deputado Leonaldo Paranhos (PSC).

³⁵ Cumpre ressaltar que os outros dois candidatos, igualmente carregados com devoção nos andares eleitorais do movimento carismático em 2014 – Juraci Luciano da Silva, o “Jura”, filiado ao PSB e residente em Curitiba (com 33.892 votos), e Gessani da Silva, de Foz do Iguaçu, vinculado ao PP (com 16.938 votos) – não se elegeram para ocupar a Assembleia Legislativa do Paraná, mas também receberam votação expressiva.

pela RCC paranaense no seu mergulho nas eleições em 2014, demonstra uma nítida tentativa institucional não só de balizar o rumo de suas candidaturas oficiais, mas de padronizar o posicionamento político daqueles que escaparem remidos do purgatório das urnas.

O êxito carismático nas eleições de 2014 no Paraná, a propósito, certamente não passará despercebido por quem esmiúça o rosto eleitoral dessa variante, entre muitas, de catolicismo, uma vez que a inegável vocação eleitoral da RCC já venha instigando o interesse dos pesquisadores (MIRANDA, 2015, 1999; PROCÓPIO, 2015), graças à pertinência das discussões sobre secularização: quer a concebamos como declínio da religião e sua perda hegemônica sobre a tutela das esferas da vida social (PIERUCCI; PRANDI, 1997; WEBER, 2008), quer encaremo-la como processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos da dominação das instituições e símbolos religiosos (BERGER, 2003; HERVIEU-LÉGER, 2008). Em 2014, à diferença de outras eleições, os candidatos carismáticos não subiram sozinhos ao palanque: a RCC subiu com eles, deu *imprimatur* ao seu material de campanha e os arrastou, com santinho e tudo, para dentro das estruturas católicas, até então, eleitoralmente mais tímidas.

Seja como for, o sucesso que solevou Diego Garcia e Evandro Araújo aos epicentros do poder como legítimos representantes da RCC resulta de um amadurecimento do Ministério Fé e Política, originalmente denominado “Secretaria Matias”³⁶: braço do movimento carismático que se propõe a, aparentemente com mais nitidez no estado do Paraná a partir de 2014, promover de modo oficial candidaturas de líderes leigos “vocacionados à vida pública” (RCC/BRASIL, 2015, p. 2), previamente definidas por um conselho estadual, às vésperas do período eleitoral.

É, aliás, o Ministério Fé Política quem tem se pronunciado oficialmente não apenas sobre os critérios e as etapas para o lançamento de candidaturas carismáticas oficiais, mas também sobre as pautas do movimento católico quando seus ungidos são agraciados com a assunção à esfera pública. Em 2016, por exemplo, Dom Roberto Francisco Ferrería Paz, bispo titular de Campos, Rio de Janeiro, e um dos prelados referenciais do Ministério Fé e Política nacional, fez publicar uma apostila sobre o tema (RCC/BRASIL, 2016a, p. 9), ressaltando que o desígnio principal do ministério é o de “resgatar o significado da expressão ‘bem comum’”. Se já não é tarefa fácil definir o que seja “bem comum”, menos ainda o será extrair de tal expressão a orientação política da RCC porque, segundo o mesmo documento, embora o movimento se oponha a pautas genéricas de partidos de esquerda (como a descriminalização do aborto e das drogas e a defesa de direitos de grupos minoritários), também diverge de movimentos católicos ultraconservadores, como, por exemplo, a Opus Dei, os Arautos do Evangelho e a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), especialmente no que concerne à inclusão social, Reforma Agrária, economia popular solidária e ecologia sustentável (SOUZA, 2013).

Dessa maneira, a despeito da aversão aos partidos não situados à direita no espectro político, desde os documentos oficiais, os carismáticos assinalam sua capacidade de suportar e defender um rosário de posições políticas tão variadas e surpreendentes quanto as “línguas de fogo” (At 2,3) a que tanto aludem. Nesse sentido, selecionar as pautas que mais adequadamente respondem aos anseios das bases eleitorais e que melhor se adaptam à própria trajetória de vida e ao “campo político” (BOURDIEU, 2001) em que atuam, torna-se, para os deputados

³⁶ De acordo com o “Histórico do Ministério de Fé e Política da RCC do Brasil (Disponível em: <<http://www.rcbrasil.org.br/artigo.php?artigo=55>>. Acesso em: 08 abr. 2021), foi o Espírito Santo que, em 1994, impeliu o Conselho Nacional da organização a instituir uma secretaria específica, dentro da “Ofensiva Nacional para o agir político”, coordenado inicialmente por Hucley Coelho, que escolheu o nome de “Secretaria Matias” para denominá-lo. Segundo o Novo Testamento (At 1,23-26), após a morte de Judas Iscariotes, os apóstolos apresentaram dois candidatos para disputar o ministério vacante: José Bársabas, apelidado Justo, e Matias, que acabou sendo eleito novo apóstolo.

carismáticos do Paraná, uma necessidade conveniente. Só assim, são capazes de “difundir a Cultura de Pentecostes e ajudar a construir a Civilização do Amor, a partir da experiência do batismo no Espírito Santo” (RCC/BRASIL, 2016b, p. 9), como o Ministério Fé e Política propõe-se ao justificar sua presença no meio público.

Talvez por isso, no parlamento, Diego Garcia fale a língua dos conservadores, enquanto Evandro Araújo empregue outro idioma, com sotaque progressista, de modo que não repetem aí o unísono de suas pregações e louvores feitos no púlpito.

***Confundamus ibi linguam eorum*³⁷: proposições e posicionamentos dos deputados carismáticos do Paraná**

Quem ouve o deputado Evandro Araújo desferindo palavras duras, da tribuna da ALEP, contra a renovação dos contratos de pedágio, “um grande mal” que “precisa ser banido” (RIGON, 2018), atualmente nas mãos das concessionárias que administram as rodovias no estado, ou, quem sabe, criticando sem rodeios iniciativas do então governador Beto Richa (PSDB), que teria promovido “um equilíbrio fiscal que, na nossa opinião, é duvidoso, porque [...] gasta dinheiro naquilo que não deveria gastar” (DEPUTADO ESTADUAL EVANDRO ARAÚJO, 2018) – mesmo pertencendo à sua base de sustentação – ou ainda condenando o alegado ajuste fiscal que resultou na “reforma” da ParanáPrevidência – aprovada, apesar de intensos protestos – ou na truculência com que o líder do Executivo lidou com os professores que rejeitavam a proposta (SILVA, 2017), episódios transcorridos ao longo de 2015 e 2016, ou, finalmente, posicionando-se a favor dos servidores públicos em defesa de seus direitos trabalhistas (DIONÍSIO, 2016; ARAÚJO, 2018), pode demorar a perceber que se trata de alguém vinculado a um partido de direita que defende o conservadorismo liberal e o liberalismo econômico, como é o caso do Partido Social Cristão (PSC), agremiação partidária à qual pertence o referido deputado.

Ao aparente contrassenso, soma-se ainda o fato de que Evandro Araújo seja um dos líderes do mesmo movimento religioso que, politicamente, deu à luz seu coirmão, o deputado federal Diego Garcia, cuja atuação parlamentar centra-se, obstinadamente, na defesa do modelo patriarcal de família e no combate à descriminalização do aborto e à famigerada ideologia de gênero.

Essa diferença de posicionamentos e prioridades entre os dois políticos carismáticos fica mais evidente neste ano eleitoral, em 2018, quando cada qual enumera às suas bases as principais bandeiras defendidas durante o mandato. Na edição de abril de 2018 de sua revista, por exemplo, Diego Garcia capricha nas tintas para pintar um afresco bem barroco de seu mandato, contrastando-se com os inimigos da família tradicional e da vida intrauterina, como quem separa o joio do trigo:

A minha missão de defender a vida e a família continuou fortemente durante o ano de 2017. Travei batalhas contra diversas ações e projetos que tentavam descriminalizar o aborto no Brasil; e defendi importantes propostas para impedir esse absurdo, como a PEC da Vida e o Estatuto do Nascituro (GARCIA, 2018, p. 2).

Nesse mesmo encarte, o deputado carismático faz um resumo de suas principais ações, orgulhando-se de ser o “deputado paranaense com mais projetos que viraram lei nessa legislatura” (GARCIA, 2018, p. 3): das 500 proposições apresentadas, três viraram lei, citando – quase escondida, no rodapé – apenas a de n. 2496/2015, que instituiu o “Biênio da Matemática

³⁷ Excerto de Gênesis 11,7, conforme a Vulgata de Jerônimo: “Confundamos aí a língua deles” (tradução nossa).

Gomes de Sousa”. Além de elencar o valor e a finalidade de suas emendas parlamentares – recursos federais destinados, em grande parte, aos municípios em que recebeu votação expressiva quando eleito em 2014 –, Diego Garcia dedica duas páginas para tratar do combate ao aborto, intitulado-se “a voz dos inocentes na Câmara dos Deputados” (GARCIA, 2018, p. 8), quase um João Batista moderno, “a voz que clama no deserto” (Jo 1,23) de Brasília pela aprovação da PEC 181/2015, de autoria do senador mineiro Aécio Neves (PSDB) que, na prática, inviabilizaria a interrupção da gravidez, mesmo nos casos que são atualmente autorizados por lei. Evandro Araújo, na ALEP, embora igualmente contrário ao aborto provocado, não faz disso seu estandarte.

Além de Super-Homem pró-vida, Diego Garcia também quer ser reconhecido, segundo a mesma revista, como “a voz da família na Câmara dos Deputados” (GARCIA, 2018, p. 12), relembando aos seus (e)leitores, para tanto, que foi relator do Estatuto da Família em que “define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre **um homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, grifo do original) e que, portanto, desconsideram-se as uniões homoafetivas como sendo um modelo familiar legítimo. Evandro Araújo, por sua vez, ignorou por completo a temática durante seu mandato, mais interessado em opor-se à “venda das ações da Copel e da Sanepar”, ao “saque do Fundo Previdenciário dos funcionários públicos”, à “venda sem justificativa de imóveis do Estado com o objetivo de arrecadar 100 milhões” e ao “aumento da Alíquota de ICMS para parte das Micros (*sic*) e Pequenas Empresas” (AGOSTINHO, 2018), como enumera num panfleto difundido por lideranças carismáticas do Paraná pelo WhatsApp e Facebook.

Outra pauta lembrada por Diego Garcia – não identificada em Araújo (AGOSTINHO, 2018) – refere-se à chamada ideologia de gênero que, de acordo com a publicação, trata-se de “uma teoria que veio para desconstruir os valores familiares, morais e religiosos” (GARCIA, 2018, p. 13), uma vez que crianças e adolescentes teriam “cada vez mais acesso a medicamentos como bloqueadores hormonais para alterar o seu desenvolvimento” (GARCIA, 2018, p. 13). Sobre esse assunto, aliás, Diego Garcia enfatiza que “já apresentou 10 ações para acabar com a ideologia de gênero e tirar de vez esse mal das escolas” (GARCIA, 2018, p. 13).

Assim, a publicação oficial de Diego Garcia deixa claro que, no Congresso Nacional, as agendas defendidas por ele obedecem às regras gramaticais da “língua dos anjos” (1Cor 13,1), ou seja, pautam-se conforme as normas morais defendidas há séculos pela Sé Apostólica (GOSPEL PRIME, 2017; PSOL, 2015; SANTOS, 2015) ainda distante da vida cotidiana das pessoas de carne e osso que não falam latim, mesmo agora, sob Francisco, o papa “mais progressista e surpreendente da Igreja Católica” (BITTENCOURT, 2018).

Essa posição adotada por Diego Garcia parece crismar a ideia, quase consensual, de que, no contexto nacional, “os carismáticos privilegiam uma agenda política mais conservadora na medida em que procuram tocar em temas ligados à evangelização e à moralização do Estado e da sociedade” (PROCÓPIO, 2015, p. 203): pensamento compartilhado por Carranza (2000), ao apontar o Pe. Eduardo Dougherty – missionário norte-americano pioneiro da RCC no Brasil e fundador da Associação do Senhor Jesus – como primeiro manobrista do movimento carismático na sua interface com a política, na defesa de uma plataforma conservadora para a política brasileira. Nesse sentido, o deputado federal da RCC paranaense não foge à regra e atua como haste vertical – ligando Brasília ao céu vaticano e apontando para temas eternos e inobserváveis – da cruz eleitoral carregada pelos carismáticos do Paraná.

Evandro Araújo, por sua vez, ainda que possivelmente comungue da mesma concepção moral do catolicismo carismático, tem preferido, na sua atuação parlamentar, falar “a língua dos homens” (1Cor 13,1), isto é, dedicar-se a temas menos intangíveis e mais próximos da vida prática das pessoas comuns. Sua atuação evoca a haste horizontal da cruz política dos carismáticos, uma vez que se volta para os interesses terrenos, isto é, sociais, dos cidadãos. Isso,

além de mostrar “que não cabe, para a RCC e sua dimensão política, uma análise simplista e reducionista de que o movimento apenas abrigaria tendências conservadoras na política” (PORTELLA, 2011, p. 652), deve-se talvez ao fato de que a Igreja que Araújo representa, segundo Poulat (1983), antes de postar-se como combatente do socialismo e do comunismo, jamais deixou de denunciar e opor-se ao liberalismo.

No seu site oficial, o parlamentar ressalta esse estilo que diverge muito do colega federal:

O mandato do deputado estadual Evandro Araújo tem sido marcado pela aprovação de importantes projetos de lei de sua autoria, que beneficiam o consumidor do estado, e pela atuação do parlamentar na defesa das universidades, da educação e da saúde pública, e também dos produtores rurais e dos municípios do Paraná. Por meio de emendas individuais e coletivas ao orçamento, Evandro procura beneficiar com recursos universidades, hospitais e entidades sociais que prestam assistência a pessoas carentes em diversas cidades do estado (ARAÚJO, 2018, s/p).

Temas que são frequentes nos discursos de Diego Garcia são ignorados nos pronunciamentos de Araújo, como atestam as atas das sessões da Assembleia Legislativa do Paraná. O Programa Escola sem Partido³⁸, por exemplo, cujo confronto tem sido abraçado com ardor pelo colega em Brasília, sequer é mencionado em seu site oficial. Reside nessa temática, aliás, uma das principais diferenças de posicionamento entre os dois. Talvez o fato de que Evandro Araújo seja professor universitário tenha pesado ao não escalar a chamada “Lei da Mordaza”³⁹ – como é conhecido o projeto de lei, que visa a fiscalizar a chamada doutrinação política da educação por professores, criminalizando tal suposta prática –, temática que Diego Garcia, ao contrário, levou até para as discussões no Congresso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Uma forma de tirar a Ideologia de Gênero das escolas é permitindo que os representantes, que em sua maioria são contrários a essa teoria, apreciem e votem a BNCC no Congresso Nacional. Diego Garcia apresentou um requerimento para que essa proposta pudesse ser analisada com urgência e com o apoio de 15 partidos ela foi aprovada! (GARCIA, 2018, p. 13).

Importa ressaltar que os esforços de Diego Garcia nesse argumento foram desnecessários, não só pelo fato de que quem homologa o documento seja o Ministério da Educação, mas especialmente porque o governo Temer excluiu da BNCC menções ao combate à discriminação de gênero, o qual, nas raras vezes que aparece no texto, está atrelado à religião (SALDAÑA, 2017). A discussão acerca de “concepções de gênero e sexualidade”, por exemplo, foi empurrada como mera proposta de currículo do 9º ano na seção reservada ao Ensino Religioso.

³⁸ O Programa Escola sem Partido é difundido, nacionalmente, por associação homônima e foi criado, segundo o site da organização, para “dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2012).

³⁹ Apelido dado pelos críticos ao controverso programa que, na Assembleia Legislativa do Paraná, tramita pela segunda vez por meio de projeto de lei encampado por deputados pastores (PACHECO, 2018). A proposta, ainda que considerada inconstitucional pela Advocacia Geral da União (AGU), porque “fere a Constituição Federal ao tratar de tema que é de competência da União” (ESTADÃO, 2018), foi aprovada em março de 2018 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da ALEP (SCHRAMM, 2018).

Em um episódio, Diego Garcia foi escrachado numa universidade no município de Jacarezinho (localizado ao norte do estado do Paraná), aos gritos de “fascista!” e “arregão!”, enquanto participava de uma convenção do PHS e do PTN – partido a que está atualmente filiado, sob o nome de Podemos – por defender “projetos de leis como ‘Escola Sem Partido’, ‘Estatuto da Família’ e condenar as discussões de gênero dentro das escolas” (MORAIS, 2016b). Por outro lado, Evandro Araújo não apenas passa longe dessa polêmica, como tem sido bem recebido em colégios estaduais e universidades, e até mesmo divulgado pela própria APP-Sindicato – Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná –, cujas pautas (CARISSIMI, 2016) – que variam da busca por melhorias salariais e das condições de trabalho à luta contra a “militarização, autarquização, terceirizações de escolas” (APP-SINDICATO, 2018, p. 4), sempre à esquerda – são defendidas por ele na ALEP e em diversas audiências públicas pelo Estado (APP-SINDICATO, 2015).

Apesar de atuar como parlamentar em Curitiba e ser reconhecido como representante do Ministério Fé e Política no Paraná, Evandro Araújo não é acionado quando o assunto são as pautas morais do carisma apregoado por Diego Garcia: este sim, é uma das estrelas do conservadorismo cristão. Diego Garcia, a propósito disso, aparece defendendo a Lei da Mordaza num vídeo gravado na Câmara Municipal da capital paranaense em 2017, ao lado do vereador tucano e evangélico Thiago Ferro, igualmente contrário à “doutrinação política, religiosa e sexual, a sexualidade dentro das escolas” (FERRO, 2017). A gravação é providencial, não apenas porque confirma o discurso e a liderança de Diego Garcia no Estado quando o assunto remete aos valores ditos cristãos, mas pelo fato de que a presença do vereador, tido como ultraconservador, também serve como uma cerca a dividir Diego Garcia e Evandro Araújo. Nesse sentido, o provérbio extrabíblico “diga-me com quem andas e te direi quem és” é oportuno, uma vez que a escolha, por afinidade, de interlocutores frequentes acentua o posicionamento adotado e atesta, nesse caso, o distanciamento entre as pautas.

Evandro Araújo – não obstante a RCC acreditar que o PT assume uma pauta distante dos ideários cristãos, porque “tem em seu programa de partido a intenção de legalizar o aborto e também de realizar a descriminalização do aborto” (RCC/BRASIL, 2015) – encontra nos deputados petistas importantes aliados, uma vez que estes também têm votado contrariamente às propostas do governo estadual contra os interesses dos servidores públicos. Assim como ele, os petistas não podem ser classificados como “deputados do camburão” (MORAIS, 2016a), como ficaram taxados os parlamentares que precisaram de um veículo da polícia, geralmente utilizado para transportar criminosos, para chegarem ao local da votação onde aprovaram o confisco da poupança previdenciária dos servidores estaduais, enquanto eram brutalmente massacrados pela Polícia Militar do lado de fora da ALEP, no fatídico 29 de abril de 2015 (SILVA, 2017). O posicionamento de Araújo, ainda no começo de 2015, destoou de outros políticos religiosos, como a cantora evangélica Mara Lima (PSDB), da Assembleia de Deus, que se omitiu da votação, ou como o próprio colega de partido, o missionário Ricardo Arruda (PSL), líder da Igreja Mundial do Poder de Deus no Paraná, que votou com o governo, contra os servidores.

As aproximações com os petistas, contudo, não se limitaram a isso. Junto aos deputados Professor Lemos, Tadeu Veneri, Péricles Mello e ao ex-deputado Ângelo Vanhoni, todos do PT, Araújo foi o único de seu partido a subscrever, participar e defender o lançamento de um movimento, na ALEP, por eleições presidenciais diretas – Diretas Já – quando da primeira denúncia por corrupção contra o presidente Michel Temer (LEMOS, 2017). Além disso, a defesa dos direitos trabalhistas do funcionalismo público estadual por Araújo tem sido uma pauta comungada também pelos colegas do Partido dos Trabalhadores, tanto sob Richa – como é o caso da briga, na Justiça, contra a “emenda do calote” (LEMOS, 2016), que suspendia por tempo indeterminado o pagamento do reajuste salarial – quanto com a atual governadora Cida

Borghetti (PP) – relativamente à concessão do Tempo Integral de Dedicção Exclusiva (TIDE) e à gratificação correspondente (ARAÚJO, 2018).

A proximidade do deputado estadual com colegas petistas, nesses casos mencionados, – e o distanciamento dos colegas religiosos que fazem tramitar na ALEP o Programa Escola Sem Partido – seria impensável para Diego Garcia, que faz dos evangélicos (ORO; ALVES, 2016) e dos opositores do PT no Congresso seus principais companheiros, especialmente o senador capixaba e ex-pastor batista Magno Malta (PR), que tripudiou sobre Dilma Rousseff, comparando seu *impeachment* a “enterro de indigente” (TVIG, 2016), e, posteriormente, o senador paranaense Álvaro Dias (Podemos), ex-tucano e pré-candidato à Presidência da República, que tem tentado polarizar com o ex-presidente Lula que, naquele momento encarcerado, lidera as pesquisas de intenção de votos, talvez na tentativa, que se revela frustrada, de ejetar-se das últimas colocações nas mesmas sondagens.

Na sessão na Câmara dos Deputados que determinou a abertura do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff – “show de horrores” (FOGLIATTO, 2016) da “terrível política brasileira” (THE ECONOMIST, 2016, tradução nossa) – acusada de realizar pedaladas fiscais, mas sentenciada na ocasião pelos deputados “pelo aniversário da minha neta”, “pelas bases do Cristianismo”, “pela minha mãe”, “pelo controle de armas”, “pelos idosos e pelas crianças”, “pelos médicos do Brasil”, “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff” e “pela paz de Jerusalém” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016; PRANDI; CARNEIRO, 2018), Diego Garcia foi, decerto, o deputado paranaense mais sobressalente nessa ocasião, não apenas em razão de sua exaltação, denunciada pelas veias estufadas na testa e pela espuma no canto da boca, ao louvar a “Terra da Lava-Jato”, enquanto dava seu sim à cassação do mandato da primeira mulher a ocupar o mais alto cargo político do país, mas porque se agarrou completamente à tribuna, onde permaneceu até o final da votação, fazendo caras e bocas – de aprovação ou repulsa, conforme o voto dos colegas –, espremendo-se entre parlamentares adornados de verde-amarelo para fazer com que seu rosto e seu antipetismo aparecessem no canto da tela da Globo e de quase todas as redes de televisão que, ao vivo, retransmitiam a sessão durante horas. Ainda que também tenha votado a favor do prosseguimento da denúncia contra Temer nas duas ocasiões em que o processo foi submetido à Câmara, Diego Garcia foi breve e sereno, não repetindo a euforia de antes, contra a petista: na verdade, a entonação da voz mais lembrava a de penitentes no confessionário.

A mesma repulsa ao Partido dos Trabalhadores é compartilhada por seus arquiinimigos, os deputados carismáticos Eros Biondini (PROS), vinculado ao senador Aécio Neves em Minas Gerais, e Flavinho (PSB), de São Paulo: ambos cantores famosos ligados à Canção Nova, com tradição no combate ao PT. Padres famosos da RCC usaram a homilia das missas transmitidas pela TV Canção Nova para condenar a alegada intenção petista de disseminar ideias abortistas: Pe. Léo (*in memoriam*) acusou o então presidente Lula de planejar “fazer aborto de graça nos hospitais públicos” (TVIPB, 2010); enquanto o sacerdote baiano José Augusto Moreira imputou à Dilma Rousseff, além da legalidade do aborto em estabelecimentos de saúde, o objetivo de restringir a liberdade de imprensa e de credo (PARA DEFESA DA IGREJA, 2010). As acusações reforçam o ideário de grande parte dos carismáticos, segundo o qual, nas palavras de Júlia Miranda, “é impossível juntar a condição de cristão e o voto petista ou a certidão de batismo e aquela de filiação ao Partido dos Trabalhadores” (MIRANDA, 2015, p. 208).

Seja como for, o posicionamento de Diego Garcia no episódio do *impeachment* – temática ignorada por Evandro Araújo – acentua ainda mais os sotaques distintos com que cada qual traduz o dom das línguas à vida pública: em seu voto, e em vários pronunciamentos na Câmara, Diego Garcia faz questão de ressaltar sua vinculação religiosa: “Fui eleito pelo Projeto Fé e Política da Renovação Carismática Católica no meu Estado do Paraná” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Já Evandro Araújo raramente aciona a religião quando discute política no parlamento.

O acionamento da religião é, por sinal, outra manifesta fronteira a dividir os dois carismáticos paranaenses: Diego Garcia, além de interpelar constantemente o Altíssimo nas suas pregações-pronunciamentos na Câmara, realiza semanalmente um ato religioso ligado ao Grupo de Oração Beata Elena Guerra (SEXUGI, MEZZOMO, PÁTARO, 2020), fundado por ele em 2015, dentro de uma das salas das comissões: a cerimônia, celebrada às quartas-feiras, é transmitida ao vivo pelas redes sociais, por meio da qual Diego Garcia, ao lado dos outros dois federais carismáticos, marca presença junto às suas bases eleitorais, legitimando como divina suas pautas políticas entre cânticos, imposições de mão e orações glossolálicas. É verdade que Evandro Araújo também participa de um grupo de oração similar dentro da ALEP, ainda que fundado pelo MFP do Paraná, um ano depois de o de Brasília, com o nome de “Fonte de Misericórdia”. Porém, diferentemente do outro, esse não se dá em horário de expediente – é celebrado às terças, no horário de almoço – e não ocupa salas destinadas à função parlamentar, mas uma capela ecumênica na sede do Poder Legislativo Pparanaense (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2018). Evandro Araújo também não transmite as rezas do grupo pelo Facebook e, na ALEP, só fala da existência da celebração quando interpelado.

Não se pode, com isso, inferir que o deputado estadual Evandro Araújo – eleito com o suporte de uma importante instituição religiosa – oponha-se à interpenetração religião-política, mas é certo que, ainda assim, tem sido bem mais comedido no acionamento da religião e de suas pautas morais no âmbito público, ainda que persista a conveniência no acionamento da política no âmbito religioso, quando é sempre anunciado e paparicado como deputado. Diego Garcia, por sua vez, faz questão de apresentar-se como ungido da RCC em todas as oportunidades, falando sempre a língua dos anjos em qualquer contexto.

***Omnes linguis loquuntur?*⁴⁰ Considerações finais**

Como o próprio corpo eclesial e orgânico a que se vincula como braço há apenas algumas décadas, a Renovação Carismática Católica do Paraná, na sua concupiscente interface com a política, mediante a articulação do Ministério Fé e Política, não fala uma língua apenas, nem tampouco esculpe uma estátua única de políticos que a representem, já que abriga uma gama tão diversificada de lideranças e liderados, falantes e ouvintes, quanto os carismas espirituais que tanto fomentam, quer na igreja, cuja dinâmica ilustramos nessa análise na narrativa da cena inaugural, quer no parlamento.

A atuação e a produção parlamentar dos deputados carismáticos, como se pode inferir empiricamente, mesmo atreladas ao chamado campo simbólico (BOURDIEU, 2001; PY; REIS, 2016; SOUZA, 2013) do catolicismo que estes comungam, parecem se dar mais em sintonia com as bases eleitorais que os sustentam, do que às diretrizes políticas do movimento carismático e da sigla partidária a que se vinculam. Dessa maneira, portanto, a RCC, mesmo nas circunscrições em que o Ministério Fé e Política tem prosperado – como no Paraná desde 2014 – fala ao menos dois idiomas – e não apenas sotaques – políticos, isto é, a RCC, especialmente a do Paraná, seria, simultaneamente, em nossa perspectiva, a tez conservadora em políticos como Diego Garcia e progressista naqueles como Evandro Araújo: bem diferente do *ethos* político da RCC americana, que não é nem uma coisa nem outra (PROCÓPIO, 2015; HUNT, 2008), a RCC brasileira preservaria, no seu contato com a política, uma natureza conservadora e outra progressista convivendo harmoniosamente: diofismo⁴¹ político nada ortodoxo.

⁴⁰ Versão latina de São Jerônimo de 1ª Coríntios 12,30: “Todos falam em línguas?” (tradução nossa).

⁴¹ O diofismo, aqui empregado em senso figurado e meramente ilustrativo, é uma das principais doutrinas do catolicismo romano, preservado pela Igreja Ortodoxa e por boa parte do protestantismo, o qual defende a coexistência em Jesus Cristo de duas naturezas, uma humana e outra divina, conforme

Vale ponderar, para além disso, que o distanciamento – que não representa, absolutamente, inimizade – entre os dois homens públicos do MFP do Paraná revela um alargamento da RCC que, no atravessamento mútuo com a política, faz surgir múltiplos carismatismos e revela que o movimento religioso cinquentenário não possui uma única face política, nem mesmo numa mesma circunscrição territorial, onde seus agentes insistem, com relativo êxito, em edificar torres no poder secular que sirvam de fortaleza à sua religião e abrir caminhos alternativos que continuem levando a Roma – ou às Romas, no plural e de múltiplos latins, já que dessa habilidade de a RCC falar com fluência sortidos dialetos vaticanos na esfera pública moderna, conforme as circunstâncias, vemos a existência, mais que de nuances, de múltiplos modos internos desse catolicismo que já é, ele próprio, uma variante.

Seja como for, as figuras cujas performances são diferentemente nuançadas por Diego Garcia e Evandro Araújo – consagrados nas urnas pelo movimento carismático – parecem estampar os extremos do mesmo escapulário que a Renovação Carismática Católica ousou pendurar na já complexa política paranaense.

É certo que os políticos carismáticos no Paraná, eleitos e acompanhados pelo Ministério Fé e Política, ao traduzirem o dom das línguas ao léxico parlamentar, têm construído, a cada proposição e pronunciamentos – tijolos mais ou menos densos – em seus respectivos campos de atuação, a grande torre onde reinstalar a Igreja Católica na modernidade. Dessa maneira, o movimento carismático católico, no contato com a política, consolida sua capacidade de comunicar-se e alarga a atuação do Paráclito, ao falar a língua de seus interlocutores, como os Apóstolos que, cheios do Espírito Santo, se comunicaram com “partos, medos e elamitas” ou com “peregrinos romanos, judeus ou prosélitos, cretenses e árabes” (At 2,9-11), em seus próprios idiomas no dia de Pentecostes.

Provavelmente, os agentes políticos da RCC nas casas legislativas do Paraná e do Brasil continuarão a fazer o mesmo e, ao que tudo indica, serão correspondidos.

Referências

AGOSTINHO, Sandra Nascimento. **Posicionamento do Deputado Evandro Araújo em alguns projetos que impactam a vida dos paranaenses**. Publicado em: 15 jun. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1410416862393283&set=a.276959319072382.48294.100002749494744&type=3&theater>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ANDRADE, Pericles. Acorda, Canção Nova: conservadores católicos e eleições presidenciais em 2010. **Anais do VII Congresso Internacional em Ciências da Religião**, 2014. Goiânia. Disponível em: http://www.pucgoias.edu.br/w4567ucg/eventos/Congresso_Ciencias_Religiao/V_Congresso_Ciencias_Religiao/ArquivosUpload/1/file/ProgrGeral14.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

APP-SINDICATO. Estamos em Estado de Greve. Saiba o porquê. **Jornal 30 de Agosto**. Edição pedagógica, ano XXVII. Curitiba: WL Impressões, 2018.

APP-SINDICATO. **NS de Mandaguari participa de reunião com deputado Evandro Araújo**. Publicado em: 11 set. 2015. Disponível em: <http://appsindicato.org.br/ns-de-mandaguari-participa-de-reuniao-com-deputado-evandro-araujo>. Acesso em: 08 abr. 2021.

as deliberações do Concílio de Calcedônia (451), que condenou como herético o monofisismo (CONCILIVM CHALCEDONENSE, 1551).

ARAÚJO, Evandro. **Deputado Evandro Araújo em defesa do TIDE**. Publicado em: 08 maio 2018. Disponível em <https://deputadoevandroaraujo.com.br/noticia.php?id=290>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Grupo de Oração na Assembleia Legislativa do Paraná iniciou as atividades de 2018**. Publicado em: 09 fev. 2018. Disponível em: <http://arquiocesedecuritiba.org.br/2018/02/09/grupo-de-oracao-na-assembleia-legislativa-parana-iniciou-atividades-de-2018>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulus, 2003.

BÍBLIA. Latim. **Biblia Sacra juxta Vulgatam Clementinam**. Londres: CBCEW. Disponível em <http://vulsearch.sourceforge.net>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Ave-Maria**. 141 ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2001.

BITTENCOURT, Julinho. A travessia do conservador Arcebispo Bergoglio para o progressista Papa Francisco. **Fórum**. Publicado em: 27 maio 2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/a-travessia-do-conservador-arcebispo-bergoglio-para-o-progressista-papa-francisco>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plenário – Sessão Deliberativa**. Publicado em: 17 abr. 2016. Disponível em: <https://youtu.be/V-u2jD7W3yU>. Acesso em: 08 abr. 2021.

CAMURÇA, Marcelo. Tradicionalismo e meios de comunicação de massa: o catolicismo midiático. In: B. CARRANZA, C. MARIZ, M. CAMURÇA (Eds.). **Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno**. Aparecida: Ideias e Letras, 2ºed., 2009.

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick. **Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP-SINDICATO com os governos entre os anos de 2003 e 2015**. Curitiba: Tese de Doutorado em Educação, UFPR, 2016.

CARRANZA, Brenda. **Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências**. Aparecida: Santuário, 2000.

CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília. Novas comunidades católicas: por que crescem? In: B. CARRANZA, C. MARIZ, M. CAMURÇA (Eds.). **Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno**. Aparecida: Ideias e Letras, 2 ed., 2009.

CONCILIUM CHALCEDONENSE. (1551), **Definitio fidei**. Calcedônia: [s.ed.]. Disponível em: [http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/04510451,_Concilium_Chalcedonense,_Definitio_Fidei_\[Ex_Versione_Rustici_Diaconi\],_MLT.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/04510451,_Concilium_Chalcedonense,_Definitio_Fidei_[Ex_Versione_Rustici_Diaconi],_MLT.pdf). Acesso em: 08 abr. 2021.

CNBB. **Missal Romano**. São Paulo: Paulus, 14ºed., 2010.

DEPUTADO ESTADUAL EVANDRO ARAÚJO. **Evandro Araújo aponta a centralização do governo do estado**. Publicado em: 14 mar. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/BigTYivVsb4>. Acesso em: 08 abr. 2021.

DIONÍSIO, Bibiana. Deputados recorrem ao TJ-PR contra suspensão de reajuste de servidores. **G1**. Publicado em: 21 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/11/deputados-recorrem-ao-tj-pr-contrasuspensao-de-reajuste-de-servidores.html>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO, 2012. **Objetivos**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/objetivos>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ESTADÃO. **AGU: Estados não podem criar lei para impor Escola Sem Partido**. Publicado em: 3 maio 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/agu-estados-nao-podem-criar-lei-para-impor-escola-sem-partido>. Acesso em: 08 abr. 2021.

FERRO, Thiago. **Dep. Diego Garcia fala sobre “Escola sem partido”**. Publicado em: 19 set. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ObrHFOyl6I>. Acesso em: 08 abr. 2021.

FOGLIATTO, Débora. Show de horrores nada surpreendente: cientistas políticos analisam a votação do impeachment. **Sul21**. Publicado em: 18 abr. 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2016/04/show-de-horrores-nada-surpreendente-cientistas-politicos-analisam-a-votacao-do-impeachment>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GARCIA, Diego. **Revista Diego Garcia**. Publicada em: abr. 2 ed. Atualizada, 2018. Disponível em: https://www.diegogarciapr.com.br/sdm_downloads/2140/?preview=true. Acesso em: 08 abr. 2021.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, v. 28, n 2, p. 80-101, 2008.

GOSPEL PRIME. **Diego Garcia assume “bancada da Bíblia” e combate à corrupção será sua prioridade**. Publicado em: 31 out. 2017. Disponível em: <https://noticias.gospelprime.com.br/catolico-diego-garcia-assume-presidencia-da-bancada-da-biblia>. Acesso em: 08 abr. 2021.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HUNT, Stephen. Betwixt and between: the political orientations of roman catholic neo-Pentecostals. **Politics and Religions**, n. 2, p. 27-51, 2008.

LEMOS, Dep. Est. Prof. **Deputados lançam movimento pelas eleições diretas já**. Publicado em: 15 maio 2017. Disponível em: <http://www.professorlemos.com.br/noticias/2/noticias/3018/deputados-lancam-movimento-pelas-eleicoes-diretas-ja>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LEMOS, Dep. Est. Prof. **Justiça suspende emenda do calote**. Publicado em: 22 nov. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/professorlemos/videos/1199087066853005>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LIGUORI, Alfonso Maria. **Visite al Santissimo Sacramento e a Maria Santissima**. Roma: Città Nuova Editrice, 2007.

LUNEAU, René; MICHEL, Patrick. **Nem todos os caminhos levam a Roma**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIRANDA, Julia. **Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

MIRANDA, Julia. Católicos carismáticos e as eleições municipais de 2012. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 2, p. 201-211, 2015.

MORAIS, Esmael. Deputado da ‘escola sem partido’ é expulso ao tentar realizar convenção do PHS em universidade do Paraná. **Blog do Esmael**. Publicado em: 21 jun. 2016^a. Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/2016/07/deputado-da-escola-sem-partido-e-expulso-ao-tentar-realizar-convencao-do-phs-em-universidade-do-parana>. Acesso em: 08 maio 2021.

MORAIS, Esmael. Deputados do camburão terão ‘surpresa’, dizem professores. **Blog do Esmael**. Publicado em: 25 abr. 2016^b. Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/2016/04/deputados-do-camburao-terao-surpresa-dizem-professores/#more-155711>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Renovação Carismática Católica e Pentecostalismo evangélico: convergências e divergências. **Debates do NER**, v. 17, n. 30, p. 219-245, 2016.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. **Revista Civitas**, v. 11, n. 2, p. 221-237. 2011.

PACHECO, Sandra. Debates sobre o programa “Escola sem Partido” dominaram sessão da CCJ desta terça-feira (20). **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. Publicado em: 20 fev. 2018. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/divulgacao/noticias/debates-sobre-o-programa-escola-sem-partido-dominam-sessao-da-ccj-desta-terca-feira-20>. Acesso em: 08 maio 2021.

PARA DEFESA DA IGREJA. **Padre Jose Augusto denuncia o PT e Canção Nova se acovarda!!!** Publicado em: 12 out. 2010. Disponível em: <https://youtu.be/6Qln88pzEHU>. Acesso em: 08 abr. 2021.

PIERUCCI, Antonio Flavio; PRANDI, Reginaldo. As religiões no Brasil contemporâneo. In: R. PRANDI (Ed.). **Um sopro do espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático**. São Paulo: EDUSP. 1997.

PY, Fábio; REIS, Marcos Vinícius de Freitas. Atuação e leis parlamentares dos deputados católicos carismáticos. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 3, p. 39-61, 2016.

PORTELLA, Rodrigo. Renovação Carismática Católica e política: relações, interferências e tensões. **Atualidade Teológica**, v. XV, n. 39, p. 644-657, 2011.

POULAT, Émile. **Le catholicisme sous observation: entretiens avec Guy Lafond**. Paris: Le Centurion, 1983.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, p. 1-22, 2018.

PRANDI, Reginaldo; VALENTIN, Fernando Farias. A renovação carismática e a política. In: R. PRANDI. **Um sopro do espírito**. São Paulo: EdUSP, 1998.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo. Como funciona o Ministério Fé e Política da Renovação Carismática Católica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 23, p. 1-14, 2017.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo. Quando a religião fica perto da política: o caso dos candidatos apoiados pelo catolicismo carismático nas eleições de 2014 no Brasil. **Debates do NER**, vol. 16, n. 27, p. 199-232, 2015.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo. Religião e política: reflexões a partir do carismatismo católico. In: L. MELLO, et al. (Eds.). **Questões de Sociologia: Debates contemporâneos**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012.

PSOL. **Fundamentalistas aprovam definição de família como união entre homem e mulher**. Publicado em: 25 set. 2015. Disponível em: <https://www.psol50.org.br/fundamentalistas-conseguem-aprovar-definicao-de-familia-como-uniao-entre-homem-e-mulher>. Acesso em: 08 abr. 2021.

RCC/BRASIL. **Dom Beni**: Apelo não cita boatos, cita fatos concretos. Publicado em: 28 out. 2016a. Disponível em: <http://www.rccbrasil.org.br/noticia.php?noticia=6397>. Acesso em: 08 abr. 2021.

RCC/BRASIL. Fé e política: conceitos e abordagens. Canas: RCC/Brasil, 2016b.

RCC/BRASIL. **Instrução n. 02/2015, de 27 de setembro de 2015**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/51535328-Conselho-nacional-da-rccbrasil.html>. Acesso em: 08 abr. 2021.

RCC/PR. **Projeto de acompanhamento dos vocacionados da RCC nas eleições 2014 para deputado estadual e federal**. Curitiba, 2013.

RIGON, Angelo. Para Evandro Araújo, modelo de pedágio do Paraná é um grande mal e precisa ser banido. **Maringá Post**. Publicado em: 26 fev. 2018. Disponível em: <https://maringapost.com.br/angelorigon/2018/02/26/para-evandro-araujo-modelo-de-pedagio-do-parana-e-um-grande-mal-e-precisa-ser-banido>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SALDAÑA, Paulo. Governo Temer esvazia gênero na base curricular e mistura tema com religião. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 06 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-temer-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SANTOS, Rayani Mariano. **O debate parlamentar sobre o aborto no Brasil: atores, posições e argumentos**. Brasília: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UnB, 2015.

SCHRAMM, Franciele Petry. “Escola Sem Partido” é aprovada por comissão de deputados no Paraná. **Brasil de Fato**. Publicado em: 29 mar. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/29/escola-sem-partido-e-aprovada-por-comissao-de-deputados-no-parana>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SEXUGI, Fabio; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. À imagem e semelhança: simulacro e hagiografia nas propagandas eleitorais de políticos religiosos. **Revista Todas as Letras**, v. 20, n. 1, p. 224-236, 2018.

SEXUGI, Fabio; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. 'Novamente aqui em união': o grupo de oração beata Elena Guerra e os deputados carismáticos no Congresso Nacional. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 16, p. 261-281, 2020.

SILVA, Giselle Tomé. **Tensão e narrativas no fotojornalismo em Londrina: a greve da educação no Paraná (2015)**. Londrina: Dissertação de Mestrado em Comunicação, UEL, 2017.

SILVEIRA, Emerson José Sena. Terços, santinhos e versículos: a relação entre católicos carismáticos e a política. **Revista de Estudos da Religião**, n. 8, p. 54-74, 2008.

SOUZA, André Ricardo. **Os laços entre igreja, governo e economia solidária**. São Carlos: EDUFSCar, 2013.

THE ECONOMIST. **Why vote to impeach Dilma Rousseff?** Publicado em: 18 abr. 2016. Disponível em: <https://www.economist.com/news/americas/21697095-hardly-any-federal-deputies-favour-impeachment-gave-stated-charges-their?fsrc=scn%2Ftw%2Fte%2Fbl%2Fed%2Fwhyvotetoimpeachdilm Rousseff>. Acesso em: 08 abr. 2021.

THEIJE, Marjo. **Tudo que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil**. Recife: Massangana, 2002.

TVIG. **Magno Malta se exalta e faz discurso emocionante e histórico ‘sepultando’ Dilma**. Publicado em: 31 ago. 2016. Disponível em: <https://deputadoevandroaraujo.com.br/noticia.php?id=290>. Acesso em: 08 abr. 2021.

TVIPB. **Padre Léo fala sobre Lula, Dilma, PT, aborto e segundo turno**. Publicado em: 12 out. 2010. Disponível em: <https://youtu.be/gyMZEqA74kQ>. Acesso em: 08 abr. 2021.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

POSFÁCIO - UMA CELEBRAÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Lorenzo Macagno

Em maio de 2018, convidado pelo professor Marcos Clair Bovo, tive a honra de ministrar a aula magna do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da UNESPAR, em Campo Mourão. Aquela visita acadêmica foi, por vários motivos, uma grata surpresa. Primeiro, porque pude testemunhar naquele auditório lotado da UNESPAR a grande curiosidade intelectual de estudantes, pós-graduandos, pós-graduandas e colegas. Em segundo lugar, porque aquele interesse para o diálogo e a conversa acadêmica pareciam estar intrinsecamente envolvidos em uma vocação interdisciplinar. Lembro, também, que na ocasião minha palestra foi precedida por uma performance artística do Professor Cícero, na altura vereador, que ajudou a “quebrar o gelo” dos minutos prévios. Arte e ciência: duas dimensões da vida social, sem dúvidas, intrinsecamente relacionadas.

Ao receber o convite para redigir este posfácio, constatei que aquele espírito interdisciplinar de quatro anos atrás se mantém vigoroso. As páginas do presente livro são a prova dessa persistência. Seu título não poderia ter sido mais pertinente e oportuno: *Múltiplos olhares, múltiplos sentidos: saberes e perspectivas interdisciplinares*.

Estes “Múltiplos olhares...” têm, no entanto, algo que os unifica. Trata-se, em todo o caso, de capítulos cujas reflexões provêm de explorações empíricas e de descobertas de novos universos de significado. Por momentos, a preocupação quantitativa se sobrepõe à análise qualitativa; em outras ocasiões, é esta última que, com suas inferências, comparações, descrições e interpretações sobrepõe-se àquela. Ou seja, a dimensão interdisciplinar se enriquece, também, com a multiplicidade de “olhares” metodológicos.

Nos últimos anos, no campo das ciências humanas e sociais, muito têm se falado sobre a relação entre as dinâmicas de localização e globalização. Às vezes, os usos e abusos de certos jargões fizeram com que esses termos perdessem, por momentos, sua significação. Afinal, como funcionam concretamente essas dinâmicas? Este livro, à sua maneira, fornece-nos várias pistas para responder a essa pergunta. E, sobretudo, nos ajuda a pensar as mediações e ressignificações que permeiam o local, o regional e o global. Território, memória, novas tecnologias e política, fotografia e cidade, fronteiras, transformações urbanas, políticas públicas, horticultura e agroecologia familiar, educação e gênero, esporte, religião e política: são todos temas que desfilam ao longo deste livro ancorados, sempre, em experiências concretas e em contextos específicos. Essas contribuições vêm de especialistas em estudos literários, estudiosos na área de médio ambiente, bem como de geógrafos, historiadores, psicólogas, pedagogas, engenheiras, sociólogas, antropólogas... A interdisciplinaridade, neste livro, goza de boa saúde!

O livro nos convida a pensar, também, o caráter muitas vezes arbitrário das fronteiras que consagraram nossas respectivas “disciplinas”. Será que teremos que continuar reproduzido acriticamente a separação entre as “ciências da natureza” e as “ciências da cultura” ou, como alguns preferem dizer, entre as ciências “duras” e as ciências “brandas”? Como professor de antropologia, costumo lembrar os estudantes que muitos dos nossos “pais” e “mães” fundadores(as) transitaram por várias outras áreas do conhecimento antes de que nossos manuais os consagassem como pertencentes a uma “disciplina”. Evoco, brevemente, um exemplo conhecido: Franz Boas, o fundador da antropologia cultural norte-americana, redigiu uma tese de doutorado no campo da física. Sua tese, defendida na Alemanha, era um estudo sobre as variações da cor da água nos oceanos. Esse trabalho levantou uma série de debates muito ricos sobre a relação subjetividade/objetividade na produção do conhecimento e sobre a importância da perspectiva do observador, a respeito, por exemplo, da medição quantitativa de fenômenos que tinham a ver com a percepção. Os exemplos em torno dessa ambiguidade de

fronteiras são inúmeros. Bronislaw Malinowski, o famoso antropólogo fundador da escola britânica de antropologia social (e que era, na verdade, de origem polonesa) se formou inicialmente no campo das ciências exatas. E o que seria do estruturalismo de Lévi-Strauss sem a inspiração que ele buscou no campo da linguística, da física quântica, da termodinâmica, da matemática? Há muitos outros casos. Ruth Benedict, a grande dama da antropologia cultural, era também poeta. E se falássemos dos precursores? Era Goethe físico? Escritor? Naturalista? Arte e ciência, mencionei no início destas linhas, podem ir de mãos dadas. O grande etnógrafo Alfred Métraux, amigo dos poetas surrealistas franceses, quem o diga.

Múltiplos olhares, múltiplos sentidos: saberes e perspectivas interdisciplinares é um livro que nos ajuda a pensar a porosidade dessas fronteiras. E nos convida, portanto, a celebrar a interdisciplinaridade. A nós, leitores, cabe-nos agradecer aos professores Marcos Clair Bovo e Fred Maciel por terem sido os grandes propiciadores dessa celebração.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Adilson Anacleto

Administrador Doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Paraná. Coordena o LabCost: Laboratório de Gestão e Estudos Costeiros. Atualmente é Professor adjunto do Colegiado de Administração e Professor permanente do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares PPG-ALI - Campus de Paranaguá, também é professor permanente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD - Campus de Campo Mourão. E-mail: adilson.anacleto@unespar.edu.br

Adriana Delmira Mendes Polato

Professora Adjunta do Colegiado de Letras Português/Inglês e permanente do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociedade e Desenvolvimento (UNESPAR). Mestre em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Desenvolve pesquisas sustentadas pela concepção sociológica e dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin, a incluir a perspectiva da Análise Dialógica do Discurso, com interesse pelos temas que envolvem as manifestações discursivas em diferentes espaços sociais, os estudos da linguagem e o desenvolvimento profissional, o ensino da língua materna e o papel social no desenvolvimento da sociedade. É líder do Grupo de Pesquisa "Interação e Escrita" - CNPQ/UEM e do Grupo de Pesquisa "PRÁDIS - Práticas Discursivas na Escola" - CNPQ/UNESPAR. Integra o grupo Interinstitucional de pesquisa em "Estudos dialógicos da linguagem: contribuições para pesquisas em Linguística Aplicada nos contextos escolares e não-escolares". E-mail: ampolato@gmail.com

Andréa Vieira Zanella

Doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP com pós-doutorado na Università Degli Studi di Roma La Sapienza e na New School for Social Research. Professora titular aposentada e docente permanente do PPGP/UFSC. Pesquisadora do CNPq. E-mail: a.zanella@ufsc.br

Bianca Vienni Baptista

Graduada em Antropologia, mestra e doutora em Gestão e Conservação do Patrimônio. Pesquisadora de pós-doutorado junto ao Transdisciplinarity Lab do ETH Zürich-Suíça. Foi professora associada do Espacio Interdisciplinario da Universidad de la República-Uruguai (2009-2017) e pesquisadora do Methodenzentrum da Leuphana Universität Lüneburg-Alemanha (2016-2018). E-mail: bianca.vienni@usys.ethz.ch

Carlos Roberto Loboda

Possui graduação em Geografia - Licenciatura pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2000), Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2003) e Doutorado em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente (2008). Professor Associado Nível II do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEP) do (ICHPO-UFU). É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório das Cidades (ICHPO-UFU). Membro do Laboratório de Geografia de Geografia Urbana (LABURB) do (ICHPO-UFU). Tutor do Programa de Educação Tutorial PET (Re) Conectando Saberes, Fazeres e Práticas. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Urbana, Espaços Públicos e Áreas Verdes Urbanas. loboda@ufu.br

Caroline Mariane Flores

Engenheira Agrônoma, pela Universidade Federal do Paraná e Técnica e Agropecuária pelo Colégio Estadual Agrícola da Lapa. Bolsista de Extensão do Programa Horticultura Orgânica em Comunidades Socialmente Vulneráveis. Agrônoma do centro Referência em Agroecologia - CPRA trabalhou no setor de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares em toda a cadeia de cultivo. E-mail: carolinemarianeflores@gmail.com

Claudia Chies

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, Campus de Campo Mourão. Pesquisadora nas áreas: Desenvolvimento Regional e Territorial; Políticas Públicas; Geografia Agrária; Aposentadoria Rural e Envelhecimento da População. E-mail: claudiachies@hotmail.com

Claudia Piori

Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Curitiba II. Doutora em História (UFPR-2012). Docente no Programa de Pós-Graduação em Cinema e Artes do Vídeo, da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Curitiba II. Docente no Programa de Pós-Graduação em História Pública, e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/PROFHistória, da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC/CNPq), da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Membro do Grupo de Pesquisa EIKOS: Imagem e Experiência Estética (CNPq), da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Curitiba II. E-mail: claudia.piori@unespar.edu.br

Claudio Nogas

Bacharel em Ciências Contábeis pela FAE Business School, Doutor em Engenharia da Produção - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor Mestrado UDE - Universidade das Empresas, Montevideu - Uruguai. E-mail: claudio.nogas@unespar.edu.br

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro

Docente dos Programas de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), História Pública (PPGHP) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Doutora em Educação (USP). E-mail: crispataro@gmail.com

Debora da Costa Pereira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná - Unespar e servidora pública do Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus de Ivaiporã. E-mail: debora.pereira@ifpr.edu.br

Diana Araujo Pereira

Professora de Literatura Latino-Americana e Mediação Cultural da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Graduada em Língua Portuguesa-Espanhol (1998), Mestrado em Língua e Literaturas Hispânicas (2002) e Doutorado em Literaturas Hispânicas (UFRJ), com período de Doutorado Sanduíche (Capes) na Universidad de Sevilla (2007). É tradutora e poeta. Foi Pró-Reitora de Relações Institucionais e Internacionais (UNILA), Presidenta da Associação Brasileira de Hispanistas (2014-2016), Coordenadora do Instituto Mercosul de Estudos Avançados - IMEA-UNILA e Coordenadora do Curso Letras, Artes e Mediação Cultural do

Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH-UNILA). É pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa "Paraguai: sociedade, território e cultura" e "EDUCAL - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação na América Latina". Também participa do Laboratório Interdisciplinar Latino-Americano (UFRJ) e do Núcleo de Estudos de Literatura, Oralidade e Outras Linguagens (UFSC). E-mail: diana.pereira@unila.edu.br

Fabiana Andrea Bekerman

Graduada em Sociologia e doutora em Ciências Sociais. Pesquisadora adjunta do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e professora de Teoría Sociológica Contemporánea na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNCuyo-Argentina. E-mail: bekermanf@gmail.com

Fabiane Freire França

Professora Adjunta do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão (UNESPAR). Docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (PPGSeD/UNESPAR) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Doutora e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC/CNPq). Foi coordenadora do Núcleo de Educação para as Relações de Gênero (NERG, 2016-2018) e do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NERA, 2019-2020), ambos da Unespar-Campo Mourão. É coordenadora do Centro de Educação em Direitos Humanos da UNESPAR. E-mail: fabiane.freire@unespar.edu.br

Fabio Alexandro Sexugi

Professor na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), onde também concluiu o mestrado no Programa Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD). E-mail: sexugi@gmail.com

Fábio André Hahn

Docente dos Programas de Pós-Graduação: interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), História Pública (PPGHP); e Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná – Unespar. E-mail: fabioandreh@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo

Professor na Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Atua no Curso de Graduação em História e nos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, História Pública e ProfHistória. Desenvolve pesquisas nas interfaces das temáticas da religião, política, cultura, memória, identidades e biografias. É líder do grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder e Editor da Revista NUPEM. E-mail: frankmezzomo@gmail.com

Fred Maciel

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp, campus Franca). Membro do Grupo de Pesquisa Intelectuais e Política nas Américas (IPA). Docente do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão. E-mail: fred.maciell@ies.unespar.edu.br

Larissa Bezerra

Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD/Unespar), com pesquisa sobre torcidas antifascistas no futebol brasileiro. Bolsista no Laboratório Cultura e Relações de Poder. E-mail: laribezerra7@gmail.com

Lucas Alves Pereira

Possui graduação em Geografia - Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (2016), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2019). Atualmente é doutorando na Universidade Federal de Uberlândia (início em 2019). É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe. É membro do grupo de pesquisa Sul Global e Novas Dinâmicas Urbanas (IG-UFU). É membro do Laboratório de Trânsito e Transporte (UFU). Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, espaço público, sistema de espaços livres e áreas verdes urbanas. lapereira.geo@gmail.com

Luciane Silva Franco

Bacharela em Administração pela Universidade Estadual do Paraná, Unespar (2017). Bolsista de Extensão do Programa Horticultura Orgânica em Comunidades Socialmente Vulneráveis. Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR. E-mail: lu05-franco@hotmail.com

Marcos Clair Bovo

Doutor em Geografia pela Unesp, Campus Presidente Prudente (2009). Mestre em Geografia pela UEM (2002). Especialista em metodologia de Ensino pela Unopar (1997). Graduado em Geografia pela UEM (1993). Graduado em História pela UniCesumar (2019). Atualmente é professor associado do colegiado do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná. Possui experiência nas áreas de Metodologia de Ensino de Geografia, Geografia Urbana e Planejamento Urbano. E-mail: mcbovo69@gmail.com

Marcos Sorrilha Pinheiro

Historiador, tem sua formação desenvolvida junto à Universidade Estadual Paulista em Franca, onde figura como professor desde 2010. Atua no Departamento de História, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da instituição. Sua tese de doutorado, dedicada ao estudo da historiografia e política peruana de meados do século XX, ganhou uma versão em livro no ano de 2013 sob o título *Utopia Andina: socialismo e historiografia em Alberto Flores Galindo* (Editora Annablume). Em 2016, realizou seu estágio como pesquisador visitante na *George Washington University* nos EUA. Desde então dedica suas pesquisas para o entendimento da história norte-americana com ênfase no período pós independência e a produção intelectual do período. E-mail: marcos.sorrilha@unesp.br

Natália Alves dos Santos

Psicóloga, doutora em Psicologia Social e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC). E-mail: santosnatalia.alves@gmail.com

Olga Alicia Gallardo Milanés

Doutora em Ciências Pedagógicas, professora titular da Universidade de Holguín, Cuba, com pós-doutorado em Sociedade e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em

Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná, PR-Brasil. Tem 27 anos de experiência na educação superior, trabalhando na graduação e pós-graduação. Pesquisa nas linhas em ciências humanas, estudos socioambientais, educação ambiental e formação humana. Atualmente é professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. E-mail: oaliciagallardo2013@gmail.com

Tatiane Monteiro Ré

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Técnica em Assuntos Educacionais no *Campus* Campo Mourão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: tatiane.m.re@gmail.com

Ao desafiar novos olhares, a abordagem interdisciplinar evidencia as novas formas de fazer e disseminar pesquisas, conjugando uma multiplicidade de procedimentos, objetos e compreensões. É vinculado a esse estímulo que a presente coletânea se apresenta. Percebida enquanto uma necessidade e igualmente como um desafio, a interdisciplinaridade se reforça como uma estratégia capaz de potencializar os diferentes quadros de conhecimento, e a obra pretende ser uma contribuição nesse sentido.